

**UNIVERSIDADE TIRADENTES
DIRETORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

CACIA VALERIA DE REZENDE

**EDUCAÇÃO NO SERTÃO: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DAS PROFESSORAS
NO ALTO SERTÃO SERGIPANO (1950-1970)**

ARACAJU – 2014

**EDUCAÇÃO NO SERTÃO: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DAS PROFESSORAS
NO ALTO SERTÃO SERGIPANO (1950-1970)**

CACIA VALERIA DE REZENDE

Dissertação apresentada como pré-requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação na linha Educação e Formação Docente – Universidade Tiradentes.

PROF.^a DR.^a RAYLANE ANDREZA DIAS NAVARRO BARRETO

ARACAJU – 2014

**EDUCAÇÃO NO SERTÃO: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DAS PROFESSORAS
NO ALTO SERTÃO SERGIPANO (1950-1970)**

CACIA VALERIA DE REZENDE

Dissertação apresentada como pré-requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação na linha Educação e Formação Docente – Universidade Tiradentes.

APROVADA EM: __/__/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Raylane Andreza Dias Navarro Barreto (UNIT)
(Orientadora)

Prof. Dr. Elison Antonio Paim (UFSC)
(Membro Externo da Banca)

Prof.^a Dr.^a Ada Augusta Celestino Bezerra (UNIT)
(Membro Interno da Banca)

Prof.^a Dr.^a Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento (UNIT)
(Membro Suplente da Banca)

ARACAJU – 2014

963m REZENDE, Cacia Valeria de Rezende.

Educação no sertão: memórias e experiências das professoras do alto sertão sergipano (1950-1970) /Cacia Valeria de Rezende ; orientação [de] Profa. Dra. Raylane Andreza Dias Navarro Barreto – Aracaju-Se ; 2013
217 p. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação) – Diretoria de Pesquisa e Extensão,
Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Tiradentes, 2013.

1. Alto sertão sergipano. 2. Educação. 3. Trajetória. 4.Experiência. 5.Memória.

I.Raylane Andreza Dias Navarro Barreto [orientadora].

II.Universidade Tiradentes.

CDU: 37.011.31(813.7)

Bibliotecária Alda Teresa Nunes de Freitas CRB- 5/1279

Dedico este trabalho a Deus, que realizou um sonho da infância. Uma vez que eu sou dislexa e tive dificuldade para aprender a ler e escrever, em razão disso prometi a ELE escrever um livro, caso eu aprendesse a ler. Promessa cumprida!!!

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Manoel Elias de Rezende e Maria de Lourdes Santos Rezende que me mostraram que a vida não é fácil, mas quando acreditamos no que de fato queremos, devemos lutar sem fugir do foco, principalmente a minha mãe, modelo de determinação e conquistas.

À professora Dr.^a Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento por ter aceitado o meu projeto de pesquisa, no período da seleção (2012).

À minha orientadora Raylane Andreza Dias Navarro Barreto por ter escolhido me orientar e pela dedicação quanto à construção deste trabalho, obrigada pelas correções, pois certamente elas só trouxeram qualidade ao meu trabalho, tal como pela atenção.

Aos meus colegas de Mestrado que compartilharam comigo a realização deste curso tão desejado.

Aos meus professores do Mestrado que contribuíram para minha formação acadêmica.

Aos meus amigos e pesquisadores Elisangela Andrade Silva Custódio e Cleberton Custódio de Souza que estiveram comigo durante a pesquisa de campo nos municípios de Poço Redondo, Porto da Folha e Gararu. Sem eles, as viagens a esses municípios não teriam sido tão agradáveis e prósperas.

À Valdenice das Neves Santos Silva por saber que sempre posso contar nos momentos mais difíceis e sempre está partilhando dos meus sonhos.

À Glézia Kelly Costa Santos pela compreensão e acompanhamento durante a realização deste sonho.

À professora Marta Passos Santos Guilherme que, durante o período da construção desse trabalho, assumiu alguns dos meus encargos, para que eu pudesse ter mais tempo e paz no processo da escrita da dissertação.

À minha irmã Carcia Maria de Rezende Santos que também manifestou o seu afeto, atenção e também assumiu outras atribuições minhas.

À Andréa da Silva Santos Oliveira que durante os momentos de tensão sempre se mostrou amiga e presente.

À professora Lúcia Marques pela atenção e amizade.

Ao Luís Antônio dos Santos, meu namorado, que aceitou me aguardar durante a construção do trabalho e pacientemente se consolou em apenas ouvir a minha voz via telefone, já que durante o processo de construção restringimos os nossos encontros presenciais.

Aos depoentes que tão gentilmente cederam entrevistas, tal como documentos para tornar esse trabalho real.

Ao Seu Pedro que tão graciosamente abriu as portas da biblioteca da SEPLAG.

Ao Grupo de Pesquisa Memória do Sertão, em especial Juliete, Gardênia e Angela.

E a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a construção desse trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem como sujeitos/objeto de estudo as trajetórias de vida de 21 professoras do alto sertão sergipano. Busco, a partir delas, compreender como se constituiu o campo educacional na região do alto sertão sergipano de 1950 a 1970. Para tanto, foi necessário apreender as marcas da educação impressas na memória daquelas que um dia foram alunas e se tornaram professoras e averiguar sua relação com as políticas públicas voltadas para a educação do sertão, o que recai nos objetivos específicos de mapear as principais características do alto sertão sergipano durante o tempo delimitado; analisar a constituição do campo educacional do referido cronótopo e interpretar o fazer-se professora a partir das experiências vividas. Para alcançar tais objetivos, fiz uso do referencial teórico da História Social e Cultural Inglesa, a partir de Edward Palmer Thompson (2011) e Raphael Samuel. Ambos trabalharam com a história vista de baixo, ou seja, os esquecidos pela história oficial. No processo de análise das fontes os conceitos de memória, de Paul Thompson e Raphael Samuel; experiência, de Edward Palmer Thompson; e prática escolar, de Luciano Mendes de Faria Filho e Diana Gonçalves Vidal, foram de suma importância para a compreensão da constituição do campo da educação do alto sertão. No tocante à investigação, essa privilegiou a pesquisa bibliográfica, documental e iconográfica, bem como a metodologia da História Oral. A investigação revelou que a ruralização da educação expandiu o ensino primário na zona rural dos estados brasileiros, embora essa estivesse submetida à política partidária que interferia desde onde as escolas seriam erguidas a quem iria assumir a cadeira de professor, e, por vezes, esta escolha não se deteve ao conhecimento do candidato à vaga. A pesquisa revelou também as etapas pelas quais passou a educação escolar no sertão, da mesma forma como as professoras sertanejas enfrentaram o desafio da vida e do fazer-se professora no alto sertão sergipano.

Palavras chave: Alto sertão sergipano. Educação. Trajetória de vida. Experiência. Memória.

ABSTRACT

The present work has as subject / object of study the life trajectories of 21 teachers from high sergipano backcountry. I seek from them, understand how they formed the educational field in the high backcountry sergipano 1950-1970 region. Therefore, it was necessary to understand the marks of education printed in memory of those who were once students and became teachers and determine their relationship to public policies for education of the hinterland, which lies in the specific aims to map the main features of High sergipano backcountry during the limited time; discuss establishment of the educational field and interpret the chronotype referred to a teacher from the experiences. To achieve these goals, made use of the theoretical framework of the Social and Cultural History English, from Edward Palmer Thompson (2011) And Raphael Samuel. Both worked with the history from below, ie, forgotten by the official story. In the analysis of the sources process the concepts of memory, Raphael Samuel and Paul Thompson, Edward Palmer Thompson experience and school practice Luciano Mendes de Faria Filho and Diana Gonçalves Vidal were of paramount importance for understanding the constitution of the field of higher education backcountry. Regarding research is focused bibliographic, documentary and iconographic research and the methodology of oral history. The investigation revealed that ruralization education expanded primary education in rural areas of the Brazilian states although this was subject to partisan politics interfered from where schools would be raised who would assume the professorship, and sometimes, this choice does not stopped the knowledge of the candidate the job. The survey also revealed the steps that passed school education in the hinterland, in the same way as the hinterland teachers faced the challenge of life and make a teacher in the high backcountry Sergipe.

Keywords: High sergipano backcountry. Education. Life path. Experience. Memory.

SUMÁRIO

CAPÍTULO INTRODUTÓRIO.....	15
1. “SOL DE FOGO”: O SERTÃO DO NORDESTE, A POLÍTICA PÚBLICA DE RURALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E AS CAMPANHAS DE ALFABETIZAÇÃO.....	38
1.1 Políticas públicas para educação na zona rural, em foco as mensagens dos governadores do Estado de Sergipe, nos anos de 1950 a 1979.....	55
1.2 Escola Normal Rural e Centros de Treinamento para formar professores, a partir das mensagens dos governadores do Estado de Sergipe.....	67
1.3 Sobre as campanhas contra o analfabetismo no Estado de Sergipe.....	76
2 A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO EDUCACIONAL NO ALTO SERTÃO SERGIPANO.....	83
2.1 Sobre a matrícula e o material didático escolar.....	94
2.2 O ensino primário no sertão: as escolas isoladas, as escolas rurais, as escolas reunidas e os grupos escolares vistos por baixo.....	109
3 O FAZER-SE PROFESSORA NO ALTO SERTÃO SERGIPANO.....	125
3.1 Cursos de treinamento e aperfeiçoamento para professoras “leigas”.....	134
3.2 Vidas que se cruzam, no caminho: a docência.....	141
3.3 A experiência das professoras e o espaço escolar.....	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA PEÇA.....	165
REFERÊNCIAS.....	174
APÊNDICES.....	188

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Brasil, Sergipe e em foco a região do alto sertão.....	40
Figura 2 – Implantação da Lei de 1971, no Estado de Sergipe, em 1974.....	66
Figura 3 – Implantação do Mobral no Estado de Sergipe, em 1974.....	82
Figura 4 – Imagem da professora Maria Doralice Ferreira e seus alunos, Graccho Cardoso, 1948.....	114
Figura 5– Escolas Reunidas Dom Juvêncio de Britto, 1972 em Canindé do São Francisco.	121
Figura 6– Turma de Professoras que fizeram o Curso de Treinamento Rural, realizado no Colégio Agrícola Benjamin Constant, em São Cristóvão, no ano de 1956.....	139
Figura 7 – Apresentação de Dom Pedro I, o herói do Brasil, realizada no Grupo Escolar Inácio Barbosa/Monte Alegre de Sergipe em 1965.....	156
Figura 8 – Desfile dos alunos da Escola Rural de Monte Alegre, em 1958.....	158
Figura 9 – Desfile dos alunos no terreiro da Escola Isolada Povoado Oricuri/Gararu, em 1975.....	158
Figura 10 – Purrão de guardar água.....	162

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Escolas do alto sertão em 1941.....	58
Quadro 2 – Construções, recuperação e reparos nas escolas do Estado de Sergipe, 1950-1970.....	60
Quadro 3 – Mosaico de recortes das Mensagens dos Governadores do Estado de Sergipe sobre cursos para os professores (1949-1978).....	70
Quadro 4 – Curso de Habilitação de Professores 1973-1975.....	73
Quadro 5 – Curso de Aperfeiçoamento de Professores 1971-1974.....	74
Quadro 6 – Curso de Atualização de Professores 1971-1974.....	75
Quadro 7 – Cursos realizados pelas professoras do alto sertão, nas décadas 1950 a 1970.....	136
Quadro 8 – Síntese biográfica de 21 professoras do alto sertão sergipano.....	144

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Açúdes existentes em 1971, no sertão sergipano.....	53
Tabela 2 – Dados estatísticos da Campanha de Educação de Adultos 1947-1949.....	78
Tabela 3 – Unidades Escolares das cidades do alto sertão sergipano, 1955-1971.....	87
Tabela 4 – Relação entre o número de professores e alunos no Estado de Sergipe, 1930-1970.....	88
Tabela 5 – Matrículas das cidades do alto sertão de 1967-1971.....	97
Tabela 6 – Alunos aprovados e repetentes das cidades do alto sertão de 1967-1971.....	99
Tabela 7 – Salário dos professores do Estado de Sergipe comparado ao do Juiz de Direito nas décadas de 1930 a 1980.....	127
Tabela 8 – Alfabetização da população rural de 1950 a 1970.....	129

LISTA DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

ITBEC – Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura

MEC – Ministério da Educação

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

SEPLAG – Secretaria de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão

TVG – TV Glória

PAMP – Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário

PNE – Plano Nacional de Educação

CAPÍTULO INTRODUTÓRIO

Mas o sertanejo faz exceção à regra. A seca não o apavora. É um complemento à sua vida tormentosa, emoldurando-a em cenários tremendos. (CUNHA, 2002, p. 166).

Assim como Euclides da Cunha revela o sertanejo como um homem forte, eu tentarei, neste trabalho, adentrar no sertão sergipano dos anos de 1950 a 1970, para desvelar a trajetória de vidas de sertanejas que se tornaram professoras e que deram ao sertão o seu bem mais precioso: a educação. Para isso tomo por metáfora a cultura do xale¹, produzido pelas mãos de sertanejas, para entender a vida do homem no campo e os desafios da educação. Assim como a lã ganha forma na mão da tricoteira, a educação formal do alto sertão sergipano foi desbravada pela coragem das “professoras leigas”. A tricoteira envolve a linha nas agulhas e entre os nós constituiu uma peça, cujos matizes e formas dependem da sua vontade e criatividade. Assim é a vida do sertanejo. Ele que vive entre os “dedos da natureza”, sempre em apuros na terra árida, debaixo da poeira, das estiagens, das perdas, mas ainda consegue tricotar a beleza no “sertão de Nosso Senhor”. Entre as dificuldades, se forma um valente, “caboclo” que da morte sempre escapa. O que tem este povo de especial? São esses sobreviventes! E essa é sua maior marca?

No vai e vem das agulhas uma nova peça se forma, como um milagre das mãos de quem tece, mas nada disso seria possível se não houvesse o “desenrolar” do novelo. Assim, como sentindo a necessidade de conhecer as histórias de vida que dão forma à educação do sertão, foi necessário iniciar o processo investigativo a partir das trajetórias de vida de 21 educadoras do semiárido, sujeitos que constituem meu objeto de estudo. Objetivo, a partir de suas narrativas, compreender a constituição do campo educacional do alto sertão de 1950 a 1970. Para tanto, foi necessário apreender as marcas da educação impressas na memória daquelas que um dia foram alunas e se tornaram professoras e averiguar sua relação com as políticas públicas voltadas para a educação do sertão o que recai nos objetivos específicos de mapear as principais características do alto sertão sergipano durante o tempo delimitado; analisar a constituição do campo educacional do referido cronótopo e interpretar o fazer-se professora a partir das experiências vividas.

¹ Xale é uma manta feita de lã que serve para, no caso das sertanejas, amenizar o frio das noites do sertão.

O recorte temporal, que vai de 1950 a 1970, representa um momento crítico do alto sertão sergipano. Nessa época a região recuperava-se da presença de Virgulino Ferreira da Silva, mais conhecido como Lampião e das constantes secas, principalmente no início das décadas de 1930 e 1970. O sertão de Sergipe foi “assombrado” pela escassez de chuvas e a falta de reservatórios, o que dificultou a sobrevivência do sertanejo. As longas estiagens alteravam/alteram as paisagens no sertão. O pasto de cor verde tornava-se/torna-se cinza, as árvores com suas mimosas folhas caíam/caem e os galhos sobressaíam/sobressaem. O solo avermelhado, desnudo pelo sol incandescente e o calor escaldante, matava/mata o capim, enquanto o xiquexique, o facheiro e o mandacaru eram/são os únicos a embelezarem a paisagem. O umbuzeiro em extinção revelava/revela sua resistência e durante o verão se apresentava/apresenta na sua cor verde e imponente. Poucas eram/são as reservas de mata, pois os criadores de gado desmatavam/desmatam para torná-las pastos. Os gados miúdos² eram/são os mais resistentes e para se defender do sol se abrigavam/abrigam debaixo das “catingueiras” e dos pés de juazeiros. Segundo Ribeiro (2006, p.314) “[...] levas de flagelados emergem do sertão esturricado pela seca e pelo sol causticante, enchendo, primeiro, as estradas, depois as vilas e cidades sertanejas com a presença sombria de sua miséria”.

Desde o século XIX, segundo Barros (1986, p.75) “[...] quando as secas se prolongam em demasia, é que levas de famílias abandonam o sertão, fixando-se nas margens do S. Francisco; voltando a chover, muitos destes retirantes voltam para suas terras”. Um século depois parece que nada mudou, a situação da estiagem continuava sendo um dos motivos da migração deste povo. Sertanejos reinventavam/reinventam possibilidades de sobrevivência, enquanto outros migravam/migram para o sul do Brasil. Os “caboclos” saíam da sua terra natal em busca de melhores condições de vida, neste trajeto o sentimento de perda os acompanhava, eles conviviam com as perdas das colheitas, do gado, dos familiares e conhecidos. Para os que ficavam na “terra árida”, o sentimento de morte e tristeza desaparecia quando a chuva devolvia ao povo a esperança de um futuro e recomeço de uma nova vida. Com isso o cenário educativo ficou em segundo, senão em terceiro plano.

A população rural cresceu no período 1940/1970, pois, em 1940 havia 376.085 e, em 1970, 485.329 habitantes, ocorrendo assim, um crescimento de 22, 5%. Por outro lado, a população urbana cresceu de 166.241 para 415.415 habitantes, representando, no mesmo período, aumento de 60%. [...]

² Também conhecido como, vaca “Pé Duro”, vacas sem pedegree. São vacas que não são muito leiteiras, mas são resistentes ao calor.

Aumenta, assim a população urbana, enquanto diminui sensivelmente a população rural. (ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO ESTADO DE SERGIPE, Aracaju (SE), maio de 1976, p. 15).

Assim sendo, a população do sertão, apesar do êxodo, também aumentou. A infraestrutura, porém, não dava condições necessárias para a sobrevivência adequada. A fome, a desnutrição, a falta de serviços básicos de saúde, somados ao clima quente e árido, faziam com que as prioridades dos sertanejos fossem dirigidas para estes fins. Assim, a educação não era bandeira de luta. Um exemplo deve ser evocado para que se compreenda o cenário em que as crianças sertanejas se encontravam na época estudada. Segundo Maristela de Sá, de 81 anos, professora aposentada do município de Poço Redondo, durante a década de 50 do século XX, as crianças observavam o alimento posto à mesa das docentes e, apesar da fome, elas aguardavam serem convidadas para almoçar ou levar o “resto da comida” para suas casas. O momento de seca gerava, no sertanejo, um sentimento de unidade, geralmente os vizinhos, parentes e a própria comunidade se solidarizavam. A fome e a sede sempre acompanhou o sertão, a postura “valente e destemida”, atribuída ao povo que faz do sofrimento uma aprendizagem para valorizar a vida acima de bens materiais, contorna os transtornos da miséria e embeleza a face do homem rural com a esperança, como canta Luiz Gonzaga:

Quando olhei a terra ardendo
Qual fogueira de São João
Eu perguntei a Deus do céu, ai
Por que tamanha judiação

Que braseiro, que fornalha
Nem um pé de plantação
Por falta d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão

Até mesmo a asa branca
Bateu asas do sertão
Então eu disse adeus Rosinha
Guarda contigo meu coração

Quando o verde dos teus olhos
Se espalhar na plantação
Eu te asseguro não chores não, viu
Que eu voltarei, viu
Meu coração

Hoje longe muitas léguas
Numa triste solidão
Espero a chuva cair de novo

Para eu voltar pro meu sertão

Quando o verde dos seus olhos
Se espalha na plantação
Eu te asseguro
Não Chores não, viu?
Que eu voltarei, viu meu coração.
(GONZAGA, 1947)

Na música de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, “Asa Branca”, fica nítida a esperança que incendeia o sertanejo. Sobreviver é, sem dúvida, a sua maior sina. Sendo assim, como na mão áspera, cansada e envelhecida da sertaneja a lã se tornava agasalho e adorno no pescoço das jovens “matutas”, o homem do sertão se construiu no encontrar-se das enxadas. Cada volta na “agulha da vida”, ele ganhava outra forma. Que forma era essa? Quem sabe? Cada um se constituía no movimento da cultura da época, família e aprendizagem da vida. Os desdobramentos da linha teciam o sertanejo, e esses eram: as secas do sertão, a vida de vaqueiro, a roça e as perdas da vida que do fraco faziam um forte. Neste ir e vir da linha, a história de vários sertanejos foi se construindo, o montar da peça chamada vida. Segundo França (2003, p. 78) a população sertaneja é composta por “mestiços descendentes de brancos originários de portugueses e espanhóis e de indígenas do grupo Tupinambá”. Esse era o sertão do “cabra da peste” e do “caboclo sonhador”, e foi desbravado por homens simples que buscavam pastagem, para Barros (1986, p. 71), “desde o século XIX, a região do São Francisco se destacava no cenário sergipano pela instalação de grandes currais”.

O sertão é, sem dúvida, a minha paixão, falar sobre ele, em qualquer área, provoca emoção, afinidade e um “espírito investigativo”. Desde a infância ouço histórias e estórias sobre a região que sempre foi um cenário de curiosidade para mim. Ainda criança, me apaixonei pelos encantos dessa região, assombrada pelas mazelas do poder público. Assim, quando ingressei na universidade e iniciei a pesquisa acadêmica, procurei um tema que contemplasse o sertão. Assim foi na minha monografia: “A contribuição do Grupo Escolar Cícero Bezerra para a sociedade gloriense: 1960 a 1990”, realizada no curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes, em 2004. Nela, privilegiei, para análise, a contribuição sócio educativa do Grupo Escolar Cícero Bezerra, implantado em 1963, na cidade de Nossa Senhora da Glória-SE. Ao realizar a pesquisa, descobri que a maioria das professoras somente tinha o primário.

O que ocorreu foi que não havia professores(as) formados(as) na cidade. Esta carência de profissionais da educação fez com que algumas pessoas que sabiam “ler, escrever e contar”

fossem “aproveitadas” na ausência de docentes formados. Esta realidade faz parte de todo o sertão sergipano, haja vista um número gritante até hoje de analfabetos. Conforme a Secretaria de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão (SEPLAG), através do Observatório de Sergipe com base nos dados demográfico de 2010 do IBGE, “o Alto Sertão (Canindé de São Francisco, Gararu, Monte Alegre, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha) apresenta a maior taxa de analfabetos do Estado. Além disso, Canindé do São Francisco exhibe a maior taxa do Estado, representando 29,96% da população”.

Tive a oportunidade de conversar com alguns docentes durante a coleta de dados sobre o Grupo Escolar Cícero Bezerra e fiquei surpresa com suas trajetórias de vidas. Dona Longuinha Santos, nascida em 1922, era professora do referido Grupo Escolar e relatou como foi sua carreira e sua “dedicação ao magistério”. Na época da entrevista, em 2004, ela estava muito enferma e me cedeu as fotos dos eventos que participou, da escola onde lecionou e queria me dar, também, os certificados dela. Eu recusei e ela disse que não iria precisar mais, porque sentia a morte. Meses depois ela faleceu. Deveria tê-los aceito. Lamento.

Na busca de fontes sobre a escolarização dos glorienses (como são chamados os moradores de Nossa Senhora da Glória), também tive a oportunidade de dialogar com a professora Maria Dejanira Sousa, na época, com 77 anos de idade. Ela já havia atuado em algumas “escolas isoladas” de Nossa Senhora da Glória e representaria, por certo, uma fonte significativa para compor a história da educação do sertanejo, não fosse o seu falecimento, em 2008. Durante a conversa, ela mencionou as dificuldades de ser professora no sertão, a falta de material didático, o espaço inadequado e, principalmente, a perseguição política, pela qual ela e outras colegas também passaram. Ainda contava com uma política partidária acirrada característica da época. Dentre os casos que ela relatou, a história da professora Savelina Gomes de Melo³ me marcou. Ela lecionava em seu povoado e, por “questões políticas”, foi obrigada a trabalhar muito longe da sua residência. Tendo uma prole numerosa, deixava a casa na madrugada e “[...] certo dia, ao retornar para casa da longa caminhada realizada a pé, encontrou um dos filhos enfermos e naquela mesma noite veio a falecer (Maria Dejanira Sousa, 2004)”. O que lhe encheu de culpa por não estar perto quando o filho precisou.

³ Filha de Cesário Gomes da Silva e Josefa Carolina da Silva, nasceu em 20 de outubro de 1935, no município de Nossa Senhora da Glória. Casou-se com João Vieira de Melo e tiveram 16 filhos. Savelina morreu aos 42 anos, em 1971, vítima de câncer.

Na época da escrita da monografia eu entrevistei dez docentes e todas elas mencionaram a intervenção da política na educação. Maria Dagmar Menezes, de 82 anos, professora respectivamente da Escola Rural, Escola Isolada e do Grupo Escolar Cícero Bezerra, começou a lecionar em 1948, na “Escola Rural Alto da Glória”, e, por intriga política, foi transferida para a cidade de “Tomar do Geru”, centro sul do Estado. Ela, porém, não aceitou a transferência e perdeu o cargo. Segundo ela, a perseguição política era tão forte que recebia “bilhetes desaforados” do grupo rival, provocando desavenças contínuas. Maria Dagmar afirmou que a tortura mais comum era a “guerra de nervos”: recadinhos, palavras e olhares, o que segundo ela desembocava em um sentimento de ameaça, fragilizando as emoções. Quando um grupo entrava na prefeitura, todos os opositores eram alvos de ataque, e, assim, Dagmar só retornou para a área da educação no ano 1963.

Conhecer as professoras Cleodice Tavares de Lima (87 anos), Maria Elena Aragão (80 anos), Joana Dalva Amaral (78 anos), Evanilde Lima Santos (74 anos), Marlene Alves Feitosa Silva (67 anos), me fizeram repensar o meu objeto de estudo durante a Graduação. Pensei, naquele momento, em analisar as trajetórias de vida das professoras nas escolas isoladas e a atuação delas no grupo escolar, mas a minha orientadora, na época, a professora Tereza Cristina Cerqueira da Graça, recusou a minha proposta devido ao pouco tempo que tínhamos para compor a monografia, e eu acatei os argumentos dela. Mesmo assim, reuni algumas fontes e guardei.

Passei por algumas seleções, tentando ingressar no Mestrado para dar continuidade à pesquisa que iniciei. Mas, infelizmente, o tempo não foi meu aliado, à medida que os anos se passavam eu perdia testemunhas da história, professoras que tinham tanta paixão em dialogar comigo sobre a educação no sertão. A morte, no seu tempo, ia deixando um vazio na escrita da história da educação em Nossa Senhora da Glória, minha terra natal. Então, decidi trabalhar por conta própria, entrevistei o maior número que pude de cidadãos glorienses, principalmente idosos que gostavam de “contar” histórias do sertão. Eu sou persistente e estava convicta de que as reprovações na seleção do Mestrado me concediam a oportunidade de refletir e pesquisar sobre meu “objeto de estudo”. Aprendi muito cedo que a persistência abre a porta do mundo irreal para o real. A paciência, sem dúvida, é um aliado dos fortes e eu abracei este sentimento de calma em meio às reprovações. Sou sertaneja.

Os meus objetivos, que poderiam ser resumidos em estudar a “história local”, me levaram a entrevistar artistas, artesãos, lavradores, mulheres solteiras e casadas que residiam

na Praça da Igreja Matriz em Nossa Senhora da Glória. Neste espaço, há um número relevante de idosos. Do ano de 2008 a 2010, fui professora da disciplina de “História” no ensino fundamental e médio do “Colégio Estadual Cícero Bezerra” e acrescentei no currículo o viés da “história local”. Além da aula teórica, eu saía da instituição com meus alunos e ia apresentando a cidade, a partir do olhar das testemunhas sobre fatos ocorridos no século XX. Assim, os alunos podiam conhecer o surgimento das primeiras ruas, praças e bairros. Nossa Senhora da Glória “nasceu” no século XX como a “cidade de taipa” e de intensas cores, pois as casas eram pintadas de laranja, rosa, verde e azul. Os prédios demolidos eram reconstruídos, a exemplo da residência do famoso Honório do Mandacaru, em cuja casa (de esquina) os glorienses costumavam ouvir seus versos e histórias.

Cada turma, a depender da série, conhecia um “fragmento” específico da história gloriense, a exemplo do “Vapor de Algodão”, da “invasão de Lampião”, das bodegas, das mortes do mercado⁴, dos enterros, das escolas isoladas, da chegada do protestantismo, da fundação do cemitério, do cinema em Nossa Senhora da Glória e da cultura das marocas, ou fuxiqueiras, cujas histórias eram relatadas com “graça” para chamar a atenção dos alunos. Os alunos faziam um relatório do aprendizado e tinham a oportunidade de entrevistar idosos, inclusive sobre a “cultura do romance” na cidade, tema atraente para os alunos adolescentes e jovens. Concordando com o historiador inglês Raphael Samuel, cheguei à conclusão que:

A História local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos. As categorias abstratas de classe social, ao invés de serem pressupostos, têm de ser traduzidas em diferenças ocupacionais e trajetórias de vida individuais; o impacto da mudança tem de ser medido por suas consequências para certos domicílios. Os materiais básicos do processo histórico devem ser constituídos de quaisquer materiais que estejam à disposição no local ou a estrutura não se manterá. (SAMUEL, 1989, p.220).

Quanto mais entrevistava os moradores glorienses, mais me apaixonava pela história do sertão. Tudo se tornou alvo de especulação. A cidade não tem nenhum livro que retrate a cultura do passado-próximo ou do tempo presente. Foi por isso que organizei uma equipe de pesquisa, com alunos do ensino fundamental, com o objetivo de coletar informações sobre a

⁴ Assim que o mercado foi construído, chegaram à cidade alguns peões que, devido a uma desavença com glorienses, foram mortos dentro do mercado.

história da cidade. Durante cinco anos, produzimos cinco documentários, contendo várias entrevistas, e reunimos duas mil fotografias, as quais scaneamos e reproduzimos, e hoje estas fotos fazem parte do acervo da pesquisa da “TVG⁵”. Fiquei satisfeita com o resultado. Pudemos conhecer a história do povo e contada por eles, ou seja, uma versão da história, desta feita, “vista de baixo”. Meus alunos se divertiam com os fatos contados, questionavam, riam e, principalmente, aprendiam as histórias do sertão, a partir do testemunho oral.

Desde 2010, começamos uma nova etapa dessa pesquisa sobre o sertão e, assim, os alunos e eu estamos coletando documentos, fotografias e realizando entrevistas com os cidadãos do alto sertão sergipano, já que percebemos que as cidades Monte Alegre, Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Porto da Folha, Gararu e Nossa Senhora de Lourdes não têm arquivos públicos e a memória do sertanejo está sendo esquecida. Foi na tentativa de preservar a memória e a história do sertanejo que enviamos o projeto “Padre Leon Gregório: um belga que se tornou sertanejo” para o edital Mais Cultura - Microprojetos do São Francisco e fomos contemplados. Isso porque este ator social teve uma repercussão em todo o alto sertão durante os anos de 1941 a 2011. Padre Gregório foi o responsável por várias ações no sertão, a exemplo da construção de hospital, escolas, asilo para idosos e casa de abrigo para os órfãos. Ele também distribuiu milhares de filtros de água para o sertanejo que sofria de enfermidades diversas devido à falta de tratamento da água. Ele ainda levou enfermeiras formadas para ministrar um curso para as parteiras glorienses nos anos 70 do século XX e, no período de seca, levava alimentos para as comunidades carentes. Ele, que era belga, decidiu viver e morrer em solo sertanejo. Com tal trajetória, Padre Gregório morreu no ano 2011, vítima de câncer. Ele está enterrado na Igreja Nova, em Nossa Senhora da Glória, a qual foi planejada e erguida por ele. Assim como Padre Gregório, outras histórias precisam ser contadas, dadas a ver e ouvir, pois identifica o sertanejo, fazendo dele participante da história.

A prática de registrar a memória do povo, priorizando a história local através da metodologia da história oral, fora legitimada no século XX. Raphael Elkan Samuel,

⁵ A TVGlória nasceu a partir de um projeto realizado no Colégio Estadual Cícero Bezerra sobre oficinas de vídeos, na época 113 alunos participaram, eles fizeram filmagens da noite gloriense, do cotidiano, da feira, escolas e fábricas. Elaboramos um vídeo de duas horas, contendo entrevistas e imagens da cidade de Nossa Senhora Glória. Após o término do projeto, um grupo de seis alunos, coordenado pela professora Cacia Valeria de Rezende, permaneceu registrando os eventos da instituição e entrevistando alguns cidadãos glorienses, então denominamos a equipe de TV da Escola do Colégio Estadual Cícero Bezerra. Depois de dois anos, trabalhando com material emprestado (filmadora, computador, impressora e câmara), enviamos um projeto para Microprojetos Mais Cultura e fomos contemplados, a partir daí nasce a TVGlória, já que não queríamos restringir o nosso trabalho em torno apenas do Colégio Estadual Cícero Bezerra, mas a toda sociedade gloriense.

historiador inglês, criou um centro de pesquisa sobre a vida local, onde as memórias e as histórias do povo inglês são preservadas. Ele entrevistou um número relevante de trabalhadores e, a partir da leitura da vida dos narradores, organizou fontes que até então eram desprezadas. Sobre elas, escreveu vários artigos e livros acerca dos marginalizados pela história elitista e concedeu à historiografia uma nova visão sobre a história inglesa. O olhar das testemunhas da história “vista de baixo” proporcionou novas e importantes reflexões sobre fatos históricos. Sobre sua atuação, esclarece Barreto (2013):

O que se pode apreender de Raphael Samuel em seus outros ensaios, livros e edições do History Workshop é que ele elegeu como objetos de suas investigações os mais marginais dos temas a exemplo dos proletários, de irlandeses católicos pobres, da iluminação pública, da rebelião colonial, da saúde pública dentre tantos outros temas. Outro aspecto que merece destaque é que não foi pela pesquisa historiográfica que Samuel contribuiu com a interpretação da História Social e Cultural Inglesa, mas simplesmente porque pôs a vida cotidiana de cidadãos simples no seu centro, popularizando a ciência e a concebendo não como realização e conclusão, mas como processo e debate. (BARRETO, 2013, p.5).

Foi nesta ânsia de compor e entender a história “contada” pelo povo, que surgiu o interesse de conhecer a educação no alto sertão sergipano. Durante décadas, os/as professores/as não foram ouvidas para revelar suas trajetórias educacionais e práticas escolares. Na atualidade, as professoras estão entre 70 e 90 anos de idade e precisam, por inúmeros motivos, serem ouvidas. Com isso, o trabalho extrapolou os seus objetivos iniciais, o que me tornou tributária de uma nova análise acerca da história da educação no alto sertão sergipano. Isso porque compreender a cultura escolar e as práticas escolares desenvolvidas na região me faz entender como se deram os primórdios do processo de escolarização do sertanejo. Para isso, me orientei nas seguintes indagações: Como se caracterizava o alto sertão nas décadas de 50 a 70 do século XX e como se constituiu a educação no alto sertão sergipano, nessas décadas? Qual era o perfil do professor no alto sertão? Assim sendo, considerei o que Sharpe (1992) pontuou acerca de uma história mais marginal. Para ele:

Essa perspectiva atraiu de imediato aqueles historiadores ansiosos por ampliar os limites de sua disciplina, abrir novas áreas de pesquisa e, acima de tudo, explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história. Mesmo hoje, grande parte da história ensinada nas sextas classes e nas universidades da Grã Bretanha (e também, supõe-se, em instituições similares por toda

parte), ainda considera a experiência da massa do povo no passado como inacessível ou sem importância; não a considera um problema histórico; ou, no máximo, considera as pessoas comuns como “um dos problemas com que o governo tinha de lidar”. O ponto de vista oposto foi vigorosamente apresentado por Edward Thompson em 1965, no prefácio de uma das principais obras de história inglesa [A formação da classe operária inglesa]. (SHARPE, 1992, p.41).

Assim sendo, o pressuposto que levanto é que as escolas do alto sertão restringiram-se a ensinar o sertanejo a ler, escrever e contar, já que as políticas públicas não investiram o suficiente para oportunizar à zona rural uma educação de qualidade. Apesar de oficialmente ditar as normas, haja vista que desde a década de 1930 o regulamento da instrução primária do Estado (dec. 25 de 3 de fevereiro de 1931) primava pela organização e formação adequada das professoras. Foram, porém, as professoras do alto sertão que sem formação e instrução adequada, com a mobília defasada, espaços inadequados e classes lotadas, criaram mecanismos próprios para controlar a turma e, com uma dinâmica rigorosa no seu dia a dia, atenderam às necessidades do esposo, filhos, casa e, principalmente, da profissão. Estas práticas escolares, tal como a cultura escolar que desenvolveram a partir das experiências, marcaram o início da educação formal no alto sertão.

O sertão de Sergipe é subdividido em baixo, médio e alto sertão. Escolhi me debruçar apenas no alto sertão, pois esta região contempla, além de Nossa Senhora da Glória⁶, minha terra natal, Canindé do São Francisco⁷, Poço Redondo⁸, Porto da Folha⁹, Monte Alegre¹⁰, Nossa Senhora de Lourdes¹¹ e Gararu¹². Segundo o IBGE (2010), este território possui uma

⁶ O povoado de origem chamava-se Boca da Mata que foi elevado à sede do 2º Distrito de Paz do município de Gararu, a que pertencia, por força da Lei estadual nº 835, de 06.02.1922, com a denominação de Nossa Senhora da Glória. A Lei nº 1.014 de 26.09.1928, elevou o distrito à município e termo judiciário. Elevado à cidade por Decreto-Lei estadual nº 69 de 28.03.1938. (Perfis Municipais. Nossa Senhora da Glória, 1997, p. 9).

⁷ Inicialmente Canindé foi elevado à vila por força do Decreto-Lei nº 69 de 28.03.1938 (município). Recebeu a categoria de cidade por força da Lei estadual nº 525-A de 23.11.1953, com denominação de Curitiba, desanexada do Município de Porto da Folha. Posteriormente passou a chamar-se Canindé do São Francisco por força da Lei nº 890 de 11.01.1958. (Perfis Municipais. Canindé do São Francisco, 1997, p. 9).

⁸ Criado pela Lei estadual nº 525 – A, de 25.11.1953, com território desmembrado do Município de Porto da Folha. (Perfis Municipais. Poço Redondo, 1997, p. 9).

⁹ Desconhece-se a data de sua criação. Por Decreto de 06.08.1832, foi transferida a freguesia de São Pedro de Porto da Folha para a povoação chamada Buraco, com a denominação de freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Porto da Folha, tendo sido elevada à Vila pela Resolução nº 664 de 11.05.1864; pela Resolução provincial nº 195 de 11.11.1896, é elevada à cidade com a atual denominação. (Perfis Municipais. Porto da Folha, 1997, p. 9).

¹⁰ Município criado pela lei nº 554 – a, de 25.11.1953 com sede no então povoado de Monte Alegre, desmembrado de Nossa Senhora da Glória. (Perfis Municipais. Monte Alegre, 1997, p. 9).

¹¹ Segundo Distrito de Paz do município de Canhoba, obteve sua elevação à categoria de município através da Lei nº. 1.034 de 13.05.1963. (Perfis Municipais. Nossa Senhora de Lourdes, 1997, p. 9).

área de 2.900,686 km². Embora o recorte espacial possa parecer grande, dado o pouco espaço de tempo para a conclusão do Mestrado, os objetivos o limitam, pois, para alcançá-los, fiz uso de uma amostra composta por entrevistas que realizei com apenas três docentes de cada uma destas cidades e contei com a ajuda de ex-alunos e colegas de trabalho que residem nessas cidades para identificar os primeiros professores. O recorte temporal de 1950 a 1970 compreende a vida profissional dos professores, cujas trajetórias constituem os sujeitos de estudo da dissertação.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa enveredarei pelo referencial da História Social e Cultural Inglesa¹³, através dos autores Edward Palmer Thompson e Raphael Samuel. Ambos trabalharam com a história vista de baixo e apresentam à sociedade científica uma versão diferenciada, já que suas principais fontes advinham do povo, esquecido pela história factual, política e econômica. Segundo Burke (2008):

A influência de Thompson sobre historiadores mais jovens foi muito grande. Ela é óbvia no movimento “History Workshop”, fundado na década de 1960 sob a liderança de Raphael Samuel, que dava aulas no Ruskin College em Oxford (um centro para alunos mais velhos, da classe trabalhadora). Ele organizou muitas conferências, que preferia chamar de workshops, fundou uma revista, History Workshop, e, com seus inúmeros artigos e seminários, inspirou muitas pessoas a escrever história (inclusive história cultural) “a partir de baixo”. O carismático Thompson também inspirou historiadores da cultura popular, desde a Alemanha até a Índia. (BURKE, 2008, p. 30-31).

Filiando-me à História Social e Cultural Inglesa pude utilizar a diversidade de material que cerca o meu objeto de estudo, para compreender os costumes, mentalidades, valores e tradições imbuídos na escola do sertão. Estas informações possibilitam ao pesquisador ampliar a sua visão, ou seja, enxergar além do documento oficial e do depoimento das testemunhas, o que o faz conhecer a cultura e singularidade de um tempo e um espaço escolar. É através das experiências, segundo Thompson (2011), que as pessoas se compõem. Na visão de Sharpe (1992):

¹² Pela resolução n° 1.003 de 10.04.1875, foi criada a freguesia do Bom Jesus dos Aflitos do Curral de Pedras, desmembrada de Nossa Senhora da Conceição da Ilha do Ouro, vindo a ser município pela Resolução n° 1.047, de 15.03.1877 com a denominação atual. (Perfis Municipais. Gararu, 1997, p. 9).

¹³ Segundo Barreto (2013), a “History Workshop” era uma Oficina de História criada pelo historiador Raphael Samuel com a intenção de historiografar as versões do povo. Tal feito, por certo, visava ampliar as definições de nação, identidade e diversidade cultural da Grã-Bretanha.

[...] Thompson não se limitou apenas a identificar o problema geral da reconstrução da experiência de um grupo de pessoas “comuns”. Percebeu também a necessidade de tentar compreender o povo no passado, tão distante no tempo, quando o historiador moderno é capaz, à luz de sua própria experiência e suas próprias reações a essa experiência. (SHARPE, 1992, p.42).

Assim, a História Social e Cultural Inglesa proposta por Thompson atende às novas demandas dos cientistas sociais, que vislumbram entender os espaços contemplados, até então, tanto pelo positivismo, como pelo marxismo, e que têm, por certo, ampliado as fontes históricas. Ela surge para ser uma alternativa à história tradicional e se constitui por uma história-problema. Dentro desta perspectiva, o historiador é livre para dialogar com outras ciências (psicologia, sociologia, filosofia, literatura, geografia, entre outras), com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre os objetos de estudo, já que, conforme Thompson, (2011, p.67) “As maiorias sem linguagem articulada, por definição, deixam pouco registro de seus pensamentos”. O romper com as muralhas da história tradicional e se deixar “embriagar” por outros campos do conhecimento não é tarefa fácil, porém, a variedade de fontes que dela resulta, contribui com um olhar aprofundado sobre o objeto. Segundo Thompson (2011), a história do povo finalmente pode ser contemplada. Pare ele

Se estamos interessados na transformação histórica, precisamos atentar para as minorias com linguagem articulada. Mas essas minorias surgem de uma maioria menos articulada, cuja consciência pode ser atualmente considerada “subpolítica” – composta por superstição ou irreligião passiva, preconceitos e patriotismo. (THOMPSON, 2011, p.67).

Trabalhar com as trajetórias de agricultoras analfabetas ou semianalfabetas que se tornaram professoras requer cuidado para não se utilizar de termos pejorativos adotados por pesquisadores anteriores e, principalmente, quando se aborda o cenário do sertão nordeste brasileiro. Esta região ainda permanece sendo alvo de discursos políticos e de construção de imagem que visa atrair recursos financeiros que lamentavelmente beneficiam a minoria. Nisso percebo o quanto é importante partir da experiência individual de cada uma dessas jovens sertanejas para entender o fazer-se professora, pois conforme Thompson, (2011, p.9) “Fazer-se, porque é um estudo sobre um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos”.

Ir além das correntes positivista e marxista e compreender os sujeitos da pesquisa/objeto de estudo, a partir da cultura têm sido um desafio que tem rendido trabalhos

inéditos. A riqueza de informações permite adentrar no campo do desconhecido. Temas como a história da mulher, crianças, operários e a história local têm sido abordados por esta ótica. Assim, estudar o objeto a partir do âmbito cultural é adentrar no emaranhado da alteridade. É perceber mundos diversos de um povo, o que, sem esta percepção, seria impossível enxergar. Através das particularidades desta corrente teórica é possível “mergulhar em águas mais profundas”, onde as diversidades trazem ao pesquisador elementos novos, a exemplo o uso da memória como fonte. Apesar de divergências quanto à veracidade das informações guardadas, a memória tem sido fonte. Ela não cessa de conceder aos pesquisadores elementos novos, cheios de detalhes e uma riqueza de informação que documento algum pode conter e foi a invenção do gravador no século XX que proporcionou a construção do documento, a partir da memória. Segundo Alberti (2004), a metodologia da História Oral se revela adequada para o estudo da história de memórias, isto é, de representações do passado, o que corrobora com a visão de Samuel quando este afirma que:

Documentos não podem responder; nem, depois de um certo ponto, eles podem ser instigados a esclarecer, em maiores detalhes o que querem dizer, dar mais exemplos, levar em conta exceções, ou explicar discrepâncias aparentes na documentação que sobrevive. A evidência oral por outro lado é infundável, somente limitada pelo número de sobreviventes, pela ingenuidade das perguntas do historiador e pela sua paciência e tato. (SAMUEL, 1989/1990, p.230).

Para analisar as práticas e representações de escolas, Clarice Nunes (2003, p. 17) deixa claro: “As escolas também são ‘celeiros’ de memórias, espaços nos quais se tece parte da memória social. Por isso professores, alunos, diretores, merendeiras, serventes tornam-se personagens a serem ouvidas, já que são testemunhas do trajeto escolar”. Diante disso, a escolha da metodologia da História Oral não só se justifica como se torna imprescindível para a composição da história da educação do sertão sergipano no espaço de tempo determinado. Isso porque, a partir do contato do historiador com o povo, temas novos surgem para suprir a lacuna da historiografia, focada, sobretudo, nas histórias dos grandes feitos e dos grandes heróis.

Como já anunciado, em meados do século XX, as narrativas da vida de operários, camponeses, mulheres, crianças, prostitutas, passaram a ser ouvidas e analisadas, sobretudo pelo “grupo de historiadores” ingleses composto por Edward Palmer Thompson, Christopher Hill, Eric Hobsbawm, Arthur Leslie Morton, John Saville, George Rude, Rodney

Hilton, Dorothy Thompson, Edmund Dell, Victor Kiernan, Maurice Dobb e Raphael Samuel. Esse último pesquisou sobre a vida de pessoas simples que fizeram parte do cenário do século XX, na Inglaterra. Samuel deixou um legado através das publicações e do seu movimento intitulado “Workshop de História”. Esta guinada de temas só foi possível pelo diálogo entre as diversas fontes que compõem a história, onde ganham força os testemunhos. As fontes são como tijolos na escrita do historiador, pois ele depende delas para produzir conceitos, compor ideias e “revolucionar o campo”.

As histórias de vida narradas pelas testemunhas são cheias de detalhes e apresentam versões diferentes de um mesmo fato. Esta diversidade de leitura deixa o acontecimento mais intrigante, já que a experiência de vida de cada entrevistado abre um leque de análise para o pesquisador. O ato de lembrar constitui-se um recorte de informações restrito, pois cada um recorda apenas do que quer dizer. Isso porque a memória é plena de escolhas e também de esquecimentos. Por isso, quanto mais entrevistas realizadas, menos riscos o pesquisador corre de abraçar versões distorcidas e errôneas. Sobre isso, esclarece Samuel (1989):

A memória tem sua própria seletividade e seus silêncios, assim como o relato escrito tem seus vieses burocráticos e vazios irrecuperáveis. Pode ser forte, em linhas gerais, mas inconstante quando refere-se a fatos; reservado em alguma área de experiência enquanto, em outras, é inesperadamente explosiva. Não pode nos dizer como a realidade foi percebida na época, mesmo quando pode ser evocada nos mínimos detalhes; e é fácil demais abrandar as dificuldades no arrebol momo da nostalgia. (SAMUEL, 1989, p. 239).

Segundo Alberti (2004) a memória é a presença do passado. Por isso é no ir e vir ao passado que o historiador busca compreender a história. Durante a entrevista, as testemunhas desenrolam o novelo da vida. Só que esse novelo por vezes tem “nó”, o que chamo de interrupção do ato de lembrar. Isso porque o novelo é desenrolado com emoção, omissão e construção de verdades. Não há inocência nas lembranças. Por isso que o nó, cortes ou intervalos da vida mexem com o olhar do pesquisador. Trabalhar com os recortes das testemunhas é adentrar num quebra-cabeça. Passamos de pesquisador para Sherlock Holmes, um investigador, como nos induz Humberto Eco (2004). O enredo das narrações é a construção de um aglomerado de lembranças de um tempo histórico, por isso, o processo de seleção das fontes requer um olhar atento, observador, para perceber o que a memória representa.

Esse dilema não é, evidentemente, estranho à teoria da narrativa: contar uma história é operar por exclusão, é selecionar e ordenar os acontecimentos de acordo com o sentido que se lhes quer conferir e que se quer conferir à própria história. Mas isso não quer dizer que o resultado da exclusão e da seleção não tenha relação com a realidade. Ao contrário, é preciso tomar cuidado para não incorremos no extremo oposto, passando a sustentar que tudo não passa de versões do passado, ou ainda que toda construção narrativa é “ficção”. Pois, como bem lembra Hochhuth, se a história de Pauline e Stasiek jamais fosse contada – mesmo com todas as mentiras, mesmo com todas as exclusões –, aí mesmo é que ela jamais viria à tona. (ALBERTI, 2004, p. 69).

Outro aspecto que deve ser considerado é que a ampliação das fontes permitiu um ganho inestimável para a história, pois tanto a elite como o povo são contemplados através da metodologia da História Oral. Segundo Alberti (2004), em 1980 foi publicado, na Alemanha, o primeiro livro “de peso” voltado para a teoria e a metodologia da História Oral. Tratou-se de uma coletânea de autores norte-americanos, ingleses, franceses, italianos e alemães que tinham o objetivo de que a metodologia da História Oral fosse um instrumento para a construção de fontes de qualquer classe social, sem restrição. No entanto, a autora declara que por mais que nos esforcemos por democratizar o acesso à produção histórica, dificilmente os trabalhos realizados a partir da história “vista de baixo” seriam lidos pelos próprios entrevistados, já que esses grupos não participam normalmente do mercado literário. O que não quer dizer que não tenham que ter suas histórias registradas e dadas a ler (ALBERTI, 2004).

A ficção e a realidade que envolve as entrevistas, por certo, exercem um “fascínio” no pesquisador. As lembranças narradas pelas testemunhas estão carregadas de ideias, costumes, sentimentos e acontecimentos que foram evidenciados na experiência de cada um. Estes “fragmentos” da história são, talvez, a única fonte sobre temas que estão vivos nas recordações das testemunhas do passado. Como nos negar a fazer uso dessa metodologia, se por meio dela também podemos nos libertar de visões preconceituosas sobre a cultura popular e adentrar no mundo dos “marginalizados”, onde os mitos são contados com tom de veracidade, despertando, muitas vezes, no pesquisador, sentimentos como riso, medo, desconfiança, certeza e incerteza do certo e errado. Para Samuel (1989):

A evidência oral torna possível não apenas o preenchimento de vazios, mas também a redefinição de o que se trata na História local. Ao invés de

permitir que os documentos estruturem o trabalho – ou que filtrem categorias de lei, contabilidade ou governo local –, o historiador pode fazer com que a pedra de toque se torne a experiência real da vida das pessoas, tanto no meio doméstico como no trabalho. Ele pode lidar com os problemas comuns não relatados do dia-a-dia, assim como com catástrofes melhor documentadas (enchentes, guerras de famílias), suicídios e assassinatos, namoro e casamento, bastardia, práticas de trabalho, greves. Ele pode tomar o pulso da vida cotidiana assim como registrar os tremores mais raros dos grandes eventos, acompanhar o ciclo das estações, mapear as rotinas semanais. (SAMUEL, 1989, p.232-233).

O que é mentira e verdade? No diálogo com as fontes, o pesquisador apenas se aproxima de uma suposta verdade, que também pode ser uma mentira. Tudo é relativo. Qual é a fonte verdadeiramente confiável? As fontes são criações humanas, assim como a cultura. E o que não é? Natureza, pois não é cultura. Os documentos oficiais, as fotografias e as fontes orais devem ser analisados cuidadosamente, a desconfiança ajuda o pesquisador a ser prudente no processo de interpretação dos fatos, independente do tipo de fontes. Thompson é um exemplo daqueles que utilizaram a história “vista de baixo” para compor uma das suas mais significativas obras: “A formação da classe operária”. Neste livro ele expõe a visão das testemunhas sobre vários aspectos do operariado inglês, contrariando, à época, a visão dominante, qual seja: a história contada a partir da elite econômica. Na visão de Peter Burke:

Retrospectivamente, o famoso [livro] de Edward Thompson, A formação da classe operária inglesa (1963), aparece como um marco na história cultural britânica. Por outro lado, quando foi publicado, o livro recebeu críticas de alguns colegas marxistas pelo que eles chamavam de “culturalismo”, ou seja, por colocar ênfase nas experiências e nas ideias, e não nas duras realidades econômicas, sociais e políticas. A reação do autor foi criticar seus críticos pelo “economicismo”. (BURKE, 2008, p.37).

Ainda segundo Burke:

Uma conclusão que poderíamos extrair dos debates sobre cânones e multiculturalismos é que, embora não possamos esperar que os historiadores culturais resolvam os problemas contemporâneos, o estudo da história cultural deveria permitir às pessoas pensar sobre algumas dessas questões de maneira mais lúcida. Como o historiador brasileiro Gilberto Freyre sugeriu 60 anos atrás, enquanto a história política e militar, empreendida num estilo nacionalista, muitas vezes separa as pessoas, “o estudo da história social e cultural” é ou poderia ser uma maneira de “aproximar pessoas” e abrir “vias de compreensão e comunicação entre elas”. (BURKE, 2008, p.180).

A história trabalhada a partir do viés cultural foi e é alvo de vários debates e desacordos entre “marxistas e culturalistas”, mas, segundo Burke (2008), ela pretende fazer o leitor refletir sobre os problemas e não tem o papel de resolvê-los, ou seja, ela expõe a situação da maioria, considerando a experiência, cultura e tradição. Aqueles que nunca foram abordados passam a ser vistos, já que ignorá-los ou escondê-los não iria apagar a sua existência. Não podemos negar a participação deles, colocando-os, desta forma, à margem dos registros históricos e outros acontecimentos. Edward Palmer Thompson (2011) afirma a existência de motins que contavam com a presença de homens e mulheres simples, mas que tiveram seus nomes substituídos por termos pejorativos. Assim, as contribuições temáticas proporcionadas pela história social e cultural possibilitam compreender uma fatia do todo. Isso porque o objetivo é entender as partes que compõem o todo. A história passa a ser entendida da micro para a macro, cujos pedaços são de tempo e espaço. Encontrar esses pedaços e analisá-los a fim de afunilar o conhecimento sobre a história do homem no tempo, requera busca de indícios, sinais e sintomas, como confirma Lévy:

A abordagem micro-histórica dedica-se ao problema de como obtemos acesso ao conhecimento do passado, através de vários indícios, sinais e sintomas. Esse é um procedimento que toma o particular como seu ponto de partida (um particular que com frequência é altamente específico e individual, e seria impossível descrever como um caso típico) e prossegue, identificando seu significado à luz de seu próprio contexto específico. (LÉVY, 1992, p.154).

A abordagem micro-histórica possibilita uma análise mais densa de um fato específico, o que nos permite ampliar a visão dentro de um contexto da macro-história. Os resultados dessas pesquisas têm “corrigido” várias falhas de interpretação da história geral. Isso autoriza a afirmar que estes temas são tão importantes quanto os que têm um objeto mais global. Nestes termos, a abordagem micro-histórica tem proporcionado trabalhos voltados para as camadas menos favorecidas, que por muito tempo foram marginalizadas pela história, o que vem contribuindo para a história social e cultural e alongando o campo da historiografia.

Na perspectiva de compor uma história social e cultural da educação no alto sertão, utilizo três noções: memória, de Paul Thompson; cultura escolar, de Dominique Julia; e prática escolar, de Luciano Mendes de Faria Filho e Diana Gonçalves Vidal. Esses conceitos

me auxiliam na compreensão das trajetórias das professoras do alto sertão, a partir das suas memórias. Segundo Dominique Julia:

[...] a cultura escolar não pode ser estudada sem o exame preciso das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas. A cultura escolar é descrita como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos. (JULIÁ, 2001, p.9).

A visão de Juliá (2001) sobre a constituição da cultura escolar passa, necessariamente, pela constituição das normas, mas há que se considerar também sua apropriação, pois cada instituição de ensino demonstra que há uma singularidade no seu cotidiano que depende do seu entorno, de suas peculiaridades, de seu público e é isso que faz com que as práticas sejam diferenciadas. Assim sendo, compreender a educação do alto sertão pressupõe entender a cultura ou as culturas escolares a partir das práticas, que, por sua vez, foram analisadas a partir dos testemunhos das professoras que também foram alunas. Isso porque se pressupõe que cada professora adotou uma postura diferente frente ao desafio do cotidiano escolar, daquela época e daquele espaço. Com contextos semelhantes, umas eram rígidas, outras, mais brandas, e assim, através de suas experiências, elas se compuseram educadoras.

Algumas velhas professoras do alto sertão sergipano, fazendo uso da memória, falaram do passado com o encadeamento de fatos, organizados nas “gavetas do passado”. Estes acontecimentos foram armazenados e agora elas sentiam prazer de apresentar sua história de vida. Segundo Paul Thompson (1992), o velho desenvolve a reminiscência como algo natural da faixa etária, embora reminiscência já tenha sido considerada uma patologia, mas, contemporaneamente, é vista como algo normal e saudável. Assim sendo, a narrativa da história de vida funciona como uma terapia para o idoso que sente o desejo de falar e ser ouvido. E o fato de ter alguém para ouvi-lo, devolve para ele a sensação de respeito à vida.

A terapia de reminiscência, tanto quanto a psicanálise, não é uma panacéia. Os fundamentos de seu poder transformador, como se dá com a própria história oral, são bastante simples: escutar com seriedade o que as pessoas idosas têm para dizer. Por meio disso é que uma pessoa desprezível difícil e lamentosa pode se tornar uma pessoa completa, até mesmo alguém com algumas experiências semelhantes, aos olhos de uma jovem enfermeira antilhana. Quando o pessoal de atendimento não chega a conhecer seus pacientes, é fácil se tornarem eles meros corpos a quem se deve dar de comer

e de beber, controlar e manter vivos. A comunicação pode torná-los gente novamente. (THOMPSON, 1992, p. 215).

Thompson (1992) afirma que a comunicação muda a conduta do idoso, ela pode tornar o idoso mau humorado, a mais doce criatura. O desenrolar do novelo da vida o faz ser conhecido, visto e ouvido. Voltar a ser percebido é dar impulso à terapia da reminiscência. Os velhos que rememoram são citados pelo autor como os mais felizes. Eles se divertem com o passado e brincam ao contar a história, ora real, ora inventada. Durante as entrevistas com as professoras do alto sertão era explícita a alegria delas ao serem ouvidas. O ato de falar elevou seus semblantes, e a satisfação de ser ouvida sobre suas vidas ficou nítida no olhar de cada uma das 21 professoras.

Para além da metodologia da História Oral, fiz uso da pesquisa bibliográfica, documental (folha de pagamentos dos professores nesse período, relatórios, recibos, cadernos, diários, certificados, decreto, portaria, entre outros) e iconográfica. Sendo que a pesquisa iconográfica está ancorada em Marcus Levy Bencostta (2011). Investigar dialogando com os autores (de referência sobre memórias e práticas educativas) e as fontes encontradas no processo de levantamento de dados é um dos tantos outros desafios do pesquisador. Dentre todas as etapas, a interpretação do pesquisador é um estágio que exige muita atenção e observação, pois escrever sobre a história do tempo presente¹⁴ é uma das mais difíceis tarefas, já que o pesquisador tem que ser ético com as testemunhas e honesto no processo de análise dos dados. Assim sendo, esta responsabilidade requer sensibilidade, caráter e compromisso com o produto final do processo investigativo que será relatado no decorrer da escrita.

As fontes documentais foram pesquisadas nos acervos da prefeitura de Nossa Senhora da Glória, nos arquivos pessoais das professoras do alto sertão sergipano, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/SE), no Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura (ITBEC), na Inspeção Escolar, no Arquivo Público de Sergipe, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, na Biblioteca da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de Sergipe, na Secretaria da Educação do Estado de Sergipe, e no Sítio “SóArte” do artesão Cícero Alves dos Santos. Nesse sítio ele dispõe de várias imagens que representam a educação no sertão, como, por exemplo: a ida da professora à escola, o tipo de escola do sertão, a

¹⁴A história do tempo presente vem ganhando legitimidade, pois embora, trabalhe com um passado mais próximo, com os acontecimentos indefinidos ou até mesmo no meio dele, o historiador do tempo presente se vale das mesmas premissas que o historiador de um período mais longínquo, sendo ambos, inclusive, passíveis de erros e preconceitos. Eric Hobsbawn foi um dos historiadores que, participado como agente histórico, narrou seu tempo.

mobília escolar, o uso da cartilha, os tipos de castigos, a vestimenta da professora, a família da docente, a visão do aluno sobre a professora e a postura da docente frente à sociedade sertaneja.

Foi com a intenção de compreender a composição do campo da educação no sertão que visitei as sete cidades que contemplam o alto sertão sergipano e entrevistei três professoras de cada município, geralmente as mais velhas. Iniciei a pesquisa em Nossa Senhora da Glória, segui para Gararu, Monte Alegre, Poço Redondo, Canindé do São Francisco, Porto da Folha e Nossa Senhora de Lourdes. Viajei para todas essas cidades para conseguir entrevistar as professoras, recolher documentos, reproduzir fotografias e identificar imagens que poderiam compor mais e melhor o tempo e o espaço pesquisados.

Todo o processo desta pesquisa foi um desafio. Primeiramente, não sabia onde essas professoras moravam. Nos lugares em que eu tenho ex-alunos ou colegas professores, como nas cidades de Poço Redondo e Canindé do São Francisco, eles localizaram as professoras e me acompanharam até a residência das docentes. Muitas delas moravam em fazendas e povoados espalhados pelo sertão. Enquanto em outros municípios, como Nossa Senhora de Lourdes e Porto da Folha, contei com a coragem e bati nas portas dos moradores da cidade a procura das docentes. O segundo desafio é o deque a pesquisa coincidiu com um ano de eleição. Para fazer as entrevistas, fui obrigada a parar várias vezes no meio das mesmas, e por isso tive que retornar até três vezes em um mesmo município para continuá-las, já que os carros de som das propagandas políticas estrondavam as pequenas cidades. O terceiro desafio foi que realizei as entrevistas no período de chuva, tão rara no sertão. Muitas professoras residiam em povoados e fazendas, as estradas de chão estavam molhadas, esburacadas e deslizavam muito. Meu transporte foi moto e, em outros momentos, o carro. Por certo, a falta de saneamento me fez temer, mas nada que me fizesse desistir.

Utilizei um roteiro único para todas as professoras, filmei, gravei suas vozes e fotografei as professoras, suas residências e suas fotos antigas. As imagens¹⁵ das professoras foram reproduzidas e pude organizar um acervo de 250 fotografias das professoras do alto

¹⁵As entrevistas foram cedidas, pelas professoras, a partir da Carta de Cessão de direitos, dispondo sobre os direitos e deveres do entrevistado, bem como o esclarecimento sobre uso das entrevistas para fins de pesquisa acadêmica. Para tanto, lancei mão de roteiros semiestruturados, seguindo o modelo do geral, específico e parcial de acordo como Manual de História Oral, de Alberti (2004). As entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo, devidamente transcritas em Microsoft Word 2010. Essas se encontram armazenadas no acervo, que se constituirá no Centro de Memória da Educação Sergipana.

sertão. As imagens foram analisadas cuidadosamente para compreender a trajetória destas mulheres e o universo escolar. O álbum de família foi um mecanismo para visualizar a vida destas jovens, antes de se tornarem professoras, durante e depois. Foram considerados aspectos do tipo: como viviam, as diversões, amigas, namorados, vestimentas, escolas que ensinaram, transporte até chegar à escola e quem foram suas colegas de trabalho, qual a faixa etária das docentes e onde funcionavam as escolas do alto sertão. Na visão de Bencostta (2011), estes tipos de registros, em especial os que trazem a escola como tema central,

[...] são objetos culturais que guardam fortes vínculos entre a memória dos personagens da escola e a memória da própria instituição, visto que enquanto documentos, essas fotografias se consistem em testemunho e representação da escola primária em determinada época, pois revelam a um só tempo de ser, mas também o de se conceber a escola; além de revelar formas determinadas de os sujeitos se comportarem e representarem seus papéis - professor, aluno, classe etc. Elas trazem informações sobre a cultura material escolar, como os arranjos espaciais (arquitetura), as relações sociais, os contextos humanos (professores, alunos, diretores e suas respectivas posturas) e sobre as práticas escolares (festas de encerramento do ano letivo, entrega de diplomas, desfiles e comemorações cívicas, solenidades, etc). (BENCOSTTA, 2011, p.5).

Durante a coleta de material icnográfico, as imagens das professoras participando de casamentos e batizados eram notórias, elas eram convidadas para serem madrinhas dos enlaces e do batismo de recém-nascidos. Como pessoas que transmitiam segurança, muitos sertanejos confiavam os seus filhos às professoras. Através do batismo das crianças, estas mulheres passavam à posição de comadres, ou seja, tornavam-se parte da família. De professora à madrinha, elas passavam a ser a segunda mãe dessas crianças. Amadas pelos afilhados, participavam das festas de aniversários e tornavam-se madrinhas de casamentos, acompanhavam o nascimento dos filhos deles, ou seja, eram conselheiras e testemunhas da alegria e tristeza das crianças que se tornaram adultas.

No decorrer das entrevistas algumas professoras se emocionaram ao relatar suas histórias de vida. Tanto o riso como o choro foram presentes. Corpos envelhecidos pelo tempo, rugas e cabelos brancos, mas as memórias aproximavam-nas de um passado próximo. Elas, as memórias, proporcionavam um retorno a um tempo histórico, que não vivi, na verdade nem havia nascido, mas que me desperta interesse, pois elas são as testemunhas de parte da história da educação do sertão sergipano. Não ouvi-las é perder mais um pedaço da nossa história.

Com suas vozes baixas, trêmulas e, às vezes, silenciadas, revelaram um “boom” de sentimentos que marcaram os olhos, os lábios e o corpo. Seguravam as lágrimas, escondiam ou lançavam as mágoas pelos poros. Um suspiro profundo. Paravam, pensavam, olhares desconcertantes de momentos que não queriam relatar, parece que ainda as afetavam. O que elas escondiam? Talvez nunca saiba. Mas pude perceber aquilo que as palavras não podiam contemplar, as entrelinhas de um diálogo interrompido.

Conquistar a confiança dessas mulheres foi um processo contínuo de prudência ao falar da minha pesquisa. O sucesso da tática rendeu entrevistas ricas pela vivência das educadoras que expunham com liberdade e sem medo suas trajetórias de vida. É claro que algumas falavam mais que outras. A promessa de devolução das transcrições das entrevistas filmadas também reduziu o temor de se expor, e elas puderam visualizar a construção do trabalho a partir de suas falas, e algumas complementaram o vídeo com novas informações. Foi assim que recolhi 200 documentos cedidos pelas professoras. Um guardavam muitos documentos da época, outras preferiram se livrar de tanto papel, porém, a maioria ainda guardava com cuidado fragmentos da sua história.

O material filmado foi transcrito, tarefa árdua, mas também emocionante. Ouvi de novo a história de vida dessas mulheres e nesta escrita pude senti-las desenrolando, para uma estranha, o novelo das angústias, alegrias, dúvidas e sofrimentos que nem sempre as palavras sabem representar. A leitura da expressão do rosto dialogava comigo. A linha da vida e seus nós e entaves foram debulhados ora com sincronia de eventos, ora com falhas de sucessão de acontecimentos. O esquecimento¹⁶ foi muito presente na fala de algumas. Elas dizem que não lembravam mais. Enquanto outras expunham o passado como se tivesse ocorrido no instante. Lembravam detalhadamente de minúcias. O que ocorre com as mentes? Por que umas preferem esquecer? E outras lembrar? Somente a psicanálise talvez nos dê esta resposta, pois segundo Paul Thompson (1992, p.197), “[...] a psicanálise é a magia de nossa época. O estranho poder dos psicanalistas - de ouvir e curar, de libertar a angústia e a culpa dos grilhões

¹⁶ Na perspectiva Benjaminiana, as “lembranças surgem como raios, iluminações que são despertadas pelo nosso espaço/presente imediato, elas são, via de regra, isoladas” (Seligmann da Silva, 2003, p.410). Porém, para conservar as imagens, há como que uma petrificação ou cristalização das imagens a qual se quebra com choques, com rupturas, com descontinuidades, saltando das ruínas permanentes em que nos encontramos. “Estas são ruínas: marcas tanto da destruição como também da conservação: para Benjamin a destruição fortalece a eternidade dos destroços. As ruínas da memória, em parte soterradas, guardam o esquecido, que choca aquela que se recorda com o segredo que ele (isto é, o esquecido) encerrava” (PAIM, 2005, p. 410).

de um passado de que havíamos esquecido e, por meio de sua expressão, fazer com que repousem”.

Assim sendo, valendo-se das lembranças e esquecimentos das velhas professoras, a dissertação cumpre a seguinte estrutura: Capítulo introdutório, onde expus meu objeto, objetivos, justificativa e referencial teórico e metodológico, bem como um breve contexto histórico do alto sertão sergipano das décadas de 1950 a 1970. No primeiro capítulo, intitulado “Sol de Fogo: o sertão do nordeste, a política pública de ruralização da educação e as campanhas de alfabetização” faço uma contextualização da região nordeste, evidenciando a vida dos sertanejos nos estados nordestinos, focando o alto sertão sergipano e as políticas públicas para remediar a situações-problema criadas pelas secas, a ruralização da educação, a expansão do ensino primário através das escolas rurais e as campanhas de alfabetização.

“O campo educacional no alto sertão sergipano” é o título do segundo capítulo e é nele que abordo o tipo de educação formal no alto sertão sergipano nas décadas de 1950 a 1970, as professoras ambulantes, a mobília da sala de aula, como eram os prédios que funcionavam as escolas primárias, quais eram os materiais didáticos utilizados pelas docentes, como ocorriam as matrículas, quais eram as disciplinas ensinadas por elas, quem eram os alunos, quais as dificuldades das docentes na elaboração dos conteúdos, a repetência e evasão escolar e como funcionavam as escolas isoladas, rurais, reunidas e os grupos escolares.

O terceiro capítulo denominado “O fazer-se professora, no alto sertão sergipano”, contempla a experiência de como 21 sertanejas se tornaram professoras no alto sertão sergipano a partir da intervenção política, do baixo salário, dos cursos de formação, das experiências e da prática docente, dos costumes em comuns e das histórias de vidas, das músicas, dos eventos, da higiene e do desafio de permanecer professora no sertão. Nas considerações finais, retomo a metáfora da tricoteira do sertão e apresento a peça confeccionada.

Capítulo um

“SOL DE FOGO”: O SERTÃO DO NORDESTE, A POLÍTICA PÚBLICA DE RURALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E AS CAMPANHAS DE ALFABETIZAÇÃO

Agora, ao Chico Bento como único recurso, só restava arribar. Sem legume, sem serviço, sem meios de nenhuma espécie, não havia de ficar morrendo de fome, enquanto a seca durasse. Depois, o mundo é grande. (QUEIROZ, 1971, p.31).

Na narração do romance de Raquel de Queiroz “O Quinze”, a autora utiliza o cenário da seca para evidenciar a vulnerabilidade do sertanejo frente às estiagens. Este drama, ainda recorrente na região nordeste, é, segundo Villa (2001), de responsabilidade das políticas públicas, mas engessadas pela corrupção de alguns políticos e pessoas que se renderam ao “dinheiro fácil”, desviando verbas destinadas a transformar o solo árido do sertão em um lugar produtivo, independente do clima. “O fenômeno da seca pode ser definido como uma situação climática anormal que provoca a falência das safras agrícolas, atingindo, na maioria dos casos, também a pecuária” (BRASIL, SUDENE, 1981, p.9). “As marcas das secas” percorreram/percorrem a história da região nordeste e produziram danos irremediáveis, como a morte de milhares de sertanejos. A primeira seca do Brasil, datada de 1583, e todas as outras que a seguiram¹⁷ são reveladoras de como o Brasil e, dentro dele, o nordeste superaram ou conformaram-se com as intempéries que elas deixaram por herança. Compreendê-las é compreender a sina do sertanejo.

No livro de Muniz (2001), “A invenção do nordeste”, o autor evidencia os discursos de políticos e intelectuais que geraram estereótipos que têm como objetivos dar continuidade às tradições, se opondo ao processo de modernização da região, que há muito tempo tem estado “presa a conceitos deturpados” do que era e é o nordeste. A região nordeste é composta por nove estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba, sendo que o Estado da Bahia é o maior em território e o menor é Sergipe. O nordeste é a terceira região mais extensa em território de terra e foi dividido em sub-regiões: Zona da mata, agreste, meio norte e o sertão. Devido à vasta extensão territorial, predominam quatro tipos de clima: Tropical úmido, tropical, equatorial úmido e tropical semiárido. Este último é o clima do sertão. Segundo documento do Ministério do Interior, datado de 1981: “Na zona semi-árida do Nordeste, há todo ano um período praticamente sem chuvas prolongando-se quase sempre até 9 meses no ano. No entanto, bastam três meses de

¹⁷ Segundo relatório da Sudene foram anos de secas: 1587, 1603, 1608, 1614, 1645, 1652, 1692, 1707, 1710-1711, 1721-1722, 1723-1724, 1725-1726, 1727, 1730, 1736-1737, 1744-1745, 1746-1747, 1751, 1754, 1760, 1766, 1771-1772, 1777-1778, 1783-1784, 1791-1792, 1793, 1804, 1808-1809, 1814, 1824-1825, 1829, 1830, 1833, 1844-1845, 1870, 1877-1878, 1879, 1888-1889, 1898, 1900, 1903, 1915, 1919, 1932, 1942, 1951-1952, 1953, 1958, 1966, 1970 1976 1979, 1980 e 1981. (BRASIL, SUDENE, 1981, p. 24).

chuvas bem distribuídas para tornar possível a colheita das culturas de subsistência” (BRASIL, SUDENE, 1981, p.9). O mapa a seguir descreve os estados com suas respectivas capitais nordestinas:

Figura 1–Mapa do Brasil, Sergipe e em foco a região do alto sertão



Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe. Autoria: Tarcísio Lima de Souza, 2014.

O sertão do nordeste, devido ao clima semiárido, ficou conhecido pelo seu “Sol de Fogo” (VILLA, 2001 p.48). A longa estiagem por vezes comprometeu a vida no campo e na cidade, já que a falta de água e alimentos moveu multidões de rurícolas à zona urbana, gerando, nessa, aumento de violência e epidemias, pois as cidades não tinham condições de comportar uma multidão de migrantes na busca pela sobrevivência. Segundo Villa (2001), em 1879, na Paraíba, a miséria dos retirantes era exposta nas roupas, rostos e no corpo esquelético. A privação do alimento por longos dias os fazia cometer furtos e até barbáries. Alguns casos são ressaltados por Villa (2001, p.69), como por exemplo o caso do “[...] pai [que] matou o filho para comê-lo, em outro, um retirante foi encontrado numa gruta comendo restos de uma carniça humana”.

No Ceará, em 1878, foram feitos campos de “abarracamentos”. Esses eram espaços que abrigavam os flagelados da seca e que, sob promessa do governo de conceder água, comida, remédio e abrigo, reuniram multidões de retirantes. Tais abarracamentos se tornaram “campos de morte”, pois, por vezes, o alimento e os remédios eram desviados. Segundo Villa o que ocorria era que: “Vendia no mercado público de Fortaleza os produtos que deviam ser distribuídos gratuitamente aos flagelados, enquanto centenas destes morriam de inanição ou sobreviviam comendo alimentos em putrefação” (VILLA, 2001, p.70). Por isso, vários retirantes tentaram sair destes alojamentos, contudo, foram impedidos por policiais que vigiavam o local, uma vez que esses espaços se tornaram uma espécie de prisões a céu aberto de retirantes. Ainda segundo o autor:

Um médico denunciou que no abarracamento de Itapáí, onde viviam 30 mil retirantes, a situação era gravíssima: a maioria andava quase nua sob um sol abrasador, trabalhando sem descanso, a alimentação era ruim e insuficiente para todos, as habitações foram construídas no meio do lixo, os flagelados que reclamavam do tratamento eram chibatados, a prostituição era epidêmica, orgias eram realizadas com a participação de soldados mantidos pelo governo no campo e os trabalhadores recebiam multas arbitrarias. (VILLA, 2001, p.70).

A falta de higiene e a própria debilidade do corpo dos retirantes propiciou o cenário de epidemia da varíola, na década de 70 do século XIX. O surto se propagou com muita rapidez nos campos de abarracamentos e na cidade de Fortaleza, já que em 1878 “no início de novembro, um terço da população de Fortaleza estava contagiada pela varíola” (VILLA, 2001, p.71). Conforme Villa (2001, p.71), a cidade ficou desolada, a população amedrontada

fechou as portas de casa e o comércio também parou, enquanto isso os mendigos e os enfermos perambulavam pelas ruas que “cheiravam à morte”, já que morreram “500 pessoas” na cidade de Fortaleza.

O mês de dezembro registrou na cidade cerca de 16 mil óbitos, cifra oficial mas que pode ser ampliada, pois muitos mortos foram enterrados em cemitérios clandestinos ou queimados. Só no cemitério de Lagoa Santa, entre setembro e dezembro, segundo Rodolfo Teófilo, foram enterrados 24.849 cadáveres. Em janeiro de 1879 a epidemia começou a ceder. Mesmo assim, o número de mortos atingiu pouco mais de 2.200. Em fevereiro foram 176. Nos meses seguintes a epidemia se extinguiu deixando no seu rastro 30 mil mortos, milhares de órfãos, centenas de cegos e defeituosos. Ainda restavam sobrevivendo nos abarracamentos 80 mil pessoas. (VILLA, 2001, p. 72).

Tal como no Ceará, os estados da Paraíba, Alagoas e o Rio Grande do Norte, entre outros estados do nordeste, foram atingidos pelo surto da varíola.

No mesmo ano, no Rio Grande do Norte, a varíola também tornou-se epidêmica. Na colônia Sinimbu, que chegou a ter 10 mil retirantes, em quatro meses morreram 4 mil flagelados. Os remédios eram distribuídos pelos funcionários da colônia, que jogavam nas choças onde jaziam os doentes, segundo o relatório oficial, ‘sem cobertor, enrolados em sacos de estopa ensopados nas próprias fezes’. Os cadáveres eram abandonados ou sepultados em covas rasas que os cães e urubus os iam devorando, espalhando pedaços de carne humana pela área da colônia. (VILLA, 2001, p.73).

Os retirantes doentes do Estado da Paraíba foram proibidos de entrar nos hospitais, e alguns aguardavam nas calçadas e ruas a hora da morte. Villa (2001, p. 74) revelou o depoimento de um jovem retirante enfermo: “Não nos mandam para lá, nem há hospital para gente como eu: sou retirante. Os meus companheiros vivem como eu, até que sua hora chegue”. Esses e outros casos se tornaram manchetes de jornais, tal como os saques e os motins de retirantes que se opuseram à corrupção entre comissários, chefes de abarracamentos, padres, comerciantes e proprietários de terras que se apropriaram dos alimentos dos retirantes e construíram verdadeiras fortunas. Em razão disso, em 1878, no Rio Grande do Norte, “em Macau, onde havia 20 mil retirantes, grupos de duas, três mil pessoas diversas vezes manifestaram-se nas ruas exigindo dos comissários a entrega de alimentos” (VILLA, 2001, p. 76).

Os flagelados não foram somente assolados pela miséria, pela fome e pela perda de tudo que tinham adquirido em anos de árduo trabalho. Nos anos 1877-1879 diversas vezes forças policiais cometeram atrocidades atacando os retirantes, saqueando casas e assassinando inocentes. Na Paraíba, o jornal *Areienense* de 27 de outubro de 1877 revelou que uma semana antes, próximo à cidade de Areia, uma patrulha policial invadira a casa de um retirante vindo de Souza e surrara o chefe da família. Depois de invadir o quarto da menor Joana, “a solicita em presença da própria mãe da ofendida; e como ela não anuísse às suas solicitações, o sargento a conduziu para fora da casa, e, empregando a força, a estuprou” (VILLA, 2001, p. 76).

A impunidade dos atos atrozes cometidos pelo soldado, que no lugar de proteger o civil, matou, estuprou, roubou, humilhou, e do próprio poder executivo que preferiu optar pelo assistencialismo ao invés de devolver ao rurícola a oportunidade de desenvolver a pecuária, agricultura e principalmente a dignidade de se autossustentar, fermentou a “formação de grupos criminosos”, conhecidos como cangaceiros. Estes sertanejos viviam como nômades, perambulando pelos sertões, invadindo cidades, roubando e matando. Pois viviam dos furtos, e “volta e meia”, roubavam os ricos e devolviam aos pobres, conforme afirma Geralda de Oliveira Santos Lima (2008), em sua tese de doutorado, e foi assim que a presença dos “fora da lei” marcou o “faroeste da história do Brasil”. Na Paraíba, na cidade de Souza, segundo uma correspondência de 1877, “[...] se acham para mais de 300 criminosos atacando, saqueando, espancando e matando não só os viandantes como os habitantes do lugar: é um horror’. Em Pernambuco, nos dois primeiros anos da seca os crimes quase triplicaram e o cangaceirismo dominou o sertão.” (VILLA, 2001, p.77).

Os criminosos parecem surgir como uma resposta da própria sociedade. Estes “filhos da crueldade” e do desdém do poder público se tornaram “bandidos”. A revolta dos miseráveis sertanejos parece ter tencionado o poder público, cujos representantes se viram obrigados a “olhar” e “pensar” nos problemas do nordeste. Embora saibamos que os coronéis e políticos que, em certas ocasiões, fizeram uso do serviço dos cangaceiros, em nada foram punidos. As mortes recaíam sobre os cangaceiros, enquanto aqueles que encomendavam e pagavam pelos assassinatos ficavam ilesos. Segundo Costa (1996), a volante¹⁸ (ou macaco, termo utilizado pelos cangaceiros para identificar os soldados, tementes e capitães) também se aproveitou da situação para matar, saquear e estuprar no sertão, e lançaram estes crimes na conta “dos fora da lei da caatinga”. As lutas entre os policiais e os cangaceiros geralmente

¹⁸ “Volante é o agrupamento de vários soldados, que em diligências, saem à procura de criminosos e foragidos.” (COSTA, 1996, p. 113)

ocorriam na caatinga e geraram um impasse para a população sertaneja, que ficava dividida, afinal quem eram os bandidos: a polícia ou os cangaceiros? Ninguém sabia/sabe ao certo.

Nesta luta entre políticos, coronéis, cangaceiros e a volante, a população era quem mais sofria. Como se já não bastasse a seca, a fome e a injustiça, os sertanejos ainda temiam a “sede de terra” dos latifundiários. Nesta rivalidade entre os grandes e os pequenos proprietários de terra as “pelejas” eram resolvidas debaixo da violência e, na maioria dos casos, o pequeno além de perder a terra, também perdia a vida. Além disso, vários sertanejos tiveram suas terras invadidas por cangaceiros, buscando abrigo ou comida, e, a partir daquele momento, passavam a ser vistos como coiteiros¹⁹ dos “criminosos”, e assim alvos de perseguição da polícia que os torturava para retirar informações, chegando até a matá-los. Em razão disso, a tensão pela situação de calamidade desencadeou o messianismo no nordeste. Conforme Euclides da Cunha:

Apareceu no sertão do norte um indivíduo, que se diz chamar Antônio Conselheiro, e que exerce grande influencia no espírito das classes populares servindo-se de seu exterior misterioso e costumes ascéticos, com que impõe à ignorância e à simplicidade. Deixou crescer a barba e cabelos, veste uma túnica de algodão e alimenta-se tenuemente, sendo quase uma múmia. Acompanhado de duas professoras, vive a rezar terços e ladainhas e a pregar e dar conselhos às multidões, que reúne, onde lhe permitem os párocos; e, movendo sentimentos religiosos, vai arrebanhando o povo e guiando-o a seu gosto. Revela ser homem inteligente, mas sem cultura. (CUNHA, 2002, p.197).

Esta tormentosa vida passou a ser abrandada pela esperança da fé de sertanejos religiosos, no final do século XIX, no nordeste. O principal líder deste movimento foi Antônio Vicente Mendes Maciel, mais conhecido como Antônio Conselheiro, que “através da palavra de Deus” afagava a dor e tristeza do sertanejo. A religiosidade foi a válvula de escape de multidões de retirantes que seguiram esses religiosos, crendo na esperança do poder divino e, deste modo, comunidades foram erguidas, onde os princípios e valores bíblicos eram dominantes e ninguém passava fome ou sede. Assim, diariamente, crescia o número de integrantes dessas comunidades, geralmente famílias de sertanejos desesperados pela calamidade. Contudo, as oligarquias se incomodaram e, através da influência política, estimularam o governo federal a tomar uma atitude frente aos líderes religiosos e a formação

¹⁹ Para Costa (1996, p. 97), “Coiteiro é todo aquele que esconde, protege, agasalha e defende os foragidos da lei, os desterrados da justiça”.

das comunidades, colocando o ponto final através da violência. Sendo assim, milhares de sertanejos foram massacrados por aqueles que deveriam protegê-los.

E canudos tornou-se o centro, o alvo das forças militares do governo, quatro vezes derrotadas impiedosamente, inclusive uma expedição comandada pelo próprio general César Moreira, que já havia lutado no Contestado, onde ganhou o apelido de “Corta-Cabeça”. Finalmente, Canudos foi destruído, sem a rendição formal de uma guerra, mas literalmente arrasada pelos soldados, ficando vivos apenas os velhos, inválidos e crianças. A cabeça do Conselheiro foi levada para Instituto Nina Rodrigues, para ser estudada, a fim de detectar sinais patológicos de desvio psicológico, o que não foi constatado. Por fim, foi atirada ao oceano para apagar a memória. E, o arraial de Canudos, inundado pelas águas da barragem de Cocorobá no Vaza-Barris. (GAMA, 1997, p.76).

O sertanejo não sabia a quem recorrer e a palavra sina foi e é um dos termos mais presentes na linguagem dos sertanejos, principalmente dos mais velhos. Enquanto sertaneja ouço diariamente essa palavra, o que aguçou o interesse de saber o porquê do seu uso constante. Na literatura a palavra sina é mencionada nas obras “A bagaceira” (1928), de José Américo de Almeida, “Luzia-Homem” (1903) de Domingos Olímpio, “Vidas Secas” (1938) de Graciliano Ramos e “Os Sertões” (1902) de Euclides da Cunha, dentre outras obras. Sendo assim, este termo acompanhou/acompanha a história do povo nordestino, que durante a batalha pela sobrevivência enfrentou as intempéries da vida. A tradução desse termo remete ao fato de que ninguém foge de sua história e por isso a personagem do filme Luzia-Homem (1984), interpretada por Cláudia Ohana, responde a Teresinha: “quem tiver medo de morrer, que se enterre viva” (LUZIA-HOMEM, 1984). Deste modo, a coragem de lutar e o destemor da “aventura” moveram levadas de retirantes a seguirem rumo para outras regiões do Brasil, nos trens ou nos barcos. De acordo com Villa:

Durante todo o ano esteve na ordem do dia a migração da população flagelada, em especial a cearense, para outras regiões. A Amazônia continuava sendo o destino preferido dos migrantes, desde a grande seca de 1877-1879. Mas desde março, os jornais alertavam que a migração para a Amazônia “não é mais possível devido à crise que atravessa aquele estado, onde não há mais trabalho”. Sugeriram que os retirantes rumassem para o Sul, “onde a ida é mais fácil”. Da Bahia, os flagelados migraram por terra para Minas Gerais e principalmente para São Paulo. Só em 29 de novembro de 1915, pelo porto de Fortaleza, foram embarcados 2.280 retirantes: alguns foram para a Amazônia, outros para o Rio de Janeiro e Recife. Segundo Rodolfo Teófilo, do Ceará, entre julho de 1915 e abril de 1916, partiram 40 mil emigrantes, 31 mil rumo à Amazonas e 9 mil com destino ao Sul do país.

Como em outras secas, os emigrantes foram humilhados nos navios superlotados. (VILLA, 2001, p.118).

A saída dos sertanejos do nordeste pode ser também considerada uma das estratégias do poder público para mediar a situação que ia se transformando numa “repetição” ao longo das décadas do século XX da história brasileira. Uma vez que, conforme o Ministério do Interior, “para aliviar as concentrações humanas no litoral, os flagelados eram conduzidos para as regiões úmidas do país” (BRASIL, SUDENE, 1981, p.32), sendo assim, o destino dos sertanejos, vez por outra, foi traçado por algumas ações governamentais que os enviaram para a Amazônia, Maranhão, São Paulo, Rio de Janeiro entre outros lugares do sul do Brasil. Homens, mulheres e crianças maltrapilhos rumavam para as cidades durante o final do século XIX e século XX. Em 1915, por exemplo, espécies de “Campos de Concentração de Retirantes” foram erguidos, no intuito de conservar a população rural fora dos centros urbanos, principalmente das capitais dos estados nordestinos. Estes espaços são evidenciados no romance “O Quinze”, de Raquel de Queiroz, como lugares de morte em massa:

No mesmo atordoamento chegaram à estação do Matadouro. E, sem saber empolgados pela onda que descia, e se viram levados através da praça da areia, e andaram por um calçamento pedregoso e foram jogados a um curral de arame e onde uma infinidade de gente se mexia, falando, gritando, acendendo fogo. [...] E estendendo a vista até os limites do campo de Concentração, onde os fogos luziam mais espalhados, o vaqueiro sacudiu na boca uma mancheia de farinha que lhe oferecia a mulher, e procurando quebrar entre os dedos um canto de rapadura, murmurou de certo modo consolado: – Posso muito bem morrer aqui; mas pelo menos não morro sozinho [...] (QUEIROZ, 1971, p. 92-93).

Outra estratégia do poder público para impedir a morte por inanição dos sertanejos foi organizar “Frentes de Trabalho”, uma vez que “como de hábito, não havia nenhum planejamento para enfrentar a seca e os trabalhos foram escolhidos a esmo, mais para empregar e justificar o pagamento de um salário aos flagelados do que para atingir algum objetivo econômico” (VILLA, 2001, p. 145). A precariedade das condições de trabalho, a falta de material, de água para as construções e os desvios de verbas prolongaram o tempo de duração das obras. “Em 1934, a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) fez um balanço dos trabalhos realizados nos anos de 1931-1933. [...] Alguns açudes demoraram quase duas décadas para serem concluídos, como o Santo Antônio das Russas.”(VILLA, 2001, p.156-157), além disso, a maioria das construções de açudes com dinheiro público foi

realizada em áreas particulares e dos grandes proprietários. Deste modo, os sertanejos permaneciam sem reservatório, enfrentando a seca sem planejamento. Assim, as estiagens da década de 1930 continuaram matando e deixando várias crianças órfãs, a migração persistiu estimulada pelo governo, e os bandos de cangaceiros de Lampião e de Cristino Gomes da Silva Cleto, apelidado de Corisco ou Diabo Louro, perambulavam pelas cidades sertanejas.

No sertão do Estado de Sergipe, esta situação também não era diferente, a presença de Lampião, acompanhada da seca, acirrou a retirada de várias famílias na década de 1930. Enquanto isso, as pessoas mais pobres que ficaram, inevitavelmente, estavam destinadas a viver com o mísero salário pago pelo governo através da Frente de Trabalho. Sergipe faz divisa com Alagoas ao norte, Bahia ao sul e oeste, e Oceano Atlântico ao leste, sendo dividido em nove territórios: Alto Sertão, Baixo Sertão do São Francisco, Médio Sertão, Leste Sergipano, Agreste Central, Sul Sergipano, Centro Sul e Grande Aracaju. Tais regiões contemplam 75 cidades, sendo que 27 delas estão inseridas na região do sertão, que é banhada pelo Rio São Francisco, e o município de Poço Redondo é, entre todos os outros, o maior em extensão de terra.

A terra de Sergipe foi cenário de “atrocidades” cometidas por Virgulino e seu “bando de cangaceiros”. Eles percorriam as cidades sergipanas trazendo alvoroço à população. Sobre esse período, relembra Oliveira:

Quando eu era muito criança, tivemos que nos retirar da nossa fazenda, sem que eu soubesse o “porquê” de tal incidente. Só depois, já com alguns laivos de compreensão, é que vim tomar conhecimento: os bandidos cometiam crimes os mais hediondos nas adjacências do nosso município. A polícia, afanosa no sentido de lhes descobrir a pista, mesmo que não fosse com a intenção de atacá-los, talvez até para distanciar-se deles, temendo o encontro, espancava de forma cruel alguém que suspeitasse de coiteiro. E a população, apavorada quando os cabras se aproximavam, emigravam para as cidades vizinhas, tentando fugir à sanha – não só dos homens do cangaço, mas também da força do Governo, cujos danos eram bem similares. As fazendas e os sítios ficavam ao sabor das intempéries, porteiras abertas, portas escancaradas!... (OLIVEIRA, 1981, p.3).

O alto sertão sergipano é pano de fundo das reminiscências do escritor Arivaldo Oliveira (2001), que recorda o cangaço que mudou o cotidiano de sua família, que apavorada com os crimes realizados tantos pelos cangaceiros quanto pela volante, passou a residir na cidade de Nossa Senhora da Glória e deixou de viver no campo, na companhia do pai, que, às escondidas, cuidava da propriedade, sempre alerta quanto à presença de estranhos. A caatinga

tornou-se um cenário hostil e amedrontador que, vez ou outra, fermentava alucinações, já que a caatinga era o hábitat de Lampião e seu bando, sendo assim bastava qualquer ruído no mato que a população temerosa “batia em retirada”. Em Nossa Senhora da Glória/SE houve “[...] monstruosos crimes perpetrados na fazenda ‘Bom dos Ares’, onde foram trucidadas três homens de uma mesma família [...]” (OLIVEIRA, 1981, p. 3). Esses e outros crimes moveram famílias a dormirem no mato, ao relento, geralmente próximo à residência, tendo a vigilância e o latido do cachorro como única forma de proteger-se. Sobre isso rememora a lavradora Helena:

E nos tempos dos cabras de Lampião, todo mundo vivia na carreira, com medo. Quando ouvia os tiros em Itabi/SE, que não parava, meu pai guardava as latas de gás, espingarda e foice, debaixo de um pé de cabriteira que tinha crescido muito e ficou bem baixinho. E, nós se mandava, dormia no mato, uma vez um tanque da gente secou, ele tinha uma pedra bem grande, ninguém quebrava, nós dormia dentro da pedra. Ali menino não tinha o direito de chorar, não. Porque se eles passasse e ouvisse, eles viam em cima. (Helena Guilherme da Silva Santos, 2013).

Segundo Costa (1996), foi somente no final dos anos de 1930 que o cangaço desapareceu no sertão, através das mortes de Lampião, em 1938, e de Corisco, em 1940. Fechando um ciclo da história brasileira, embora como resquícios da cultura do cangaço, os “matadores de aluguel” ou pistoleiros permaneceram fazendo o serviço sujo daqueles que podiam pagar. Sendo assim, a impunidade que já existia antes do cangaço, continuou sua trajetória feroz, abraçando famílias no “pão melado de sangue” (título de música de Mané do Pajau, 2012) e fazendo vítimas. Estes “profissionais da morte”, ainda presentes na região sertaneja, sustentam suas famílias através do assassinato por encomenda. As vítimas eram vigiadas até os pistoleiros encontrarem o momento oportuno para lhe ceifarem a vida. Desta forma, o cotidiano do sertanejo permaneceu assombrado pela injustiça, tal como pela miséria.

Ao ouvir as histórias do povo e seguindo o exemplo do historiador inglês Rafael Samuel (1989), procurei ouvir retirantes que saíram do sertão em meio ao desespero da seca e depois retornaram à terra natal. A proposta era compreender o contexto histórico em que estava inserido o meu tema de pesquisa e assim encontrei Ester Chagas da Silva (84 anos), residente na fazenda Barriguda, no município de Gararu. Ela e seu esposo são analfabetos e ambos ariscaram a sorte fora do Estado de Sergipe. Na época, ela tinha 11 filhos e estava grávida. A partir de sua entrevista pude perceber a ida e a volta desta família, que, após alguns

anos de muita labuta, comprou um veículo, voltou ao município de Gararu e passou a levar retirantes para outras regiões do Brasil. Ester relatou os entraves de enfrentar um percurso distante com filhos pequenos numa carroceria de caminhão:

Com um lenço na cabeça, amamentava meus fios, dava comida para as crianças maiores, trocava fraldas e cuidava dos doentes. A doença mais comum era a diarreia. Meu marido tentava reservar o dinheiro para permitir que quando a alimentação que nós havia levado acabasse, que era farinha, rapadura e carne assada, ele pudesse alimentar os fios, uma ou duas vezes por dia. Nós dormia sentado, geralmente encostados na carroceria do carro. Quando chegamos lá, chegamos endividado, todos nós tinha de trabalhar para poder comer. As crianças maiores enfrentavam a lavoura e as menores, colhiam frutas. Alguns sentiam mais dificuldade para se acostumar, outros não. (Ester Chagas da Silva, 2013).

Sobre a vida de retirante em outro estado da federação, rememorou Cezarina Santos:

[...] minha mãe não se deu muito lá, ela não gostava de lá de jeito nenhum. Ela dizia: não acabo a minha vida aqui. Trabalhamos colhendo algodão; eu colhia cinco arrobas de algodão por dia, meu pai e meus irmãos eram quatro arrobas de algodão. Também colhemos arroz, trigo, uva, maçã, pêra, banana, amendoim, morango no interior de São Paulo, já no Paraná nós colhemos muito café. (Cezarina Santos, 2006)

Sendo assim, nem sempre a saída dos sertanejos para outros estados foi bem sucedida, vez por outra, a saudade, a falta de adaptação ao novo clima, o tipo de alimentação e a carga de trabalho pelos míseros salários geraram arrependimento, como é o caso das famílias Silva e Santos. Ambas trabalharam para comprar a passagem de volta e juntar um pouco de dinheiro para as despesas extras da viagem de retorno à terra natal. Estas histórias são duas de tantas outras que fazem parte da história do povo sergipano, já que o êxodo rural era e é contínuo. A busca por melhores condições de vida e o sonho de uma vida melhor moveu/move milhares de rurícolas e camponeses a ariscar a sorte fora da terra natal.

Conforme Oliveira (1981), para os que ficavam, a rotina permanecia árdua:

Nossa jornada, o dia inteiro, semanas após semanas, meses completos, quase sem trégua, sem descanso. Não dispúnhamos de alimentação nem vestimentas rigorosas, modestos na alimentação e no vestir e calçar. Na roça, formávamos um bando de meninos bugres e, num meio mais sociabilizado, não passávamos de matutas. Roupinhas feitas em casa por costureira de obra grossa. A terra, em face das constantes estiagens, não nos ajudava. Quando a lavoura abundava um ano, dois outros anos secos a tomavam. Nem sempre

dispúnhamos de uma roupa regular para a festa de Reis. (OLIVEIRA, 1987, p. 52).

Assim, o memorialista Arivaldo Oliveira rememora o dia a dia do sertanejo no alto sertão sergipano. É por meio de suas memórias, em que adentra as fases da infância, juventude e a partida para o sul do Brasil, que posso compreender mais e melhor o sertão de Sergipe de 1930 a 1970. Em suas narrativas constam a pobreza, a seca, a festa de Reis, as vestimentas e a pouca alimentação. Tais aspectos revelam um capítulo de sua vida que também fez parte da história de tantos outros sertanejos. A roça era um ambiente de trabalho e identificação entre os iguais, já que fora daquele contexto a suposta “timidez” os levava a ser vistos como matutos, ou seja, pessoas incultas com hábitos roceiros. O sertão de Arivaldo é escancarado pelas lembranças de um lugar em que nasceu, cresceu, viveu e também morreu. Em solo do alto sertão descansa o seu corpo, mas suas memórias vivem em seus livros e nas lembranças dos conhecidos. Tal como outras memórias que por meio da oralidade permanecem vivas no sertão.

O dia a dia dos rurícolas no sertão sergipano também é enunciado pelas “múltiplas inteligências” e simplicidade daqueles que honram a terra natal e evidenciam a beleza da região. O sertão de Sergipe, de solo arenoso, calor escaldante, guarda gente divertida, fazedora de milagres, de sorrisos brilhantes, dos mais belos e iluminados, que apascenta a tristeza e o mal tempo. Através das figuras do aboiador, do repentista, do cantador de modinha, do memorialista, do cordelista e do poeta se evidenciam os costumes dos sertanejos que relatam, na letra e na rima, as diversões e a “graça do sertão”. Histórias verídicas e fictícias, inventadas de “supetão”, que se tornam atrações e evidenciam a cultura da região. O gloriense Jorge Henrique Vieira Santos, assim descreve em seus versos, as festas da região e sua raiz ibérica:

Por aqui ainda existem
Heranças das cavalcadas.
São as corridas de argola,
As famosas vaquejadas,
E as corridas de mourão,
Preservando a tradição
De terras abençoadas.
(SANTOS, 2008, p.16).

Conforme o artista plástico Véio (2006), os sertanejos, acostumados a compartilhar a tristeza, também brincavam/brincam, dançavam/dançam e se alegravam/alegram com os noivados, casamentos, aniversários, nascimento de crianças e batizados. As festas prediletas, em sua maioria as religiosas, eram aquelas que continham as pescarias (espécie de brincadeira em que as pessoas pescam prêmios dos mais variados), os leilões e os forrós que ocorriam com mais intensidade no período do mês de julho, em louvor às colheitas. Nesse período, degustavam/degustam os alimentos provenientes do milho, como a canjica, a pamonha, o munguzá e o cuscuz de milho verde, além do milho cozido e assado. As fogueiras, tributo por um desejo ou por uma graça, espalhadas nos terreiros das fazendas, tinham/têm um caráter religioso, pois eram/são acesas no dia dedicado a Santo Antônio, São João e São Pedro e por isso as famílias se reuniam/reúnem para celebrar a colheita em volta da fogueira, enquanto assavam/assam milho, contavam/contam histórias e soltavam/soltam foguetes.

Véio atribui o riso desta terra árida ao seu povo, uma vez que, tanto a vida, o nascimento de uma criança; quanto a morte de um parente ou amigo, eram/são celebrados. Como uma espécie de ritual de morte, o beber “pitu” (cachaça limpa) celebrava/celebra a morte, enquanto que comer “pirão de galinha de capoeira” e a meladinha²⁰ eram/são costumes que celebravam/celebram a vida. Também faz parte do cotidiano, e conseqüentemente da cultura sertaneja, o ato de se vestir com uma e/ou duas túnicas para se proteger do sol, bem como o uso do chapéu de palha. O banho na fonte, a brincadeira do quebra pote e, principalmente, os contadores de histórias e estórias alegravam a criançada e divertiam os adultos. As esculturas do artista plástico Véio retratam o cotidiano do homem sertanejo durante o século XX. Suas imagens também denunciam sentimentos, virtudes e apresentam visões sobre o sertanejo que não podem ser desconsiderados para o entendimento de suas práticas e cultura.

Por volta de 1953, quando as chuvas não desceram nos meses esperados, logo recomeçou a estiagem e, da mesma forma, eram aplicadas as ações pelo poder público para sanar a problemática: impulsionar as migrações e alistar milhares de flagelados ganhando miseravelmente nas frentes de trabalho, visto que “cada trabalhador recebia 40 cruzeiros, o razoável apenas para o sustento do trabalhador, não sendo o bastante para o sustento da família.” (VILLA, 2001, p. 181). Enquanto isso, conforme Villa, várias denúncias de desvio de dinheiro se tornavam manchete de jornais, “um deles foi o desvio ocorrido no 5º Distrito

²⁰ Cachaça limpa com mel de açúcar.

do DNOCS e pelo DNER, no qual teria havido um desfalque de 600 mil dólares” (VILLA, 2001, p.180). As verbas direcionadas à seca chegavam defasadas, e, por vezes, não chegavam. Segundo Villa “crianças morriam como moscas” e os cemitérios infantis eram muito comuns no sertão, sendo que esses lugares tornavam-se até “lugar santo”, ou seja, casa de oração, pois segundo a lavradora Helena Santos (2013) só havia “anjos enterrados”.

Na década de 1950, o sertão sergipano foi atingido pelas estiagens. O alimento saldo da safra dos anos anteriores foi logo devorado. A população sertaneja estava dividida entre proprietários de minifúndios e “trabalhadores alugados”. Aqueles que tinham se resguardado, armazenando milho, feijão em túneis e farinha e arroz em caixões conseguiram driblar o mal tempo, com a prudência, tal como o pai da lavradora Helena, que revela: “Nós comia feijão, arroz e cuscuz. Meu pai comprava sacos de arroz com casca, na beira do rio em Gararu/SE e colocava no caixão e nós comia o ano todo” (Helena Guilherme da Silva Santos, 2013). Através do relato da lavradora Helena, nem todo sertanejo passou fome nesse período, mas ela afirma que a maioria da população sertaneja chegou à miséria: “Eu conheci uma muier, que a roupa dela tinha tanto remendo, tanto remendo, tanto remendo, que você não sabia qual era a cor do pano e, muitos viviam remendado e, de pé descalço.” (Helena Guilherme da Silva Santos, 2013).

Foi em meados do século XX que políticas de desenvolvimento econômico foram implantadas no nordeste, para atender à necessidade dos estados, principalmente das localidades mais atingidas, no território intitulado “polígono da seca”²¹.

O nordeste brasileiro tem sido objeto de políticas de desenvolvimento econômico desde a década de 1950. A criação do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, em 1952, e da SUDENE, em 1959, foram respostas às grandes secas de 1951-53 e 1958. A criação da SUDENE foi procedida de ampla discussão a nível regional e nacional, tendo por base o documento Uma Política para o Desenvolvimento do Nordeste, também conhecida como documento do GTDN. (PROJETO ARIDAS, 1994, p. 14).

Apesar da introdução destas medidas de desenvolvimento, “por várias razões a SUDENE não pôde dispor das condições necessárias para executar todas as linhas dessas políticas, de acordo com os seus Planos Diretores” (PROJETO ARIDAS, 1994, p.14), e o Banco do Nordeste do Brasil foi instalado no sertão sergipano em 1981, na cidade de Nossa

²¹ É um território composto pelos estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Alagoas, Sergipe e o norte de Minas Gerais e Espírito Santo, reconhecido pela legislação brasileira como sujeito a prolongadas secas.

Senhora da Glória, para atender o sertanejo, ou seja, três décadas após a sua criação. Sendo assim, o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOSC), instalado em Nossa Senhora da Glória em meados do século XX, era uma das poucas instituições que estava fermentando o desenvolvimento desses municípios, através da abertura de estradas e construção de açudes.

Tabela1 – Açudes existentes em 1971, no sertão sergipano²²

Açudes construídos no sertão sergipano do São Francisco	Conclusão (Ano)	Número	Capacidade (m ³)
Monte Alegre de Sergipe	1966	1	1 868 340
Nossa Senhora da Glória	1958	1	506 000
Porto da Folha	1963	1	1 614 000

Fonte: Anuário do Estado de Sergipe (1972, p. 18).

Apesar da presença do DNOSC, no sertão sergipano a construção de açudes não atendeu à necessidade da comunidade que continuou sem reservatório de água, e em 1971, conforme o Anuário do Estado de Sergipe (1972), na região do sertão sergipano, composta por 27 cidades, foram contemplados somente três municípios do alto sertão, com apenas um açude público cada um. Sendo assim, a seca da década de 1970 afetou a economia do sertanejo, que, como sempre, não tinha como fazer o solo produzir, tal como manter o gado vivo no período extenso de estiagens. Desde menina, meu avô João Batista dos Santos, pequeno agricultor do Povoado Barriguda/Gararu, contava para os netos o que foi a seca de 1970. Estas histórias ficaram gravadas na minha memória. O cenário era de fome, desespero e de morte dos animais. Ele dizia que saía do município de Gararu para levar o gado até o município de Nossa Senhora das Dores (cerca de 83 Km), pois apenas lá havia água para o gado. Em seus poços, várias “reis”²³ ficavam atoladas na lama, que parecia “areia movediça”, e ele tinha que assistir à morte de sua boiada. Como se não bastasse a luta diária para levar o gado magro pelas estradas de chão, aboiando e assistindo o vôo dos urubus ao redor do

²² Não foram encontrados outros açudes nos anos que se seguem.

²³ Termo que o homem do sertão utiliza para se referir ao gado.

rebanho, como que quisesse devorar o quanto antes os animais fracos e doentes que iam ficando na beira da estrada. Segundo ele, aquela visão do gado morto, os urubus, o calor e sol incandescente o levaram à loucura e durante vários dias ficou atordoado. Assim como “meu avô João”, vários homens também perderam a sanidade e alguns chegaram até a se suicidar.

A notícia da calamidade dos sertanejos trouxe de volta a preocupação com o desenvolvimento do Nordeste, como revela o documento do projeto Aridas:

A seca de 1970 trouxe de volta a preocupação com o desenvolvimento rural e com as populações do interior. Foi então planejado um esforço de irrigação, associado com o incentivo à migração para a Amazônia, no contexto do Programa de Integração Nacional (PIN) e do Proterra. Sem que este esforço gerasse resultados significativos, uma nova estratégia foi implementada, a partir de 1975, para a introdução no Nordeste do desenvolvimento rural integrado, a partir da preocupação então disseminada pelo Banco Mundial a respeito da necessidade de programas orientados para o combate à pobreza rural. O primeiro grande programa dessa linha foi o Polonordeste, através de vários dezenas de Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI) em quase todos os Estados, alguns dos quais contando com financiamento externo do Banco Mundial. (PROJETO ARIDAS, 1994, p.14).

Apesar da implementação destas ações para melhorar a vida dos sertanejos, a seca da década 1970, como tantas outras durante a trajetória do nordestino/sertanejo, trouxe danos irremediáveis e, por certo, foi um dentre tantos outros motivos para que, no século XXI, a pobreza, a falta de emprego, a fragilidade da educação pública e as frequentes estiagens continuem impulsionando a migração de sertanejos para centros urbanos. Isso porque a alimentação dos rurícolas depende da agricultura e pecuária, e, frequentemente, o pilar econômico foi/é abalado pelas secas. Conforme o “histórico” do Ministério Interior, *As secas do nordeste: uma abordagem históricas de causas e efeitos*, realizado pela Sudene: “A complexa circulação atmosférica do Nordeste proporciona as razões físicas para todas as secas ocorridas na região, cujo mecanismo ainda permanece desconhecido e que talvez seja esclarecido com os atuais estudos da atmosfera superior” (SUDENE, 1981, p.13). Sendo assim, as estiagens são algo que permaneceu, permanecem e permanecerão ocorrendo, e não é o povo que tem que mudar de local, mas sim as estratégias para enfrentar as secas de pequena ou longa duração.

1.1 Políticas públicas para educação na zona rural, em foco as mensagens dos governadores do Estado de Sergipe, nos anos de 1950 a 1979

Escola rural, você entra burro e sai animal. (Cacia Valeria de Rezende, 2013).

A epígrafe acima faz parte das minhas memórias de menina. Esta frase curtinha ganhava rima e era cantarolada pelos meus primos que estudavam nas escolas rurais do município de Gararu/SE. Tomo este verso para desmistificar o sentido de Jeca que, volta e meia, se constrói sobre o homem do campo e sua simplicidade nas palavras, nas vestimentas e no modo de viver, o que não quer dizer que eles não compreendam “as propostas dúbias” das políticas públicas direcionadas à região campesina. Por certo, cada um enfrenta a adversidade com o que tem e, em certas ocasiões, a sobrevivência falou/fala mais forte que a educação formal nestas sociedades, principalmente na região do sertão nordestino do Brasil. Lembro que meus pais trabalhavam na Frente de Trabalho, no Povoado Ouricurizeira/Gararu, para nos sustentar, sendo assim a educação formal não era vista, por eles, como uma necessidade. Minha mãe estudou a 2ª série e meu pai é analfabeto. Posteriormente, quando migramos para a cidade de Nossa Senhora da Glória, fui estudar em escola pública e até então não parei de estudar, mas a maioria dos meus primos que ainda residem naquele local, ainda hoje são analfabetos ou semianalfabetos, o que revela, senão a falta de interesse pessoal, o produto das políticas públicas de ruralização da educação.

Segundo Jorge Nagle a ideologia do ruralismo vem do coronelismo²⁴:

Alguns dados já foram indicados sobre a ideologia ruralista. Produto do domínio coronelista, a ideologia ruralista atuou como elemento anti-industrialista, empregando recursos para manter a predominância do universo agrário-comercial; por sua vez, como o processo imigratório se caracterizou por seu sentido anti-patriarcal, seus efeitos foram de natureza anti-rural, pelo menos enquanto negava o sistema agrário dominante. A combinação destes e de outros elementos fornece uma visão geral dos efeitos sociais da ideologia do ruralismo, tal como se estruturou no período que está sendo estudado. Em síntese, era um instrumento que dificultava alterações na estrutura econômico-social pela disseminação de mitos da idade do ouro e pelo avivamento de suportes saudosistas, em cujo cerne se encontrava a idéia de que a vida campesina representa o ambiente ideal para a formação de

²⁴ Latifundiários chamados de coronéis que exerciam forte influência sobre a política, a economia, administração e a sociedade.

homens perfeitos, isto é, saudáveis, retos, solidários, respeitáveis. Neste sentido é que o ruralismo representa um ponto-de-vista anti-urbano. (NAGLE,1974, p.25-26).

Deste modo, a ruralização da educação, no século XX, foi uma política pública para possibilitar ao rurícola o ensino de 1ª a 4ª série, ou seja, ensinar o camponês a educação elementar, tirando-o da condição de analfabeto. Neste sentido, podemos observar o traço conservador dessa política pública que tentou diminuir o número de migrantes da zona rural para a urbana, erguendo prédios escolares para expandir a educação primária. O incômodo pela situação do analfabetismo do Brasil foi motivo de debates e várias discussões desde a década de 1920, pois segundo Nagle (1974, p.112) “80% da população brasileira era analfabeta”, o que fez do analfabetismo uma “grande vergonha do século, no máximo ultraje de um povo que vive a querer ingressar na rota da ‘moderna civilização’”.

Conforme Nagle (1974, p.112), desde a década de 1920, o Brasil “herdou a bandeira de luta contra o analfabetismo” e, vez por outra, atribuiu a solução desta problemática ao alfabeto: “[...] Sem o alfabeto não haveria no mundo, nem progresso, nem cultura, nem evolução, nem preparo, nem organização, nem previsão, nem civismo, nem patriotismo” (NAGLE, 1974, p. 112). Da mesma forma, outra linha de pensamento embevecida pelo “entusiasmo pela educação” negava o simples combate ao analfabetismo e apresentou a expansão da escola primária, tal como a formação dos professores, como solução. Deste modo, a educação primária se tornou uma das preocupações de educadores e homens públicos.

E foi através do chamado “otimismo pedagógico”²⁵ que a “educação rural” passou a ser contemplada. Conforme Camila Timpani Ramal (2010), em sua dissertação de mestrado, os principais educadores e pensadores da ruralização da educação eram: Sud Mennucci, Carneiro Leão e Manoel Bergstrom Lourenço Filho. Vale ressaltar que as discussões sobre a temática, segundo Ramal (2010), ainda eram tímidas. Contudo, o movimento dos pioneiros da Escola Nova e a efervescência dos debates que continuaram fluentes na década de 1930, propiciando a entrada da Educação Rural na Constituição da República de 1934:

²⁵ O entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico, que tão bem caracterizam a década dos anos vinte, começaram por ser, no decênio anterior, uma atitude que se desenvolveu nas correntes de idéias e movimentos político-sociais e que consistia em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução, nos seus diversos níveis e tipos. (NAGLE, 1974, p. 101).

Parágrafo único – Para a realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual.

Art 157 – A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação. (BRASIL, 1934).

O nacionalismo foi um dos fatores relevantes para o movimento da ruralização da educação. Corroborando com esta ideia, Jorge Nagle assim pontua:

Sendo assim, o nacionalismo, do ponto-de-vista interno, resulta de um sistema de tensões que aparece nessa fase de transformação e, por isso mesmo, compromete-se com as duas modalidades de ordenação da sociedade brasileira do tempo. É tanto um movimento conservador quanto progressista, embora seja, de um modo geral, mais conservador que progressista. Do ponto-de-vista externo, o nacionalismo, na sua maior parte, aparece como manifestação que contraria os propósitos expansionistas das sociedades mais desenvolvidas, que buscam novos mercados e formas neocoloniais de dominação. Sob esse aspecto, é interessante notar que apenas no caso do nacionalismo “liberal” não se manifesta o esforço para combater tal política de expansão e domínio, ditado pelas novas condições internacionais do pós-guerra. (NAGLE, 1974, p.56).

Para o autor supracitado, a educação primária passa a ser vista como uma porta aberta para as ideias “nacionalistas” correrem “nas veias dos brasileiros”. Em razão disso, os nacionalistas também incentivaram a expansão da educação primária, já que as ideias da escola rural partem do pressuposto de conservar tradições do rurícola. Sendo assim, as décadas de 40 a 70 do século XX foram caracterizadas pelas construções de escolas primárias em todos os estados brasileiros, inclusive em Sergipe.

O alto sertão sergipano, em 1941, era composto por apenas três cidades: Porto da Folha, Gararu e Nossa Senhora da Glória, e de acordo com o Departamento de Educação do Estado de Sergipe, em 1941, conforme exposto no Quadro 1, havia 29 escolas funcionando nestes municípios, sendo 27 escolas isoladas, 1 colégio (religioso) e 1 ginásio. Sendo assim, não consta nenhuma escola rural, e a maioria dessas instituições era composta por “Professor Unidocente”. Conforme Nadir Zago (1980, p.3), o termo Professor Unidocente “é uma designação atribuída ao indivíduo que leciona em escola constituída por um único professor. As unidades escolares que contém tal variável, são chamadas escolas isoladas.” (ZAGO, 1980, p.3).

Quadro 1– Escolas do alto sertão em 1941

Município	E.	M.	P.	Tipo de Escola	Professores
Sede: Porto da Folha	X			Escola Isolada	Guiomar Siqueira e Silva (3ª entrância)
Sede: Porto da Folha	X			Escola Isolada	Adelaide Beutenmuller de Souza Albuquerque (3ª entrância)
Sede: Porto da Folha	X			Escola Isolada	Estér de Souza Nobrega (3ª entrância)
Sede: Ilha do Ouro/Porto da Folha	X			Escola Isolada	Maria Conceição Dória Almeida (1ª entrância)
Sede: Canindé/Porto da Folha	X			Escola Isolada	Zuleica Fraga de Almeida (1ª entrância)
Sede: Mucambo/ Porto da Folha	X			Escola Isolada	Maria do Carmo Mendonça (1ª entrância)
Sede: Porto da Folha		X		Escola “7 de Setembro”	Ana Josefa das Chargas (Diurna)
Sede: Porto da Folha		X		Escola “13 de Maio”	Raquel Rodrigues Bernadino (Diurna)
Sede: Porto da Folha			X	Escola Particular	Tibúrcio Lúcio Poderoso
Sede: Porto da Folha			X	Escola “Rui Barbosa”	Raquel Rodrigues Bernadino
Sede: Porto da Folha			X	Colégio Sagrado Coração de Jesus	Amadina Feitosa
Sede: Porto da Folha			X	Ginásio “São Francisco”	José da Rocha Bruno
Sede: Gararu	X			Escola Isolada	Maria Odília do Nascimento (3ª entrância)
Sede: Gararu	X			Escola Isolada	Corina Carlos (2ª entrância)
Sede: Providência/Gararu	X			Escola Isolada	Maria da Conceição Morais Menezes (1ª entrância)
Sede: Providência/ Gararu	X			Escola Isolada	Marieta Correia (1ª entrância)
Sede: Intans/Gararu	X			Escola Isolada	Ana Maria de Rezende
Sede: Genipatuba/Gararu	X			Escola Isolada	Euze Barreto Couto
Sede: Lagoa Funda/Gararu	X			Escola Isolada	Maria Pureza Soares Cardoso
Sede: Providência/Gararu		X		Escola Municipal	Eutália (Diurna)
Sede: Tijuca/Gararu		X		Escola Municipal	Eurides Gonçalves Lima (Diurna)
Sede: Pontal/Gararu		X		Escola Municipal	Maria de Lourdes Barros (Diurna)
Sede: Pontal/Gararu			X	Escola Particular	Maria de Lourdes Barros (Diurna)
Sede: N. S. da Glória	X			Escola Isolada	Júlia de Araújo Oliveira (2ª entrância)
Sede: N. S. da Glória	X			Escola Isolada	Amélia de Assis Andrade (2ª entrância)
Sede: Monte Alegre/N. S. da Glória	X			Escola Isolada	Francisca Rebouças Chaves (1ª entrância)
Sede: N. S. da Glória		X		Escola Municipal	Isaura Maria de Menezes (Diurna)
Sede: N. S. da Glória		X		Escola Municipal	Maria Vieira Souza (Diurna)
Sede: N. S. da Glória			X	Escola Particular	Maria Leonor Cabral Barreto
Total de escolas	16	7	6	29 escolas	

Fonte: Estado de Sergipe, 1941, p. 22, 34-37. Autoria: Cacia Valeria de Rezende.

Deste modo, foi após 1941 que as escolas rurais foram construídas no alto sertão sergipano, já que, segundo Zago (1980, p.22), “sobre esse programa de expansão encontra-se

registrada no documento ‘A Mensagem’ (do Presidente da República) de 1947 a construção de mais de 1.000 escolas rurais”. Sobre isso esclarece Zago:

Igual documento, no ano de 1948, informava que cerca de 2.000 classes, como residência para professores, seriam construídas, e efetivava-se largo plano de construção de escolas normais, para a formação de professores rurais. Em 1949 iniciou-se a construção de mais 4.000 escolas rurais, com residência anexa a professores. (ZAGO, 1980, p.28).

E conforme a Mensagem do Governador do Estado de Sergipe José Rollemberg Leite (1950, p. 47-50): “Pelo sistema de acordos entre este Estado e o Ministério de Educação e Saúde foram construídos até o ano próximo passado quatro (4) grupos escolares e cento e quarenta e oito (148) escolas rurais”. Dentre essas, foram erguidas dez (10) escolas no alto sertão: uma na sede da cidade de Nossa Senhora da Glória e três nos povoados, sendo uma em Quixaba, uma em Monte Alegre e uma em Angico; na cidade de Gararu três escolas foram instaladas nos respectivos povoados: uma em Oiteiros, uma em Itabí e uma em Lagoa Redonda. No município de Porto da Folha também foram instaladas as escolas somente nos povoados, sendo uma em Mucambo, uma em Ilha do Ouro e uma em Curitiba. Deste modo, os anos 1940, 1950, 1960 e 1970 foram anos de construções de escolas primárias na sede dos municípios, e em meados da década de 1970 foram construídas as escolas de 1º e 2º grau.

Quadro 2–Construções, recuperação e reparos nas escolas do Estado de Sergipe, 1950-1970

Escolas Primárias do Estado de Sergipe quantificadas nas Mensagens dos Governadores de 1950-1970. (I – Isoladas; R. – Rurais; E. R –Escolas Reunidas ; G.E. – Grupos Escolares e N.C – Não Consta).		Escolas existentes nos referidos anos				
Ano	Construções, reparos, reformas:	I.	R.	E. R.	G. E.	Campanha de adulto
1950	–	–	–	–	–	–
1951	Constam 34 obras realizadas em escolas normais rurais, ginásios, escolas rurais, grupos escolares, colégios e faculdades, mas não especifica o tipo da obra. (GARCEZ, 1952, p.29;Anexo n.17).	N.C	N.C	N.C	N.C	470 classes
1952	–	–	–	–	–	–
1953	Constam seis obras de construção, reconstrução e melhoramento, realizadas em instituições escolares. Além de outras obras de reparos e conservação. (GARCEZ, 1954, p.25;126;127).	N.C	246	N.C	17	470 classes
1954	–	–	–	–	–	–
1955	Constam 17 obras realizadas em instituições escolares. (MACIEL, 1956, p. 36-39;64).	N.C	231	N.C	N.C	N.C
1956	Constam 63 obras realizadas em instituições escolares, sendo 42 escolas rurais. (MACIEL, 1958, p.34-36;64).	N.C	248	N.C	N.C	227 unidades
1957	Constam 47 obras realizadas em instituições escolares, sendo 28 reparos e reconstruções em Escolas Rurais. (MACIEL, 1958, p. 33-61).	N.C	N.C	N.C	N.C	N.C
1958	Constam 32 obras realizadas em instituições escolares. (GARCIA, 1959, p. 22-23;87).	1.116 unidades escolares de ensino primário. (GARCIA, 1959, p. 87).				
1959	–	–	–	–	–	–
1960	Criação da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde; Reformas em quatro grupos escolares; 28 melhoramento e conservação em instituições escolares. E estão em construção 16 grupos escolares. (GARCIA, 1961, p.9-10; 43-44;57).	585	16	5	27	18
1961	Construção de quatro escolas isoladas; nove jardins de infância; 16 grupos escolares de ensino primário, com quatro e duas salas de aula. (GARCIA, 1962, p.49-52).	Somente em grupos escolares novos, elevou-se a 520 o número de salas de aula, as quais funcionando cada dois turnos, com 50 alunos, em cada sala. (GARCIA,1962, p.89).				
1962	–	–	–	–	–	–
1963	–	–	–	–	–	–
1964	Construídas 47 escolas rurais; três Centros de Treinamento; seis grupos escolares, uma escola integrada, o que equivale a 45 salas de aula. (CARVALHO, 1965, p.18).	–	–	–	–	–
1965	–	–	–	–	–	–
1966	Construídas 143 salas, 29 findaram o ano sem construção; Restauração de 399 salas de aula, estando em andamento nove salas; Total de 580 salas de aula (BAPTISTA, 1967, p.6).	N.C	N.C	N.C	N.C	N.C
1967	Construídas – 27 salas de aulas; Restauração – 26 salas de aula; Reparos– 70. Total – 120 (BAPTISTA, 1968, p.7).	N.C	N.C	N.C	N.C	N.C
1968	Restauração – 189 salas de aula; Reconstrução – 17 salas de aulas. (BAPTISTA, 1969, p.25-26).	N.C	N.C	N.C	N.C	N.C

1969	Obras construídas e recuperadas – 35 unidades escolares; Obras em execução– 17. (BAPTISTA, 1970, p.68-69).	N.C	N.C	N.C	N.C	N.C
1970	—	—	—	—	—	—
1971	Obras construídas, ampliadas e recuperadas – 18 unidades escolares. (MENEZES, 1972, p.52-53).	A rede estadual do Ensino Primário compreendia, em fins de 1971, a soma de 615 estabelecimentos (MENEZES, 1972, p.36).				
1972	Construção de 84 salas de aula; ampliação de quatro salas de aula; Reforma e recuperação de 42 salas de aula; Equipamentos de 92 salas de aula; (MENEZES, 1973, p.34).	N.C	N.C	N.C	N.C	N.C
1973	Obras concluídas– 55; Obras em execução – 32. Total – 87 obras (MENEZES, 1974, p.89).	N.C	N.C	N.C	N.C	N.C
1974	De 1971 a 1974, foram construídas 363 salas de aula e recuperadas 279 salas de aula. (MENEZES, 1975, s/p).	N.C	N.C	N.C	N.C	N.C
1975	Foram construídas e/ou ampliadas 27 unidades de ensino, correspondendo a um total de 62 salas de aulas. Além das salas de aulas foram construídas 156 dependências outras, de modo a assegurar o exercício das práticas pedagógicas. (LEITE, 1976, p.60).	N.C	N.C	N.C	N.C	N.C
1976	Recuperação de 187 salas de aula e 505 dependências. (LEITE, 1977, p.59).	N.C	N.C	N.C	N.C	N.C
1977	Estão sendo construídas 146 salas de aula e 634 outras dependências; Foram recuperadas 98 salas de aula e 187 dependências; Foram recuperadas e/ou ampliadas Escolas de 1º grau. Foram construídas 146 salas de aula em 85 unidades de ensino. (LEITE, 1978, p. 50-51).	N.C	N.C	N.C	N.C	N.C
1978	Entre os anos de 1975 e 1978 foram recuperadas 640 salas de aula e 602 outras dependências. Construídas Escolas do 1º Grau; Colégio de 2º Grau; Reforma/ Ampliação/ Recuperação de unidades escolares. (LEITE, 1979, p. 60;182).	385 escolas, vale ressaltar que no decorrer dos anos de 1975 a 1978, 81 escolares, o que equivale a 128 salas de aula, foram transferidas para a administração municipal. (LEITE, 1979, p.60).				
1979	Quanto à rede escolar, foram construídas mais 42 novas salas de aula, além da realização de ampliações e reformas em várias unidades escolares. Os recursos aplicados nessas obras atingiram a soma de Cr\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de cruzeiros).	N.C	N.C	N.C	N.C	N.C

Fonte: Quadro elaborado através das mensagens dos governadores do Estado de Sergipe (1950-1980). Autoria: Cacia Valeria de Rezende.

O “imediatismo” das construções trouxe outro implicador, a precariedade das construções. As escolas rurais mal começavam a funcionar e já precisavam de reparos, de modo que ficou difícil para o Estado atender a tantas solicitações. Ao ler as mensagens dos governadores do Estado de Sergipe (1950 a 1980) é perceptível a quantidade expressiva de reformas e pequenos reparos. Sendo assim, a segurança das crianças, tal como do professor, era ameaçada constantemente. E o Estado de Sergipe prosseguiu durante os anos 70

investindo em reparos, tal como nos anos 50 e 60 do século XX, como é visível no Quadro 2. Para o Governador do Estado de Sergipe em 1955, Leandro Maynard Maciel, em mensagem sobre a situação dos prédios das escolas no referido ano, assim se expressou à Assembleia Legislativa, em 1956:

A rede patrimonial das escolas rurais é de 248 unidades distribuídas pelos municípios sergipanos, mas, por incrível que pareça foram encontradas apenas 231 escolas... É um capítulo à margem de nossa história educacional o drama tortuoso da cristalização desse ensino na vida sergipana, por ser um fato que traz constrangimento. Essas escolas, para não ruírem todas, exigem reparos e consertos, como se reportou a respeito o Departamento de Obras. (MACIEL, 1956, p. 64).

Deste modo, além da fragilidade dos prédios das escolas rurais, o que pressupõe que o material utilizado para fazê-las foi de péssima qualidade, tal como a mão de obra daqueles que a construíram. O que demonstra o descomprometimento quanto à inspeção de material e da contratação de mestres de obra nas construções de escolas públicas do Estado de Sergipe nesse período. Em razão disso, essas escolas rurais demandavam uma quantia relevante para continuar funcionando, ou poderiam ruir. Além disso, o governador Leandro Maciel denunciou através da Mensagem à Assembleia Legislativa (1956), a não existência de 17 escolas, que deveriam constar no patrimônio público do Estado de Sergipe. Uma vez que os documentos registravam 248 escolas e somente foram encontradas 231. O que ocorreu com essas escolas? Onde foram parar? Caíram ou nunca foram construídas?

Neste sentido, a ruralização da educação, conforme a Mensagem do Governador Leandro Maciel, não estava atingindo os objetivos propostos, já que os excessivos gastos em reparos nos prédios eram sempre maiores do que os valores estipulados para tal fim. Sendo assim, as escolas rurais foram erguidas, mas de forma ineficiente, visto que, como foram construídas (tortas, de material ruim, escuras) não atraíram os alunos. Assim, as construções acabaram por descumprir o objetivo destas instituições, já que essas escolas deveriam seduzir o sertanejo, com o objetivo de “civilizá-lo” através do ensino primário, tal como fixar o homem do campo na zona rural. No texto abaixo, o Governador Leandro Maciel expôs os objetivos da escola rural:

O ensino [sic] roral em nosso Estado, durante o ano, não obteve o resultado que se poderia esperar dessa forma de educação. A educação rural tem por objetivo criar, nos pequenos lavradores, [sic] amor à terra, às atividades

agrícolas, hábitos de trabalhos a essa atividade. O seu ideal é fixar o homem nos sítios, concorrendo dessa maneira para deter o êxodo e o parasitismo nos grandes aglomerados. Visando desenvolver o seu programa de ensino, as escolas rurais ministram horticultura, jardinocultura, avicultura, apicultura e várias atividades, sem prejuízo do curso primário propriamente dito. (MACIEL, 1956, p. 64).

Miguel (2007), corroborando com essa ideia, assim expressa a função da Escola Rural:

A função da escola rural confunde-se com o conceito que a acompanha, pois as escolas rurais, de mestre único, multisseriadas, fazem parte da história da educação brasileira, enquanto que as escolas rurais [sic] criada para preparar o homem produtivo que, além dos conhecimentos básicos dominasse as técnicas de plantio e fosse garantia de melhor produção, [sic] foi sistematizada pelo Decreto-lei 9613, de 20 de agosto de 1946, como Lei Orgânica do Ensino Agrícola. (MIGUEL, 2007, p.83).

Em 1958, o Governador Leandro Maciel continua denunciando a situação precária das escolas rurais:

ESCOLAS RURAIS – o Estado de conservação das Escolas Rurais, como relatei a Vossa Excelência em nossa primeira mensagem, correspondente ao ano de 1955, era o pior possível; [sic] construção de segunda classe, como são todas elas, exige uma conservação dispendiosa e, dada a sua quantidade, esse serviço requer despesas consideráveis. [sic] Não tenho o Estado recebido, no exercício que passou, qualquer auxílio federal para esta finalidade, [sic] ficou o Governo impossibilidade de levar a efeito os trabalhos de recuperação e conservação de que todas elas necessitam. Mas dentro das nossas possibilidades, o Estado recuperou algumas, realizando serviços, cuja descrição pormenorizada ocuparia dezenas de páginas, esses trabalhos acham-se relacionados nos documentos arquivados no Departamento de Obras e vão desde pequenos reparos e serviços de limpeza até grandes serviços de reconstrução. (MACIEL, 1958, p. 43-44).

Em 1961, o Governador Luiz Garcia continuou construindo prédios escolares, como assim relatou:

Com a preocupação de dotar Sergipe de uma eficiente rede de [sic] estabelecimento escolares, que atendam às necessidades do ensino nesta Capital e no interior, vários Grupos Escolares foram instalados no ano de 1961. Para que a rede de Grupos, escolas isoladas e rurais, [sic] fossem ambiente de atração de alunos e [sic] meio constante de socialização, o Estado promoveu reparos, consertos e reconstrução de um número elevado desses estabelecimentos. (GARCIA, 1962, p.100).

E o foco continuava sendo a educação primária, em detrimento da secundária, para o interior do Estado, uma vez que havia poucas escolas que ofertavam o ginásio. Esta situação passou a mudar após o governo federal lançar a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, a fim de possibilitar o ensino para além da 4ª série primária. De acordo com a professora Betisabel V. de Jesus Santos (2003, p. 17), ela era “filha de um tempo em que ginásio era privilégio de poucos e se podia contar nos dedos o número de estabelecimentos existentes em todo o Estado, a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), ao instalar em 1953 o primeiro ginásio em Aracaju”, iniciou assim o processo de expansão de ginásios para a população sergipana. Sobre a implantação dos educandários, relatou o governador da época, Luiz Garcia (1961):

EDUCANDÁRIOS GRATUITOS – As perspectivas abertas ao ensino médio entre as camadas populares, no interior e nesta Capital, levaram o Governo do Estado a conceder uma subvenção de Cr\$ 120.000.00 (cento e vinte mil cruzeiros), para cada um dos estabelecimentos da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Afora cooperação outros benefícios possibilitando o aprimoramento do ensino e o número crescente de alunos, dão garantia para sobrevivência e estímulos aos mesmos. 13 são os Estabelecimentos de ensino da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, subvencionados pelo Estado. Desse número oito, na minha gestão, em decorrência da Lei N. 1015, de 19-11-1960. Os Estabelecimentos no interior, estão assim denominados: Aracaju, “Silvio Romero”; em Laranjeiras “Possidonia Bragança”; Em Maruim “Maruinese”; Caldas Junior, em Neopolis; em Nossa Senhora das Dores “Tertiliano Azevedo”; em Largato, “Laudelino Freire”; em Simão Dias, “Carvalho Neto”; em Tobias Barreto ‘Pe. Basilio Raposo”; em Aquidabã “Francisco Figueiredo; em Itabaianinha “Monsenhor Olímpio Campos”; em São Cristóvão, “São Cristóvão”; em Riachuelo “Alberto Sampaio”; em Riachuelo “Graccho Cardoso”. (GARCIA, 1961, p.55).

Deste modo, a campanha contribuiu significadamente para oportunizar aos sergipanos a realização do curso ginasial, pois segundo Santos (2003, p.172): “[...] No geral, tornou-se o centro irradiador de informação e cultura, sopro de luz e vida em cidades adormecidas.”. E a campanha conseguiu instalar no Estado de Sergipe, entre os anos de 1953 e 1967, 23 educandários gratuitos, “[...] enquanto as demais redes cresceram de nove para vinte e seis no mesmo período” (SANTOS, 2003, p.172). Mesmo assim, o número dessas instituições era inferior à demanda de alunos sergipanos.

Foi com a Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que o ensino obrigatório passou de quatro para oito anos, aumentando assim a responsabilidade de oferta por parte do governo e

consequentemente fermentando uma esperança para aqueles que tinham na escola um meio de ascensão cultural e econômica. A título de ilustração, trago os artigos 17, 18, 19 e 20 do “Capítulo II – do ensino de 1º grau”:

Art. 17. O ensino de 1º grau destina-se à formação da criança e do pré-adolescente, variando em conteúdo e métodos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos.

Art. 18. O ensino de 1º grau terá a duração de oito anos letivos e compreenderá, anualmente, pelo menos 720 horas de atividades.

Art. 19. Para o ingresso no ensino de 1º grau, deverá o aluno ter a idade mínima de sete anos.

§ 1º As normas de cada sistema disporão sobre a possibilidade de ingresso no ensino de primeiro grau de alunos com menos de sete anos de idade.

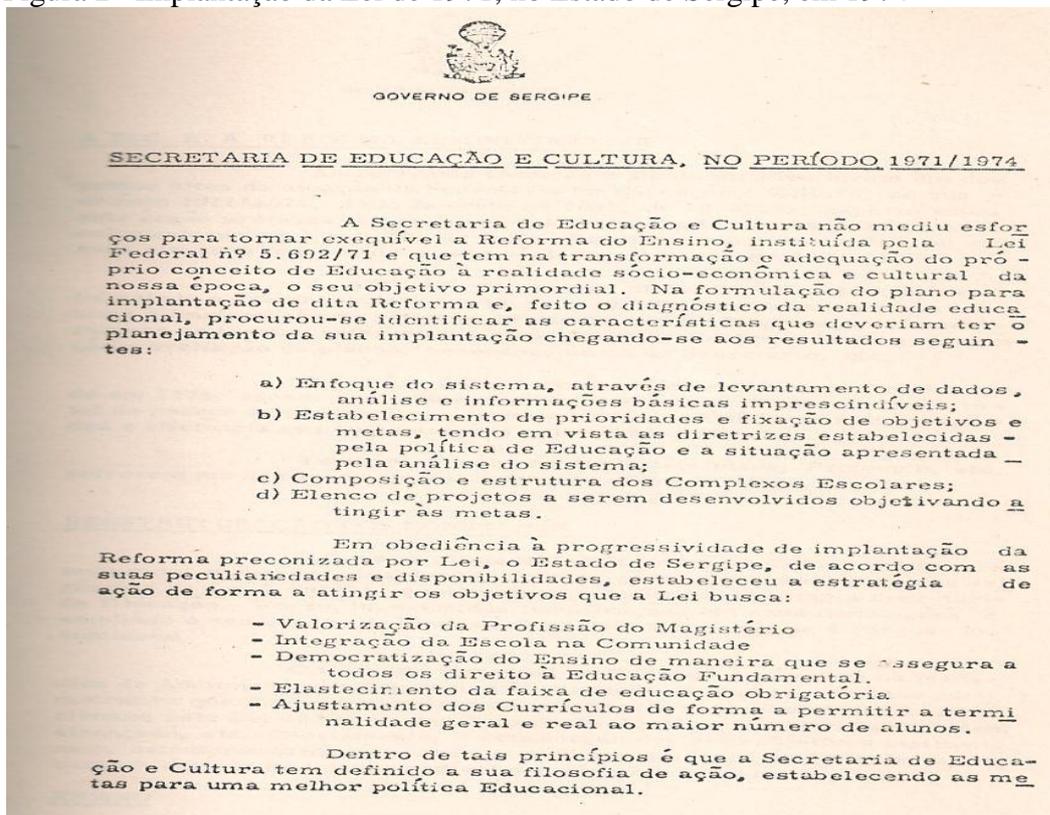
§ 2º Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes.

Art. 20. O ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos, cabendo aos Municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e proceder à sua chamada para matrícula.

Parágrafo único. Nos Estados, no Distrito Federal, nos Territórios e nos Municípios, deverá a administração do ensino fiscalizar o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incentivar a frequência dos alunos. (BRASIL, 1971).

Nos primeiros anos da década de 1970, o Estado de Sergipe estava organizando o sistema de ensino primário para atender à referida Lei de 1971. O documento a seguir ilustra o comprometimento do governador, à época, Paulo Barreto de Menezes, acerca do seu atendimento:

Figura 2– Implantação da Lei de 1971, no Estado de Sergipe, em 1974



Fonte: MENEZES, 1975, s/p. Autoria: Paulo Barreto de Menezes, 1974.

Embora, na década de 1970, de fato procurassem (governos estaduais e municipais) atender ao que ditava a Lei 5692/71, o que acarretou uma mudança relevante em número de escolas que ofertava as oito séries que compunham o 1º grau, há que se considerar que nos municípios sergipanos o povo continuava frequentando a educação de 1ª a 4ª série, visto que o número de escolas ainda não era suficiente para atender a todo o Estado, em especial ao alto sertão no qual em 1971, conforme o Anuário do Estado de Sergipe do referido ano, havia 119 escolas das redes estadual, municipal e particular, sendo que a maioria só tinha uma sala de aula. Tais escolas que ofertavam o 1º Grau, por sua vez, foram instaladas nas sedes dos municípios mais desenvolvidos, o que dificultava a assistência dos alunos que moravam mais afastados dos núcleos urbanizados. Sendo assim, os alunos de cidades vizinhas e povoados percorriam as estradas de chão, a pé ou cavalo, para dar continuidade aos estudos. Deste modo as políticas públicas perfizeram, sob estas condições, as escolas isoladas, reunidas e rurais para a maioria da população.

1.2 Escola Normal Rural e Centros de Treinamento para formar professores, a partir das mensagens dos governadores do Estado de Sergipe

Com formação deficiente, raramente diplomado, sem orientação didática, não recebendo estímulos e ajuda técnica, atuando em escolas com instalações inadequadas, além de receber remuneração inferior ao professor da área urbana, era o perfil que apresentava o professor primário da área rural. Esta constatação era motivo de constante discussão entre políticos e educadores. Outras dificuldades ainda surgiam quando este indivíduo era proveniente do meio urbano: dificuldade de acesso até as escolas, desconforto em relação às precárias condições de alojamento, entre outras. Havia assim um grande obstáculo ao que propunha atingir o movimento de ruralização do ensino. (ZAGO, 1980, p.28).

Para Zago (1980), os professores da escola rural enfrentaram um emaranhado de dificuldades e ainda ganhavam menos que os professores da zona urbana. A dualidade de realidade se somava ao descaso do poder público, frente a uma situação que perpassou décadas, no século XX, no Brasil. Esta problemática foi alvo de debates, por vezes infrutíferos, outrora com propostas até relevantes, mas que no processo de execução, vez por outra, perderam o foco e não cumpriram com o objetivo proposto inicialmente. Sendo assim, a formação do professor foi um tema recorrente durante o século XX, e alvo de defesa de educadores como Sud Mennucci, uma vez que, para preparar os professores das escolas rurais, Sud Mennucci pensou e lançou a proposta de instituições de ensino para formar os professores das escolas rurais. Esta ideia ganhou repercussão através de debates entre educadores e homens públicos da época, e assim foram fundadas as escolas normais rurais, sendo que a primeira escola normal rural foi criada na região nordeste. Segundo Carlos Monarcha (2007):

Como sabemos, a criação de uma rural concretizou-se não em solo paulista, mas no sertão nordestino. De fato, no Ceará, Joaquim Moreira de Sousa perfila-se no ruralista e instala, em 1934, a Escola Normal Rural de Juazeiro, a primeira do gênero no país, (Sousa, 1994). Logo outras são criadas, em diversos Estados, como Pará, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e Rio Grande do Sul, cujos planos de organização são frequentemente submetidos à apreciação do Sud. (MONARCHA, 2007, p.34)

O programa de disciplinas a ser ministradas nestas instituições também tinha que atender aos objetivos das escolas rurais, sendo assim, para Zago (1980):

O programa dos treinamentos realizados com a finalidade de formar os professores para a área rural incluía a Metodologia da Linguagem, da Aritmética, das Ciências Naturais, além de disciplinas como: Pedagogia Rural, Noções de Sociologia Rural, Higiene e Legislação Escolar e Noções de organização de comunidade e Serviço-Social de Grupo. O ensino prático era adquirido através da Escola Rural Modelo, anexa ao Centro Regional, onde eram realizados os referidos cursos. (ZAGO, 1980, p.36).

Como anunciado, em Sergipe foram criadas três escolas normas rurais: uma na cidade de Lagarto, uma em Simão Dias e outra em Itabaiana. Mesmo assim, essas escolas permaneceram com as matrículas baixas, e a maioria das professoras que atuavam nas escolas rurais não havia passado pelo curso de preparação, realizado nas escolas normais rurais do Estado de Sergipe. Deste modo, apesar da mudança de paisagem criada pela presença dos prédios das escolas rurais, nas cidades do interior do Estado, o ensino ministrado pelos “professores” que assumiram as cadeiras nestas instituições, não atendia aos objetivos e propostas da ruralização da educação, já que faltava aos professores o Curso Pedagógico, ministrado nas escolas normais rurais. De acordo com o governador da época Arnaldo Rollemberg Garcez:

O chamado Curso Pedagógico não goza ainda da procura que seria de desejar. As Escolas Normais Rurais, funcionando no interior, no próprio ambiente onde atuarão os futuros professores, e se especializando nos aspectos atinentes à vida campestre, prestação serviço relevante ao futuro educacional do nosso Estado. (GARCEZ, 1952, p. 14).

No alto sertão não há registro da existência de escolas normas rurais, sendo assim a Escola Normal Rural Murilo Braga, localizada na cidade de Itabaiana, agreste sergipano, era a mais próxima. Através das entrevistas com 21 professoras de sete cidades do semiárido sergipano, não constatei nenhum curso realizado pelas professoras sertanejas nesta instituição. Somente quatro delas fizeram o curso rural, sendo na Escola Agrícola Benjamim Constant, de São Cristóvão.

Para preparar mestres a essa forma de ensino, foi solicitada a colaboração do Instituto Benjamim Constant, no sentido de que vinte e quatro professoras estaduais pudessem realizar o curso de treinamento para professores rurais no Estabelecimento. O curso, em regime intensivo de 6 semanas, foi permitido e, no próximo ano, serão designadas as candidatas. (MACIEL, 1956, p. 64).

Mesmo com a colaboração da Escola Agrícola Benjamim Constant, as escolas normais e as escolas normais rurais, na perspectiva de Nunes Mendonça (1957), professor e escritor sergipano, a maioria dos professores das escolas isoladas, rurais, escolas reunidas e grupos escolares das cidades do interior do Estado de Sergipe, na década de 1950, permanecera sem a devida preparação, ou seja, os quadros de professores eram compostos por leigos. Isso não era apenas algo singular do Estado de Sergipe, mas do Brasil, uma vez que, segundo Anísio Teixeira (apud NUNES, 2000) a formação dos mestres é tão importante quanto expandir as escolas de qualidade ao povo brasileiro, já que, “[...] ele sabia que a criança ia para a escola para adquirir algo que depende, sobretudo, da formação e da disposição dos professores que oferecem: uma cultura escolar” (NUNES, 2000, p.123). O Quadro 3, a seguir, traz uma demonstração da atuação do poder público do Estado de Sergipe, quanto aos cursos de preparação dos professores nos anos de 1949, 1958, 1968 e 1978:

Quadro 3— Mosaico de recortes das Mensagens dos Governadores do Estado de Sergipe sobre cursos para os professores (1949-1978)

Ano	Cursos de intensivo, formação, treinamento e seminários realizados pelas professoras sergipanas																															
1949	<p style="text-align: center;">CURSO INTENSIVO DE EDUCAÇÃO RURAL</p> <p>Constituiu o Curso Intensivo de Educação Rural a 1.ª fase deste Serviço no ano a findar-se.</p> <p>Este ano foi preparada a 2.ª turma de professores rurais que irão reger as Escolas recém construídas.</p> <p>O Curso Rural destina-se ao preparo agro-técnico das mestras rurais. Nele, as educadoras se familiarizam com o ensino técnico e prático das ciências agrônômicas.</p> <p>O Curso de 1949 teve a duração de 56 dias, tendo sido ministradas 56 aulas teóricas e 24 aulas práticas.</p>																															
1958	<p style="text-align: center;">CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS — 1958</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th rowspan="2">ESPECIFICAÇÃO</th> <th colspan="2">SÉRIES</th> </tr> <tr> <th>1a.</th> <th>2a.</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Alunas matriculadas</td> <td style="text-align: center;">39</td> <td style="text-align: center;">20</td> </tr> <tr> <td>Alunas aprovadas</td> <td style="text-align: center;">21</td> <td style="text-align: center;">20</td> </tr> <tr> <td>Alunas reprovadas com direito a 2a. época</td> <td style="text-align: center;">10</td> <td style="text-align: center;">—</td> </tr> <tr> <td>Alunas reprovadas definitivamente</td> <td style="text-align: center;">5</td> <td style="text-align: center;">—</td> </tr> <tr> <td>Alunas transferidas</td> <td style="text-align: center;">1</td> <td style="text-align: center;">—</td> </tr> <tr> <td>Alunas que desistiram</td> <td style="text-align: center;">2</td> <td style="text-align: center;">—</td> </tr> </tbody> </table> <p style="text-align: center;">NOTA: EXAME DE ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES:</p> <p style="text-align: center;">Primeira época:</p> <table style="width: 100%;"> <tbody> <tr> <td>Candidatas inscritas</td> <td style="text-align: right;">35</td> </tr> <tr> <td>Candidatas aprovadas</td> <td style="text-align: right;">29</td> </tr> <tr> <td>Candidatas reprovadas</td> <td style="text-align: right;">5</td> </tr> <tr> <td>Não compareceu ao exame</td> <td style="text-align: right;">1</td> </tr> </tbody> </table>	ESPECIFICAÇÃO	SÉRIES		1a.	2a.	Alunas matriculadas	39	20	Alunas aprovadas	21	20	Alunas reprovadas com direito a 2a. época	10	—	Alunas reprovadas definitivamente	5	—	Alunas transferidas	1	—	Alunas que desistiram	2	—	Candidatas inscritas	35	Candidatas aprovadas	29	Candidatas reprovadas	5	Não compareceu ao exame	1
ESPECIFICAÇÃO	SÉRIES																															
	1a.	2a.																														
Alunas matriculadas	39	20																														
Alunas aprovadas	21	20																														
Alunas reprovadas com direito a 2a. época	10	—																														
Alunas reprovadas definitivamente	5	—																														
Alunas transferidas	1	—																														
Alunas que desistiram	2	—																														
Candidatas inscritas	35																															
Candidatas aprovadas	29																															
Candidatas reprovadas	5																															
Não compareceu ao exame	1																															
1968	<p>Não se limitou o Governô, entretanto, na área da Educação, a construir ou restaurar grupos escolares. Incentivou a modernização e o aperfeiçoamento do ensino, através dos seguintes cursos de treinamento: de 22 de janeiro a 23 de fevereiro, para Professôres não titulados, com 222 participantes; de 15 de janeiro a 07 de fevereiro, para Professôres da primeira série primária, com 68 participantes; de 15 de abril a 22 de fevereiro, para Voluntários de Nível Médio (Regente de Ensino) com 82 participantes; de 02 a 27 de julho, Curso para Professôres não titulados, contando com 228 participantes; entre 03 a 26 de julho, Curso de Atualização de Diretores, com 99 participantes. Finalmente, de 09 de setembro a 26 de outubro, foram realizadas, com rendimento excepcional para a melhoria do ensino público, as Semanas Pedagógicas, que contaram com a participação de nada menos de 787 professôres.</p>																															
1979	<p style="text-align: center;">1.3.17 - ENCONTROS, SEMINÁRIOS E CONGRESSOS</p> <p>Durante o quadriênio 1975/1978, a SEC fez-se representar em 112 eventos dessa natureza, realizados em quase todas as Capitais do País e no Estado de Sergipe, com um total de 269 participantes, representantes oficiais do Governo do Estado.</p>																															

Fonte: LEITE, 1950, p. 54; GARCIA, 1959, p. 94; BAPTISTA, 1969, p. 7-8; LEITE, 1979, p. 73.
 Autoria: Cacia Valeria de Rezende.

Como ilustrado, na década de 1960, alguns cursos de aperfeiçoamento foram instituídos para suprir a situação precária de formação dos professores que atuavam no Estado de Sergipe. Conforme a Mensagem do Governador Sebastião Celso Carvalho (1965, p.17), “[...] menos de 50% do professorado receberam formação pedagógica. Em 1964 foram ministrados cursos de aperfeiçoamento para professores leigos, nas cidades de Aracaju (3), Tobias Barreto (1), e Lagarto (1), com frequência total de 154 participantes”. Mesmo com os esforços para reduzir o número de professores leigos no Estado de Sergipe, a jornada era longa, já que muitos dos professores não tinham sequer terminado o ensino primário.

De acordo com o governador do Estado, Lourival Baptista, em 1966, a política pública dos cursos de aperfeiçoamento e treinamento rendeu um saldo qualitativo. Segundo ele:

A melhoria do ensino, através de Cursos de Treinamento e do Ensino Supervisionado foi a meta qualitativa. Em 1966 foram treinadas 849 mestras, destacando-se que 203 escolas e 27 municípios receberam a atenção de 40 supervisoras. Foram providenciadas as instalações dos Distritos de Supervisão em Aracaju, Estância, Japaratuba, Itabaiana, Lagarto e Propriá, faltando somente os de Gararu e Nossa Senhora das Dores. (BAPTISTA, 1967, p. 6).

Para o referido governador, em 1969, centros de treinamento foram erguidos nas cidades pólos: Aracaju, Estância, Japaratuba, Nossa Senhora das Dores e Gararu, para receber professores no período de férias do Estado de Sergipe, com o objetivo de preparar esses “mestres” de forma adequada para reduzir o índice de repetência e evasão em suas respectivas escolas. Sobre isso, traz a mensagem governamental:

O trabalho do Governo, no setor educacional, não se limitou à construção de escolas primárias e ginásios, porém, e sobretudo, tem havido uma preocupação constante com a melhoria do ensino, mediante a construção de centros de treinamento e supervisão de professores, tanto na Capital como no Interior. Aracaju, Estância, Japaratuba, Nossa Senhora das Dores e Gararu são sedes dos centros construídos nos últimos 3 anos. Onze cursos de aperfeiçoamento do ensino e administração foram realizados no triênio, dos quais participaram 4 252 professores, ampliando-se dessa forma, o índice qualitativo do ensino ministrado, pela atualização do professorado, o que vem resultando numa queda sensível do índice de repetência e evasão escolares. (BAPTISTA, 1970, p. 4).

No final da década de 1960, o governador do Estado de Sergipe, Lourival Baptista, fez concurso de provas de títulos com o objetivo de reduzir o número de professores leigos,

valorizando também a vocação dos docentes que tinham o magistério como missão a cumprir. E mencionou que esta estratégia da prova de títulos também desembocaria no retorno financeiro, mas não tanto quanto a função do professor requeria.

Por outro lado, o Governo tem levado a sério a admissão de professores, realizando concursos de provas e títulos, medida essa responsável pela flagrante redução de 80 para 55% dos professores leigos no magistério sergipano, valorizando-se aqueles que, por vocação, se consagram ao sacerdócio de instruir e educar, garantindo-lhes, além disso, um padrão de vencimento, condicente com o papel que desempenham no processo de desenvolvimento do Estado, embora ainda não seja o ideal. (BAPTISTA, 1970, p. 4).

Na década de 1970, os governadores do Estado de Sergipe continuaram investindo em cursos de preparação, treinamento e formação para professores, mas isso só foi possível através dos recursos provenientes do Plano Nacional de Educação (PNE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário (PAMP), tal como da própria Secretaria do Estado de Sergipe. Na mensagem do governador Paulo Barreto de Menezes consta a seguinte informação:

Para suprir a escassez de professores qualificados, a Secretaria da Educação e Cultura treinou em 1971, 770 professores (sendo 274 em Aracaju e 496 no Interior), nos cursos abaixo:

1. Curso de Preparação para Madureza Ginásial
2. Curso de Formação de Regente de Ensino
3. Curso para Professores de 1ª Série Ginásial
4. Curso de Treinamento para Conclusão do Primário
5. Curso de Treinamento para Docentes não titulados.

Para realização desses cursos foram utilizados recursos oriundos do PNE, INEP, PAMP e da própria Secretaria. (MENEZES, 1972, p. 35).

De acordo com a mensagem do referido governador, em 1974, a quantidade de cursos aumentou e, deste modo, mais professores foram contemplados através dos cursos de habilitação, aperfeiçoamento e atualização, como demonstrado nos quadros a seguir:

Quadro 4 – Curso de Habilitação de Professores 1973-1975

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CURSO DE HABILITAÇÃO A CONCLUIR

1973 /1975

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO		PARTICI - PANTES
	INÍCIO	TÉRMINO	
Curso de Habilitação Pro- fissional	Novembro/73	Janeiro/75	179
Licenciatura de 1º Grau - Supervisão de Ensino	Julho - 1973	Julho - 1975	40
Administração Escolar	Julho - 1973	Julho - 1975	40
Orientação Escolar ...	Julho - 1973	Julho - 1975	12
Licenciatura de 1º Grau em Ciências Exatas -CE CINE	Agosto- 1974	Junho - 1975	05
Curso de formação para professores de discipli- nas especializada. CENA FOR	Janeiro- 1975	Julho - 1975	33
TOTAL	-	-	309

Fonte: MENEZES, 1975, s/p. A autoria: Paulo Barreto de Menezes.

Quadro 5 – Curso de Aperfeiçoamento de Professores 1971-1974

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CURSO DE APERFEIÇOAMENTO					
1971 / 1974					
ESPECIFICAÇÃO	A N O S				PARTICIPAN- TES
	1971	1972	1973	1974	
- Curso de Alfabetização	96	-	-	-	96
- Formação Regente Ensino	131	-	-	-	131
- Docente não titulado	72	-	-	-	72
- Preparação para Supervisão..	03	-	-	-	03
- Treinamento para Diretores Es- colares de 1º Grau	-	79	-	-	79
- Treinamento para Professores não titulados de Educação Física	-	276	192	-	468
- Treinamento de Coordenador..	-	-	64	-	64
- Educação Artística e Currícu- los	-	-	01	-	01
- Treinamento de Supervisor p/ Telecomunicação	-	-	03	-	03
- Curso p/Profs. Municipais...	-	-	160	-	160
- Pesquisa Educacional	-	-	-	04	04
- Planejamento e Administração de Sist. Educacionais	-	-	-	03	03
- Planejamento Educacional...	-	-	-	02	02
- Assist. Téc. Ped. Ens. de 1º - Grau	-	06	-	-	06
- Treinamento para equipe do Ensino Normal	-	-	06	-	06
- Aperfeiçoamento de datilogra- fia	-	18	-	-	18
- Pessoal Administrativo.....	-	02	-	-	02
- Pessoal Téc. Pedagógico...	-	02	-	-	02
- Pessoal de Apoio	-	02	-	-	02
TOTAL	302	385	486	09	1.122

FONTE - Secretaria de Educação e Cultura

Fonte: MENEZES, 1975, s/p. Autoria: Paulo Barreto de Menezes.

Quadro 6 – Curso de Atualização de Professores 1971-1974

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CURSOS DE ATUALIZAÇÃO					
1971 / 1974					
ESPECIFICAÇÃO	1971	1972	1973	1974	TOTAL PARTICIPANTES
- Curso de Preparação p/Madureza Ginásial	418	435	133	-	986
- Treinamento de docente para execução do Projeto II	-	37	-	-	37
- Reciclagem de Supervisor	-	37	-	-	37
- Treinamento p/prof. de Educação Integrada	-	50	310	-	360
- Reciclagem de monitores p/TV e Rádio Posto	-	105	60	-	165
- Curso de Cultura Técnica p/Professores	-	44	-	-	44
- Professores licenciados de Educação Física	-	-	17	-	17
- Treinamento p/Coordenador Pedagógico	-	-	18	-	18
- I Curso de atualização p/Professores de 1a. a 4a. Serie dos Complexos Escolares	-	-	135	-	135
- Treinamento p/Profa. Pré-Escolares	-	-	98	-	98
- Curso de Atualização Didática p/Prof. do Ensino Supletivo	-	-	117	-	117
- Treinamento de Supervisor p/Projeto Minerva	-	-	03	-	03
- Curso de Violão	-	-	01	-	01
- Metodologia da Informação Ocupacional	-	-	05	04	09
- Curso de Especialização em Orientação Educ.	-	-	21	-	21
- Prática de Ed. Física	-	-	02	-	02
- Planejamento Educacional	-	-	-	02	02
- Administração Participação por Objetivo	-	-	-	02	02
- Atualização de pessoal docente, técnico administrativo p/o Ensino de 1º Grau	-	-	-	60	60
- Conhecimento geral sobre Museu	-	-	-	07	07
- Treinamento p/docente E. Normal	-	-	20	-	20
- Curso de Orçamento Programa	-	01	-	-	01
- III Treinamento em Execução	-	08	-	-	08
- Treinamento Rotina Trabalho	-	02	-	-	02
- Curso Contabilidade Pública	-	03	-	-	03
- Curso de Auxiliar de Biblioteca Pública	-	03	-	-	03
- Administração Financeira	-	07	-	-	07
- IV Curso de Redação de Documentos Oficiais	-	04	-	-	04
- Treinamento em controle de Material e Patrimônio Móvel	-	05	-	-	05
- Reciclagem p/Prof. Est. Sociais	-	04	-	-	04
- Reciclagem p/Profs. Comun. Expos.	-	05	-	-	05
TOTAL	418	750	940	75	2.183

FONTE- Secretaria de Educação e Cultura

Fonte: MENEZES, 1975, s/p. Autoria: Paulo Barreto de Menezes.

Como demonstrado, essa estratégia de formar professores através de cursos de férias foi implementada nos anos 1950, 1960 e se intensificou na década de 1970. Sendo assim, a

cada ano mais professores eram contemplados e muitos desses professores leigos obtiveram o seu certificado de magistério. Mesmo assim, a falta de qualificação do professorado ainda estava longe de ser suprida, porém os cursos foram, sem dúvida, um início de um caminho longo, em busca da qualidade de ensino. Da mesma forma, outras campanhas em prol da educação foram implementadas, a exemplo do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), no qual, inclusive, muitas dessas professoras foram convocadas para alfabetizar.

1.3 Sobre as campanhas contra o analfabetismo no Estado de Sergipe

Art. 149, A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.(PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1934).

Este artigo da Constituição de 1934 deixa claro o que se queria em termo de nacionalismo e do que se convencionou chamar de “otimismo pedagógico”. A partir dela foi iniciada uma meta que ainda hoje buscamos que é “educação para todos”. Para Andrade (2004, p.36), essa Constituição foi a primeira Lei brasileira a legitimar o direito de todo brasileiro estudar, “garantindo o ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensivo aos adultos”. Para fazer do Brasil um país civilizado, a educação era vista como redentora. Sendo assim, a educação se tornou um dos principais instrumentos de combate ao cenário de pobreza cultural e econômica, já que, dentro desta perspectiva, a civilidade de uma nação só poderia ocorrer se o povo fosse “alfabetizado”. Portanto, políticas públicas foram criadas expandindo o ensino primário, e para atender àqueles que já não tinham faixa etária e disponibilidade para estudar durante o dia, várias “Campanhas de Alfabetização de Adolescentes e Adultos” (ANDRADE, 2004) foram criadas nos estados brasileiros, e dentro das regiões do Brasil, o Nordeste apresentava um número maior de analfabetos se comparada às outras regiões.

Segundo Andrade, a Constituição de 1946, em termos de formação institucional, reafirmou que a educação era um direito de todos os brasileiros e o ensino primário

oficialmente passava a ser gratuito, e, mesmo assim, o Brasil permanecia longe de atender ao número de adultos analfabetos. Segundo ela:

A Constituição de 1946 reconhece a educação como direito de todos (art. 166) e, no seu art. 167, define que o ensino primário oficial é gratuito. No entanto, esta Constituição ainda carregava marcas do Estado Novo. Dentre outros exemplos, definia a greve como ilegal e proibia o voto dos mendigos e também dos analfabetos que, em 1945, eram 53,7% da população de mais de 18 anos da região Norte, 72,1% da região Nordeste, 55,3% da região Leste, 40,3% da região Sul e 63,7% da região Centro-Oeste. Em Alagoas, nesse ano, a população adulta analfabeta chegava a 77,4% do total. (ANDRADE, 2004, p.36).

Ao evidenciar o número de adultos analfabetos, Campanhas de Alfabetização de Jovens e Adultos foram criadas como políticas públicas para levar o conhecimento básico à maioria da população adulta sem instrução. Para Andrade (2004), o termo “campanha” foi retirado da área de saúde com o intuito de sanar a maior “chaga do Brasil”: o analfabetismo. Ainda segundo Andrade:

Mais uma vez, a educação de adultos é vista como instrumento importante de regulação e de ajuste social das camadas populares, manifestando um profundo preconceito contra o analfabeto, visto como incapaz. A campanha funcionou de 1947 a 1963, quando foi extinta, sendo que seu ápice se deu de 1947 a 1951. As críticas mais marcantes registradas ao modelo de Campanha, na época, basearam-se, conforme Paiva (1973), na irrisória quantia paga aos professores, na idéia do trabalho voluntário ou semi-voluntário, no fato de não se dispor de informações calcadas em um acompanhamento rigoroso nas classes de alfabetização e no tempo insuficiente para a consolidação de um processo de alfabetização, formando um grande contingente de “semi-analfabetos”. (ANDRADE, 2004, p.41).

As Campanhas de Alfabetização circularam em todos os estados brasileiros, inclusive no Estado de Sergipe. Nas Mensagens dos Governadores de Sergipe há registro de uma quantidade relevante de classes de aula para atender alunos em idade avançada para frequentar uma escola primária, no horário matutino ou vespertino. Por isso, classes foram criadas para atender, no turno da noite, aos alunos trabalhadores que, por situações adversas, não puderam frequentar a escola em idade própria. Segundo o Governador do Estado de Sergipe José Rollemberg Leite (1950, p.42): “A Campanha de Educação de Adultos, iniciada em 1947, não esmoreceu em 1949. O mesmo sentimento patriótico, a mesma compreensão de dever continuaram a servir de base à [sic] execução dos serviços.”. Em todos os municípios

ela se fez presente. A tabela abaixo demonstra em número o que representou a campanha, para Sergipe, nos anos de 1947 a 1949.

Tabela 2 – Dados estatísticos da Campanha de Educação de Adultos 1947-1949

46

SERVIÇO DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS

ANÁLISE ESTATÍSTICO DO APROVEITAMENTO ESCOLAR DA CAMPANHA DE ADULTOS, EM SERGIPE, NO TRIÊNIO DE 1947 — 1949

ANOS	Promoções		Conclusões de Cursos	
	TOTAL	% para + ou para — em relação a 1 949	TOTAL	% para + ou para — em relação a 1 949
1 947 *	2 173	— 152,8	—	—
1 948	3 480	— 57,9	712	— 86,5
1 949	5 495	—	1 328	—

Fonte: LEITE, 1950, p. 46. Autoria: José Rollemberg Leite.

Quanto às professoras, Leite (1950) expõe que elas apenas eram gratificadas, embora irrisoriamente. Sobre isso, ele expõe:

Trata-se de escolas em povoados onde nunca houve instrução primária e nas quais estudam, à noite, adolescentes e adultos e, durante o dia, em horário regulamentar, estudam crianças. Essas escolas são regidas pelas próprias professoras do Curso Supletivo, que, com a gratificação apenas que lhes dá a Campanha de Educação de Adultos, tomaram a si encargo de ministrar o ensino aos filhos dos que estudam à noite. (LEITE, 1950,p.42).

No ano de 1951, o Estado de Sergipe tinha 470 classes funcionando (GARCEZ, 1952, p. 29). E no ano de 1953 a Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes continuava com 470 cursos supletivos, atendendo cerca de 2.000 alunos (GARCEZ, 1954, p. 12-13). Os governadores enalteceram os resultados dessas campanhas que, por vezes, só ensinaram o sergipano a assinar o nome. Porém, na década de 1950, quem sabia assinar o nome era considerado alfabetizado, como é visível nas Mensagens dos governadores Leandro Maciel e Luiz Garcia, respectivamente:

CAMPANHA DE ADULTOS – O ensino de adultos em todo o Estado, não sofreu alteração, com frequência normal e resultados positivos de aproveitamento.

Para ilustrar o movimento escolar em Sergipe, através das várias modalidades de ensino, anexo os dados, devidamente retificados, pelo Serviço de Estatística Educacional do Ministério da Educação, apurados pelo Departamento Estadual de Estatística e relativos ao próprio ano relatado. (MACIEL, 1956, p. 65).

Assim, conforme o Governador do Estado, Luiz Garcia:

CENTRO PILOTO DE GARARU– DA CAMPANHA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO – Esse órgão foi criado em face de um acordo de colaboração e assistência técnica, entre o Ministério de Educação e Cultura, O Estado de Sergipe e o Município de Gararu, por ter sido escolhido essa comuna para evitar de base à aplicação do plano piloto da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, na região nordeste do Brasil. O funcionamento do Centro Piloto no Município de Gararu obteve êxito e permitiu um levantamento geral da população escolar, toda ela freqüentando as classes do Centro. Digna de louvores a obra enceta pela dirigente, demonstrando espírito de verdadeira mestra, integrada no amplo plano de levantamento do nível de valorização do homem do campo. As escolas compreendidas na zona rural, em número de 14 realizaram o ciclo escolar, com acentuada frequência dos alunos. (GARCIA, 1962, p. 96).

Foi no início da década de 1960, que a educação do povo passa a ser um movimento que ganha expressão no Brasil, uma vez que, segundo Andrade (2004, p.42), foi nesse período que surgiram: Movimento de Cultura Popular, De Pé no Chão também se aprende a ler, Movimento de Educação de Base, Campanha de Alfabetização da União Nacional dos Estudantes e

[...] como última medida governamental na área, antes da ditadura militar, destaca-se, no MEC, a criação do Plano Nacional de Alfabetização – PNA (Decreto nº. 53.465), em 1962, com o objetivo de alfabetizar cinco milhões de brasileiros até 1965, utilizando o “método” Paulo Freire e dirigido pelo próprio educador[...]. (ANDRADE, 2004, p. 44).

Esse momento de construção de métodos para a educação, através de campanhas, ganhou pontos-de-vista diferentes e permeou os estados brasileiros, inclusive o Estado de Sergipe que aderiu às propostas que vinham do Ministério de Educação.

Paulo Freire (1999), estudioso e professor de Jovens e Adultos à época, considerava que as campanhas deveriam ir mais além, pois para ele:

[...] uma coisa é fazer uma campanha de alfabetização numa sociedade em que as classes sociais populares começam a tomar sua história nas mãos, com entusiasmo, com esperança; a outra é fazer campanhas de alfabetização em sociedades em que as classes populares se acham distantes da possibilidade de exercer uma participação maior na refeitura da sociedade. [...] Me parece que não deveríamos trabalhar em termos de campanhas, cuja significação mais profunda sugere algo emergencial, mas atacar o problema sem dar a ele este caráter. Por outro lado, na medida em que, aqui e ali, enfrentemos o problema, é necessário que, desde o princípio, procuremos ir mais além da alfabetização, construindo com os próprios educandos populares alternativas no campo da educação popular. (FREIRE, 1999, p. 31-32).

Sendo assim, as Campanhas de “Supletivo” de Jovens e Adultos estavam atreladas a uma idéia que sempre permeou o imaginário da dual educação brasileira, ou seja, a educação do povo e da elite. Ao povo, o ato de ler, escrever e contar era o suficiente, mesmo que educadores se opusessem a esta visão restrita quanto à educação da maioria da população brasileira, tal como Anísio Teixeira e o próprio Paulo Freire. O primeiro defendia a educação de qualidade para todos os brasileiros e o segundo criou um método de ensino para a educação popular, que apesar de iniciar com o conhecimento do dia a dia do trabalhador, o incitava à reflexão e à criticidade, pois o levava a pensar na realidade que o cercava, ou seja, tinha o objetivo de formar cidadãos conscientes e críticos, para além de alfabetizados. Mesmo com educadores preocupados na história da educação brasileira, o poder público optou por limitar o conhecimento formal da maioria da nação brasileira, ainda que o discurso fosse a favor da expansão do ensino primário e não apenas da alfabetização, porém, na prática, o poder público revelava seus verdadeiros objetivos, a exemplo a interrupção das ações promovidas pelas ideias de Paulo Freire para a Educação do povo, paralisadas pelo Golpe Militar em 1964 e substituída pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Foi através da criação da Lei Nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, que o Estado promoveu a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos foi substituída. De acordo com a referida Lei:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Constituem atividades prioritárias permanentes, no Ministério da Educação e Cultura, a alfabetização funcional e, principalmente, a educação continuada de adolescentes e adultos.

Parágrafo único. Essas atividades em sua fase inicial atingirão os objetivos em dois períodos sucessivos de 4 (quatro) anos, o primeiro destinado a adolescentes e adultos analfabetos até 30 (trinta) anos, e o segundo, aos analfabetos de mais de 30 (trinta) anos de idade. Após esses dois períodos, a educação continuada de adultos prosseguirá de maneira constante e sem discriminação etária.

Art. 2º Nos programas de alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, cooperarão as autoridades e órgãos civis e militares de todas as áreas administrativas, nos termos que forem fixados em decreto, bem como, em caráter voluntário, os estudantes de níveis universitário e secundário que possam fazê-lo sem prejuízo de sua própria formação.

Art. 3º É aprovado o Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos, que esta acompanha, sujeito a reformulações anuais, de acordo com os meios disponíveis e os resultados obtidos.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma fundação, sob a denominação de Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBREAL de duração indeterminada, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, enquanto não for possível a transferência da sede e foro para Brasília.

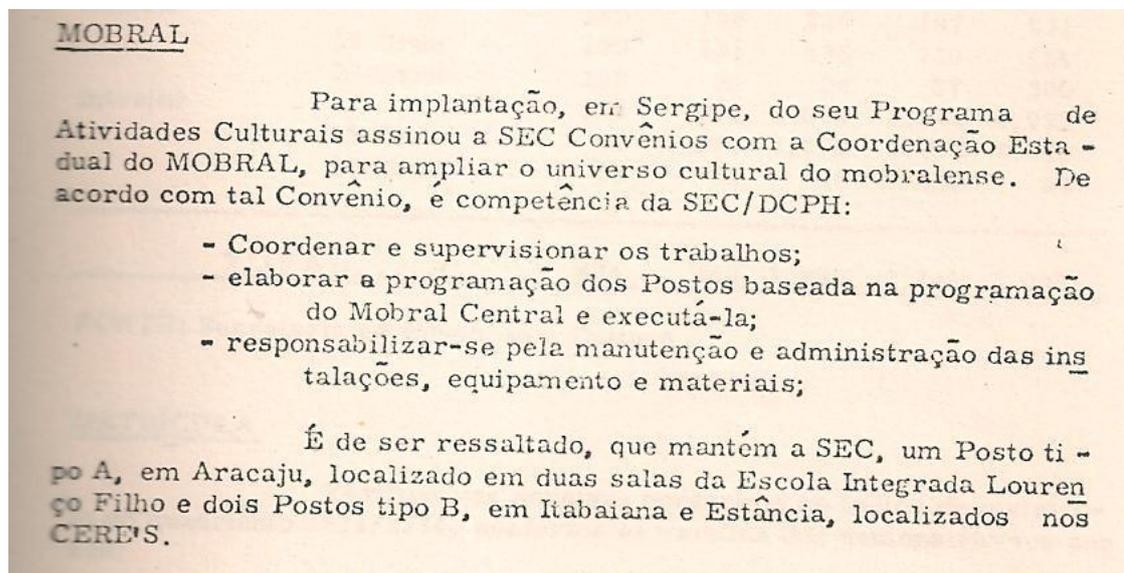
Art. 5º O MOBREAL será o Órgão executor do Plano de que trata o art. 3º.

Art. 6º O MOBREAL gozará de autonomia administrativa e financeira e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual serão apresentados seu estatuto e o decreto do Poder Executivo que o aprovar. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1967).

O MOBREAL tinha por objetivo conceder educação básica a jovens e adultos analfabetos. Para Andrade (2004, p.51) “uma das características marcantes do MOBREAL foi a sua desvinculação da estrutura do MEC – Departamento Nacional de Educação, tendo criado corpo e política próprios, mais voltados a uma campanha de massa que pudesse atender aos objetivos políticos dos governos militares” (HADDAD, 1991, p.84). Este movimento se deu em todos estados brasileiros e o povo pôde, por meio dessa política pública, aprender o alfabeto, a assinar o nome e a ler, ou seja, a educação do povo permaneceu sendo mantida até o patamar da alfabetização. Negando a fala de educadores brasileiros como Anísio Teixeira e Paulo Freire que, com suas experiências, criaram meios diferentes de pensar e agir frente à educação. Sendo assim, a educação do povo permanecia longe de ser de qualidade, pois as Campanhas de Alfabetização de Jovens e Adultos e o Movimento Brasileiro de Alfabetização contra o analfabetismo produziram outro problema: o semianalfabeto.

O Estado de Sergipe implantou o MOBREAL em 1974, como relatou o governador Paulo Barreto de Menezes, na Mensagem à Assembleia:

Figura 3 – Implantação do Mobral no Estado de Sergipe, em 1974



Fonte: MENEZES, 1975, S/N. Autoria: Paulo Barreto de Menezes, 1974.

Foi a partir de 1974 que, segundo Menezes, o ensino mobralense foi expandindo para as cidades do interior do Estado. Deste modo, sergipanos foram alfabetizados através do MOBRAL, e o resultado disso foi que milhares de cidadãos liam pessimamente ou apenas assinavam o nome. Sendo assim, as campanhas mobilizaram um número relevante de sergipanos dispostos a aprender, mas o currículo dos programas, tal como a formação do professor, lesou e muito o desenvolvimento destes alunos, que ainda hoje permanecem analfabetos, pois o simples fato de conhecer as letras do alfabeto, assinar o nome ou até mesmo ler, não concede à população o conhecimento necessário para desenvolver a criticidade. Deste modo, as campanhas foram mais um “tiro no pé” do povo, do que “asas de saber”.

Capítulo dois

A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO EDUCACIONAL NO ALTO SERTÃO SERGIPANO

As professoras e professores aqui do sertão, no início do povoado não tinha conhecimento literário, um dos professores foi Honório, ele aprendeu a ler debaixo dos pés de pau quando o povoado começou, quando os caxeiros viajantes passavam a informação, ele registrava tudo, Honório ensinava aos seus filhos e filhos de vizinhos, ele não era um professor pago, ele era colaborador com a educação e literatura, depois veio Maria Amélia, Eliza, Evangelina de Azevedo. Só Evangelina era renumerada, os outros eram apenas colaboradores... (Cícero Alves dos Santos, 2012).

A narrativa de Cícero Alves dos Santos²⁶, o artista plástico Véio, revela os nós da educação no sertão sergipano. Ele que mantém, no “Sítio Sóarte”, vários documentos e elementos que se reportam à educação do sertanejo, pesquisador apaixonado pela cultura regional, investiu sua juventude em reunir objetos que retratam tradições, costumes e valores do homem rural. Ao puxar o novelo da memória adentramos num emaranhado de histórias de sertanejos que, por meio das lembranças, desvelam os pedaços de suas histórias. Estes fragmentos, uma vez analisados, nos revelam a situação da educação no alto sertão sergipano. Segundo Paul Thompson (1992, p.197), “[...] a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta”. O depoimento de Véio nos faz perceber a carência dos profissionais de educação no sertão sergipano e, por isso, da educação do sertanejo nos anos de 1950 a 1970. Por certo, este problema não atingia somente o Estado de Sergipe, mas todo o nordeste do Brasil. Conforme Leite (1999, p.38), “Considerando a década de 1950 como época de crise na educação, em decorrência da delongada discussão sobre a elaboração da LDB (de 48 a 61), observamos que ela refletia de modo nítido as contradições existentes da educação brasileira, quer geral, quer rural”.

Corroborando com tal análise, Cícero Alves dos Santos, expõe:

Quem sabia ler naquela época se sentia tão feliz que queria passar o conhecimento pra os outros, então os pais convidavam aquela pessoa que sabia ler, que não era um professor, e passavam essa informação para os

²⁶ Filho do carpinteiro Maximino Alves dos Santos e Maria Júlia de Oliveira dos Santos, nasceu em Nossa Senhora da Glória em 12 de Maio de 1947. Desde pequeno demonstrava desinteresse pelo cultivo da terra e criação de gado, ele preferia criar um brinquedo, usando cerra, palma, barro ou até mesmo madeira. O gosto pela conversa e companhia dos mais velhos gerou o apelido “Véio” que marca sua vida e arte. Deixava de brincar com crianças na sua faixa etária para desfrutar das conversas de homens da terceira idade. (Cícero Alves dos Santos, 2007).

filhos, na verdade, os pais não sabia fazer um O. (Cícero Alves dos Santos, 2012).

A partir do relato do artista plástico Véio, que desde a infância ouviu as histórias dos velhos, ao ponto de despertar nele um “espírito investigativo” sobre a trajetória do homem rural. Este sentimento o moveu a ser um “guardião das memórias de velhos sertanejos” que, dentre outros aspectos, retratavam a presença de professoras ambulantes que, mesmo sem formação adequada, ensinaram o pouco que sabiam da educação formal. Esta prática de contratar docentes foi muito comum no Brasil durante o século XIX, muito embora a qualidade dos serviços prestados se diferencie de maneira significativa. Segundo Ritzkat (2003, p.270): “De sua existência ninguém duvida, as preceptoras foram uma presença frequente nas casas das elites brasileiras do século XIX, presença atestada por muitos viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil oitocentista”. Elas educavam as filhas da camada dominante brasileira, além disso, eram responsáveis pela disciplina e valores morais. Estas educadoras domiciliares deveriam ser modelos de conduta, já que elas eram responsáveis pela educação não institucionalizada para a formação das jovens abastadas do período. Elas recebiam uma educação restrita, já que, naquela época, as meninas eram mantidas em casa sob a tutela do pai, na espera de um marido, pois o casamento era o “diploma” que os pais almejavam para as filhas. E quando eram enviadas a um colégio, logo retornavam, porque a maioria dos pais casavam as filhas no período da puberdade (RITZKAT, 2003, p.281).

De acordo com Ritzkat:

As preceptoras representaram no seu tempo um novo tipo social feminino, ou seja, a mulher que baseia sua auto-estima na própria qualificação profissional. Elas parecem não ter sido uma raridade, pois membros falidos da burguesia ou representantes das camadas médias da sociedade tinham de mandar suas filhas para o mercado de trabalho porque não conseguiam alimentar ou casar todas elas. (RITZKAT, 2003, p.271).

Apesar de não haver muitas pesquisas sobre a contribuição das preceptoras na formação educacional brasileira, é inegável a participação dessas mulheres na educação feminina, principalmente no interior do Brasil, nas casas da classe privilegiada (RITZKAT, 2003). Segundo Ritzkat (2003, p.271), “Na memória de seus alunos apresentam-se as mais diversas facetas da educadora: amiga, sensível, delicada, mas também professora

incompetente, sádica e opressora impiedosa”. Amadas ou odiadas, elas contribuíram para a expansão do ensino formal no Brasil.

No sertão sergipano, em pleno século XX, a prática de contratação de professoras poderia até ser a mesma do século XIX, visto que o número de escolas era mínimo, como mostra a tabela abaixo. Entretanto, a qualidade dos serviços em muito se diferenciava. As preceptoras do século XIX tinham curso de formação pedagógica, o diploma era requisito fundamental para serem contratadas e algumas eram estrangeiras e atendiam à camada abastada da sociedade brasileira, enquanto as “professoras ambulantes”²⁷ do sertão, no século XX, apenas sabiam ler, escrever e contar e instruíram os filhos de pequenos fazendeiros ou agricultores que se juntavam para pagar uma remuneração pelo serviço prestado, ou seja, essas professoras ambulantes sertanejas atendiam à camada desprivilegiada. Nunes Mendonça (1958) descreve o número exato de escolas públicas e particulares no ano de 1955, por regiões. Assim separei as cidades que hoje constituem o alto sertão sergipano, para identificar o número de instituições escolares, já que, naquela época, a região estava demarcada de outra forma, não estando contempladas as cidades de Nossa Senhora de Lourdes e Canindé do São Francisco, visto que ambas ainda não tinham sido emancipadas. Já os dados das décadas de 60 e 70 foram retirados dos anuários de Sergipe 1968 e 1971, e contemplam todas as sete cidades do alto sertão.

²⁷ Esse termo “professoras ambulantes” é utilizado por Ritzkat (2003) para denominar as preceptoras do século XIX. Aqui o adotei para designar as professoras temporárias. Em outras palavras, aquelas que eram contratadas para exercer sua função e, tão logo o “trabalho” fosse concluído, elas seguiam para outro lugar a fim de cumprir mais uma vez sua tarefa, ficando assim sem a devida efetividade.

Tabela 3 – Unidades Escolares das cidades do alto sertão sergipano, 1955-1971²⁸

Município	Ano	Total	Unidades escolares nos anos 1955-1971 das cidades do Alto Sertão		
			Estaduais	Municipais	Particulares
Canindé de São Francisco	1955
	1968	2	1	1	—
	1969	3	2	1	—
	1970	2	1	1	—
	1971	2	2	—	—
Gararu	1955	13	8	5	—
	1968	21	10	11	—
	1969	20	13	7	—
	1970	28	14	13	1
	1971	32	10	17	5
Monte Alegre de Sergipe	1955	2	2	—	—
	1968	8	2	6	—
	1969	10	1	9	—
	1970	10	1	9	—
	1971	8	1	7	—
Nossa Senhora da Glória	1955	10	7	2	—
	1968	18	9	8	1
	1969	19	8	9	2
	1970	25	8	15	2
	1971	29	10	17	2
Poço Redondo	1955	6	3	3	—
	1968	11	7	4	—
	1969	19	8	10	1
	1970	18	5	12	1
	1971	16	5	11	—
Porto da Folha	1955	15	8	7	—
	1968	23	8	14	1
	1969	23	10	13	—
	1970	23	8	14	1
	1971	23	9	12	2
Nossa Senhora de Lourdes	1955
	1968	12	6	6	—
	1969	8	2	6	—
	1970	9	3	6	—
	1971	9	4	5	—

Fonte: MENDONÇA, Nunes. Educação e Sergipe. 1958, p. 68; ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE SERGIPE 1971, p. 850-851; ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE SERGIPE 1972, p. 496-497.

²⁸ Sobre o período de 1955 a 1971, somente essas escolas constam nos registros oficiais.

Como podemos observar na tabela acima, o número de escolas era baixo para atender à demanda das cidades e povoados sertanejos. Por isso que a contratação de professoras particulares permaneceu no alto sertão sergipano até meados do século XX. Visto que o número de escolas era insuficiente para atender às comunidades, principalmente as que residiam em fazendas. Pois conforme o Relatório do Projeto “professores leigos X professores habilitados”, coordenado pela professora Gizelda Santana Moraes, apoiado pelo MEC e INEP no ano de 1985, o qual faz uma regressão e enumera o crescimento de professores e da matrícula nas escolas primárias, conforme a tabela a seguir, percebe-se que apesar do aumento do número de professores e alunos no decorrer dos anos, o índice era baixo para atender à demanda da sociedade sergipana, se comparamos com a quantidade de pessoas existentes. Por isso podemos afirmar que a presença das professoras ambulantes nas residências familiares se deu devido à falta de instituições escolares na zona rural do Estado de Sergipe. A tabela abaixo revela dados que comprovam a assertiva:

Tabela 4– Relação entre o número de professores e alunos no Estado de Sergipe, 1930-1970

Ano	1930	1960	1970
Quantidade de pessoas no Estado de Sergipe	527.130	767.834	911.251
Nº de professoras	324	964	1.643
Número de alunos	16.864	35.806	61.764

Fonte: MORAIS, Gizelda Santana (Coord.). Relatório, 1985, p. 16.

Conforme a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, no Art. 32: “Os proprietários rurais que não puderem manter escolas primárias para as crianças residentes em suas glebas deverão facilitar-lhes a frequência às escolas mais próximas, ou propiciar a instalação e funcionamento de escolas públicas em suas propriedades”. Este artigo esclarece que a prática de contratar docentes era respaldada de acordo com a referida Lei, já que os administradores tinham consciência do número insuficiente de instituições escolares para atender à demanda da sociedade rural. Assim, através do Art. 32 de 1961, ficou comprovado que a atribuição da escolarização não se tornava apenas responsabilidade do governo, como também do “patriarca”, principalmente daqueles que tinham condições de pagar uma professora para instruir seus filhos. Nisso criou-se a cultura da professora contratada, nas zonas rurais.

Através da experiência de Véio e dos outros informantes, foi traçada a presença do professor ambulante, figura importante para compreender a constituição do campo educacional no sertão sergipano, pois conforme E. P. Thompson:

[...] as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral. (THOMPSON, 1981, p.189).

Os depoentes relataram sentimentos e reciprocidades com relação à escola no sertão, experiências particulares e comuns do ensino formal. Pelos depoimentos da professora Yolanda Bezerra de Souza (85 anos), da costureira Terezinha dos Santos (75 anos), da lavradora Pureza Silva (75 anos), da lavradora Helena Guilherme da Silva Santos (82 anos), do motorista Enoque José dos Santos (76 anos) e do lavrador João Ubaldo dos Santos (80 anos), consta-se que foi necessário a contratação de professoras para a expansão do ensino formal na região, independente da formação escolar. Segundo relata Yolanda Bezerra de Souza (85 anos), o pai dela, Cícero Bezerra Lemos, filho de fazendeiro, nasceu em 1901, na fazenda Barra das Almas, povoado da Boca da Mata, atualmente Nossa Senhora da Glória, e aprendeu a ler e escrever com um professor particular conhecido na região como “professor Vieira”. Na época, o avô de Yolanda permitiu que um filho de cada funcionário pudesse estudar, deste modo, alguns filhos de vaqueiros aprenderam as primeiras letras. O fazendeiro separou um espaço para organizar a sala de aula e comprou o material didático das crianças. O professor Vieira morou na residência do fazendeiro, enquanto lecionava. Do mesmo modo como o pai de Cícero Bezerra Lemos, outros fazendeiros também fizeram o mesmo. Na elaboração da pesquisa aparece Vieira como o único professor ambulante do sexo masculino. De acordo com Yolanda Bezerra: “O meu avô contratava professores, eu não sei se teve algum diferente, eu sei que papai estudou com esse professor, ele e os irmãos e os filhos dos trabalhadores e vaqueiros que tinha vontade de estudar. Não tinha negócio de 1º, 2º, 3º, 4º ano”(Yolanda Bezerra de Souza, 2013). Desse modo, Cícero Bezerra aprendeu a ler e escrever e, escreveu várias cartas para a filha Yolanda:

Conforme Raphael Samuel (1989, p.231): “A evidência oral pode também ser crucial para a compreensão do pano de fundo”, sendo assim a história de vida da lavradora representava a experiência da maioria da população sertaneja na década de 1950. Helena

Guilherme da Silva Santos²⁹(82 anos) nasceu em 1931, no sertão sergipano. Filha de agricultor, foi criada numa pequena fazenda. Seus pais, Manoel Guilherme da Silva Santos e Dorotéia de Jesus, tiveram 20 filhos, mas oito morreram, restando 12 vivos. Todas estas crianças, a partir dos sete anos de idade, ganhavam uma enxada com um cabo menor para, junto ao seu pai, lavrar a terra. Essa foi a educação que Manoel Guilherme, pai de Helena, legou aos seus filhos. Tanto Manoel quanto Dona Dorotéia, sua esposa, não sabiam ler e escrever, mesmo assim conquistaram seu pedaço de terra debaixo de sol e chuva, e, segundo Helena, formaram uma família instruída “no trabalho e na honestidade”. Eles viviam com a sabedoria informal apreendida com seus pais e a própria experiência de vida. Nenhum deles aprendeu o ensino formal, pois, segundo Helena, a escola era longe e o pai não achava o ensino algo necessário para a vida, assim, ele ensinou cada um dos seus filhos a conquistar seu “pão dignamente”. Ele não dava nada além de comida e abrigo e por isso cada um dos filhos deveria trabalhar na lavoura com o objetivo de conquistar um corte de pano para fazer a roupa, um chapéu ou até mesmo uma sandália.

Acerca do índice de analfabetos da região rural do Estado de Sergipe, o Censo Demográfico (1950, p.19) apresentou o total de 142.813 homens e 154.240 mulheres que não sabiam ler e escrever, em detrimento a 32.788 homens e 30.334 mulheres alfabetizados. Desta forma, várias gerações de homens e mulheres receberam apenas o ensino informal. Os pais eram responsáveis pela educação dos filhos, transmitindo-lhes valores, tradições e costumes. As crianças aprendiam também com os familiares, amigos próximos e com a igreja, as regras da sociedade, visto que “Se a muitos ‘pobres’ se negava o acesso à educação, ao que mais eles podiam recorrer senão à transmissão oral, com sua pesada carga de ‘costumes’ (E.P. TOMPSON, 1998, p. 15). Ainda segundo a lavradora Helena Guilherme da Silva Santos (82 anos), nessa época “a palavra de um homem era lei”, eles não assinavam papéis, mas nada os impedia de vender propriedades, trocar alimentos, comprar gados, tudo “no poder da palavra”. A honestidade era, entre todas as virtudes, a mais honrada, era o símbolo da dignidade e credibilidade. Acerca disso, a professora Maristela de Sá rememora:

Eu tava indo para a casa da minha sogra e encontrei um homem quase chorando, então perguntei: - Moço o que é? - É porque eu deixei meus fios em casa com fome e vir comprar farinha, mas o dono da venda não vendeu, porque era fiado e ele não me conhece. Então, eu disse: - Vá naquela bodega

²⁹ Filha de Manoel Guilherme da Silva Santos e Dorotéia de Jesus, nasceu em 14 de Agosto de 1931, casou em com João Batista dos Santos e teve 9 filhos.

e pegue 5 quilos de farinha no meu nome. Então, passou um tempo e riscou um homem na minha porta, montado num jeguinho. Ele disse: - Se lembra de mim? - Não. - Eu sou aquele que você deu 5 quilos de farinha. Aceite esse feijão e, essa galinha. (Maristela de Sá, 2012)

Uma vez que a seca de 1950 castigava os sertanejos, dois dos irmãos de Helena decidiram construir uma nova história. Francisco Guilherme da Silva Santos tinha 14 anos de idade quando saiu em busca de melhores condições de vida. Sem saber ler, entrou num caminhão que levava retirantes do nordeste para outros lugares do Brasil. Francisco foi parar na Amazônia e nesta terra reside até hoje. Pelo fato de continuar analfabeto, permaneceu sem enviar notícias por um período de 40 anos. Conforme Helena, isso também ocorreu com José Guilherme da Silva Santos. Ele também decidiu fazer sua vida em outro lugar e foi a São Paulo, e pelo fato de não saber ler, também não deu notícias, passando aproximadamente 30 anos em silêncio. Outros conterrâneos, de igual modo, preferiram aventurar-se no sul do Brasil, como Arivaldo Oliveira (1981, p.72) “(...) era a última vez que assim o fazia, pois quando eu voltasse, se voltasse, já encontraria garotão. Segui caminhão da cidade – ponto convergente no qual nos ajuntaríamos para tomar o “Pau de Arara” – mas uma dor fez-me estremecer, ao sair de casa.” Tanto Arivaldo, quanto parentes e amigos, foram embora do sertão na década de 50: “Estabeleceu-se a notícia de que meus principais amigos iriam embora para o sul. Nossa camaradagem era tanta que eu não sabia viver sem eles” (OLIVEIRA, 1981, p.70).

A lavradora Helena relembra que a angústia dos pais quanto ao paradeiro de Francisco e José era constante, já que não sabiam notícias dos filhos. Isso também ocorreu com outras famílias sertanejas. Até hoje, pais e mães aguardam notícias de filhos e filhas que há mais de 40 anos foram para outros estados brasileiros, em busca de melhores condições de vida, e desapareceram. Como sertaneja, acompanho desde a infância “o dilema de famílias” que foram separadas pelo processo de migração do homem rural para a cidade e até hoje não se reencontraram. Alguns pais morreram sem saber do destino dos filhos, que “aventuraram a sorte” no sul do Brasil. Outro dia, um sobrinho do meu pai, Manoel Elias de Rezende (56 anos), entrou em contato com alguns moradores de Nossa Senhora da Glória, via Facebook, e perguntou para o amigo virtual se Manoel, conhecido como “Lio do Queijo”, ainda era vivo. E foi através deste internauta gloriense que Manoel pôde ter notícias do sobrinho que há mais de 25 anos saiu do sertão sergipano e, a partir desse dia, não tiveram mais contato.

A lavradora Helena relata ainda que agricultores, que viviam em fazendas próximas às terras do seu pai, contratavam professores para ensinar aos filhos. Um exemplo foi “Aurélio”, que tinha 15 filhos. Preocupado com o futuro deles, manteve, em sua residência, aproximadamente por três anos, uma professora. Da mesma forma, Godêncio Guilherme da Silva Santos, tio de Helena, que tinha o menor sítio entre os vizinhos e era analfabeto, ofereceu para os filhos o estudo formal, pois também contratou uma professora que passava a semana ensinando e nos finais de semana voltava para casa. O salário dela acarretava o orçamento de Godêncio, porém, segundo Helena, o sonho de ver seus 17 filhos lendo e escrevendo o moveu a se sacrificar para dar esta oportunidade aos garotos. Helena sente desgosto e muita tristeza por não ter frequentado uma escola ou mesmo as aulas em sua casa, da mesma forma que seus contemporâneos. Deste modo, “Ao invés de pressupor a existência do equilíbrio, seria melhor se os historiadores explorassem alguns de seus determinantes e distinguíssem interesses que eram conflitantes daqueles que, de alguma forma, foram compartilhados” (SAMUEL, 1990, p. 228). Helena conta que, enquanto criança, questionou o pai, dizendo: “meu pai, meu tio tem professora em casa, e por que o Senhor não chama alguém para nos ensinar?”; então ele disse: “não tem professora por essa região para contratar não, tem não”.

Acerca da experiência escolar do lavrador João Ubaldo dos Santos³⁰ (80 anos), por exemplo, aprendeu as primeiras letras com uma professora contratada, “Dona Altair”, mulher de “Moacir de Rozendo”. Assim como ele, vários foram os beneficiados com as aulas da professora Altair, que fora contratada por alguns pais que eram agricultores e se reuniram no Cajueiro, povoado do município de Nossa Senhora da Glória, para que se seus filhos pudessem estudar. Foi assim que contrataram a professora mais próxima, que residia no povoado Queimada da Onça, município de Nossa Senhora da Glória. Esta prática era comum entre os agricultores, já que não havia escola municipal ou estadual funcionando na redondeza. Assim, segundo João Ubaldo, conhecido como Joãozinho Bandeira, percorria com os colegas, aproximadamente meia légua³¹ para chegar à escola. As aulas eram à noite e no escuro, alguns tinham medo do lobisomem, e por isso se escondiam entre os colegas, e outros não iam à escola por receio destes mitos que se tornaram credices do sertão. Os que venciam também estes obstáculos e chegavam à escola, assistiam a suas aulas debaixo do candeeiro, e

³⁰ Filho de Manoel João Santos e Josefa Afra dos Santos, nasceu no povoado Quixaba, município de Nossa Senhora da Glória, em 16 de maio de 1932.

³¹ Equivale a três quilômetros.

assim as crianças conheciam o ABC e depois aprendiam a soletrar as sílabas, e quando eles aprendiam a assinar o nome, “dava a adeus à escola” e dedicavam-se exclusivamente à lavoura, conta João Ubaldo.

Meu pai contratou uma professora particular para mim ensinar, e aprendi o ABC. Depois abriu uma escola perto de casa e meu pai mim matriculou. Eu estava feliz, gostava de estudar, então quando estava na metade do 3º ano, meu pai foi à escola, já estava próximo das férias de junho e disse à professora que podia tirar o meu nome da escola, porque eu não ia mais estudar, porque ele estava precisando de mim na roça, então só voltei a estudar aos 30 anos, já estava casado e muito velho e concluir o ensino primário. (Enoque José dos Santos, 2013).

Casos como o do lavrador João Ubaldo dos Santos (80 anos) e do motorista Enoque José dos Santos³² (76 anos), que foram retirados da escola após aprenderem a assinar o nome e fazer as quatro operações, eram comuns no sertão sergipano em 1956, segundo Nunes Mendonça:

A escola que disseminaram no meio rural sergipense não está satisfazendo ao homem do campo. A prova disso, temo-la na deserção escolar. Mal aprende a soletrar, a garatujar o próprio nome e a contar, o aluno é arrancado da escola pelos pais, que lhe reclamam o auxílio precoce na busca dos meios de subsistência. (MENDONÇA, 1958, p. 151).

A costureira Terezinha dos Santos (75 anos), que estudou em meados do século XX, também teve uma professora particular, já que não havia escola próxima à propriedade de seu pai. Sobre a má distribuição de escolas nos espaços, analisa Mendonça (1958, p.70) “[...] o número insuficiente de escola produz elevado déficit de escolaridade, a má distribuição das escolas públicas, por falta de planejamento e por injunções políticas, eleva-o consideravelmente”. No município de Gararu, em 1955, por sua vez, havia 13 escolas, sendo oito estaduais e cinco municipais (MENDONÇA, 1958, p.68). Terezinha relata que havia um número muito reduzido de escolas e a dificuldade de locomoção, devido aos riachos no meio do caminho e à ausência de estradas, impossibilitava a ida dos alunos às escolas existentes, e por isso o pai contratou uma professora para ensinar aos 15 filhos. Apesar de separar o horário do estudo, ele não dispensava as crianças de trabalhar na lavoura. Tal qual Cícero Bezerra (1901), Helena Guilherme (1930) e Terezinha dos Santos (1943), de gerações diferentes, várias

³² Enoque nasceu em 08 de dezembro de 1936.

crianças do sertão foram alfabetizadas através de professores contratados pelos pais, principalmente do sexo feminino. Isso se deve, segundo Souza (1998), ao processo de feminização da educação primária– a figura da mulher, enquanto professora, era mais atuante do que a masculina– desde o final do século XIX.

Sobre sua experiência escolar, relata Terezinha:

Meu nome é Terezinha dos Santos, nasci em Aquidabã, em 14 de outubro de 1934, mas fui registrada como natural de Gararu. Sou filha de Manoel Sabino dos Santos e Jovelina de Lima Santos. Meu pai casou-se duas vezes. Com a primeira esposa teve cinco filhos e com a segunda teve 16, mas apenas 10 sobreviveram. Ao todo éramos 15 filhos. Fui criada na Fazenda Piedade, hoje essa região é conhecida como Japão, localizada no Município de Gararu. Aprendi a escrever com a minha mãe e depois meu pai convidou uma moça solteira, chamada Erozina Matos, para ensinar a mim e meus irmãos. Ela morou conosco durante três anos, ela se tornou parte da nossa família. Inclusive uma das minhas irmãs é afilhada dela. Depois dessa temporada conosco, ela disse que “não tinha mais nada o que nos ensinar” e foi embora para São Paulo. Lá se casou e até hoje reside. Eu era louca para estudar mais, sempre gostei de ler. Estudar era um dos meus objetivos. Minha mãe era costureira e eu tinha vocação para costurar, logo aos 12 anos iniciei a minha profissão. (Terezinha dos Santos, 2012).

Terezinha considerou que a professora Erozina se tornou parte da família, já que passou a ser comadre, amiga e confidente da mãe, Jovelina de Lima Santos. O laço de amizade foi mantido mesmo após a saída dela de sua casa, quando passou a trocar cartas dando notícias de seu percurso. Assim como o caso de Erozina Matos, outras professoras “sem pouso certo”³³ exerceram um papel relevante no cenário sergipano, pois elas contribuíram para que várias crianças pudessem ser alfabetizadas, pois elas adentravam em lugares em que a escola ainda não havia sido instalada. Através da experiência da costureira Teresinha e dos outros informantes, foi traçada a presença do professor ambulante, figura importante para compreender a constituição do campo educacional no sertão sergipano.

2.1 Sobre a matrícula e o material didático escolar

Segundo Maria Dagmar Menezes (87 anos) a matrícula nas escolas isoladas do sertão, na década de 1950, era feita a partir de uma conversa informal com a professora. As docentes atendiam os pais nas suas próprias residências, locais em que geralmente funcionavam as

³³ Termo que, no sertão, significa sem “paradeiro fixo”.

escolas, e ali protocolavam a matrícula. Em 1956, a matrícula inicial da escola que lecionava era superior ao número máximo de 50 alunos e esses eram de todos os níveis. Desta forma o processo de ensino e aprendizagem ficava em segundo plano, visto que a professora, querendo atender à demanda da comunidade, aceitava a superlotação, o que acarretava problemas de falta de espaço, domínio de classe e atendimento individual dos alunos que tinham dificuldade de aprendizagem. Sobre a relação espaço - quantidade de alunos, esclarece Nunes Mendonça:

A lei prevê, para cada classe isolada, a matrícula máxima de 50 alunos. Essa, porém, é a constante mínima, na maioria das escolas, pois, além da matrícula permitida, encontra-se, em quase todas as classes e escolas isoladas, em virtude da super procura pela quantidade insuficiente de unidades, certo número excedente de crianças que freqüentavam as aulas na qualidade de “assistentes”. (MENDONÇA, 1958, p.142).

Apesar das escolas públicas do sertão iniciarem o ano letivo lotadas, elas ainda não atendiam à demanda da sociedade sertaneja. O número de crianças na escola, nesta região era baixo, desta forma, a maioria delas nunca foi sequer matriculada numa instituição de ensino. E muitas que frequentavam a escola não conseguiam passar do 1º ano. Conforme o Plano Estadual de Educação e Cultura (1970, p.55): “[...] a grande barreira para a aprendizagem vem sendo portanto, o 1º ano primário onde grande parte das crianças permanecem por 2, 3 ou 4 anos e terminam por abandonar a escola, analfabetos ou semi-analfabetos”. Este índice de repetência e evasão do 1º ano primário favorecia o abandono da escola por parte dos alunos que anualmente permaneciam sempre na mesma série. Assim, era muito comum que as professoras separassem os alunos por letras alfabéticas, geralmente fracos, médios e fortes ou A, B, C e D, isso funcionava como um código do estágio intelectual do educando, com o intuito de identificar os que estavam melhores e aqueles que continuavam em situação grave. Tal prática foi denominada de discriminação, conforme o Plano Estadual de Educação e Cultura:

[...] entre os professores verifica-se grande variedade de divisão e denominação das turmas de 1º ano. Algumas dividem os alunos em fracos, médios e fortes, outras em turmas A, B, C, e D ou outras classificações, contribuindo para que ajam de maneira discriminativa, fazendo a criança passar de uma turma para outra, perdendo com isso 2, 3 ou mais anos. A formação de imagens negativas leva os professores a não exigirem muito dos alunos, considerando-os não como candidatos ao 2º ano mas ao próximo 1º ano. Insistir-se-á para que os professores percebam cada aluno do 1º ano

como candidato ao 2º, mesmo aqueles que entram pela 1ª vez na escola. (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 1970, p.59).

Vale considerar que ainda segundo o Plano Estadual de Educação (1970, p. 54) o ensino no Estado não estava atingindo 50% da população escolarizável, o que representava o atendimento de apenas metade da população em idade escolar obrigatória. Previa o Plano que, se continuasse neste ritmo, em 1975 o nível de atendimento atingiria somente 61% ou 63% da taxa de escolarização, o que segundo o modelo matemático identificava, quantitativamente, alguns pontos de estrangulamento do sistema. Com relação ao controle da frequência dos alunos nessa época, segundo Valdete Alves Oliveira (83 anos), esse era realizado nos cadernos das professoras. Algumas faziam, outras não. Tudo era improvisado. Esta realidade só passou a mudar quando os grupos escolares começaram a funcionar no sertão. A partir da presença dos grupos, o auxiliar administrativo e o secretário da escola assumiram o papel de registrar os nomes dos alunos em fichas, no período da matrícula, e repassavam o nome para o diário escolar. Anteriormente as professoras usavam cadernos ou folhas para registrar a presença e ausência diária dos alunos.

Na Tabela 5, a matrícula inicial distribuída em série permite vislumbrar os poucos alunos que eram matriculados na 2ª, 3ª e principalmente na 4ª série. Isso porque as políticas públicas não estavam preocupadas com a continuação dos estudos da população sertaneja, já que o simples fato delas assinarem o nome, já era o suficiente, visto que a falta de esclarecimento do povo era/é a melhor estratégia para continuar manipulando os votos. Sendo assim, a permanência do analfabetismo ou semi-analfabetismo foi/é um forte aliado dos políticos que alienavam/alienam a população com cestas básicas e promessas de esmolas. Enquanto isso, um grupo seletivo enriqueceu ilicitamente, usufruindo do dinheiro público que seria para melhorar a vida do homem rural no nordeste. De acordo com Durval Muniz (2001, p.144): “O nordeste devia ser visto e lido numa só direção para que seu efeito de verdade fosse eficiente politicamente”. Deste modo, a imagem de nordeste pobre, seco, carente e violento, foi construída pelos políticos nordestinos que se apropriaram das mazelas do povo, para angariar recursos, a fim de construir verdadeiras fortunas usando o nome do povo nordestino.

Sendo assim, era mais importante a quantidade de escolas para usar no discurso político, do que o bom funcionamento delas. Segundo Faria Filho (2010, p.22) “A centralidade do professor no processo educativo e a consequente responsabilização do mesmo

pelo fracasso escolar”. A atribuição ao professor pelo fato do discente não seguir adiante os estudos, uma vez que a maioria dos alunos sertanejos não conseguia passar da 1ª série, foi um discurso presente naquela época, e que ainda hoje permeia o imaginário de muitas pessoas. Vale lembrar que o professor não é um super-herói, e muito menos tem poderes milagrosos. Sendo assim, não dá para culpar um único componente do processo educacional pelo fracasso escolar.

Ainda com base na Tabela 5, os alunos do sertão ingressavam tanto no início do ano, como em meados. Visto que, por vezes, o número final de matrículas era superior ao inicial. Sendo assim, isso era um fator que desfavorecia a aprendizagem dos alunos que ingressam na escola após meses do início do ano letivo. Principalmente para os alunos que iniciavam pela primeira vez na 1ª, 2ª, 3ª ou 4ª série, deste modo a ausência dos conteúdos anteriores estimulava a aumentar ainda mais o número de repetentes.

Tabela 5 – Matrículas das cidades do alto sertão de 1967-1971³⁴

Município	Ano	Matrícula Inicial	Segundo a série				Matrícula Final	Segundo a série			
		M. I.	1ª	2ª	3ª	4ª	M. F	1ª	2ª	3ª	4ª
Canindé de São Francisco	1967	127	107	10	7	3
	1968	111	90	16	2		32	32	–	–	–
	1969	113	99	13	1	–	104	102	2	–	–
	1970	51	40	7	3	1	85	74	8	2	1
	1971	53	45	5	3	–	282	258	19	5	–
Gararu	1967	1.081	834	101	96	50
	1968	944	699	109	70	66	804	527	107	79	91
	1969	933	684	107	54	88	1.039	825	84	48	81
	1970	1.124	848	162	62	52	1.063	827	133	60	43
	1971	1.035	715	185	106	29	1.108	756	216	102	34
Monte Alegre de Sergipe	1967	413	377	21	11	4
	1968	330	330	–	–	–	169	169	–	–	–
	1969	465	428	30	5	2	406	379	19	6	2
	1970	473	379	66	23	5	319	225	66	22	6

³⁴ Não encontrei outros dados oficiais e específicos sobre as matrículas das cidades que compõem o alto sertão sergipano.

	1971	546	400	85	44	17	468	334	75	41	18
Nossa Senhora da Glória	1967	1.022	768	140	69	45
	1968	1.167	906	144	74	43	1.025	771	134	73	47
	1969	1.224	858	161	101	104	1.438	1.063	187	102	86
	1970	1.573	1.137	236	106	94	1.534	1.070	260	110	94
	1971	1.417	943	219	157	98	1.334	851	203	162	118
Poço Redondo	1967	262	239	18	5	—
	1968	269	249	17	3	—	320	296	21	3	—
	1969	505	444	43	15	3	499	450	35	14	—
	1970	603	537	56	8	2
	1971	715	558	128	29	—	584	495	68	21	—
Porto da Folha	1967	1.239	884	128	145	82
	1968	1.209	900	146	80	83	1.046	792	113	71	70
	1969	1.514	1.141	174	122	77	1.036	725	150	100	61
	1970	1.471	956	287	139	98
	1971	1.255	665	273	220	97	1.693	972	387	242	92
Nossa Senhora de Lourdes	1967	472	425	38	8	1
	1968	416	366	39	9	2	342	319	20	3	—
	1969	409	357	36	10	6	354	326	13	11	4
	1970	405	330	44	22	9	429	357	38	26	8
	1971	492	393	60	23	16	502	414	55	20	13

Fonte: Anuário Estatístico de Sergipe (1971, p. 859-877); Anuário Estatístico de Sergipe (1972, p. 512-528).

Sendo assim, o índice de aprovados, como consta na Tabela 6, era baixo. Deste modo, este número pequeno de aprovados refletia a situação da educação no campo. Pois mesmo com a boa vontade das professoras, mas com as condições já anunciadas como falta de espaço, material didático, formação pedagógica e a ausência de acampamento de supervisores, a intervenção de políticos locais na educação descortinava uma série de problemas que intervia direta ou indiretamente nessa situação.

Tabela 6 – Alunos aprovados e repetentes das cidades do alto sertão de 1967-1971³⁵

Município	Ano	Aprova dos	Segundo a série				Repetentes				
			1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	M. Repete ntes Início do Ano	Segundo a série			
Canindé de São Francisco	1967	M.R.I	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a
	1968	2	2	–	–	–	77	65	9	2	1
	1969	16	14	2	–	–	67	59	8	–	–
	1970	15	7	5	2	1	15	15	–	–	–
	1971	165	147	14	4	–	41	36	2	3	–
Gararu	1967	77	71	3	3	–
	1968	220	61	56	69	34	625	576	20	17	1 2
	1969	302	186	44	25	47	508	420	27	36	2 5
	1970	387	203	10 9	51	24	479	371	44	13	5 1
	1971	491	283	12 5	59	24	718	617	53	21	2 7
Monte Alegre de Sergipe	1967	487	443	32	12	–
	1968	27	27	–	–	–	247	235	4	8	–
	1969	90	70	14	4	2	180	180	–	–	–
	1970	121	59	40	18	4	122	122	–	–	–
	1971	165	81	31	27	16	293	268	15	8	2
Nossa Senhora da Glória	1967	192	170	18	2	2
	1968	556	368	93	52	43	561	478	59	20	4
	1969	456	182	11 6	87	71	602	479	90	21	1 2
	1970	622	277	17 7	85	83	477	414	44	16	3
	1971	825	479	14 6	11 5	85	1.040	951	59	22	8
Poço Redondo	1967	659	586	43	21	9
	1968	75	66	7	2	–	180	172	8	–	–
	1969	79	70	6	3	–	192	179	11	2	–
	1970	252	229	21	2	–
	1971	298	223	54	21	–	387	366	17	4	...
Porto da	1967	–	–	–	–	–

³⁵ Não consegui outros dados oficiais e específicos sobre os alunos repetentes das sete cidades que compõem o alto sertão, além dos dados expostos.

Folha	1968	558	362	81	58	57	499	457	17	22	3
	1969	485	270	92	71	52	441	383	27	13	18
	1970	123	331	49	25	18
	1971	1.289	631	345	239	74	627	497	85	35	10
Nossa Senhora de Lourdes	1967	—	—	—	—	—
	1968	61	53	8	—	—	388	361	24	3	—
	1969	114	98	6	8	2	188	181	6	1	—
	1970	213	151	28	26	8	245	230	15	—	—
	1971	157	122	22	8	5	290	253	26	9	2
							164	155	6	3	—

Fonte: Anuário Estatístico de Sergipe (1971, p. 887-888); Anuário Estatístico de Sergipe (1972, p. 530-531).

As crianças entravam e saíam das escolas sem atingir as expectativas das docentes, que, por vezes, se culpavam, tal como a professora Maria do Amor Divino Feitosa (76 anos), ou simplesmente professora Diva, que na tentativa de fazer os alunos aprenderem o conhecimento, dava aula até nos dias de sábado, descansando apenas no domingo, para ver se os alunos aprendiam o conteúdo e, com isso, passavam de ano. O sentimento de incapacidade de reverter a situação posta a ela, a levou a ter crise de choro e vontade de abandonar a educação. Pois, mesmo dando um dia a mais de aula, e isso sem retorno financeiro (o dia a mais era de graça), não conseguiu impedir a repetência e o abandono escolar por parte dos alunos. Esta situação gerava um sentimento de fracasso, não apenas nos alunos, mas nas docentes também. Desta forma, a realidade da escola desnuda, desprovida de mecanismos para “bolar” uma aula diferente, foi uma angústia constante das professoras.

Sobre o material didático utilizado, relembra Cícero Alves dos Santos, o Véio:

Quando saía do ABC, vinha a cartilha e depois o 1º ano, era a base da escola, aquele que passava do 2º ano era considerado um herói. Os pais queriam que ele aprendesse, mas não era do interesse de ninguém saber ler, mais que isso, alguns sertanejos se tornaram bons leitores devido a vontade de ler a literatura de cordel, já que eles viam na feira. (Cícero Alves dos Santos, 2012).

Na narrativa de Véio, a cartilha do ABC e o cordel foram lembrados como material pedagógico utilizado, assim como em qualquer canto do País, para ensinar o sertanejo a ler. O uso da literatura de cordel tornou-se um costume, sendo uma prática tão comum que, segundo

o artista plástico, já fazia parte da tradição escolar do sertanejo. Corroborando com E. P. Thompson (1998, p.18): “[...] As práticas e as normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes [...]”. A literatura de cordel é destacada na fala do depoente como um instrumento didático que incentivou muitos sertanejos a desejar a ler, como também foi por meio destes livretos que outros sertanejos aprenderam a soletrar as primeiras letras, palavras e frases, ou seja, desenvolveram a leitura.

Os cordéis eram apreciados nas feiras e nos mercados por meio dos cordelistas que emocionavam o público com versos dramáticos, engraçados e até de terror, ou seja, o enredo era “arretado” (palavra que significa “muito bom”). O sertanejo rodeava esses leitores para ouvir histórias verdadeiras ou fictícias que eram apresentadas a partir da linguagem do povo. Além disso, os versos representavam os costumes, as tradições, os valores e os mitos comuns ao povo, que se alegrava com os contadores de histórias e/ou estórias. A criatividade e o capital cultural embutidos nos contos populares eram o que tornava a leitura atraente e de fácil entendimento. Desta forma, a ida à feira tornava-se um momento de entretenimento. Sendo assim, pais, filhos e amigos aguardavam, em pé, a leitura do cordel, e, como estratégia, o vendedor do produto não lia até o final das histórias, gerando curiosidade no ouvinte que, para saber o final, sentia-se obrigado a comprar um exemplar do cordel, conforme nos conta Cícero Alves dos Santos, o Véio. Até hoje os cordéis estão presentes na cultura do nordestino e são vendidos em feiras livres, mercados e espaços culturais.

O contato do sertanejo com o universo da leitura era tão restrito que para muitos passava despercebido, principalmente para aqueles que iam pouco às feiras do sertão. Na condição de sertaneja, convivi com uma prima que apenas conhecia o espaço doméstico e do próprio povoado do município de Gararu/SE. Ela não distinguia as cédulas do dinheiro oficial, que na época era o cruzeiro, já que não reconhecia os números. Assim, o marido comprava tudo que ela precisava, inclusive as roupas. Esta experiência marcou a minha trajetória e guardei entre as minhas lembranças a inocência daquela pobre mulher, que nunca pode pagar e nem receber dinheiro, já que não sabia contar. Sei que, assim como ela, outras sertanejas existiram e existem.

Parafraseando E. P. Thompson (1993) a cultura da história oral é mais presente entre os povos iletrados, devido à falta de domínio da escrita. Por isso o estímulo das famílias sertanejas quanto à leitura e escrita não era tão almejado. O que não anulava o acervo de conhecimento histórico local e de contos populares, pois, mesmo sem leitura, os pais

contavam aos filhos histórias do sertão como as de Lampião, das secas, dos familiares, de João Valentim, do fogo corredor, da mula sem cabeça e as famosas estórias de Trancoso³⁶. Por certo, no sertão, a criatividade era a florada pelo misticismo e pela crença nos mitos sertanejos, assevera Véio. Essas histórias passavam a ser contadas por várias gerações e cada uma delas acrescentava um elemento novo, tornando-as tradições. Fato que corrobora a visão de E. P. Thompson (1998, p.18), pois, para ele: “As tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares”.

Como que contribuindo para a tradição oral, as professoras “leigas” estimulavam a imaginação das crianças com o que tinham, pois na falta de literatura infantil, reforçavam a cultura oral e a literatura de cordel como instrumentos para instigar a fantasia da criança. Deste modo, elas utilizavam sua própria experiência como conhecimento teórico e metodológico para desenvolver as aulas. Enquanto algumas professoras ficavam horas organizando o conteúdo e atividade do dia seguinte, outras docentes não elaboravam o plano de aula, sendo assim a aula era improvisada, tudo dependia da necessidade da turma e do limite intelectual da professora.

A mobília das escolas isoladas do alto sertão era muito relativa, enquanto umas recebiam gratuitamente do Estado, outras não recebiam quase nada e, por vezes, as professoras eram obrigadas a comprar, tal como a professora Iraci Dias de Almeida Couto (76 anos) que pagou do seu próprio salário para fazer o quadro, uma vez que o Estado não enviou a mobília escolar para acomodar os alunos, e, posteriormente, por questão de espaço, também fez um galpão de alvenaria para funcionar a sala de aula, já que ela dava aula na sua própria casa. Assim como a professora Iraci, a docente Josefa Marques dos Santos que, não tendo condições de comprar a mobília, recebeu a doação de bancos e uma mesa comprida de Antônio Marques (tio de Josefa). A professora Josefa esperou por longos anos o quadro para facilitar a distribuição de atividades, enquanto isso, ela copiava manualmente as atividades nos cadernos dos alunos e, para ajudá-la nesta empreitada, convidava algumas alunas que tinham a letra legível para auxiliá-la. Sendo assim, a falta da mobília básica retardou ainda mais a exposição do conteúdo e dificultou a vida das professoras que, além das provas que eram copiadas à mão, geralmente à noite, à luz de candeeiro, também copiavam os conteúdos nos cadernos dos alunos. Como relembra a professora Josefa Marques dos Santos:

³⁶ Histórias do imaginativo popular, irreal, passadas de geração a geração, ou seja, lendas.

Meu tio Antônio Marques foi que mandou fazer a mesa cumprida e os bancos de pau, meu salário era um 1 conto e cinquenta, era muito pouco. Eu nem tinha quadro, tudo era copiado no caderno. Os pais que compravam o material dos filhos: cadernos, ABC, a cartilha do povo e também a cartilha do progresso. (Josefa Marques dos Santos, 2012).

O material didático do aluno era responsabilidade dos pais e por isso várias crianças ficaram fora da escola, uma vez que o material escolar era caro, visto que estamos falando do ensino dos filhos dos lavadores. Pais que tinham mais de dez filhos, por vezes tinham de optar, entre as crianças, quem ia estudar primeiro. Deste modo, a prática de reaproveitar o caderno do ano anterior era muito comum entre as crianças, a maioria só usava lápis, sendo assim, apagavam as páginas riscadas e reutilizavam os cadernos.

A maioria das professoras também era responsável pela compra do material didático para lecionar, como giz, caderno, caneta, lápis, borracha, folhas, régua, ABC³⁷ e tabuada. Outras professoras, pelo fato de estarem mais próximas das cidades ou políticos, conseguiam esse material sem nenhum custo adicional. E outros materiais, como palmatória e pedras para assinalar a saída das crianças da sala de aula, eram retirados da própria natureza. Uma vez que algumas professoras usavam duas pedras para realizar o controle da ida das crianças ao banheiro ou “ao mato”, rememora Cícero. Em concordância com Véio, está o escritor gloriense Arivaldo Oliveira (1981, p.33) que assim descreve o uso da pedra na escola: “Numa mesinha, além da palmatória, a mansa, o charme da época de pau d’ arco roxo, encontrava-se uma pedra muito polida, quase no formato de um ovo”. Tal pedra era para o controle dos alunos que quisessem sair para fazer alguma necessidade fisiológica. Sendo assim, com o material restrito, muitas vezes sem carteiras escolares ou qualquer outro elemento que a substituísse e/ou muitas vezes trazendo caixotes para sentar ou mesmo sentando no chão, os alunos recebiam suas aulas. Os docentes, por sua vez, quando o espaço era restrito, dividiam o quadro negro entre os alunos da 1ª e 2ª série, enquanto os discentes da 3ª e 4ª série faziam a atividade no caderno, depois esta disposição era alternada.

A “pedra de escrever” (lousa) individual foi outro elemento didático comum no sertão até a década de 1950. Conhecidos como pedra de escrever (era uma miniatura do quadro negro), esses quadros individuais serviam para fazer as contas de Matemática a fim de economizar os cadernos, à época, raros. Foi com elas que a maioria das professoras depoentes estudaram. Além disso, a professora Maria José Lima (2013) evidencia: “[...] nós mantinha o

³⁷ Cartilha do ABC

costume de ceder as lousas individuais para os colegas que não tinham condições de ter uma”. Neste processo de troca e solidariedade foi que alguns alunos, sem material didático, permaneceram na escola. O escritor sertanejo Arivaldo Oliveira (1981, p.32) fazendo uso da memória de seus tempos escolares, relatou: “Concluindo meu pai que não se tratava de tentar ensinar a ler a um asno, animou-se. Comprou papel, lápis, pedra de escrever, e outros apetrechos inclusive o objeto principal, a cartilha”. Sobre os métodos de sua professora, depõe:

Minha idade era a do estudo das primeiras letras - o A, B, C; iniciando por pessoa desprovida da menor capacidade de ensinar. Teria eu, de agora em diante, que suportar o algoz em sua fúria, querendo, de um momento para o outro, introduzir na minha cabeça conhecimentos sob o poder da palmatória, para tanto adredemente preparada, como se tal fosse a única solução. A palmatória era o apanágio do conhecimento ligeiro[...]Eu, porém, era nervoso. Qualquer coisa que tivesse de fazer, se fosse e diante pressão, ficava emperrado, cabeça tapada. (OLIVEIRA,1981, p.32).

Foi de bolo em bolo e mãos avermelhadas que o conhecimento formal ia adentrando na cabeça e no corpo dos alunos, como rememora o escritor sertanejo Arivaldo Oliveira, que aprendeu as primeiras letras debaixo dos bolos de palmatória, o que, segundo ele, só o inibia ainda mais, já que a possibilidade de apanhar o paralisava. Deste modo, a palmatória foi um instrumento para coibir os alunos. Logo, as brigas entre colegas de classe, conversas paralelas e a dificuldade de aprender o conteúdo eram “mediadas na época” através do bolo na mão ou nas pernas.

Outros castigos também foram aplicados pelos professores do sertão para corrigir os alunos, pois segundo a professora Maria José Bispo Ferreira (69 anos): “Em pé ou de joelho. Se o dano fosse muito grande era de joelho, se não, era em pé, até quando a professora mandava sair. Graças a Deus minha professora não mandava ficar de joelho no milho ou feijão, era só de joelho com os braços abertos ou em pé. Era muito ruim.” Assim, o castigo variava de acordo com o tipo de desobediência do discente, algumas professoras batiam nas pernas, braços e até beliscavam os alunos, outras preferiam manter o aluno em um lugar sozinho, refletindo o ato, mas uma coisa era certa, eles eram punidos. A punição era, dentro da pedagogia tradicional, um método para amedrontar a criança e fazê-lo prestar atenção, como que querendo que os ensinamentos e as letras devessem entrar pelo sangue. Segundo Barreto e Santos (2012):

Mesmo com a Lei Imperial de 15 de outubro de 1827 que, entre diversas prescrições, incidiu a proibição dos castigos físicos nas escolas, substituindo-os pelo de cunho moral, os professores ainda desenvolviam essa prática mesmo que os dispositivos legais ditassem o contrário [...]. (BARRETO; SANTOS, 2012, p. 80).

O uso da punição acompanha a educação brasileira desde a presença dos jesuítas. Esta ordem religiosa da Companhia de Jesus implantou a pedagogia tradicional no Brasil, em que o professor era o centro de saber e o aluno um ser desprovido de conhecimento. Neste modo de educar se privilegia a memorização, ou seja, a reprodução dos conteúdos por meio da transmissão de saberes. Assim, a metodologia de ensino das professoras sertanejas iniciou como réplicas do ensino de suas ex-professoras que utilizavam a pedagogia tradicional, como base para o processo de aprendizagem. Sendo assim, o método da repetição era estimulado por meio dos exercícios, no objetivo de favorecer a decoreba dos conteúdos. Deste modo, ocorria a “sabatina” nos dias de sexta feira, como todas as professoras entrevistadas mencionaram a presença desta atividade que tinha como objetivo fazer o aluno aprender a contar. No momento da sabatina, que era um sistema de perguntas e respostas acerca da tabuada, caso o desempenho do aluno fosse baixo, ele recebia um “bolo” (reguada) do colega que acertasse a questão.

Sobre a rotina escolar revela a professora Maria do Amor Divino Feitosa (76 anos):

Eu começava às 8h e terminava 2h da tarde para sair todos satisfeitos. Ainda hoje, muitos mim agradece, chego na Lagoa do Rancho, eles me agradecem, eu tenho muito afilhado, lá. Eu fui gostando, porque meu pai precisava, o dinheiro era do manter da gente, meu pai teve treze filhos e eu também tive 13 filhos, mas dois morreram. O pouco que eu sei, as quatro operações eu ensinei para eles. O intervalo era pouco tempo, não tinha merenda, não havia tempo para brincar. (Maria do Amor Divino Feitosa, 2012).

O cotidiano da professora Maria do Amor era intenso. Ela foi morar na casa de uma conhecida da família para lecionar no Povoado Lagoa do Rancho, município de Porto da Folha. Sem muita instrução, ela tentava atender aos 60 alunos individualmente, o que deixava alguns deles ociosos, enquanto aguardavam o colega “dá a lição” à professora, por isso iniciava suas aulas às 8h da manhã e terminava às 14h horas, e nem sempre permitia o recreio. Seu objetivo era ensinar as crianças a ler, escrever e contar da melhor forma possível. E o seu melhor possível era extrapolar a carga horária e retirar o momento do recreio, o que, somado à

longa distância que percorria para ministrar suas aulas (cerca de uma hora a pé, no calor escaldante do sertão), fazia da profissão de professor algo que se assemelhava à função de missionário. Isso porque o desprendimento era a palavra de ordem. Vale ressaltar que tal professora não queria exercer a profissão, mas, em obediência ao pai e pela pobreza da família, aceitou a cadeira de um político, conhecido da família. O dinheiro que recebia inteirava o alimento diário para sustentar os 12 irmãos. Segundo a professora Maria do Amor Divino, o rendimento escolar era “vagaroso”, já que as escolas isoladas eram lotadas, o que dificultava ainda mais o ensino-aprendizagem.

Eu tinha 60 alunos, eu ia na banca [espaço da mesa onde ficavam os alunos] de cada um, assoletrar e tinha o dia da sabatina, usando a tabuada. Eu ensinava de segunda a sábado. Eu saía da sala de aula 2h da tarde, ainda ia para o interior. Eu me hospedei na casa de uma comadre de meu pai, lá eu almoçava. Eu ensinava numa casa alugada. (Maria do Amor Divino Feitosa, 2012).

A professora Maria do Amor Divino Feitosa iniciou sua profissão ensinando apenas duas disciplinas: Português e Matemática. Para o ensino do Português, ela focava na leitura e escrita, já para o ensino da Matemática, ela privilegiava o aprendizado das quatro operações. Sendo assim, a quantidade de disciplinas ministradas dependia, exclusivamente, da professora, por isso os autores Davis e Gatti (1993) denominaram as práticas das professoras “leigas”, como heterogêneas. Por certo, as cartilhas do ABC e a tabuada compunham, assim, o material didático mais comum entre professores e estudantes do sertão. Muitos alunos só conheceram estes dois livros. Sobre isso, Davis e Gatti analisam:

As cartilhas e os livros didáticos constituíam os únicos materiais gráficos disponíveis na escola rural. Não havia cartazes, livros de histórias, livros para consultas ou dicionários. Não existiam também revistinhas, histórias em quadrinhos para se ler às escondidas, nem avisos para serem vistos e analisados. Não havia oportunidades para se ler jornais, murais, e ninguém nunca viu na escola folhetos, anúncios comerciais e nem mesmo diários. Com isto, reduzia-se drasticamente o contato dos alunos com diferentes tipos de letras, com matérias de distintas naturezas, com informações variadas. Neste contexto de limitada estimulação gráfica (fosse na escola, fosse no dia-a-dia) a importância dos livros didáticos ficou patente. (DAVIS; GATTI, 1993, p. 94).

Segundo a docente Maria José de Lima³⁸ “o material didático dos alunos por vezes eram improvisados”. Os alunos deveriam ter um caderno, lápis, borracha, porém a pobreza era tão grande que havia alunos que iam à escola sem caderno, outros sem lápis ou borracha. Assim, a professora Maria José transformava as “bolsas de mercadinho”, que na época eram de papel, e fazia uma espécie de caderno para os alunos. Embora alguns poucos pais investissem em livros didáticos, como o pai da lavradora Pureza Silva Santos (75 anos), que comprou a “Crestomatia”, livro adotado pela professora Porfíria Souza Lima, que ensinava na Escola Rural Povoado Quixaba, em Nossa Senhora da Glória. O livro é de autoria de Radagasio Taborda e editado pela primeira vez no ano de 1934³⁹. Apesar de o Brasil ser laico, Taborda inseriu várias orações enaltecendo a divindade de Maria e o poder de sua intercessão nesse livro que circulou por muito tempo no sertão sergipano. Isso revela a presença do catolicismo na formação educacional na região campesina, que ainda hoje apresenta um índice elevado de fiéis. Sobre o livro, o apresenta o próprio autor:

“Crestomatia”, o modesto livrinho que sai hoje a lume, exige, antes de tudo, que lhe façamos a apresentação ao colendo professorado, à mocidade estudiosa de nossa terra. Qual a sua razão de ser? “Preencher uma lacuna” eis o lema de tôdas as obras congêneres, ao surgirem a público. Sem embargo, laborara em êrro bem grave, quem acreditasse preenchidos os claros de nossa biblioteca didática. Dia a dia, novas lacunas se abrem, que trespobram proporcionalmente às exigências sempre crescentes da pedagogia escolar, às alterações dos programas, às inovações e melhoramentos da moderna metodologia. (TABORDA, 1951, p. XXVII).

Foi com esse livro que a lavradora Pureza e muitas outras mulheres e homens sertanejos aprenderam noções de Geografia e História do Brasil. Estas disciplinas por muitas vezes foram negadas ao alunado sertanejo, já que nem todas as professoras as estudaram. Ocorria, como revelou a Professora Iraci Dias de Almeida Couto (77 anos), que muitas professoras estudaram menos do que foram contratadas para ensinar. Ela mesma estudou até a 2ª série, mas foi contratada para ensinar da 1ª à 4ª série, o que fez com que ela passasse as noites anteriores às aulas decorando os temas a serem abordados. Sobre isso, lembra: “Isto aí era uma novela. Eu sentava, pegava os livros de professor que o Estado enviava, eram esses

³⁸ Filha de Manoel Sabino dos Santos e Jovelina Lima Santos, nasceu em 21 de junho de 1942, no município de Gararu.

³⁹ . Os conteúdos versam sobre Português, História, Geografia, Literatura e a Religião Católica. O primeiro capítulo é composto por “Narrativas e Lendas”; o segundo por “Dissertações – Moral – Religião”; o terceiro pelas “Descrições”; o quarto por “Geografia – História – Biografias” e o quinto contém “Humorismo – Fábulas – Anedotas”.

livros que me socorriam, então eu copiava tudo que eu ia dá amanhã, já com as respostas. Eu pesquisava aquelas contas, frações, tudo aquilo eu decorava para passar para a 4ª série.” (Iraci Dias de Almeida Couto, 2012).

Por certo, o pai de Pureza Silva Santos foi um dos poucos que priorizaram o estudo dos filhos e oportunizaram a compra do livro didático, mas nem todos os pais tinham condições ou aceitavam “gastar dinheiro” em livros, já que a prioridade da maioria da população sertaneja era a compra da comida. Deste modo, viviam em função de conquistar o alimento diário para suprir a necessidade da grande prole.

Sendo assim, muitas crianças sertanejas nem sequer eram matriculadas nas escolas do sertão, e, dentro do número reduzido de alunos que chegavam às instituições escolares sertanejas, muitas não passavam da 1ª série, como já foi enunciado. As escolas do sertão não eram padronizadas, sendo a maioria dos prédios improvisados, tal como o material didático, mobília escolar e a prática das professoras. Visto que cada professora construiu suas práticas escolares com o conhecimento informal e formal, e o improvisado foi, entre todas as características, a mais peculiar, destes estabelecimentos de ensino.

2.2 O ensino primário no sertão: as escolas isoladas, as escolas rurais, as escolas reunidas e os grupos escolares vistos por baixo

A impressão que tive dela não foi das melhores. A casa era acanhada, feita de taipa, coberta de telhas. Tinha uma porta e uma janela inutilizada, pois que não se abria. Era feita de varas trançadas como uma cerca [...].O interior da sala de barro, continha de urupema e cacetes para machucar, formando um caos em desordem, se é o caos já não explica a desordem [...] (OLIVEIRA, 1981, p. 33).

O memorialista do sertão, Arivaldo Oliveira (1981, p.33), detalhou, no livro *Reminiscência*, a impressão que teve da escola isolada em que estudou na sua infância. O estado físico do ambiente escolar, a principio, não o agradou, já que o casebre não tinha beleza, conforto e organização, mas foi por meio dele que ele tornou-se escrivão da cidade de Monte Alegre nos anos 1950, uma vez que, segundo Oliveira, (1981, p.33): “Em terra que não há onça, todo bichinho é leão”. A simplicidade da escola e a informalidade do interior da instituição de ensino refletiam a precariedade do processo de escolarização no sertão sergipano. No período de 1950 a 1970, o sertanejo conviveu com três tipos de escolas:

isoladas, rurais e os grupos escolares. Segundo dados do Plano Estadual de Educação e Cultura de 1970, as escolas sergipanas estavam assim distribuídas:

[...]notamos que 78,36% do total das unidades de ensino são escolas de apenas uma sala/de aula, sejam elas denominadas Rurais (200) ou Isoladas (296). Além dos 103 Grupos Escolares registrados, somente 23 unidades possuem mais de uma sala de aula (9 E. Rurais, 5 E. Isoladas, 9 E. Reunidas). Em resumo, a rede estadual apresenta 1.172 salas pertencentes a subconjuntos agrupados e 496 salas isoladas, estas representando 42,32% do total de salas de aula. (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 1970, p.23).

Ainda de acordo com o Plano Estadual de Educação e Cultura (1970), a maioria das escolas sergipanas, na década de 1970, foi composta por apenas uma sala de aula e, conforme relato da professora Maria Dagmar Menezes⁴⁰, as escolas isoladas funcionavam em lugares inadequados: residências das professoras ou outros salões alugados. Estas salas eram, em geral, pequenas, com uma ou duas janelas para manter a ventilação; não havia divisão por série, assim, como já sinalizado, os alunos da primeira à quarta série dividiam um mesmo quadro, geralmente pequeno. A maioria não tinha cadeiras, tamboretas ou bancos para todos os discentes, então, enquanto uns escreviam, outros aguardavam no chão. Era uma mesa para todos(geralmente a mesa era comprida, mas não atendia à demanda, se tornando pequena).O recreio era realizado em frente à instituição ou dentro da sala. Cada professora lotava a sala com aproximadamente 50 alunos, afirma a docente Maria Dagmar Menezes (2012). De acordo com o Plano Estadual de Educação e Cultura (1970, p.23): “[...] convém notar que, dentre as 296 Escolas Isoladas, 252 funcionavam em casas de particulares, geralmente residências adaptadas, não apresentando condições favoráveis ao ensino”. Para Zago (1980):

Nas E. I., o ensino geralmente é ministrado por um único professor para alunos de diferentes níveis de escolaridade na mesma sala de aula e no mesmo período de tempo. Quando a matrícula ultrapassa 45 alunos, a E. I. pode ser desdobrado, e neste caso, o número de séries existentes na escola passa a ser dividida entre dois professores. (ZAGO, 1980, p.4)

Sobre essa realidade, a professora Maria Dagmar Menezes relata:

⁴⁰ Filha de José Freire de Menezes e Maria da Graça Menezes, nasceu em 09 de Maio de 1930 em Nossa Senhora da Glória. Concluiu o primário nas escolas isoladas existentes na cidade, sendo sua primeira professora Esmeralda Reis. Recrutada pelo Estado para lecionar, cursou o Ginásio em etapas, pois nas férias viajava para outros municípios em busca de concluir sua formação.

As escolas isoladas situadas no centro da cidade e também nos interiores...eu lecionava aqui, na cidade, situada na Avenida 7 de Setembro, número 11. Eu não gostava. Eu tinha cinquenta alunos, porque a escola não oferecia nada, não tinha onde as crianças se sentarem, ou escrever. Escreviam, coitadinhos...até de joelhos nos bancos...eu trabalhei três anos. Então, depois de três anos eu fui lecionar numa escola rural. Eu gostei muito, muito, muito. Eu tinha cinquenta alunos, tinha carteira, tinha quadro, tinha estante, tinha um terreno extenso, onde eu fiz um grande jardim. Eu fiz uma parte para horta, porque o pessoal gostava, tinha muita ajuda, por exemplo o povo da exatoria, dos rapazes da cidade, porque em um dia eu plantei cinquenta pés de roseira e fez a entrada toda em flores, bambu, e no dia de domingo...meu Deus, era onde as moças ia passar a tarde, os rapazes ia passar a tarde, várias e várias vezes. Olhe...até brincarem no galpão, tinha baile, era uma festa o dia de domingo. (Maria Dagmar Menezes, 2012).

Tal depoimento somado aos outros que foram apropriados das trajetórias de vida das outras professoras, bem como de escritores nativos e das lavradoras, a exemplo de Berenice Souza Goiz (88 anos), Lucila Soares de Souza (80 anos) e Maria Elita Santos (70 anos), retratam as experiências do alto sertão, corroborando com o que conclui Samuel (1990, p.231), para quem “a evidência oral pode também ser crucial para a compreensão do pano de fundo”. Ela pode nos dar contextos novos que os documentos, por si mesmos, apesar de muito trabalhados, não fornecem, uma vez que os detalhes, tal como a diversidades de versões acerca de um fato, abordados nas vozes das testemunhas, possibilita um acervo imenso de fontes orais, que também passam a ser “documentos da memória”, já que, segundo Benjamin, o tempo é lacunar, deste modo, “existe a possibilidade de diferentes versões e interpretações dos acontecimentos; propõe ir além, utilizar-se do olhar do detetive, do observador, do poeta” (PAIM, 2005, p.77). Sendo assim

Para Benjamin, escrever a história a contrapelo é preencher as lacunas, as brechas, o que ficou interdito através de argumentações diferentes, não apenas fazendo outro discurso e sim fazendo explodir o discurso dado. Não fazer uma história no contra-discurso e, sim, fazer aparecer nela o outro que ficou apagado, expropriado, tirado de cena; é integrar os excluídos. (PAIM, 2005, p.84).

Como forma de contribuir com o entendimento de uma cultura local, trago à luz a experiência da lavradora Berenice Souza Goiz⁴¹ (88 anos), que estudou em escola isolada da

⁴¹ Filha de Manoel Joaquim de Goiz e Rita de Souza Goiz, nasceu em 16 de outubro de 1928, em Nossa Senhora da Glória.

rede municipal, no centro da cidade de Nossa Senhora da Glória, com Dona Marieta, a professora. Pelo fato de ser a irmã mais velha, era responsável por cuidar dos 11 irmãos mais novos, e à medida que o número de irmãos crescia, sua vida tornava-se mais difícil, pois tanto era responsável pelas crianças e pela casa, quanto pela comida, já que sua mãe, Rita de Souza Goiz, trabalhava na lavoura e teve vários resguardos, devido aos partos. Naquela época, não havia água encanada, assim as garotas saíam pela manhã e passavam o dia no açude lavando roupa. A atividade do lar privou Berenice de frequentar a escola regularmente e, assim como ela, outras meninas foram babás de seus irmãos, muitas delas sacrificaram sua infância e juventude em prol dos irmãos mais novos. Eu ainda descendo desta cultura do alto sertão, fui criada pela irmã mais velha: Cacia Maria de Rezende Santos. Ela nunca brincou de boneca, pois seus bonecos sempre foram meus irmãos e eu. Ela é uma segunda mãe, pois desde os cinco anos de idade já era responsável por nós. Sobre este tipo de cultura, analisa Thompson: “[...] essa era uma cultura de formas conservadoras, que recorria aos costumes tradicionais e procurava reforçá-los.” (THOMPSON, 1998, p.19). Ainda sobre as responsabilidades das irmãs mais velhas, rememora a lavradora Lucila Soares de Souza:

[...] fui uma pessoa que ajudei muito minhas tias, as minhas primas. A minha prima tinha filhos, mandava me chamar pra me tomar conta dos pequenininhos dela, eu tomava conta. Fui uma pessoa que gostei muito de criança, meus irmãos quando falecia um, eu só faltava morrer, a minha irmã, eu tinha uma irmã, ela é viúva, ela mora em Carira e ela quando casou, eu tive um sentimento tão grande. O povo dizia: - deixe de ser tola, ela casou porque quis e agora você tá com esse sentimento todo? - eu sentia muito, mais vivi bem graças a Deus. Meus pais, uns pais muito direitos, muito trabalhador. Criou a gente sem confusão. A minha mãe casou com 16 anos e toda vida viveu feliz graças a Deus e hoje já vou fazer 80 anos e ainda estou andando, né? Graças a Deus. Cheguei de Carira domingo, meus sobrinhos que eu tomei conta e botei pra estudar vem me trazer aqui em casa e vem me buscar, e a minha vida é assim. (Lucila Soares de Souza, 2012).

Ao ouvir o relato de lavradoras, principalmente das primogênicas, era visível o apego delas pelos irmãos mais novos. Lucila Soares de Souza⁴² (80 anos) rememora: “olhe eu quase não estudei, a minha professora foi uma prima minha, Lourdes, eu estudei uns dias, mais eu era tão pegada com meus irmãos que eu não deixava eles.” Ela hoje é semianalfabeta, pois interrompeu seus estudos para dar a oportunidade para seus irmãos. Esta história também se repetiu com outras jovens sertanejas que, apesar de não terem filhos, adotaram os irmãos

⁴² Filha de Ecílio Soares de Brito e Ozona Pereira de Souza, nasceu em 30 de outubro de 1923, em Nossa Senhora da Glória.

como se fossem. Um casaram e tiveram filhos, outras viveram apenas em função dos pais, irmãos e familiares, como é caso de Lucila. Ela reside até hoje na casa que era dos seus pais. O escritor sertanejo Oliveira (1981, p.53) evidencia a responsabilidade dos filhos mais velhos a favor dos mais novos: “Eu, Terezinha, Arnaldo e Zefinha fomos os pioneiros da família. Sofremos mais a agudeza do trabalho, esse trabalho que nosso pai nos impunha, aos mais velhos, e que não era crime, do que os mais novos”.

Tais percursos podem, por certo, ter repercutido na irregularidade dos alunos na escola, o que trouxe consequências desastrosas, como o índice elevado de repetência e evasão escolar. Em época de plantação e colheita, os alunos tinham de conciliar o trabalho com os estudos e, muitas vezes, eles não iam à escola. No período de seca, a fome, miséria e as constantes enfermidades provocavam um desequilíbrio no fluxo de alunos. Sobre o sertão dos anos 1950, ressaltou Mendonça (1958, p.58-59): “A população sertaneja é vítima da fome epidêmica. Periodicamente, o flagício das secas faz surgir, no sertão, epidemias de fome global, quantitativa e qualitativa, que atinge a desnutrição completa e até a inanição aguda”. O processo de ensino-aprendizagem era marcado por peculiaridades locais que atingiam o aluno e o próprio profissional de educação, que apesar de iniciar com uma turma lotada, via gradualmente reduzir. Sem saber como e o que fazer, estes professores assistiam aos dramas do ensino formal no sertão.

As professoras de escolas estaduais alegam que o Estado não fornece o material necessário e os alunos são por demais pobres para que se lhes possa exigir algum sacrifício. Com engenho e dedicação, porém, conseguiriam eles, facilmente, superar as dificuldades, uma vez que qualquer material, por mais modesto, coletado pelos próprios alunos na comunidade, serviria para a consecução das tarefas. (MENDONÇA, 1958, p. 133).

Maria Elita Santos (70 anos) ingressou na escola aos sete anos de idade, estudou em escola isolada, na cidade de Nossa Senhora da Glória. Segundo Elita, havia várias escolas isoladas espalhadas na cidade e apenas uma escola rural, todas essas escolas eram lotadas. Ela estudou na escola isolada, a princípio, com “D. Glorinha”, e depois com “D. Cleodice Tavares”. D. Glorinha ensinava aproximadamente 50 alunos, em uma pequena sala, na sua própria residência, alguns alunos levavam um banco para sentar, porque não havia bancos para todos. D. Glorinha tinha uma auxiliar que era a própria filha. Conforme Mendonça (1958, p.126): “[...] Muitas delas não possuem uma só carteira para alunos, apenas têm bancos

comuns, em número insuficiente, obrigando os escolares a trazerem diariamente, para a escola, banquinhos individuais toscos, de uso doméstico”.

A maioria das escolas isoladas primárias do Estado, instaladas em casebres alugados, onde lhes falta tudo: espaço, luz, água, aeração e instalações sanitárias, não dispõem sequer do mobiliário e do material didático considerados indispensáveis a uma simples escola de alfabetização do passado, como sejam: uma mesa e cadeira para o professor, vinte e cinco carteiras pessoais, um quadro-negro, um mapa mundi e outro do Brasil, um ábaco e certas de linguagem e de Parker. (MENDONÇA, 1958, p.126).

A fotografia a seguir revela o aspecto físico das escolas isoladas no sertão sergipano:

Figura 4 – Imagem da professora Maria Doralice Ferreira e seus alunos, Graccho Cardoso, 1948



Fonte: Arquivo particular de Maria José de Andrade Lima. Autoria não identificada.

A fotografia mostra uma classe de alunos que funcionava na Fazenda Alecrim, na cidade de Graccho Cardoso. A menina que está na frente de vestido branco da direita para a esquerda é Maria José de Andrade Lima, ela se tornou professora no município de Gararu. A jovem professora Maria Doralice é a única adolescente presente na imagem, na ocasião ela tinha 15 anos e ensinava as crianças da vizinhança. Ela montou uma classe na varanda da casa

do avô, fazendeiro⁴³ da região, e ensinava as crianças. Tanto ela, quanto sua irmã, eram professoras. Elas sabiam apenas ler, escrever e contar. Ambas se revezavam, uma no turno da manhã e outra à tarde. O município era responsável pelo pagamento das docentes que, apesar da pouca idade, tinham o compromisso e a responsabilidade de alfabetizar as crianças da redondeza tendo tão pouco conhecimento. Segundo Mendonça (1958, p.126): “Vimos escolas isoladas que contentariam a ânsia de pobreza de Francisco de Assis”. Por isso, “A recuperação de velhas fotografias é outro possível subproduto de um projeto de História local” (SAMUEL, 1989, p.232).

Na fotografia, alguns alunos estão descalços, evidenciando a pobreza no sertão. Muitas crianças também iam com fome e este era um fator desconfortante para aluno e as professoras que, muitas vezes, cediam algum tipo de alimento para as crianças que não haviam comido, pois o objetivo era de vê-las prestar atenção à aula, rememora Maria José de Andrade Lima, hoje com 70 anos. Segundo ela, a fome afetava boa parte da população na década de 1950, principalmente quando havia perda de colheita. A subnutrição e as enfermidades advindas da má alimentação e da água, que não era tratada, eram vistas a olho nu. As crianças do sertão tinham barrigas enormes, cheias de vermes, como mostra a fotografia. Algumas chegavam até a morrer. A mortalidade infantil nesse momento era muito grande, alguns pais perdiam seus filhos devido à falta de vacinação e cuidados básicos. De acordo com Mendonça (1958, p. 57) era “[...] precário o nível de vida do sergipano. A grande maioria da população vive em situação infra-humana. Domina, no Estado, o nível de pobreza”.

Nas escolas, as conseqüências da sub-alimentação são desastrosas, criando problemas graves de escolaridade. Entre outros efeitos da desnutrição, nas massas escolares, cumpre assinalar: os desajustamentos, o rendimento insatisfatório e anti-econômico da aprendizagem e a repetência. Determinando um estado de depressão biológica permanente, causando a fadiga, a abulia, a aprosexia, o desânimo, a má nutrição reduz as possibilidades da aprendizagem e influi consideravelmente no comportamento do aluno. (MENDONÇA, 1958, p.58).

Devido à precariedade da vida no campo, muitos sertanejos aventuraram a sorte em outros estados brasileiros. Segundo Leite (1999), a Ruralização Pedagógica foi, por certo, uma tentativa das políticas públicas para aplacar o processo de migração do homem rural para a zona urbana. Conforme o autor supracitado: “As dimensões da problemática que envolve a

⁴³ Dono de uma quantidade significativa de terra, mas, devido ao clima, elas não necessariamente são produtivas. O fazendeiro sertanejo depende eminentemente das chuvas.

escola rural atualmente são bastante extensas, considerando que, historicamente, a educação em si sempre foi negada ao povo brasileiro e, especificamente, ao homem do campo” (LEITE, 1999, p. 53). Apesar da campanha para incentivar aos rurícolas a permanecer na zona rural, o processo de migração permaneceu contínuo. Assim, o processo de Ruralização Pedagógica não impediu a saída do homem campestre, mas possibilitou a implantação de escolas rurais na região do semiárido sergipano.

Apesar de todo esforço empregado pela CNER para a fixação do homem no campo, o êxodo rural no Brasil iniciou-se na década de 1950, simultaneamente ao pleno funcionamento das missões, Campanhas Rurais e do Programa de Extensão. De qualquer modo, o sucesso ou não desses programas não iria impedir o grande êxodo na década de 1960. (LEITE, 1999, p. 37).

Conforme o Decreto Estadual N. 202 de 31 de maio de 1950, Art. 1º: “Fica aberto, pela Secretaria da Justiça e Interior, o crédito especial da quantia de quatro milhões e duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 4 200 000, 00), para ocorrer ao pagamento com as construções de setenta (70) Escolas Rurais.” Em decorrência desse decreto, várias escolas rurais foram identificadas e mobiliadas nessa época, para segurar o homem campestre em seu habitat natural, mas essa e outras estratégias não foram suficientes para impedir os retirantes (LEITE, 1999).

A escola rural era composta pela classe de aula, que era espaçosa, um pátio de recreação, uma cantina, um almoxarifado, um banheiro para ambos os sexos. A casa do professor era composta por dois quartos, sala, cozinha e dois banheiros, a casa era entregue e mobiliada pelo Estado. A turma era composta por meninas e meninos. A professora que trabalhava na instituição era responsável pela limpeza do espaço escolar. Segundo Oliveira(2008, p.160): “O professor servia de: Diretor, secretária, servente, merendeira, vigia e muitas vezes de capacho para pais incompreensíveis.” Além disso, na Escola Rural de Monte Alegre de Sergipe, em 1957, a lenha e a água eram pagas pela professora Valdete, que rememora o cotidiano escolar:

Água para beber e lenha para cozinhar eram compradas por minha conta, água para limpeza e molhar as plantas apanhava-se em um tanque de João Soares, vizinho a escola. Para cozinhar havia um rude fogão a lenha e os cozidos eram feitos em latas de querosene, depois minha mãe emprestou um tacho de cobre. Pratos, colheres e copos aluno cada aluno trazia o seu de casa. (OLIVEIRA, 2008, p. 161).

Deste modo, a professora assumia funções que lhes eram atribuídas e outras responsabilidades que não eram da sua alçada, como os pagamentos da lenha e da água. Para que a merenda fosse servida aos discentes, havia uma complementação com as doações dos alunos, uma vez que: “Na época a escola só recebia túneis de leite em pó desnatado, sem uma vitamina, ainda exigiam cardápio e mapas mensais que eram enviados a Aracaju para a coordenadora a Sr.^a Agnor” (OLIVEIRA, 2008, p.161). Deste modo, “[...]algumas crianças traziam de casa: arroz, açúcar, carne para a sopa, bananas para vitaminas que eram batidas a garfo ou uma garrafa” (OLIVEIRA, 2008, p.161), uma vez que, a Campanha Nacional de Merenda continuava apenas distribuindo o leite. Sobre a merenda escolar na década de 1950, relata o governador Leandro Maciel:

O Setor Estadual da Companhia Nacional de Merenda Escolar funcionou a contento durante o ano de 1956. Entre as diferentes unidades escolares sergipanos, foram distribuídos 810 tambores de leite em pó e, ainda, 1.295 quilos de farinha vitaminada.

A Campanha de Merenda vem tendo vigoroso impulso e excelente receptividade, tendo o Departamento de Educação atendimento a 300 escolas do interior e 20, na Capital, abrangendo um total de 17.338 escolares. (MACIEL, 1957, p.62)

Nos anos de 1970, o leite continuou sendo distribuído, como revela o governador José Rollemberg Leite:

Em 1977, procurou-se realçar mais ainda a importância que representa o Programa de Alimentação Escolar, resultado de Convênio celebrado entre o Governador do Estado e a Campanha Nacional de Alimentação Escolar.

Foram atendidos 106.514 alunos de 695 escolas. Para o alcance desses resultados foram promovidos durante o ano, vários cursos com a participação de 267 pessoas diretamente ligadas ao Programa. (LEITE, 1978, p. 53)

Sendo assim, segundo Oliveira (2008, p.161) “O jeito foi colocar alunos em equipes alternados para que ajudassem nas tarefas e no cultivo de uma horta para o complemento da merenda”. Além disso, a horta era uma das propostas da Escola Rural, embora nem todos os pais aceitassem de imediato o trabalho voluntário do filho, já que, conforme Oliveira (2008, p. 161) “[...] muitos pais a princípio não aceitavam o trabalho no ensino de horticultura, mas com o resultado da alimentação escolar os fez ceder”. (OLIVEIRA, 2008, p.161).

A criação da horta e, principalmente, sua manutenção, eram realizadas com a participação dos alunos. Os pais, a princípio, estranharam o trabalho designado aos alunos, uma vez que eles trabalhavam e nada recebiam em troca, o que desencadeou críticas e a professora Valdete teve que esclarecer a função da horta na escola e para a comunidade, já que os alunos poderiam cultivar os legumes e hortaliças que seriam usados no cardápio da refeição realizada por eles enquanto estivessem na escola. Deste modo, a horta acabou agradando aos pais “que também apreciavam os belos canteiros de verduras e flores que confundiam-se com inúmeras borboletas principalmente no período da primavera”(OLIVEIRA, 2008, p.161).

Durante o turno da noite, as escolas rurais tornaram-se espaço de alfabetização para jovens e adultos, através do Movimento Brasileiro de Alfabetização–MOBRAL.

Extrapolando a trilha da modernização dos anos 70 e a ideologia do “Milagre Brasileiro”, o analfabetismo nessa década manifestou-se como uma dolorosa e incurável chaga dentro da sociedade nacional. Daí o porquê das proposições do I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) para a educação e, posteriormente a ele, o PSECD (Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos) para 1975/79 e 1980/85, que possibilitou suporte filosófico-ideológico para projetos especiais do MEC como o Pronasec, o EDURURAL e o MOBRAL. (LEITE, 1999, p.48-49).

As turmas de alunos do MOBRAL eram compostas por trabalhadores, homens e mulheres que na infância e adolescência não tiveram a oportunidade de estudar e, mesmo cansados da rotina árdua, eles percorriam o trajeto de suas casas até a escola para realizar o sonho de ler e escrever. Desta forma, muitos aprenderam a ler, outros só aprenderam a assinar o nome. Conforme a professora Maria Dagmar Menezes: “Eu chegava seis horas para acender as placas. Eram homens casados e as mulheres vinham com seus esposos. Era o povo mais velho. Eu era tão mocinha, com meus 18 anos, mas eles me chamavam de D. Dagmar”.

Eu tinha 50 alunos na parte da manhã e à noite eu ensinava 60 alunos de 14 a 60 anos. Eu paguei à minha irmã para me ajudar. Agora, me tinham tanta dedicação... Eu era tão sem juízo que chegava aquele povo trabalhador de roça, fedendo, a suar, chegava ao meu birô e um me dava uma faca, outro um punhal, outro um revólver para eu guardar. Era ordem, ninguém ficava armado na classe. Depois, eu fiquei pensando: Meu Deus, o que eu estou fazendo? Quando era a hora de sair, todos pegavam sua arma e iam embora. (Maria Dagmar Menezes, 2004).

Foi através da Lei federal nº 5.379 que o MOBRAL, Movimento Brasileiro de Alfabetização, surgiu com o intuito de reduzir o índice de analfabetos no Brasil, principalmente na região nordeste. Muitos aprenderam a ler, outros apenas a assinar o nome. Sobre isso, rememora o artista plástico Véio (2004): “Meu pai estudou no MOBRAL e só aprendeu assinar o nome, então um político perguntou: –Seu Maximino, o senhor sabe assinar o nome? Meu pai disse: – Sei. – Sabe nada, se o senhor sabe, escreva aqui nesse papel”. Segundo Véio, esta assinatura o tornou funcionário da prefeitura e, somente muito tempo depois, foi que Maximino soube do uso indevido daquela assinatura. Assim como Maximino, outros sertanejos também foram enganados, já que na década de 1960 quem sabia assinar o nome já era considerado alfabetizado, logo a “falsa alfabetização” era uma arma nas mãos de políticos corruptos que manipulavam situações para se auto beneficiar e se apropriar do dinheiro público.

A Escola Rural Alto da Glória, por exemplo, funcionava também como um centro de cooperação e recreação, um local onde os jovens se reuniam para trocar ideias, brincar, dançar e paquerar. Em Nossa Senhora da Glória havia poucas opções para os jovens se divertirem na cidade, assim a escola era um ponto de encontro e diversão. A lembrança da professora Dagmar remonta aos acontecimentos durante a estada da juventude, na instituição. A saudade do passado revela-se tão viva para ela como sua própria existência. Os risos, as modinhas, e as brincadeiras mostram a cultura de uma geração.

Trabalhei tanto com meus alunos. Os rapazes da Exatoria [Órgão Estatal de Fiscalização] gostavam tanto do meu trabalho, que todos os domingos iam trabalhar lá, iam me ajudar com as minhas plantas. Dia de Domingo, as moças iam namorar lá. Eles passeavam e, às vezes, os rapazes tocavam violão, dançavam e brincavam. Tinha até milho para fazer canjica no dia de Domingo. Era uma festa! Quando dava cinco e meia, retornavam todos para a cidade. (Maria Dagmar Menezes, 2004).

A Escola Rural Alto da Glória funcionava em um prédio bem conservado, o da Escola Rural do Povoado Angico estava em ruínas, vale lembrar que ambas as escolas pertenciam ao município de Nossa Senhora da Glória. Sobre isso relata a ex-aluna Maria Vieira de Melo⁴⁴, filha da professora Savelina Gomes de Melo, que lecionava nesta instituição. Segundo Maria Vieira de Melo: “Quando mamãe foi trabalhar no Angico, o colégio estava escorado pra não

⁴⁴ Filha de Savelina Gomes de Melo e João Vieira de Melo, nasceu em 27 de Agosto de 1946, no município de Nossa Senhora da Glória. Casou-se com Aluisio Vieira Santos e tiveram 19 filhos.

cair, estava cai mais não cai, uma tristeza, não tinha condições de morar, mas foi para morar, foi a família de Zé Baixinho foi que deram a maior força a ela, a gente deve muito a essa família”.

Pureza Silva (75 anos) estudou na escola Rural do Povoado Quixaba, município de Nossa Senhora da Glória, com a professora Jedalva dos Santos que residia na própria casa da escola. Na época era solteira, por isso sua irmã mais velha foi morar com ela, já que, nesse momento histórico, moça de família não podia ficar sozinha, principalmente se fosse professora, já que deveria ser exemplo de moral e bons costumes. Essa professora era natural de Nossa Senhora da Glória, e ensinou até a 2ª série à Pureza, e, devido a uma enfermidade, ela foi substituída por Porfília Souza Lima. Com a professora Porfília, Pureza estudou o 3º ano e teve o 4º ano que fora interrompido pelo casamento. Ela casou aos 17 anos de idade, e partir desse momento não teve mais oportunidade de estudar, já que em cada ano tinha um filho. Isso era natural entre as mulheres sertanejas que, por desconhecimento de como evitar a gravidez, se submetiam ao risco de perder a vida em meio a tantos partos e abortos. Pureza teve 20 filhos, e, mesmo não completando a 4ª série, possibilitou aos 15 filhos vivos a oportunidade de estudar. Assim como Pureza, várias jovens sertanejas interrompiam os estudos para contrair matrimônio. O enlace era o maior dos presentes que poderiam receber, pois desde meninas eram instruídas para o matrimônio. Sobre os costumes, analisa Thompson (1998): “Se, de um lado, o costume, incorporava muitos dos sentidos que atribuímos hoje à ‘cultura’, de outro, apresentava muitas afinidades com o direito consuetudinário. Esse derivava dos costumes, dos usos habituais do país: usos que podiam ser reduzidos a regras e precedentes” (THOMPSON, 1998, p. 15).

Nos anos 60, houve uma reforma no prédio, sendo construída uma cantina, passando-se a ter merenda escolar, e a residência do professor, transformada em outra sala de aula. Foi criado também curso de alfabetização que nos proporcionou esperança de melhora no ensino-aprendizagem. Após essa reforma, a escola passou a chama-se: Escolas Reunidas Dom Juvêncio de Britto. (Maria Auxiliadora Melo de Britto, 2012).

Figura 5– Escolas Reunidas Dom Juvêncio de Britto, 1972 em Canindé do São Francisco



Fonte: Professora Maria do Socorro Feitoza Guimarães. Autoria não identificada.

Assim como em Canindé de São Francisco vários prédios de escolas rurais foram adaptados e tornaram-se “escolas reunidas”. São exemplos as Escolas Reunidas Povoado São Mateus da Palestina/Gararu e as Escolas Reunidas Messias Alves da Silva/Gararu, estas instituições funcionaram com duas salas ou mais, nestes espaços as professoras se organizavam para ensinar por série, uma ficava com a 1ª e a 2ª séries e a outra com 3ª e 4ª séries, conforme depoimento de Maria Auxiliadora Melo de Britto (2012). As escolas reunidas marcaram o momento transitório para o surgimento dos grupos escolares (SOUZA, 1998). No sertão, os grupos foram erguidos tardiamente e ainda eram poucos para atender à demanda e por isso as escolas isoladas, rurais e reunidas permaneciam atuantes. Na década de 50, o Brasil estava vivendo um momento de expansão dos grupos escolares.

Os grupos escolares estavam obrigados a adotar o tipo de organização e o método de ensino das escolas-modelo do Estado. Não é fortuito, pois, que eles tenham sido inicialmente confundidos com essas escolas. Muitos municípios começavam a solicitar do governo “reunião de escolas” para a criação de uma escola modelo na cidade, como foi o caso de Bananal, Taubaté e Campinas (Of. Ordem 6.693, 1894). O termo “escolas reunidas”

também foi utilizado inicialmente pelas Câmaras Municipais ao se referiram ao grupo escolar. (SOUZA, 1998, p.53-54).

O primeiro grupo escolar, segundo Souza (1998, p.54), “foi criado no interior do Estado, de Itapetininga, 1895. Essa escola deveria funcionar como escola anexa à normal que seria inicialmente criada nessa cidade”. Os grupos escolares resplandeciam a glória da República, e, por isso, essas instituições foram gradualmente construídas em todo o Brasil. Os primeiros grupos foram erguidos no centro urbano, seus prédios eram verdadeiros “palácios do saber”, como afirma Souza (1998). Cada professor assumia apenas uma série do ensino primário, e seus espaços contribuíram com a educação formal, que ganhou destaque e melhores condições de trabalho e permitiu entre os profissionais a troca de experiências.

Os grupos escolares foram criados na expectativa de reduzir os gastos com as casas alugadas e melhorar a estrutura escolar, permitindo a alunos e professores um ambiente confortável e propício à construção do saber. Estes “templos do saber”, como afirma Souza (1998), inicialmente atraíam o olhar da comunidade, que parava para observar a beleza de seus prédios. Mas o custo para fazer esses prédios consumia boa parte da verba do poder público e a escola formal permanecia restrita à camada privilegiada brasileira. Segundo Faria Filho e Vidal (2000, p.29): “Os prédios monumentos passaram, nesse momento, a significar a elitização da educação e o desprezo para com a educação dos mais pobres”.

Nos anos 1930, no Rio de Janeiro e em São Paulo, uma nova política de edificações escolares se desenhava. Anísio Teixeira, no Rio, em 1933, e Almeida Júnior, em São Paulo, em 1936, apresentaram propostas para construção de prédios escolares mais econômicos e simples. Nesse mesmo período, em 1934, a Associação Brasileira de Educação organizava a primeira exposição sobre arquitetura escolar. A padronização das plantas passava também a atingir as fachadas. A arquitetura funcionalista oferecia modelos ampliáveis de escolas padrão. O diálogo com os preceitos escolanovistas era revitalizado. (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 29).

De acordo com Faria Filho e Vidal (2000), várias críticas foram feitas devido aos gastos excessivos com os prédios dos grupos escolares e, por isso, diversos profissionais foram chamados para debater como seria o modelo de grupo para atender à necessidade de uma educação democrática. Em razão disso, o novo modelo de prédio escolar não desembocava em gastos excessivos e gradualmente foram sendo construídos nas capitais do Brasil e, posteriormente, nas cidades do interior do Brasil.

Deste modo, o alto sertão sergipano foi contemplado por sete grupos escolares: Grupo Escolar Cícero Bezerra (ato de criação 1963), em Nossa Senhora da Glória; Grupo Escolar “Monsenhor Rangel (ato de autorização 1976), em Gararu; Grupo Escolar Cel. Maynard Gomes (ato de autorização 1976) e Grupo Escolar Desembargador Loureiro Tavares (ato de Autorização 1981), em Porto da Folha; Grupo Escolar José Inácio de Farias (ato de criação 1967), em Monte Alegre; Grupo Escolar Teotônio Alves (ato de criação 1970), em Poço Redondo; e o Grupo Escolar Almirante Tamandaré (ato de criação 1970), em Nossa Senhora de Lourdes. Estas instituições geralmente possuíam quatro classes de aula; uma sala para a diretoria, a qual era dividida em três compartimentos; uma cozinha; e três banheiros, sendo um masculino, um feminino e um para funcionários (REZENDE, 2004, p.26).

Sendo assim, essas instituições reuniram as escolas isoladas num só espaço. Isso tanto facilitou a vida das docentes, quanto reduziu os gastos dos espaços alugados pelo poder público onde funcionavam algumas escolas isoladas. Mas o número dos grupos era baixo para atender à demanda da sociedade do alto sertão, deste modo os grupos escolares, as escolas isoladas, reunidas e rurais coexistiram paralelamente até o final da década de 1990. Eu ainda visitei uma escola isolada no povoado Pias, em Gararu. Eu era adolescente e acompanhei os meus primos que estudavam nesta instituição. Nós caminhamos um longo caminho atravessando riachos e, na tentativa de diminuir a caminhada a pé, fomos por dentro das fazendas. A escola funcionava na casa da professora e, o banco de madeira não comportava a todos os alunos, tendo alguns que sentar no chão. Lembro que enquanto a professora dava a aula, os alunos a ajudavam a vigiar o alimento que estava no fogo. No dia ela serviu macarrão com sardinha. Sendo assim, estas diversas escolas permaneceram funcionando para além da década de 70, uma vez que eram necessárias, e vale ressaltar que os alunos que residiam em povoados não tiveram a oportunidade de estudar nos grupos escolares que foram construídos no núcleo dos municípios.

Nos grupos escolares, outros profissionais necessários surgem para auxiliar ao professor: gestor, merendeira, servente, vigia, secretário e auxiliar administrativo. Sendo assim, à medida que a escola crescia, mais profissionais eram requisitados e, além disso, a divisão das séries facilitou o trabalho das professoras. Deste modo, a reunião de algumas salas mediou a situação das escolas isoladas que funcionavam no centro da cidade, visto que o grupo ofertava a estrutura, mobília, material didático e, devido à separação das séries, um ambiente mais propício à aprendizagem.

Os grupos escolares, segundo a professora Maria Dagmar Menezes, eram o sonho de qualquer professora, devido à comodidade e, principalmente, pelo apoio técnico. Nestas instituições o professor só desempenhava a sua própria função. Mas pelo fato das docentes nunca terem trabalhado em grupo, por certo algumas mais que outras, não sabiam lidar com a intervenção de colegas e o corpo diretivo escolar, tal como a figura do gestor, já que sempre trabalharam com muita liberdade, e, por isso, vários conflitos ocorreram. Maria Dagmar rememora que, por vezes, a “pressão baixou” e quase sucumbiu emocionalmente, em razão da rivalidade pelo cargo de diretora. As três primeiras gestoras (Cleodice Tavares de Lima, Maria Dagmar Menezes e Guiomar Souza Góes) do Grupo Escolar Cícero Bezerra, fundado em Nossa Senhora da Glória, em 1963, foram substituídas no clima de tensão e agressão verbal, isso gerou ressentimento que nem o tempo pôde curar. Hoje a idosa permanece “de mal” e prefere não falar muito sobre o assunto, uma vez que se lembrar do desentendimento mexe com a ferida do passado que permanece incurável e ainda hoje emociona a entrevistada.

A primeira diretora do “Cícero Bezerra” foi: Cleodice Tavares de Lima, que a pedido se afastou da direção sendo substituída por M^a. Dagmar Menezes em 1967 foi feito concurso p/ diretores, cada diretor ia acompanhado por uma prof., o curso durou 45 dias depois da aprovação a diretora foi substituída pela prof. Guiomar Souza Góes, que foi nomeada pelo governo e dirigiu o grupo escolar 10 anos em 1978 veio p/ o Cícero Bezerra o prof. Antônio Carlos T. Mangureira que dirigiu até julho de 1983 voltando ao cargo a diretora Guiomar Souza Góes. (GÓES, 1973, p.20).

Esta citação foi retirada do manuscrito da professora Guiomar Souza Góes, de 1973. Neste texto, a professora relata como se tornou diretora e a importância do curso realizado tanto por ela, professora Guiomar, quanto pela professora Maria Dagmar que, no 1º semestre de 1967, era diretora do Grupo Escolar Cícero Bezerra, sendo que durante o curso a professora Guiomar teve um desempenho mais favorável e por isso foi convidada a assumir o cargo de diretora, substituindo a professora Maria Dagmar. Esta situação tornou a relação das duas insuportável e, a partir disso, um muro de intrigas se ergueu, e mesmo trabalhando juntas não conseguiram conviver amigavelmente. Tais tipos de disputas se somam a outras e, por certo, fazem parte da estrutura do corpo educacional do sertão sergipano.

Capítulo três

O FAZER-SE PROFESSORA NO ALTO SERTÃO SERGIPANO

A rede elementar de ensino estava crescendo rapidamente, embora de modo insuficiente para absorver a demanda potencial. Esse crescimento ocorria evidenciando a interferência dos interesses políticos locais na aplicação dos recursos provenientes do Fundo Nacional do Ensino Primário, caracterizando um grande desperdício da ajuda federal. Entre 1946 a 1958 chegaram a ser construídas 15 mil unidades escolares e essa construção manteve a predominância de escolas rurais sobre os grupos escolares das zonas urbanas. Em decorrência, surgia um grande número de cargos de professores primários, disputados e negociados pelos políticos locais e ocupados por professores leigos em grande maioria. Esses professores leigos ganhavam experiência e, ao final de um mandato eletivo, se a oposição vencias as eleições e assumia o governo, eram demitidos e substituídos por outros professores leigos. (NUNES, 2000, p.110).

Para Clarice Nunes (2000), a expansão do ensino no Brasil ocorreu de forma quantitativa e não qualitativa, no decorrer do século XX, uma vez que investiram mais em construções de prédios escolares, do que na formação dos professores. Este impasse trouxe um comprometimento na formação dos professores e dos alunos. Isso pode ser observado na construção histórica da educação de cada estado brasileiro, inclusive em Sergipe. Segundo Nunes Mendonça (1958), a educação básica no Estado de Sergipe em 1955 dispunha de uma quantidade pequena de professores formados atuantes⁴⁵, ou seja, o autor percebeu que vinha decrescendo o número de professores diplomados exercendo o ofício. Um dos fatores preponderantes para o quadro era o baixo salário. Assim, os poucos que tinham o magistério não se dispunham a exercer a profissão. Vale lembrar que, até 1930, só existia a escola Normal Rui Barbosa para formar professoras no Estado de Sergipe, mas ainda na década de 30 surgiram outros centros de formação pedagógica: Colégio Nossa Senhora de Lourdes, em Aracaju, Colégio Imaculada Conceição, em Capela, todos possuindo internato e, em 1940, a escola Normal Murilo Braga, em Itabaiana (MORAIS. Relatório, 1985, p. 16-17). Assim, apesar do número de normalistas crescerem no âmbito estadual, o processo de diminuição do salário do professor inibiu um número relevante de normalistas a exercerem a função, já que a título de exemplo, segundo Mendonça (1958, p. 158), “Em 1945, o ensino estadual contava

⁴⁵ Professores diplomados. O baixo salário pago aos professores inibiu muitos formandos, sendo assim, havia poucos dispostos a assumiram a profissão.

com 73,2% de professores normalistas, o municipal com 13,0% e o particular com 56,9%. Em 1955, o quadro era o seguinte: ensino estadual: 40,2%, ensino municipal: 11,1% e ensino particular: 50,9%”.

Tabela 7– Salário dos professores do Estado de Sergipe comparado ao do Juiz de Direito nas décadas de 1930 a 1980⁴⁶

1930	O professor primário 43,55% do ordenado do Juiz de direito.
1945	O professor primário 22,22% do ordenado do Juiz de direito.
1955	O professor primário 12,50% do ordenado do Juiz de direito.
1960	O professor primário 9,09% do ordenado do Juiz de direito.
1980	O professor primário 8,16% do ordenado do Juiz de direito.

Fonte: MORAIS, Gizelda Santana (Coord.). Relatório. Aracaju, 1985, p. 17.

A tabela acima demonstra com nitidez a diminuição dos valores recebidos pelos professores, que ao longo das décadas sofreram um corte brusco e desmotivador. Sendo assim, Mendonça (1958, p. 158) afirmou que: “Os normalistas diplomados, em geral, não se interessam pelo magistério, tão mal remunerado é essa profissão em Sergipe”. Os baixos salários pagos em 1955 ao profissional da educação alteraram o ideal das moças sergipanas da classe média, que voltaram suas aspirações para os “cargos federais e autárquicos” (MENDONÇA, 1958, p. 158). Assim a classe pobre teve a oportunidade de fazer o magistério, já que as vagas, outrora preenchidas pela classe média, estavam ociosas, conforme Morais (1985, p. 17): “Em 1955, num levantamento feito, um dos raros conhecidos, frequentavam a Escola Normal 80% da classe pobre, e apenas 20% da classe média. Em 1965, 77,11 da classe pobre, 21,69 da classe média e 1,20% da classe superior”.

O número de professores do sexo feminino aumentava em detrimento ao masculino, conforme o Anuário Estatístico do Brasil (1961, p. 357), o qual faz uma regressão para o ano de 1959 e enumera o total de 1.864 docentes do Estado Sergipe, sendo 33 homens e 1.831 mulheres. E isso já era perceptível em 1933, de acordo com a Sinopse Estatística do Estado N.1 de 1936, o documento faz também uma regressão ao ano de 1933 e afirma que o Estado de Sergipe tinha 735 professores, sendo 135 do sexo masculino e 600 do feminino. Dado a repulsa do sexo masculino em se formar professor na época, ganhando o mísero salário, isso favoreceu para que esta função passasse a ser realizada pela mulher. A feminização da

⁴⁶ Segundo a professora Dra. Ada Augusta Bezerra a pesquisa foi feita por um grupo de investigadores, entre eles a professora Maria Thétis Nunes.

educação não foi um fenômeno que se deu apenas em Sergipe, mas em todo o Brasil, devido aos baixos salários pagos a um professor do ensino primário. Conforme Souza (1998), a substituição do sexo masculino, na educação primária, pelo feminino foi fruto de um processo que se iniciou no século XIX. Desde esse momento a atuação da mulher no campo educacional ganhava espaço e notoriedade. Elas finalmente encontraram uma profissão que a “sociedade patriarcal” aprovava. Isso porque o ensino primário tratava da educação elementar das crianças, e as mulheres teriam, pretensamente, mais paciência e amabilidade com as crianças, devido ao sentimento maternal. Mesmo as educadoras ganhando pouco, era uma oportunidade para o sexo feminino despontar no mercado de trabalho, mostrando seus atributos. Corrobora com esta análise Souza, quando afirma:

A utilização do trabalho feminino no campo da educação vinha ganhando força em toda parte no final do século XIX, tendo em vista a necessidade de conciliar o recrutamento de um grande número de profissionais, para atender a difusão da educação popular, mantendo-se salários pouco atrativos para os homens. Em compensação, viria a se constituir num dos primeiros campos profissionais “respeitáveis” abertos à atividade feminina para os padrões da época. (SOUZA, 1998, p. 51).

O déficit de professores no Estado de Sergipe, decorrente da resistência dos profissionais diplomados, contribuiu para que pessoas sem a formação adequada atuassem enquanto professores. Em 1955, como acentua Mendonça (1958):

Segundo dados (sujeitos a retificação) colhidos no Serviço de Estatística Educacional militam em Sergipe no ensino público e particular, presentemente, apenas 470 professores diplomados. O número de leigos atinge a cifra de 970 professores, ou seja, em termos percentuais, 67,3%, o que representa índice bem alto de improvisação, e assume caráter de gravidade, pois esse professorado leigo, na sua maioria, é composto de incapazes, semi-analfabetos e desinteressados, que vêm no magistério somente o ganha-pão. (MENDONÇA, 1958, p. 158).

O baixo salário pago ao professor desencadeou problemas que afetaram diretamente a qualidade da educação: professores desqualificados e desmotivados, evasão, repetência e a falta de professores para assumir as vagas, principalmente no interior do Estado. A população rural padecia sem ter quem os ensinar, na tabela abaixo é possível observar que, no período de 30 anos, o processo de alfabetização na região campesina do Estado de Sergipe se deu de

forma lenta, o número alto de homens e mulheres analfabetos revela as dificuldades da política educacional para adentrar na região rural.

Tabela 8 – Alfabetização da população rural de 1950 a 1970

Ano	TOTAL		Sabem ler e escrever		Não sabem ler e escrever	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1950	176 601	184 580	32 788	30 334	142 813	154 240
1960	187 218	192 974	43 934	45 188	143 284	147 786
1970	197 303	200 301	46 549	49 243	148 788	148 998

Fonte: Censo Demográfico: Estado de Sergipe, 1950 (p.19); 1960 (p. 131); 1970 (p. 25).

A interferência política na educação era constante, a maioria das professoras no sertão era indicada por líderes políticos. Tal prática se perpetuava em Sergipe desde a primeira metade do século XX. Segundo Mendonça (1958, p. 115) “[...] o número de professores incapazes, admitidos pelo favoritismo, supera o de professores diplomados ou de leigos competentes”. Assim, o recrutamento da equipe docente ficava a mercê de políticos que beneficiavam seus afilhados, enquanto desfavoreciam o grupo rival. Nestes “favores”, por certo, não era considerada a qualificação dos profissionais que contratavam. Sobre isso expõe a professora Maria Lima:

Nós ficava trabalhando, plantando... fazendo nossas plantações e tudo trabalhando, colhia algodão, enfim, né? Então, quando foi no certo tempo, aí o senhor Zezé disse: - compadre Sabino, ele era político e nos ajudava muito, ele aí disse: - eu tenho um presente aqui pra dar a um dos seus filhos. Ele disse: - E o que é? - Eu vou querer um dos seus filhos, vai ensinar em Oricurizeira. - Qual deles? - Ele disse: - tanto faz, qualquer um, tanto faz homem ou mulher. Aí ele procurou logo Zé que era o mais velho, aí ele disse: - Eu não quero, não, pai. E você Elizabete? Ela disse: - não, ela já estava namorando com compadre Aluizio. E você Maria? - Eu disse: quero. Eu só tinha a 3ª série, aí tudo... enfim, comecei ensinando. Aí eu disse: - outra coisa, tem uma opção, eu não aceito lá na Oricurizeira, lá no finado Edison Gomes que ficava ali (aponta) onde tem aquela igreja ficava mais pra dento onde tem esse terreno. Quem comprou foi Naldo meu irmão. Era nesse local, ele disse: - eu não aceito. Pai disse: aceito sim, se for na casa de minhas filhas ou de Lia ou de Tarsila, aí ele concordou. (Maria Lima Santos Aragão, 2012).

A má distribuição das escolas públicas na região do sertão era outro fator revelador. Enquanto uns povoados tinham duas escolas, outros nada possuíam. Isso porque as escolas

eram organizadas segundo as intenções dos líderes partidários e mantidas nas residências dos afilhados. Estas práticas, acompanhadas dos problemas do próprio campo em termos de implantação de escolas e qualificação docente, desfavoreciam o processo de instalação das escolas de forma organizada e conforme a necessidade da comunidade. Assim, muitas crianças tornaram-se vítimas da intervenção partidária, ficando sem ter como estudar. As que tiveram acesso, por sua vez, adaptavam-se aos espaços escolares improvisados e aos métodos próprios de cada professora.

Para Zago (1980):

Em convênio com os Estados, o INEP previa a instalação de unidades escolares onde elas não existissem ou fossem precárias. No entanto, as recomendações técnicas quanto à instalação das escolas não foram observadas, uma vez que interesses tomavam parte na localização das escolas dando preferência para as suas respectivas zonas eleitorais. Essa interferência continuou até meados dos anos 50, quando mudou a direção do INEP. Através da administração de Anísio Teixeira, foram determinados critérios puramente técnicos para localização das escolas. A essa nova orientação passou a reagir deputados e senadores a esta reação se fez através da política de negociações diretas no Congresso entre os representantes dos Estados, que passaram a discriminar, no orçamento, a localização das escolas, retirando do INEP o poder de decidir sobre elas. Tal situação se manteve durante algum tempo até que o Ministro da Educação, percebendo o poder de barganha que adviria da concentração das decisões sobre o assunto, negociou com os membros do Congresso tal concentração passando a escolha dos locais para a construção de escolas a ser feita através do Gabinete do Ministro. (ZAGO, 1980, p. 21).

As constantes remoções que aconteciam devido à rivalidade política, também são um aspecto que deve ser evidenciado na história da educação em Sergipe, especialmente no sertão. Por conta das brigas políticas os educadores conviviam num clima tenso e vingativo. Muitas escolas fecharam as portas porque os administradores transferiam as professoras para lugares distantes, com o objetivo de prejudicá-las, mostrando o seu poder. As brigas “inflamavam” a educação, trazendo prejuízos irremediáveis, pois educandos e educadores foram privados de seus direitos pela influência política partidária. Como ressalta Mendonça, em 1956:

A propósito, citaremos um fato: Certa professora, pessoa capaz e dedicada, confessou-nos que sofrera remoção, há alguns anos, por haver levado um dos seus alunos, que adoecera subitamente, em plena aula, ao único médico existente na cidade; e isso porque o clínico era simpatizante do partido oposicionista. (MENDONÇA, 1958, p. 116).

Corroborando com tal informação e desvelando os atos esdrúxulos de perseguição política que também ocorreram no alto sertão sergipano, expõe, de modo muito depreendido, a professora Dagmar:

Eu fui uma das professoras mais perseguidas dessa terra. Entrei com 18 anos, em 1948, e trabalhei quatro anos na Prefeitura. Veio um prefeito que não queria eu na prefeitura. Naquela escola, eu era muito querida. Olhe, eu plantei tanta planta, dividi uma parte do terreno, fiz um jardim, uma horta, uma parte para plantar milho, e ainda tive a ousadia de plantar frutas. Na entrada da escola, eu plantei quarenta pés de rosas com mudas que a comunidade me mandava. [...] Mas, quando veio a política, maldita política... Quando ganhava um político contrário à minha família... Uma vez, me mandaram um bilhete dizendo: – Olhe Dona, você se prepare que você vai sair pela pista com as carteiras nas costas, com a sua bondade e seu egoísmo! Eu sei que eu tive de voar. Não vou negar. Lembro que eu plantei um pé de bambu que cresceu e ficou tão bonito! Quando eu recebi esse recado, eu botei um litro dicuada e o pé de bambu começou a murchar. Porque eu pensei: não vou deixar meu bambu para eles! Aí, os alunos perguntavam: – Dona Dagmar o que tem o pé de bambu? Tanto cuidado que a senhora tem e ele está ficando tão amarelo! Então eu dizia: – Sabe meninos [...] É porque eu vou sair daqui e ele está com sentimento.”(Maria Dagmar Menezes, 2012).

Quando o grupo político rival da família da docente Dagmar assumiu o poder, ou seja, a liderança política da cidade, logo iniciou a perseguição política, além de enviar um bilhete sobre sua suposta saída da instituição, o que não tardou em ocorrer, conseguiu transferi-la para Tomar do Geru, ao sul do Estado. O pai da jovem, na época, não permitiu que ela fosse para tão longe, já que ele não estava em condições de acompanhá-la, pois estava doente. Ela acatou a ordem do pai e ficou desempregada. Ao sair da Escola Rural com tristeza e muitas saudades, matou o Pé de Bambu para não deixar para a professora que iria substituí-la. Durante quatro anos não lecionou, aguardando um concurso e outra oportunidade para entrar no Estado. Em 1963 passou a trabalhar no Grupo Escolar Cícero Bezerra, na cidade de Nossa Senhora da Glória.

A história educacional contada pelas sertanejas corrobora com as informações oficiais e também revela as dificuldades para encontrar profissionais da educação nas cidades do sertão de Sergipe. Assim, podemos fazer um paralelo entre os registros documentais que descrevem a situação do ensino e o relato das professoras que foram alunas e se tornaram professoras. Um aspecto ainda não considerado ao analisar a educação escolar do sertão

sergipano é o fato de o ensino ser interrompido pela saída das professoras que, por questões financeiras, familiares e/ou partidárias, muitas vezes eram obrigadas a renunciar ao cargo ou pedir transferência para outro local. A pouca duração das professoras nas escolas do sertão foi um problema que afetou diretamente o processo da aprendizagem, a professora Maria Marlete Silva Andrade (59 anos) estudou na década de 60, na cidade de Nossa Senhora de Lourdes/SE, e intitulou este fato de “educação de prestação”. O ensino era parcelado, fato que gerou a repetência e evasão escolar. Sobre esse aspecto, relata Maria Marlete:

A gente não tinha escola por sequência. Eu comecei estudar a alfabetização... aí passava um tempo para aparecer outra professora que continuasse, e assim eu vim fazer minha 2ª série já depois de muito tempo que eu fiz minha 1ª série, nem era 1ª série que eles chamava. Estudava com o livro chamado Primeiro Livro e Segundo Livro. Você lia e escrevia aquele texto, para treinar a caligrafia. Era sempre assim: você escolhia aquele texto e copiava no caderno. Ali você aprendia escrever e fazer sua caligrafia melhor. A gente estudava dessa maneira. (Maria Marlete Silva Andrade, 2012).

Na cidade de Nossa Senhora de Lourdes/SE, como relata a professora Maria Marlete, as crianças tinham vontade de estudar, mas a ausência da professora tornava os dias – que eram para serem letivos – vazios e ociosos. O anseio de aprender a ler, escrever e contar era evidenciado no processo de espera dos dias, que se tornavam meses ou até mesmo semestres inteiros. Aprender gradualmente é uma coisa, mas parcelado é totalmente diferente como afirma a professora Maria Marlete. Ela experimentou este tipo de educação formal e mencionou o quanto foi difícil perseverar para não desistir. Marlete tinha como alvo concluir o ensino primário e mesmo mediante o transtorno que se tornou a espera por uma professora, conseguiu atingir os seus objetivos e posteriormente tornou-se professora na comunidade.

Conforme o Plano Estadual da Educação e Cultura da Secretaria de Educação e Cultura (1970, p. 30): “Não é tanto por falta de pessoal habilitado que temos 50% de professorado leigo no ensino estadual. Fator básico é o salário oferecido ao professor primário, não motivando o deslocamento de pessoal de Aracaju para o interior”. Deste modo, muitas escolas do interior do Estado de Sergipe permaneciam fechadas por falta de professores que se habilitassem a ensinar nestes lugarejos onde não havia rodovias, eletricidade e outros confortos ligados à modernidade, além disso, os salários eram tão baixos que desestimulavam os profissionais habilitados. Assim, foram aproveitadas jovens dos

municípios, que sabiam ler, escrever e contar, com o objetivo de preencher as vagas ociosas. Como se observa no documento:

Sergipe vem de há muito sofrendo este problema. Sem possibilidades de oferecer salários capazes de motivar os egressos dos cursos pedagógicos a ingressar no magistério para servir no interior, muitas escolas não tiveram condições de abrir as suas portas para receber a população em idade escolar. Basta citar o fato de que até julho, num total de 60 municípios, 140 salas de aula permaneciam fechadas por falta de professores. O esforço feito para preencher estas vagas, oferecendo-se melhores condições salariais, através de contrato, não foi suficiente para resolver o impasse. Conseguiu-se preencher 52 vagas, mas com pessoal na sua maioria não devidamente qualificado, isto é, possuindo apenas o ginásio. (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 1970, p. 9).

Ainda conforme a Secretaria de Educação e Cultura (1970):

Nesse aspecto, a realidade atual deixa muito a desejar. Para o ensino primário, o Estado conta presentemente com 1.304 professores com formação pedagógica, sendo 1.293 efetivos e 11 contratados. Ao lado desses, existem 1.097 efetivos e 247 contratados, sem formação pedagógica, num total de 1.344, muitos dos quais estão a seguir cursos de preparação ao exame de madureza ou cursos de formação de regente de ensino. Isto significa porém, que metade do professorado primário não tem curso especializado, encontrando-se ainda professoras sem o curso primário concluído. (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 1970, p. 30).

Assim, foi por causa do baixo salário e da conseqüente resistência dos/as diplomados/as que 21 sertanejas se tornaram professoras no alto sertão. Mulheres que marcaram a vida dos filhos de lavradoras que, como elas, numa época difícil, conseguiram fazer parte da minoria dos alfabetizados. O analfabetismo triunfava na terra da caatinga e a escola era espaço de poucos. A fome, a seca e as ideias, que privilegiavam a busca por alimento em detrimento da escolarização, que vigoravam à época, não favoreciam o crescimento da escolarização formal. O sertanejo nas décadas de 50 a 70 enfrentou tempos difíceis, mas percebeu o aumento gradual/lento de escolas isoladas, rurais e grupos escolares, mesmo que algumas destas instituições permanecessem fechadas por falta de professores. Tal fato já era um indicador de mudança, visto que os “velhos” olhavam para o passado próximo e observavam que nunca viram ou entraram numa escola, pois na sua época de infância o ensino era pago pelos próprios pais que tinham condições de custear um “professor ambulante”, conforme conta Helena Guilherme da Silva Santos.

3.1 Cursos de treinamento e aperfeiçoamento para professoras “leigas”⁴⁷

A realidade do quadro educacional das professoras da zona rural demandava ações que pudessem melhorar consideravelmente a atuação da professora, sendo assim, políticas públicas foram pensadas para dar conta da habilitação do corpo docente. Isso porque os que existiam não tinham condições de reduzir o impasse dos problemas existentes, a exemplo da pouca frequência dos alunos em sala de aula. A não formação professoral adequada também era um fator desfavorável para esta situação, embora não se pudesse negar a contribuição dos professores “não titulados”, visto que suas coragens, somadas à necessidade da região, as fizeram professoras. Tais características foram, por certo, de suma importância para o processo de expansão da escolarização no sertão sergipano, apesar das restrições do saber ministrados por elas. Sobre isso, avalia Calazans:

Avaliações do sistema educacional vigente no campo tendem a associar a professora rural ao fracasso da escola pública, desmerecendo o fato de que em determinados contextos é ela que ainda salva a escola pública. A maioria dessas análises [sic] partem de pressupostos pedagógicos que não contemplam a totalidade do movimento social. Afinal, o fracasso generalizado da escola pública na maioria das regiões brasileiras ocorre nas salas de aula em que lecionam professoras formadas nos moldes pedagógicos que regem as estruturas da escola tradicional. (CALAZANS, 1993, p. 44).

Para Calazans (1993) o fracasso escolar no campo não estava atrelado à formação das professoras, mas ao sistema educacional brasileiro. De acordo com ele (1993):

Dessa forma, as professoras rurais encontram lócus favoráveis à produção de saber social diversificado, ou seja, tornam-se sujeitos de práticas pedagógicas heterogêneas. Evidencia-se o saber social elaborado para além do espaço escolar, ou seja, em processo educativo diferenciado daquele propiciado pelos instrumentos básicos do saber sistematizado. (CALAZANS, 1993, p. 47).

Mesmo com a efervescência dos debates sobre o processo de melhoramento da educação rural, muitos atribuíam ao diploma uma expectativa para além da formação prática

⁴⁷ Professoras não tituladas, ou seja, que não tinham formação adequada para atuar como professoras, mas pela falta de profissionais diplomados assumiram a cadeira de professoras.

do professor, pois o fracasso do sistema escolar envolvia questões que não eram somente da alçada do professor. Visto que o professor é apenas uma partícula que compõe o sistema, sendo assim cada parte do universo escolar designa uma função importante, já que elas estão interligadas. Deste modo, é requerida uma análise sobre a função de como cada um participante deste universo estava desenvolvendo a sua prática.

Com relação à capacitação dos professores leigos do sertão sergipano, a Secretaria da Educação e Cultura do Estado de Sergipe, os municípios e o Projeto Rondon trabalharam, em parceria, com objetivo de viabilizar cursos para qualificar o corpo docente não titulado que, no caso em análise, era constituído de professoras. O convite para “formação continuada” chegava via correio nas residências das professoras. Neste documento, o governo apresentava os cursos, os benefícios de quem aderisse e a situação de quem optasse por permanecer sem formação. As professoras que se interessavam preenchiam o formulário, faziam o curso e aguardavam o melhoramento salarial, através da elevação de nível. Aquelas que não optassem pelo treinamento e/ou aperfeiçoamento permaneceriam ganhando a mesma quantia, como foi o caso da professora Maria Amélia Vieira Lima (83 anos). Deste modo, as professoras “leigas” conseguiam concluir o ensino primário, secundário e finalmente realizar, via supletivo, o curso de magistério. Sobre as dificuldades enfrentadas para fazer o curso, rememora a professora Maria Luiza Barbosa da Silva:

Muitas vezes, a gente saía de lá um montão... uma turma de Sítios Novos e outra turma de Santa Rosa. Eu me lembro que na época era Zenaide, era a finada Juliene... A gente vinha a pé de Poço Redondo, ia, chegava lá em Sítios Novos, vinha... quando chegava ali mais ou menos em Queimada Grande, aí passava o caminhão, era o caminhão de areia. Às vezes era de carvão e a gente pedia uma carona e aí vinha em cima [do caminhão] para poder chegar em Sítios Novos e de Sítios Novos vinha pra cá de novo a pé... concluí. Fiz assim esse curso, né? Para concluí o 2º grau... e... concluí só. (Maria Luiza Barbosa da Silva, 2012).

Para fazerem seus cursos, as professoras faziam as malas, compravam colchonete ou “cama de campanha” (cama feita de mola que abre e fecha) para dormir nos alojamentos e, assim, de “arrumação pronta”, enfrentavam a caminhada a pé, a cavalo, e, às vezes, de carona até os pontos de ônibus, para fazerem o curso na cidade escolhida pela Secretaria da Educação. A proposta do governo do Estado de Sergipe não custeava o deslocamento das professoras, a maioria residia em povoados e por isso a trajetória de ida e volta para casa era uma aventura. Sendo assim, algumas não conseguiram romper com o desafio da longa

caminhada nas estradas de chão do sertão e desistiam, outras, mesmo vivendo o dilema da falta de transporte, se mantiveram focadas no objetivo de obter mais conhecimento e receber aumento salarial, conta a professora Maria Luiza Barbosa da Silva.

O Quadro 7 contém a lista dos cursos promovidos e que constam nos certificados fornecidos pelas professoras entrevistadas que somam como já anunciado um total de 21 professoras.

Quadro 7– Cursos realizados pelas professoras do alto sertão, nas décadas 1950 a 1970

Cursos	Década	Cidade	Quant. das prof. ^a entrevistadas que cursaram:
1º Curso de Treinamento para Professoras Rurais	1950	São Cristóvão	4
Curso de Treinamento e de Preparação para Diretores de Grupos Escolares.	1960	Aracaju	2
Curso Intensivo de Aperfeiçoamento de Professores Primário.	1960	N. Sr. ^a das Dores	2
Curso de Aperfeiçoamento do Magistério Primário	1960	_____	3
Curso de Treinamento para Professores Primários não titulados, no período de 25/06 a 22/07/1969	1960	_____	3
Certificado de frequência da IV Semana Pedagógica, no período de 30/09 a 4/10/68.	1960	N. Sr. ^a da Glória	1
Curso de Cultura Geral para Professores não Titulados. Período 07/02/73 a 03/03/73.	1970	Estância	2
Curso de Treinamento de Educação Integrada, Convênio S/MOBRAL em Aracaju, realizado no período de 21/01 a 25/01/1974.	1970	_____	2
Curso de Atualização Didática para professores de 1ª à 4ª séries de 1º Grau.	1970	N. Sr. ^a da Glória	1
Curso de Atualização Ortográfica.	1970	N. Sr. ^a da Glória	1
Certificado de participação do 1º Curso de Atualização em Métodos e Técnicas para Professores da 1ª à 4ª série.	1970	Gararu	1
Curso de Cultura Geral-Preparação para Exames de Madureza, no período de 12/01 a 21/02/70.	1970	_____	4
Treinamento p/ Coordenadores de Órgãos Municipais de Educação.	1970	Aracaju	1
Curso de Reciclagem para Professores Leigos de 1º	1970	Poço	1

Grau.		Redondo	
Curso de Datilografia.	1970	Aracaju	1
Curso de Orientação Pedagógica	1970	Monte Alegre de Sergipe	1
Projeto Rondon - Curso de Treinamento para Professores Primários	1970	Monte Alegre	1
Curso de Estudos Adicionais	1970	Pão de Açúcar	1

Fonte: Certificados das professoras entrevistadas. Autoria: Cacia Valeria de Rezende.

Tais cursos de qualificação exigiam das professoras uma dedicação que ia além daquela despendida em sala de aula, visto que as docentes estudavam novos conteúdos e o capital cultural delas era muito baixo. Segundo Maria Lima Santos Aragão (71 anos), professoras de municípios diversos eram alojadas em escolas, o grupo era dividido em várias turmas (A, B, C, D), e cada turma ficava em uma sala específica. Lá elas permaneciam no período das férias, com o direito de retornar para casa apenas nos finais de semana. A rotina do dia a dia, neste espaço de construção de saber, era intensa. Conforme a professora Valdete Alves Oliveira (83 anos), as professoras tinham horário para acordar, realizar as refeições, estudar e até dormir. No horário dos intervalos algumas revisavam o conteúdo, outras contavam piadas, brincavam ou organizavam o quarto em que estavam alojadas e, para as mais sonolentas, logo após o almoço, poderiam se dedicar ao sono. A professora Valdete relembra o cotidiano: “A gente acordava 6h para enfrentar a fila do banheiro, pois às 7h da manhã o café era servido, já que as aulas começavam às 8h e terminava 11h. À tarde iniciavam às 14h até 17h e às vezes os professores para completar a carga horária ministrava aula à noite”.

Na década de 1950, o único curso mencionado pelas professoras foi o “Treinamento Rural”, e apenas quatro delas participaram (Quadro7). Jovens alfabetizadas das diversas comunidades interioranas foram “convidadas” por políticos para fazerem o “Treinamento Rural” no “Colégio Agrícola Benjamin Constant”, na cidade de São Cristóvão, com o objetivo de assumir “as cadeiras” nas escolas rurais espalhadas na área campesina do Estado de

Sergipe. Na Escola Agrícola, as garotas receberam o conhecimento pedagógico e da agricultura, aprenderam técnicas de plantar e de manuseio das sementes, visto que as políticas públicas foram pensadas e voltadas para atender ao homem/mulher do campo. Isso porque havia uma preocupação com o processo de migração da população rural para os grandes centros industriais do Brasil e por isso usaram a estratégia de ensinar tais tipos de conhecimentos com vistas a trabalhar a vida no campo, com o intuito de inibir o êxodo dos retirantes. Foi por este receio que construíram escolas na região do sertão, como descreve a professora Maria Auxiliadora Melo de Britto (65 anos) acerca da escola rural de Canindé do São Francisco, sobre a qual pesquisou:

Construída na década de 1940, na Velha Canindé, a Escola Rural, funcionava apenas com uma sala de aula e uma área coberta que separava da residência do professor. Era difícil trabalhar nessa época, praticamente sem material didático e com apenas um professor, que lecionava da 1^a à 4^a série, num único horário e na mesma sala. (Maria Auxiliadora Melo de Britto, 2012).

Assim, com o intuito de treinar os/as professores/as existentes com vistas à implantação de escolas na zona rural é que o referido curso foi pensado no sertão. E das 21 professoras entrevistadas, apenas quatro delas passaram pelo curso de formação para atuar nas escolas rurais. A dificuldade de encontrar pessoas disponíveis para fazer o curso, a falta de transporte e os baixos salários podem ter sido fatores impeditivos para a não assistência. Mas contrariando o que poderia ser um determinante, as professoras Valdete Alves Oliveira (Escola Rural Monte Alegre), Maria Dagmar Meneses (Escola Rural Povoado Alto da Glória), Evanilde Lima Santos (Escola Rural Povoado Angico) realizaram o treinamento e foram convidadas a assumir a “cadeira” nas escolas rurais, e apenas a professora Iraci Dias de Almeida Couto permaneceu ensinando na Escola Isolada do Povoado Oricuri. A não participação no curso por outras professoras, entretanto, não impediu suas nomeações para assumirem as cadeiras criadas, pois com ou sem curso elas ensinaram o que sabiam.

Sobre este movimento criado pelos que pensavam a ampliação do campo da educação, assim analisou Leite:

As discussões sobre a educação, acontecidas na década de 1930, serviram de base para as proposições que surgiram em meados da década de 1940, pois, terminada a II Guerra Mundial e, em conformidade com a política externa norte-americana, criou-se a CBAR (Comissão Brasileiro Americana de Educação das Populações Rurais), que tinha por objetivo a implantação de

projetos educacionais na zona rural e o desenvolvimento das comunidades campestres, mediante a criação de Centros de Treinamento (para professores especializados que repassariam as informações técnicas aos rurícolas), a realização de Semanas Ruralistas (debates, seminários, encontros, diante-campo etc.) e também a criação e implantação dos chamados Clubes Agrícolas e dos Conselhos Comunitários Rurais. (LEITE, 1999, p. 31-32).

A Escola Agrícola Benjamin Constant, instalada no município de São Cristóvão/SE ofertou cursos de treinamento para professoras da zona rural:

Figura 6– Turma de Professoras que fizeram o Curso de Treinamento Rural, realizado no Colégio Agrícola Benjamin Constant, em São Cristóvão, no ano de 1956.



Fonte: Arquivo particular de Valdete Alves Oliveira. Autoria não identificada.

Podemos observar, através das setas na fotografia, a presença de três professoras já mencionadas. A professora Valdete Alves Oliveira está atrás do secretário da educação, Fernando Mendonça; a professora Iraci Dias de Almeida Couto, que está na última fila e é a terceira jovem da direita para a esquerda; e a professora Evanilde Lima Santos é a terceira jovem da primeira fila da direita para a esquerda. Esses cursos eram disponibilizados desde a década de 1950, conforme a Mensagem do Governador José Rollemberg Leite, (1950, p.46):

Trata-se de estabelecimentos de condições Pedagógicas admiráveis, já pelas suas acomodações que abrangem até residência de diretor, mas ainda pela disposição de todas as dependências e instalações modernas. Dispõem de uma área de cerca de dez mil (10.000) metros para as práticas de cultivo. Como as escolas típicas rurais, serão providos de pessoal especializado, que se preparou em curso de formação e aperfeiçoamento rural, ministrado por técnico agrícola, neste Estado. (LEITE, 1950, p. 46).

Vale ressaltar que o curso intensivo de educação rural surgiu no ano de 1949, as alunas permaneciam 56 dias na Escola Agrícola Quissamã e eram ministradas aulas de: “Agronomia Geral e Especial – Zootécnica Geral e Especial – Horticultura Geral e Especial – Avicultura Pomicultura – Combate às doenças e pragas das plantas cultivadas – Tecnologia – Jardinocultura – Palestras sobre organização e finalidades dos Clubes Agrícolas” (LEITE, 1950, p.54). Conforme a Mensagem do Governador José Rollemberg Leite “somou 64 com um aproveitamento em média de 69, tendo sido 8 reprovadas.”.

Constituiu o Curso Intensivo de Educação Rural a 1º fase deste serviço no ano a findar-se.

Este ano foi preparada a 2ª turma de professores rurais que irão reger as Escolas recém construídas.

O Curso Rural destina-se ao preparo agro-técnico das mestras rurais. Nele, as educadoras se familiarizam com o ensino técnico e prático das ciências agrônômicas.

O Curso de 1949 teve a duração de 56 dias, tendo sido ministradas 56 aulas teóricas e 24 aulas práticas. (LEITE, 1950, p. 54).

Em Sergipe, mais precisamente na região do sertão, como fruto desse curso, a professora Valdete montou, em 1957, na Escola Rural de Monte Alegre de Sergipe, o Clube Agrícola, composto pelos alunos do sexo masculino e feminino. Ela e os alunos fizeram uma horta na própria instituição escolar e desenvolveram o trabalho destacando, para a comunidade, a importância da terra, da natureza e das técnicas de plantação, tendo em vista tornar o campo um lugar produtivo. O envolvimento dos alunos e da comunidade em geral tornava o trabalho de preparar a terra e plantar, um ambiente de troca de informações e construção de saber, segundo a professora Valdete. Esta experiência se revelou muito rara na região. De uma maneira geral, a maioria das professoras que atuavam como docentes das escolas rurais não receberam treinamento rural, e por isso não trabalhavam com hortaliças, legumes e nem com as técnicas de cultivo da terra, mas apenas com a leitura, escrita e as quatro operações, descaracterizando o currículo inicial da Escola Rural que era viabilizar o melhor conhecimento acerca do campo. Sobre isso expõe, em Mensagem, o Governador do

Estado de Sergipe, Arnaldo Rolemberg Garcez (1952, p. 29): “Como sabeis, é grande o número de professores primários não devidamente habilitados, cujo recrutamento decorreu do império das circunstâncias”.

Nas décadas de 1960 a 1970, porém, os cursos de formação se multiplicaram. A oportunidade de realizar cursos de aprimoramento ou até mesmo a chance de concluir o magistério, pelo supletivo, cresceu, mas mesmo assim muitas professoras permaneceram apenas com o ensino primário e, às vezes, até incompleto, como é o caso das professoras Josefa Marques dos Santos, Maria Amélia Vieira Lima e Iraci Dias de Almeida. Tal como elas, outras docentes sertanejas também permaneceram à margem do processo de formação continuada. Mas aquelas que aderiram ao chamado do Estado e se “formaram” não conseguiram alavancar a educação e a escolarização do sertão de maneira satisfatória, pois havia outros fatores, a exemplo da falta de materiais didáticos, acompanhamento pedagógico, espaços educativos adequados, bem como as próprias condições dos educandos, que dificultavam o processo de ensinagem. Assim, embora o resultado final da formação das professoras não tenha alcançado todos os objetivos esperados, já que o currículo de disciplinas não foi planejado conforme a realidade dessas docentes, houve um processo de mudança e, em longo prazo, o sentimento de esperança de melhoramento não apenas na formação do professor, mas do sistema de ensino rural.

3.2 Vidas que se cruzam, no caminho: a docência

A sexualidade definia os papéis e responsabilidade entre homens e mulheres no sertão sergipano. Refém de costumes, valores e tradições, a mulher era subjugada à figura masculina, fosse a paterna ou a do marido. Sendo assim, muitos “cablocos” restringiam às jovens apenas às questões domésticas, conforme assevera Cícero Alves dos Santos (2013). Em razão disso, várias garotas foram impedidas de estudar ou até mesmo de ter uma profissão fora do lar. Enquanto outras foram incentivadas pelos próprios pais a estudar e, principalmente, a assumir as cadeiras de professora disponíveis, visto que a maioria da população sertaneja vivia em situação de pobreza entre as décadas de 1950 e 1970, e, sendo assim, o salário de professora era uma ajuda importante para complementar a alimentação da família, assegura Maria Dagmar Menezes (2012). Assim, entre os costumes e a necessidade familiar, impedidas de estudar e trabalhar ou estimuladas a assumir o cargo de professoras,

contrariando a sua própria vontade, as 21 entrevistadas citadas no Quadro 8 se fizeram professoras.

Eu fui crescendo, fui me conhecendo como gente. Eu comecei assim a sofrer preocupações ainda criança, porque eu via muitos e muitos sofrimentos. Até na minha própria casa, então eu me criei uma criança assim muito triste. Uma criança sem alegria. Fiquei mocinha e pra estudar era um sofrimento. Meu pai nunca aceitava eu estudar, como não aceitava eu ser professora. Meu pai com ignorância coitado, ele dizia: uma professora tem intimidade com todo mundo, conversa com todo mundo...não, uma professora, não podia ser uma moça. Professora dava para a vida do mundo, mas mesmo assim, eu desobedecei o meu pai, consegui o meu desejo de criança: ser professora. (Maria Dagmar Menezes, 2012).

Deste modo, a figura da professora estava envolvida em mitos, e até sob a alcunha “desavergonhada”. Isso porque, assim como o pai da professora Maria Dagmar, outros homens carregados de ideias do seu tempo e grupo social, se opuseram ao fato da filha estudar e/ou ter uma carreira fora do contexto doméstico. Estavam, assim, atrelados à tradição da sociedade patriarcal, uma vez que os costumes, valores e o conceito de moral de jovem honesta estava atado à “virgindade da moça”. Sendo assim, as garotas deveriam limitar o diálogo com o sexo masculino, e a profissão de educadora quebrava este tabu. Foi por isso que muitas delas foram proibidas de ensinar, o que não quer dizer que todas aceitaram as condições do “lar”. Deste modo, outras, tal como Maria Dagmar, transgrediram as regras familiares e, mesmo sob a penalidade de ficarem “mal faladas”, se fizeram professoras.

Enquanto Maria Dagmar desobedeceu ao pai para se fazer professora, Maria do Amor Divino Feitosa travou uma luta com a figura paterna para não assumir a cadeira de professora, ofertada por um chefe político da cidade de Porto da Folha. Porém, a pobreza em que ela e os irmãos viviam a fez aceitar o cargo, mesmo contrariando a sua vontade. Segundo a professora Maria do Amor, os primeiros meses de trabalho foram acompanhados de lágrimas, já que não se achava apta para ensinar, posto que “[...] não foi muito do meu querer esse convite, não. Porque eu não sabia me esclarecer para os meus alunos. É tão triste, não [...] então eu pedi aos meus pais, para deixar de ser professora... chorei muito”, conta Maria do Amor Divino Feitosa (2013). Desta maneira, pode-se constatar que os conflitos das professoras leigas eram internos e externos, visto que a insegurança, por muitas vezes, tentou fazer algumas dessas mulheres desistirem. Além disso, a precariedade da escola nas décadas de 1950 a 1970 na zona rural desenhava um aspecto desagradável e muito árduo. Mas, mesmo assim, as professoras

entrevistadas transpuseram o impasse da função de professora e, nas estradas de chão, a pé e a cavalo, se tornaram “missionárias da educação formal”.

As professoras e narradoras da educação no sertão são, na maioria, filhas de lavradores, descendentes de famílias desprovidas de bens materiais. E, por isso, ainda hoje dependem da pequena aposentadoria para sobreviver. A maioria delas conquistou, com o salário de professora, apenas o necessário para sobreviver. Vivem em casas simples, e aquelas que conseguiram mais que isso, foi proveniente do trabalho do marido. Deste modo, segundo Iraci Dias de Almeida Couto (75 anos) a única recompensa para confortar todos os dias de enfado e labuta nas escolas do sertão foi a história de superação de cada um dos alunos que hoje se tornaram: professor, prefeito, vereador, médico, veterinário, advogado, comerciante, dentre outras profissões. Sendo assim, a visita dos ex-alunos às residências dessas professoras são motivos de alegria e satisfação. Como rememora a professora Iraci (2013): “Hoje vem os alunos aqui, pai de neto. Uma semana dessas, veio um aqui e disse— Meu sonho era esse: dar um abraço na senhora. Se eu morresse e não desse um abraço, eu não morreria satisfeito, agora eu estou realizado. Essa é a maior satisfação para mim.” O abraço, a gratidão e o muito obrigado dos poucos alunos que se lembram das velhas professoras são, para elas, a maior recompensa, pois o seu passado sofrido marcou as histórias de vida de outros que usaram o conhecimento e projetaram um futuro de conquistas.

Até aqui, me conduziram as professoras Maria Dagmar Menezes, Maria Lima Santos Aragão, Iraci Dias de Almeida, Vitalina Silva Melo, Maria Luiza Barbosa da Silva, Josefa Marques dos Santos, Maria José Brito Ferreira, Valdete Alves Oliveira, Maria Marlete Silva Andrade, Maristela de Sá, Maria do Amor Divino Feitosa e Maria Auxiliadora Melo de Brito. A partir deste ponto, as narrativas das professoras Elenildes dos Santos, Evanilde Lima Santos, Maria Alves Pereira Texeira, Joana Dalva Amaral, Maria Amélia Vieira Lima, Maria do Socorro Feitosa Guimarães, Delfina Fernandes Alves, Claudinete Andrade Dantas e Delucia Vieira de Melo também se somam com o intuito de melhor compor o campo educacional sertanejo no tempo e espaço determinados. Assim, com o propósito de “dar a ver” as professoras entrevistadas, objeto deste trabalho, construí o quadro a seguir contendo as informações elementares sobre suas respectivas trajetórias.

Quadro 8 – Síntese biográfica de 21 professoras do alto sertão sergipano

Nº	Nomes das professoras	Cidade em que	Data de nascimento:	Religião	Estado Civil	Quantidade de
.						

	entrevistadas:	lecionou:				Filhos
01	Maria Dagmar Menezes	Nossa Senhora da Glória	09/05/1930	Católica	Solteira	—
02	Joana Dalva Amaral	Nossa Senhora da Glória	22/06/1934	Católica	Solteira	—
03	Evanilde Lima Santos	Nossa Senhora da Glória	12/06/1937	Católica	Casada	4
04	Maria Lima Santos Aragão	Gararu	21/06/1942	Católica	Casada	4
05	Iraci Dias de Almeida Couto	Gararu	29/05/1936	Protestante	Casada	13
06	Vitalina Silva Melo	Gararu	21/08/1937	Católica	Solteira	—
07	Maria Luiza Barbosa da Silva	Poço Redondo	22/11/1954	Católica	Casada	9
08	Josefa Marques dos Santos	Poço Redondo	23/06/1934	Católica	Casada	16
09	Maristela de Sá	Poço Redondo	21/12/1931	Católica	Divorciada	10
10	Maria Amélia Vieira Lima	Monte Alegre de Sergipe	21/05/1930	Católica	Casada	21
11	Maria José Brito Ferreira	Monte Alegre de Sergipe	18/06/1944	Protestante	Casada	1
12	Valdete Alves Oliveira	Monte Alegre de Sergipe	24/09/1930	Católica	Casado	12
13	Maria Auxiliadora Melo de Britto	Canindé do São Francisco	22/06/1945	Católica	Casada	5
14	Maria do Socorro Feitoza Guimarães	Canindé do São Francisco	23/09/1948	Católica	Casada	4
15	Delfina Fernandes Alves	Canindé do São Francisco	09/02/1946	Católica	Casada	5
16	Maria Marlete Silva Andrade	Nossa Senhora de Lourdes	06/06/1953	Católica	Casada	3
17	Elenildes dos Santos	Nossa Senhora de Lourdes	26/07/1954	Católica	Casada	2
18	Claudinete Andrade Dantas	Nossa Senhora de	05/09/1944	Católica	Casada	4

		Lourdes					
19	Maria Alves Pereira Texeira	Porto da Folha	da	24/09/1939	Católica	Casada	4
20	Maria do Amor Divino Feitosa	Porto da Folha	da	24/12/1936	Católica	Casada	13
21	Delucia Vieira de Melo	Porto da Folha	da	11/09/1952	Católica	Separada	10

Fonte: Entrevistas realizadas com as professoras, 2012. Autoria: Cacia Valeria de Rezende.

Tais professoras foram “moldadas” no contexto do clima semiárido, em razão disso, desenvolveram costumes em comuns, já que elas se apropriaram dos valores locais como regras para direcionar suas atitudes; para Thompson (1998, p.86) “O costume é local”. Por conseguinte, a maioria das professoras citadas no Quadro 8, era católica, e vale lembrar que as professoras que hoje são protestantes, na época que atuavam em sala de aula, ainda eram católicas, o que revela um índice significativo de católicos praticantes ou não que constituíam o sertão sergipano, haja vista aulas de religião ministradas por elas. Seja inegável o misticismo do sertanejo, já que conforme Mendonça (1958, p. 57) “Nas áreas suburbanas da Capital e de algumas cidades do interior, os batuques, os cânticos e as danças, nos terreiros, traduzem o culto aos orixás africanos, aos fetiches íncolas e aos santos católicos, num notável sincretismo religioso”, completando a assertiva Darcy Ribeiro (2006, p.320) ao afirmar que “o sertanejo arcaico caracterizava-se por sua religiosidade”. Sobre isso expõe a professora Maristela de Sá:

Fui rezadeira. Quando eu pensava que não, me chegava um menino para eu rezar. Eu dizia: – Não sei não, rezar. Isso porque um dia, eu cheguei na casa duma senhora, tava um menininho sentado com o dente bem inchado. Então, a mãe disse: – Faz três dias que ele não come, a senhora chegou, segure ele para eu fazer um mingau. Então, eu coloquei ele no colo e, comecei a pedi a Deus passando a mão em volta do seu rosto. E, nisso pedi a Deus chorando e dizendo: – Ô meu Deus, ilumine essa criança e alivie esse inocente. Nisso, o menino parou de gemer e pegou no sono, no meu braço. Então... outro dia passei na casa da senhora e perguntei a mãe pelo menino e, ela disse: – Graças a Deus, ele nunca mais chorou. Passando um ano, uma mulher chegou na minha casa para eu rezar pelo dente. Então, eu disse: – E, quando foi que eu aprendi rezar em dente? (Maristela de Sá, 2012).

A professora Maristela de Sá (82 anos) foi confundida por rezadeira (pelo fato isolado da cura do dente da criança) e a fama no povoado Bom Sucesso, em Poço Redondo, se disseminou, e mesmo sem saber rezar, ela era vista na comunidade como mulher de poder nas

orações, principalmente se o caso fosse “dor de dente”. Deste modo, a cultura da rezadeira no sertão estava imbuída de superstição, e, na falta do médico, essas curandeiras eram requisitadas na busca pelo milagre. Segundo Jonatas Menezes (2008) é difícil separar a religião da magia, já que a magia é um dos aspectos principais para o sacerdote das grandes religiões do mundo, inclusive do cristianismo. Para Durkheim (1989, p.38) [...] “religião é coisa eminentemente social” e, ainda de acordo com este autor, fundamenta-se em duas categorias: o sagrado e profano. No sertão, a crença em milagres era tão grande que as rezadeiras, feiticeiros e padres substituíam a falta do profissional de medicina, personagens tão raros no sertão.

Em razão da crença religiosa, as professoras casadas não usavam contraceptivos, uma vez que o cristianismo católico não aceitava tais práticas. Talvez isso também explique o fato de que a maioria delas teve de um a vinte e um filhos, o que comprometia a vida das crianças e delas mesmas, já que nessa época era muito normal as mulheres morrerem de parto. Talvez nunca saibamos de fato a causa da morte da maioria das mulheres no sertão entre as décadas de 1950 e 1970, haja vista que nas certidões de óbito fica explícita a causa da morte ignorada pela comunidade, mas quando elas faleciam de parto, logo o tabelião registrava a causa da morte, onde o marido ou pais e outros serviam de testemunha para lavrar a ata, uma vez que, segundo a professora Josefa Marques dos Santos (78 anos), as mulheres geralmente pariam em suas próprias casas. Sendo assim, as parteiras não tinham formação adequada, elas aprendiam a fazer o parto através da experiência. Desta forma, qualquer complicação durante o parto poderia ser sinônimo de morte. Além disso, muitas crianças morriam ainda recém-nascidos, devido às enfermidades como o “mal do sete dias”, causado por infecção no corte do cordão umbilical, diarreia e paralisia infantil. Em razão disso, estas “jovens professoras e mães” aprendiam a sobreviver a cada morte de um filho, elas mesmas faziam a mortalha e o pai o caixão e enterravam em cemitérios infantis. Segundo Helena Guilherme da Silva Santos (82 anos) até hoje no sertão há vários cemitérios infantis espalhados pelos povoados, além disso, várias crianças foram enterradas nas próprias casas. Como filha de sertaneja e descendente deste costume, presenciei um corpo de uma criança recém-nascida sendo enterrado no quintal da minha casa, até hoje os restos mortais permanecem lá. Sobre a relação doença – assistência médica, narra a professora Maristela:

O lugar era muito difícil, só em Pão de Açúcar/Alagoas havia um hospital. Aí no primeiro dia a gente dava um Chá, aí não melhorava, quando a gente

ia ao médico, já era muito tarde. Foi assim, que eu perdi 5 filhos. Um morreu com 6 meses, deu uma desidratação. Morreu eu vindo do médico com ele, eu havia realizado a consulta e comprado os remédios, mas ele não resistiu e, no meio do Rio São Francisco, faleceu. (Maristela de Sá, 2012).

Assim como a professora Maristela de Sá (82 anos) que teve dez filhos, mas perdeu cinco, outras mulheres vivenciaram experiências semelhantes. A vida rural das sertanejas, em especial das professoras, denunciava os desafios de morar distante de hospitais, transporte e da comodidade de ter água ou energia dos centros urbanos. Estas dificuldades foram o principal motivo da professora Iraci Dias de Almeida Couto (2012) se aposentar proporcionalmente, como ela mesma rememora:

Eu sofri muito no povoado Oricuri, no município de Gararu, trabalhei mais 20 anos lá. Era um lugar muito seco. Eu cozinhava, lavava roupa, tomava banho e bebia água salgado do riacho. [...] Aquele filho meu, Tenson, tomava água salgada, eu colocava açúcar, mas ele cuspiu, ele só tinha 1 ano de idade. (Iraci Dias de Almeida Couto, 2012).

E, quando chovia, o perigo de atravessar o riacho também era “tormentoso”, uma vez que “[...] quando o riacho estava cheio tinha um rapaz que ficava lá, ganhando dinheiro para ajudar a atravessar a gente. Ele mandou eu segurar no rabo do cavalo, e eu atravessei o riacho tentando me livrar dos galhos de árvores e pedaços de pau, pendurada no rabo do cavalo”, conta a professora Iraci (2012).

As experiências em comum a fazem lembrar as dificuldades de manter o alimento posto à mesa, principalmente para aquelas como Maristela de Sá e Maria José Brito Ferreira que, mesmo casadas, os companheiros não ajudavam com as despesas do lar, e eram totalmente dependentes destas mulheres. O esposo de Maristela de Sá, antes de casar dizia ser cabeleireiro, e após o casamento dedicou-se exclusivamente a beber e jogar; já o esposo da professora Maria José nunca foi dado ao trabalho, sempre preferiu manter-se dependente da mãe e, depois, da esposa. Por isso, no sertão havia vários ditados populares construídos para denunciar a preguiça e a boa vida dos maridos das professoras, e, na mentalidade do povo, essa era a “maldição da classe de professoras”, um casamento desafortunado. Este pensamento, que por muitas décadas circulou e ainda é presente no sertão, surgiu a partir de histórias de vida de professoras, tal como Maristela e Maria José. Deste modo, as professoras tinham de trabalhar no mínimo dois turnos para sustentar a casa e as despesas rotineiras. Rememora Maria José:

Meu esposo nunca trabalhou, antes de casar a mãe dele era a professora e o sustentava e, depois de casar, eu sempre o sustentei. Ele não sabe fazer nada. Agora hoje, ele é aposentado, mas o dinheiro dele só é para fumar. Desde o meu tempo havia aquele pensamento que esposo de professora era malandro. Alguns amigos até me deu conselho para eu não casar, mas não teve jeito. E, quando a gente faz um juramento, a gente promete ser fiel até o fim. E eu espero em Deus ser fiel até o fim. (Maria José Brito Ferreira, 2012).

Sobre a ociosidade do marido relembra a professora Maristela:

Meu esposo bebia muito, ele era cabeleireiro, mas não utilizava muito essa profissão, vivia como se diz às minhas custas. Não tinha jeito a dar. Ele já bebia antes de nos casarmos. Mas depois que eu me casei, acho que ele achou a vida mais fácil, aí... se jogou mesmo. Eu dava para ele até a roupa. (Maristela de Sá, 2012).

Mesmo assim, Maristela de Sá continuou casada, já que naquela época havia muito preconceito quanto às mulheres que se separavam no sertão. Mas aos 60 anos, com os filhos criados, pediu o divórcio e até hoje vive sozinha. Em razão da imagem deturpada sobre a mulher desquitada, construída no imaginário do sertanejo, Maristela e, assim como ela, outras mulheres adiavam o divórcio e suportavam o infortúnio do casamento, uma vez que essas mulheres eram reféns de costumes que impunham à figura feminina a permanência com os esposos, até que a morte os separasse. Temendo a retaliação da sociedade, que tratava a mulher divorciada como uma forte candidata a seduzir homens casados, segundo a professora Maria José, as comunidades as tratavam com aspereza e as mantinham sob vigilância. Por isso, a professora Maria José não teve a mesma atitude de Maristela e mesmo tendo um casamento difícil, vive até hoje com o marido.

A professora Delucia Vieira de Melo foi abandonada pelo marido e criou os onze filhos com o salário de professora, o ex-marido se esquivou das responsabilidades de pai e ela assumiu sozinha o compromisso de trabalhar para “alimentar, vestir e calçar os filhos”. A professora trabalhava num povoado do município de Porto da Folha, mas residia em Nossa Senhora da Glória. Deste modo, as idas e vindas foram marcadas por experiências inesquecíveis, uma vez que, sem poder pagar passagem, ela “aguardava na beira da pista um carro de leite ou qualquer outro transporte” que pudesse levá-la, já que dependia de carona, a qual ele denominava de provisão de Deus. Desta maneira, abrigou um dos filhos para acompanhá-la nesta aventura, com o objetivo de resguardar-se da língua felina do povo. Mas

mesmo transpondo as dificuldades e economizando a passagem, o salário de professora era muito baixo e, por isso, tinha que complementar a renda “faxinando, lavando e passando roupa para fora”. Assim relembra:

Foi uma batalha incansável. Quando ocorreu a separação, eu tive de vir morar em Glória, porque ele ficou lá, e nós tinha uma casa em Glória e por isso eu vim morar aqui. Mas todos os dias eu tinha de ir para o povoado de Porto da Folha, onde eu ensinava. Então, eu levava um filho para fazer companhia e deixava os outros com a filha mais velha. Eu não tinha dinheiro para passagem e assim eu ia mendigando. Para ir, eu geralmente ia no caminhão de Moacir Terra Seca, ele trabalhava com uma equipe de homens da Deso. Então, eu saía daqui 5h30 da manhã e chegava por volta das 6h30. Logo quando chegava na escola eu limpava e fazia a merenda para já esperar os alunos. Depois da aula às 12h00, eu ia para o posto fiscal e lá eu ficava aguardando uma carona. Quando chegava à tarde em casa, enfrentava lavar e passar roupa para fora para complementar o salário e nos sábados e domingos eu era faxineira para criar os filhos, porque naquela época o salário de professora não dava para nada. (Delucia Vieira de Melo, 2012).

Assim como a professora Delucia, outras mulheres também foram abandonadas pelos maridos ou companheiros e, mesmo a contragosto, enfrentaram a dificuldade de serem pai e mãe dos filhos. A professora Elenildes dos Santos foi mãe solteira aos 20 anos de idade e enfrentou o dilema de educar e sustentar o filho sem o apoio do companheiro, uma vez que ela engravidou de um homem casado. Em razão disso, foi rejeitada pela sociedade e quase expulsa da casa do pai, que, envergonhado, mudou do povoado em que residia para a cidade de Nossa Senhora de Lourdes. Deste modo, a transgressão da filha que, na época, já era professora do município de Nossa Senhora de Lourdes, afetou o destino da família, e, em razão disso, ela foi rebaixada de professora à merendeira. Relembra:

Eu tive um filho antes desse casamento. Eu era mocinha, ensinava na escola do povoado. Eu tinha 20 anos, aí eu me envolvi com um homem casado. Pai de três alunos meus e engravidei dele. Meu pai sentiu tanto desgosto que queria me tirar de casa, eu cheguei até a comprar a mala. Eu me senti tão rejeitada que nunca tomei uma vacina enquanto estava grávida. Todo mundo ficava olhando uma mãe solteira. Mas, depois que meu filho nasceu, meu pai começou a amar e dei tudo que podia para ele. Mas por causa disso, nós saímos do povoado e viemos para a cidade, lá eu fui trabalhar como merendeira. Criei meu filho na marra. (Elenildes dos Santos, 2012).

Deste modo, com a mesma profissão e costumes em comum, as professoras sertanejas enfrentaram o desafio da vida de ser e fazer-se professora. Apesar de terem experiências que

em muito se diferenciam dos valores e tradições da região sertaneja, o fazer-se professora reúne nelas a característica “forte” que, segundo Euclides da Cunha, é a identificação deste povo, que desde a infância até a velhice contorna as vivências árduas para valorizar a vida. Uma vez que tanto as perdas, quanto as conquistas dessas velhas professoras foram tão importantes na construção de si, da profissão docente, e, principalmente, para edificação e consolidação do campo da educação no sertão sergipano. Por certo, suas trajetórias aqui demonstradas revelam muito da educação no sertão, mas apresentam também como, em determinado tempo e espaço, os indivíduos criam táticas de sobrevivência e se erguem como “um forte” legitimando o seu ofício e o seu campo de atuação. “Ouvir contar” as trajetórias dessas 21 professoras que se somam a de lavradores, motorista, costureira e artista plástico do sertão, além da minha própria, foi tão importante quanto consultar os documentos aqui ressaltados, mesmo porque, para Alberti (2004), as entrevistadas gravadas tornam-se documentos do modo de vida das testemunhas.

3.3 A experiência das professoras e o espaço escolar

[...] mormente o Vizita, que cantava belas toadas e bonitas embaladas. Esse rapaz...tinha uma voz maravilhosa. Cantava extraordinariamente bem o “José de Souza Leão” e outras obras de cordel, além de inventar emboladas como esta:

‘Um homem comia carne,
Com um prato de mugunzá,
Meu pai eu quero um pedaço,
–Meu filho eu toco-lhe o braço
Que a cabeça voa lá.’ (Oliveira, 1981, p.36).

Os versos de Vizita são rememorados nas lembranças de Arivaldo Oliveira (1981) que, no livro *Reminiscência*, fez questão de registrar a criatividade e beleza da voz, que mesmo depois de tantos anos, ainda ressoava na memória do escritor. Uma vez que a música estava presente no cotidiano do sertanejo e, por isso, foi imbuindo na cultura escolar. Conforme Edward Palmer Thompson (2011,p.10) experiências deste tipo “[...] são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais”. Nisso percebo que o fazer-se professora no alto sertão se constituiu a partir das experiências que estas educadoras vivenciaram durante a trajetória de vida, já que, nenhuma das entrevistadas tinha formação adequada para exercer o ofício no tempo em que foram contratadas. Assim,

apesar da pouca instrução das professoras Maria Luiza Barbosa da Silva (59 anos), Valdete Alves Oliveira (82), Maristela de Sá (82) e Josefa Marques dos Santos (79), elas se apropriaram da música para trabalhar os conteúdos, brincar e divertir a turma. Suas experiências com a melodia, versos e danças, desde a infância as fizeram adotar a musicalidade na sua prática. Tais experiências foram decisivas para compreender seu habitus professoral. Segundo Alison Antônio Paim, em sua tese de doutorado intitulada “Memórias e experiências do fazer-se professor”:

Para se compreender o que efetivamente acontece na Escola, faz-se necessário perceber as marcas culturais da experiência, do vivido, do enraizamento, para compreendermos o trabalho de um profissional, a história mais ampla que precisa ser desvelada. Marcas culturais nas quais os sujeitos, atores e autores da cultura docente possam expressar o fazer e saber ser professor, de forma a relacioná-lo com outros saberes e fazeres, visualizando com mais nitidez as experiências. (PAIM, 2005, p. 164).

Desde a minha infância ouço meu tio José Elias de Rezende, que é deficiente visual, tocar sanfona. Ele e meu pai, Manoel Elias de Rezende, tocavam nas feiras do sertão em busca de “alguns trocados”. Meu pai, Manoel, tocava triângulo, outras vezes, zabumba, e meu tio, que ficou conhecido como Zé Cego, cantava e tocava sanfona. Sem professor de música, aprendeu sozinho as notas musicais que representavam a melodia das canções. Foi através desta vocação que se tornou sanfoneiro requisitado, principalmente no período junino. Assim, como meu tio, outros sertanejos vocacionados alegravam as brincadeiras, rodas de amigos e o cotidiano com os sons e rimas, já que a música sempre esteve presente na cultura do sertanejo.

O encanto das canções embalava os afazeres do sertanejo. As mulheres rendeiras trabalhavam cantando modinhas, os vaqueiros que em meio à boiada cantavam toadas, as mães e filhas na beira dos açudes lavando as roupas “tiravam”⁴⁸ versos e divertiam a turma, e a alegria da longa caminhada a pé nas estradas de chão era acompanhada pelos assobios do povo e as canções de Luiz Gonzaga (OLIVEIRA, 1981). De igual modo, os costumes eram mantidos na prática escolar e aceitos com receptividade, já que desde a infância as crianças ouviam as canções de ninar e enquanto adolescentes ou jovens participavam do forró, pescaria⁴⁹ e leilão, e nestes espaços de diversão a música e os versos eram uma tradição. Por isso, as professoras que adotaram os sons e a melodia abriram um caminho para a

⁴⁸ Tiraram: este termo na cultura sertaneja tem o mesmo sentido da palavra “diziam”.

⁴⁹ Tipo de brincadeira em que as pessoas arrematam prêmios.

aprendizagem, além de estimular aqueles que apresentavam tendências para a arte de cantar, dançar e tocar.

O motorista Enoque José dos Santos rememora a longa caminhada para ouvir as músicas do Rei do Baião:

Eu quando era criança caminhava numa longa distância com os meus tios para ouvir o programa de Luiz Gonzaga, onde ele contava e tocava. Nesse momento só havia um rádio na região, que pertencia ao senhor dono de uma mercearia, então nós caminhava para a casa dele para assistir na rádio Tupi do Rio de Janeiro. Todos aguardavam até terminar o programa, era mais ou menos uma hora de programa e a gente acompanhava no silêncio e nas gaitadas das músicas que retravam as nossas vidas. Então, voltamos para casa comentando sobre esse grande músico do nordeste. (Enoque José dos Santos, 2013).

Em casa, com os amigos, e na escola a música envolvia os lábios do sertanejo numa melodia chamada vida. Entre as lembranças da professora Josefa Marques (79 anos) se destacou uma das canções que geralmente ela cantarolava com os alunos. Ela afirmou que a música era uma forma de alegrar a turma, além de espantar o cansaço. Por isso, cantava todos os dias, inclusive os hinos que enalteciam a pátria, principalmente no período de Ditadura Militar do Brasil, uma vez que os hinos foram adotados pelas escolas como uma cultura escolar. Segundo ela, a rotina diária era enfadonha, mas as cantigas deixavam a vida mais leve, já que os ritmos provocados pelo toque das mãos dos alunos e a letra em forma de melodia relaxavam o corpo e a alma. A beleza das modinhas nas vozes da docente e alunos ecoava no casebre onde funcionava a escola isolada, dando vida à instituição que tinha um aspecto depreciativo, mas quem passava na estrada de chão ficava atraído pela alegria representada nas vozes ora afinadas e ora desafinadas dos discentes. (Josefa Marques dos Santos, 2012).

abra a roda minha gente,
oi sio, sio, sio
vamos passear,
oi sio, sio, sio
abra a roda cavaleiro,
oi sio, sio, sio
cada qual em seu lugar,
oi sio, sio, sio
menina sua menina,
oi sio, sio, sio
todas três eu quero bem,

oi sio, sio, sio,
 uma mais do que a outra,
 oi sio, sio, sio
 e outra mais do que ninguém
 oi sio, sio, sio,
 abre a roda,
 oi sio, sio, sio... (Josefa Marques, 2012).

Os versos infantis geralmente eram cantados pelos alunos em círculo, de mãos dadas e rodando. As crianças e professoras se divertiam ao som das brincadeiras de rodas que até hoje são evidenciadas no imaginário da professora Maristela de Sá (82 anos), que rememora as cantigas:

Nós cantava na hora do recreio, eu sempre brincava com eles, era assim: Quebra, quebra guabiraba, quero ver quebrar. Aí um aluno tirava um verso e nós repetia de novo. Eles gostavam muito dessa cantiga: Eu plantei cravo no jardim do meu amor, plantei cravo, nasceu rosa, samei, mas não pegou. Aí outra criança tirava um verso. Eles gostava também daquela Margarida, eles faziam uma roda e colocava uma no meio, que era a margarida, era assim: Quero ver a margarida, olé, olé olá, quero ver a margarida olé olé, meu cavalheiros. Margarida não se ver, olé, olé olá. Margarida não se ver, olé, olé meus cavalheiros. Eu vou tirando uma pedra... (Maristela de Sá, 2012).

Os espaços onde as brincadeiras e cantigas ocorriam eram tanto dentro, quanto fora da escola. As árvores juazeiro e umbuzeiro, duas das que resistem à seca, eram na verdade espaços de diversão e alegria da criançada, pois frequentemente essas árvores grandes tornaram-se palco da brincadeira de alunos e professores. Entre as memórias da professora Maria Luiza Barbosa da Silva (59 anos), ela recorda que seu marido José Rivaldo da Silva cortava os galhos baixos do pé de umbu, que ficava próximo à escola isolada, para as crianças se divertirem na sobra. Deste modo, neste ambiente improvisado, rodeado do verde e do balançar dos galhos, cantavam e dançavam com a música “Rodeiro Novo”:

Rodeiro novo, quero ver rodar,
 quero ver roda morena
 quero ver balançar
 (aí uma criança dizia)
 você disse que me quer bem
 eu também quero a você
 se for por dizer de boca
 qualquer um pode dizer
 (aí todo mundo cantava junto)
 rodeiro novo, quero ver rodar
 quero ver roda morena

quero ver balançar
 (aí outra criança já dizia outro verso)
 minha mãe me deu uma surra
 com um pedaço de carne assada,
 quanto mais ela batia
 aí eu tirava uma dentada
 (aí todo mundo cantava junto)
 rodeiro novo, quero ver rodar,
 quero ver roda morena
 quero ver balançar. (Maria Luiza Barbosa da Silva, 2012).

Os recreios das escolas isoladas duravam aproximadamente 30 minutos e eram festejados pelos alunos como o momento de diversão. Algumas docentes acompanhavam o intervalo cantando e participando das brincadeiras de rodas, outras preferiam deixá-los à vontade, mas uma coisa era certa, era neste espaço que os discentes extravasaram as energias, pois eles pulavam, subiam em pé de árvores, brincavam de bola, corda e até brigavam. Sobre isso rememora o motorista Enoque José dos Santos:

Eu era brinquedo na hora do recreio, eu geralmente ficava perto da professora, pois como ela já sabia da minha fama, ela sempre preferia eu por perto, se não, já sabia que ia fazer uma encrenca. As outras crianças gostava pouco de mim, porque eu gostava era de bater nos ouvidos, de dar rasteira. Eu era peverso. Até 13 anos de idade eu era bringuendo, gostava era de bater de murro e por isso, alguns meninos se juntavam para mim dar uma surra. Mas mesmo assim, eu sempre consegui vencer. (Enoque José dos Santos, 2013).

No terreiro das escolas isoladas e rurais, vários alunos e professoras foram estimulados a cantar e revelar composições próprias de versos para os quais eles mesmos criavam a melodia. A própria professora Maria Luiza faz parte desses sertanejos vocacionados. Ela recorda que a música acompanhou toda a sua trajetória. Da infância até hoje, ela criou versos e histórias a partir de fatos de sua vida. Ela fez um verso para retratar o momento que conheceu Zé Rivaldo, seu marido: “Em um domingo de ramos, 4 de abriu foi que eu conheci Zé Rivaldo, menino de olhos tão meigos, olhando pra mim, fiquei só olhando e nele pensando, ao vê-lo partir e agora baixinho eu digo benzinho venha pra junto de mim”. Também fez outra canção para se despedir da vida de solteira em Sítios Novos, povoado de Poço Redondo/SE, já que na condição de casada iria morar na fazenda Serrote do João, também em Poço Redondo, local de mata fechada. Ela criou a letra e depois fez a melodia. Lembra: “Agora mesmo eu vou embora, para o Serrote do João, vou deixar minhas amigas e

vou para outro torrão, também deixo minha mãe, com grande dor no coração, adeus Sítios Novos, que eu vou me ausentar, com meu amor[...]” (Maria Luiza Barbosa da Silva, 2012).

Deste modo, a prática de criar versos e rimas, mantida pela cultura popular de homens analfabetos ou semianalfabetos, também fazia parte da cultura escolar, uma vez que a professora Maria Luiza foi criada ouvindo os poetas do sertão, que como de costume atraíam, com suas canções, os ouvidos dos sertanejos. Isso porque carregavam, na alma, a música, o dom. De modo que desconsiderar tais nuances é desconsiderar as práticas escolares próprias de um tempo e de um lugar, é desconsiderar uma cultura de escola que tem nas singularidades de cada professor, de cada escola, de cada classe, um capítulo da história. Isso porque “muitos têm pensado a formação de professores desconsiderando o que os professores pensam. São discussões genéricas sobre um professor sem rosto, sem nome, sem identidade, sem experiência [...]”(PAIM, 2005, p.166).

A poesia também esteve/está presente na cultura do sertanejo que, mesmo diante da adversidade do clima, educação formal e da própria vida, sendo analfabetos ou alfabetizados, mas dotados de sensibilidade, registravam/registram em versos os acontecimentos marcantes dos povoados, cidades ou da própria vida. Segundo Samuel (89/90) os esquecidos da história podem ser rememorados através da história local, por meio dos escritos, objetos, fotografias e poesias que são passados de geração a geração e ninguém sabe mais de quem foi a autoria, pois já fazem parte da construção de um povo, ou seja, da cultura popular. A professora Valdete Alves Oliveira escreveu, em 1968, a poesia sobre a demolição da escola Rural de Monte Alegre de Sergipe. Na poesia, ela expõe uma carga de representações desta instituição, e o sentimento de dor ao descrever os baques que fizeram a Escola Rural de Monte Alegre ruir. Demolição que mexeu com o emocional dela e da própria comunidade, momento de tristeza e de morte de um lugar da história educacional da população montealegrense, pois durante várias décadas foi um lugar sagrado e de construção de conhecimento. Recita:

Com aparência tosca
 Não deixa a tantas esquecer
 Teu jeito e silêncio rancho
 Aqueles a que fez merecer

Em teu galpão, olhando
 Muitos, sempre a suster
 Crianças tagarelando
 Punham-se a correr

Saudades! Quando ali
O momento chegou.
As pancadas a partir
Lágrima de meus olhos brotou

A vida a fez ré
Demolida era real...
Sentindo-me uma Tibarané
Sem tiver, Escola Rural
(Valdete A. Oliveira, 2008, p.163).

Assim como a música e a poesia, os desfiles cívicos, tal como atividades que rememoravam os grandes heróis da pátria brasileira, também se intensificaram, a partir dos anos de 1960, principalmente após o Golpe Militar de 1964, como revela a imagem a seguir:

Figura 7 – Apresentação de Dom Pedro I, o herói do Brasil, realizada no Grupo Escolar Inácio Barbosa/Monte Alegre de Sergipe em 1965



Fonte: Arquivo particular de Valdete Alves Oliveira. Autoria: Não identificada.

Essas escolas repletas de memórias das diversas gerações e das marcas do tempo que são cravadas na “face das velhas professoras” são reveladoras de uma parte da história da educação de Sergipe. As experiências de vida das professoras somadas à cultura escolar imposta pelo regime inculcaram conhecimento que veio somar-se ao que emanava dos currículos escolares. O sentimento de patriotismo e civismo é um exemplo. O Estado de Sergipe, embevecido dessas ideias, estimulou eventos e atividades cívicas:

Procurando estimular o amor à pátria e reverenciar os fatos e vultos históricos, a SEC promoveu e participou de vários eventos cívicos, os quais envolveram, além dos alunos das redes oficial e particular, toda a comunidade. Foi incentivada a criação, nas unidades de ensino, de “Centros Cívicos Escolares”, os quais procuram promover a integração aluno-escola-comunidade e desenvolver atividades como teatro, jogral e outras artístico-culturais. Ao todo, foram criados e estão funcionando 16 (dezesesseis) Centros Cívicos, sendo 12 na Capital e 4 no interior do Estado. (LEITE, 1979, p. 71).

As festas cívicas eram momentos de alegria e também tensão, já que tanto as professoras quanto os pais de alunos se esforçavam para que os desfiles ocorressem e, dentro do possível, fossem impecáveis. As crianças desfilavam uns de partes⁵⁰, em alusão a fatos históricos (representando a história do Brasil) e outros de farda. Os hinos eram tocados e a marcha era ensaiada com antecedência pelos alunos, sob o comando das professoras. Segundo a professora Valdete Alves Oliveira (82 anos) foram momentos marcantes e “simplesmente inesquecíveis”. Ela ainda guarda álbuns repletos de fotos que rememoram a correria destes eventos que, segundo ela, sempre superavam as expectativas. Deste modo, a data de 7 de Setembro não passava despercebida, e conforme depoimento das professoras, as escolas isoladas, rurais e grupos escolares comemoravam nos povoados, cidades ou no terreiro dessas escolas, como ilustram as imagens a seguir:

Figura 8– Desfile dos alunos da Escola Rural de Monte Alegre, em 1958

⁵⁰ As partes eram compostas por alunos que desfilam representando um fato histórico ou personalidades.



Fonte: Valdete Alves Oliveira. Autoria: Não identificada.

Figura 9 – Desfile dos alunos no terreiro da Escola Isolada Povoado Oricuri/Gararu, em 1975



Fonte: Iraci Dias de Almeida Couto. Autoria: Rivadeve.

Nem todas as atividades escolares eram registradas, em razão da falta de fotógrafo no sertão. E foi através das entrevistas que constatei que a maioria das professoras registram os eventos escolares com um mesmo fotógrafo, chamado Rivadeve. Além dos desfiles, as

formaturas e atividades de teatro com personagens bíblicas também foram mencionadas pela professora Valdete Alves Oliveira. Sendo assim, os eventos cívicos e artísticos passaram a ser mais e melhor estimulados com a introdução das disciplinas de: Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde, tal como o Ensino de Religião, de matrícula facultativa, mas que a partir da Lei de Diretrizes de Base (5692/71), em 1971, passou a constituir disciplina em horários normais.

O ensino de Religião, disciplina que já fora obrigatória, mas que posteriormente passou ser facultativa, constituía-se um momento de reflexão e para algumas professoras era o ponto inicial de suas aulas. A reza, oração decorada, estava presente no cotidiano do sertanejo e também fazia parte da rotina dos alunos da professora Josefa Marques. Ela afirma que iniciava e terminava a aula sempre rezando o “Pai Nosso”. E quando ela esquecia, as crianças a lembravam, pois o costume se tornou uma rotina, ou seja, já fazia parte da cultura escolar, que segundo Julia (2001, p.10) “é um conjunto de normas a inculcar”. Os alunos devotos de Maria, Santo Antônio, São Pedro, São João, dentre outros, acreditavam que a reza era uma proteção quanto ao mal e por isso faziam “questão” de “repetir as santas palavras” como se fossem um amuleto da sorte. O sinal da cruz era utilizado para espantar o mal olhado e sempre foi uma prática comum no cotidiano dos sertanejos. A religiosidade da professora era professada pelos pequeninos, que desde muito cedo aprendiam que havia um ser maior que se chamava Deus.

As histórias bíblicas e algumas orações católicas eram ensinadas nas cartilhas. Como no já citado livro de Crestomatia, de Radagasio Taborda, que circulou nas escolas isoladas e rurais, na década de 1950, no alto sertão sergipano. Neste livro fica nítida a difusão dos princípios católicos como a crença em Nossa Senhora e histórias cujo teor retomava algum pilar do cristianismo. Era ensinada a oração “Ave Maria”, bem como as crenças em alguns santos. A criança era levada a adorar os santos dos seus pais e aprendiam a temer os santos de sua professora. Por isso, por vezes, amavam possuir alguma imagem para beijá-la e mantê-la sempre consigo, pois acreditavam fielmente no poder de cobertura espiritual enquanto estivessem com ela. Sendo assim, apesar do “Brasil ser um país laico”, a educação levantou a bandeira do catolicismo, já que, na época, o Brasil era um dos países da América Latina que possuía um número relevante de fiéis católicos. Deste modo, no sertão, a educação formal também foi uma aliada para disseminar os valores do catolicismo.

Através do ensino religioso, as professoras tentavam controlar os alunos mais “inquietos”, conhecidos pela “arte de aprontar ou malinar”. Esses alunos ficaram registrados na memória das professoras, colegas de classe e da própria comunidade, pois sempre “aprontavam” algo inusitado que chamava a atenção, e por isso seus nomes eram conhecidos. Dentre esses, Dado, apelido do aluno da professora Maria José Brito Ferreira, da cidade de Monte Alegre de Sergipe. Sobre ele, rememora:

Eu peguei aluno danado, hoje um desses é motorista da prefeitura. Ele se chama Dado. No dia de Sábado, eu fui repor aula, então convidei todos os alunos para depois do recreio a gente limpar o salão, porque tinham muito cocô de passarinho. E, quando a gente terminou de lavar o birô, então eu fui passar álcool. Então Dado riscou um talo de fósforo e jogou no birô e minhas mãos incendiou. Então eu dizia: –Ai, ai, ai, Dado me queimou. Ele ficou amarelo e disse: – Bahia, eu não sabia que álcool fazia isso, não. Este caso é espalhado em todo Monte Alegre. Dado colocou fogo em Bahia. Até hoje é ficou a mangação [risos, risos...]. (Maria José Brito Ferreira, 2012).

As travessuras de Dado tornaram-se conhecidas da comunidade montealegrense, que dava risada das estripulias do aluno. Rememora ainda a professora Maria José:

Então, eu tava dando aula. Sentado no birô, ditando as palavras para os meninos escrever, era ditado. Quando ouvir um barulho: Vupo, quando olhei era uma coisa em cima do birô. Era uma cobra verde. E, não era de brinquedo. O menino jogou a cobra no birô. Foi aquela zuadeira na sala. E chega mata, mata a cabra e no instante mataram a cobra. Eu chorei que só. Eu tive mais medo da cobra do que do fogo. (Maria José Brito Ferreira, 2012).

A professora Maria José, além de apelar para a fé, o diálogo, também utilizou os castigos para disciplinar Dado. E ele marcou a memória da velha professora, que não esqueceu o quanto ela foi importante na formação dele, para que hoje ele se tornasse homem honrado e trabalhador. Enquanto Dado marcou a história da professora Maria José, pela travessura, o aluno Jilson sensibilizou a professora Maristela de Sá, da cidade de Poço Redondo, pela obediência e amor, aguçando o sentimento de maternidade. Assim como rememora a professora Maristela:

Eu tive um aluno, ele me amava tanto, e, quando eu saí de Bom Sucesso, ele chorou, o nome dele era Jilson, ele era muito obediente. Isso me marcou. E, quando eu vim para Poço Redondo, outro menino me marcou, o nome dele era Elias, ele era rejeitado por ser danado e repentente, já havia passado três

anos na 2ª série. Ninguém o queria, então eu passava um conteúdo para classe e outro para Elias, pois ele já havia decorado as atividades dos colegas e, foi assim que eu consegui conquistar a atenção de Elias, então os meninos perguntavam: – Professora, por que a senhora passa outro dever para Elias? E, eu respondia: – Por que ele sabe os deveres de vocês de cor e salteado. E, foi assim que Elias passou de ano e, fui sua professora da 2ª, 3ª e 4ª série, hoje ele mora no Rio de Janeiro, mas todas as vezes que vem aqui, vem me ver, além disso, liga para mim. Ele me tem muito amor. Ele me vê como mãe dele. (Maristela de Sá, 2012).

As rezas, segundo as professoras, tem poder de acalmar, e mesmo dentro de um limite afirmam ser importante, principalmente no processo de reflexão, a exemplo o Pai Nosso. Além disso, o ensino religioso da época limitava-se às orações e, através das histórias bíblicas, à lição de moral, o que já era sinônimo de ajuda, principalmente para disciplinar com os alunos mais inquietos. Além do cuidado das professoras com o caráter/atitudes dos alunos, a professora também tinha que cuidar do corpo, pois elas eram responsáveis por ministrar noções de higiene corporal aos alunos, o que incluía a assepsia dos alimentos e a organização do lar.

Na escola isolada do povoado “Serrote do João”, município de Poço Redondo, a população ajudava a professora Maria Luiza Barbosa da Silva (59 anos) a limpar o tanque feito de pedra que ficava atrás da escola. Esse era o reservatório de água utilizado para a limpeza da escola e para os alunos tomarem água. Segundo a docente Maria Luiza estes tanques de pedra foram feitos pelos escravos. Ela mantinha um “purrão”⁵¹ (Figura 10) sempre cheio de água para que os alunos tomassem.

⁵¹ Purrão era um tipo de pote, mas que comportava quatro vezes mais água, feito de barro, muito comum naquela época no alto sertão sergipano.

Figura 10 – Purrão de guardar água



Fonte: Arquivo particular da pesquisadora Cacia Valeria de Rezende. Autoria: Cacia Valeria de Rezende.

A água era transportada de balde até a escola, depois ela usava um pano em volta da abertura do “purrão”, como pode ser percebido pela imagem, com a finalidade de coar a água enquanto era despejada. Esta prática fazia parte do costume do sertanejo, que usava a água de tanques, barragens e açudes sem ferver ou filtrar. Conforme Padre Léon Gregório⁵² (1971) a saúde do sertanejo sempre esteve comprometida devido à falta ou sujeira da água. Isso porque nas cidades do sertão não havia água encanada, assim a população utilizava água de açudes, infelizmente bebiam da mesma água que os cachorros, vacas e com a qual a própria população tomava banho. A falta de tratamento também provocava várias enfermidades como anemias, hepatite, coceiras e vermes. Na época, as crianças tinham barrigas enormes, devido à quantidade de lombriga e esquistossomose, dentre outras verminoses, e muitas chegavam a

⁵² Padre Léon Lambert Joseph Grégoire nasceu em 25 de março de 1925 na cidade de Barchon, Bélgica. Veio ao Brasil em 1963 e assumiu a paróquia de Nossa Senhora da Glória em 1971, trabalhando no alto sertão durante 45 anos.

falecer. A falta de tratamento da água favorecia o crescimento das enfermidades. Na visão do padre Leon Gregório:

Aqui, a grande culpada é a água não tratada dos açudes que abastecem a cidade e este povoado: entre a cidade e o povoado há um grande açude que serve para todos: o povo vem buscar água carregando potes na cabeça, outros enchem latas para vendê-la carregando quatro latas em cada jegue, outras trazem umas vacas magras para beber. Visitando as casas, vimos que ninguém tem filtro de água, nem sabe o que é. Entendemos que devemos fornecer logo à população os bons filtros de Carrapicho (a 2 km de Neópolis) como fizemos em Propriá, e conscientizar o povo em relação a estes problemas graves. (GREGÓRIO, 1971).

A professora Maria José de Andrade Lima (60 anos) teve seis filhos e perdeu três, e uma das filhas morreu devido à quantidade de vermes que gradualmente foram perfurando seus órgãos vitais, até levá-la a óbito. Este tipo de morte era frequente na vida das crianças sertanejas, já que os pais tratavam os filhos doentes com ervas, rezas e feitiçaria. Desta forma, Arivaldo Oliveira, sendo uma criança doente, relata o uso, em lugar de medicamentos, de várias coisas na busca pela cura: “urina de vaca para os olhos, leite de mulher para os ouvidos, remédios outros [...] eram-me aplicados sem resultado” (OLIVEIRA, 1981, p. 5). A fé em curas sobrenaturais era a esperança do sertanejo que apelava para todos os santos, inclusive para o misticismo. Se o feiticeiro poderia curar instantaneamente não importava se o dono do milagre era Deus ou o diabo, mas eles procuravam a saída para a situação. Somente em caso extremo e a depender do pai, a criança era levada ao hospital mais próximo, conforme Mendonça (1958, p. 60): “As populações do interior, que constituem 87,8% do efetivo populacional e ocupam uma área territorial de 96,6% da superfície estadual, vivem completamente desassistidas, padecendo verdadeira fome de medicina.”. Deste modo, pontua ainda o mesmo autor:

A saúde é condição inerente à felicidade do homem e ao bem estar da comunidade. Para a sua defesa, porém, cuja importância fundamental, na educação e na vida humana, ninguém ousa contestar, a escola sergipense não vem fazendo tudo quanto dela seria lícito esperar. Ao contrário: vem fazendo muito pouco no meio urbano e quase nada no meio rural. [...] Não tem concorrido, assim para a fixação de um sistema de hábitos de higiene psicossomática, que assegure a conservação da saúde e o sadio desenvolvimento do indivíduo. (MENDONÇA, 1958, p. 133).

A caneca, comum às crianças na hora de beber água, também era uma transmissora de enfermidades bucais, pois caso uma criança estivesse gripada ou com qualquer outra bactéria, infectava a caneca e a água do recipiente, já que a caneca entrava em contato com os lábios e a água do purrão. Além disso, na maioria das escolas isoladas não havia banheiro, as crianças procuravam “uma moita”(local fechado por mato) para se esconder e fazer suas necessidades fisiológicas e usavam o “capuco de milho” para se limpar, além disso não havia água para lavar as mãos e assim voltavam para a sala de aula; e mesmo as escolas rurais possuindo privadas, eram fétidas, e, por vezes, os alunos preferiam “usar o mato” como sanitário.

E foi deste modo que se constituiu a educação do sertanejo. Ora através de ações pontuais por parte dos governos, ora por iniciativa dos pais de alunos mais abastados, ora pelas experiências singulares/comuns das primeiras professoras que, mesmo sem a formação adequada, fizeram da educação um meio de vencer as dificuldades e as intempéries da vida que tem no cenário do sertão um desmotivador. De modo que longe de ser prioridade, a educação se tornou um fim, cujos meios ainda estão sendo forjados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA PEÇA

O xale, produzido pela sertaneja, custa horas de dedicação, trabalho manual e conhecimento. O material usado são agulhas e lãs, mas o que dá forma ao novelo é, sem dúvida, a capacidade criadora e as mãos de quem o tece. Assim, como uma tricoteira, fiz uso de vários tipos de linhas, aqui as fontes da história, sejam essas bibliográficas, documentais, iconográficas ou orais. As políticas públicas para a educação na zona rural deram forma ao que foi tecido, tais quais as agulhas. Mas o xale não foi feito à revelia da forma. Por isso me posicionei como a tricoteira, que parou para refletir como poderia conduzir os fios deste trabalho que compreendia o campo educacional do alto sertão sergipano nas décadas de 1950 a 1970. De modo que foi desenrolando os novelos que percebi a diversidade das lãs e a importância de usar todas elas na composição desta peça, o que justifica a escuta de sertanejos, em especial de 21 professoras.

A busca pelas fontes orais e principalmente por aqueles/as que educaram o sertanejo, foi o primeiro passo para iniciar a composição desse trabalho, intitulado “Educação no sertão: memórias e experiências das professoras do alto sertão sergipano (1950-1970)”, composto pelas cidades de Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre de Sergipe, Poço Redondo, Canindé do São Francisco, Porto da Folha, Gararu e Nossa Senhora de Lourdes. Essas cidades se tornaram cenários do “fazer-se” das 21 professoras que fazem parte desse trabalho como sujeitos históricos, no recorte temporal já citado, período marcado por constantes estiagens que desencadearam anos de calamidade pública, já que os sertanejos viviam/vivem da economia de subsistência: pecuária e agricultura. Assim, a seca fragilizou/fragiliza a economia, o que provocou/provoca a pobreza e a migração de vários sertanejos para outros estados brasileiros.

Esse trabalho, fruto de muita perseverança, se tornou um dos meus objetivos de vida—Ah! Como eu desejei compor essa peça. Sendo assim, tecê-la foi uma realização, mas essa também veio carregada de obstáculos, pois encontrar documentos tornou-se um martírio, já que não há, no sertão, arquivos públicos que guardem os documentos oficiais, e com o passar dos anos a maioria deles foram/são queimados ou perdidos. Em Aracaju, visitei o Arquivo Público do Estado, o Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura, a Biblioteca Pública, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a Inspeção Escolar e nada de substancial foi encontrado. Fui abatida pelo desânimo, tal qual a tricoteira que não encontra o novelo

querido, mas continuei procurando pelas lãs/fontes imprescindíveis para a realização do trabalho, e quase lá, na vereda do desespero, encontrei um emaranhado de lãs na Biblioteca da SEPLAG, fiquei tão feliz, pois para mim aquilo era similar a fios de ouro.

De modo que dotada de fontes orais, documentais e bibliográficas, para além das fotografias que ilustram esse trabalho, outro desafio se apresentou: eu estava perdida entre tantas fontes. –Como iniciar? – O que fazer com a diversidade de documentos e narrativas que consegui reunir? Deste modo, fui acometida por um mar de dúvidas e questionamentos, eles abatiam a minha alma, e o choro foi inevitável, porém, como legítima sertaneja, pensei: “Eita peça difícil!!!...não, mas ela não é maior do que Deus”. Sosseguei a minha alma, fundamentando os meus pilares, para construir esse trabalho, na História Social e Cultural Inglesa, através de Edward Palmer Thompson, Paul Thompson e Rafael Samuel, na perspectiva da História Vista de Baixo, e recuperei o equilíbrio. Deste modo, foi ouvindo elas, as professoras, ponderando acerca do movimento das agulhas/políticas públicas e me valendo dos outros olhares sobre o tricô/sertão que dei forma a essa dissertação. “Eita, que trabalho retado”, às vezes quase perdi o fôlego, mas logo recomeçava a pensar, analisar e separar as lãs (narrativas e documentos) que iriam compor melhor o meu xale/dissertação.

As memórias deram a esse trabalho, forma. Pois foi através das lembranças das professoras, ex-alunos e do povo sertanejo que mergulhei, para além dos documentos oficiais e da pesquisa bibliográfica. As lembranças das velhas professoras, sobre suas histórias de vida e do seu local, bem como de suas escolas, me auxiliaram no processo de análise sobre a história da educação no alto sertão sergipano. Sendo assim, pude organizar um mosaico de lembranças, analisados a partir do diálogo com Nagle (1974), Zago (1980), Ramal (2010), Leite (2002) e outros autores que trabalham com a educação rural no Brasil. Além disso, confrontei as memórias das sertanejas com as mensagens dos governadores do Estado de Sergipe, nos anos de 1950 a 1970, e pude averiguar o paralelo entre o ideal – as leis que regiam a educação e a realidade das escolas primárias do sertão sergipano. Os livros de Nunes Mendonça (1958), Maria Thetis Nunes (2008) e o relatório do projeto coordenado por Gizelda Santana Moraes (1985) foram de fundamental importância para conhecer o perfil dos professores primários na história do Estado de Sergipe no período evocado. Mas foi através da metodologia da história oral que constituí a principal fonte desse trabalho: as entrevistas gravadas e posteriormente transcritas, que, segundo Alberti, se tornam documentos.

Os conceitos de memória de Rafael Samuel e Paul Thompson, tal como o de experiência de E. Palmer Thompson, funcionaram como os alinhavos da lã no processo de construção entre a fala das testemunhas e a análise dos dados oficiais. Entre os entrelaçamentos dos nós, também percebi os esquecimentos, por vezes deixando estes lugares sem um ponto final, mas em construção, o que Rafael Samuel (89/90) chama de infinitude, já que a fonte oral, diferente do documento, é somente limitada pela ingenuidade do pesquisador, pois ela é simplesmente infundável, podendo ser comparada à esperança do sertanejo. E assim a historiografia se constitui um eterno refazer, ela não para, e permanecerá em processo contínuo de mudança, já que acompanha o homem na dinâmica da vida. Assim, reescrever a história é, vez por outra, se deparar com os silêncios. Por isso a história local, conforme Samuel, é uma possibilidade de preencher as lacunas da história oficial que, invariavelmente, não prioriza as vozes das testemunhas de seu tempo.

Assim, foram as memórias que traçaram os caminhos que percorri. A seletividade das lembranças sobre a educação no contexto de 1950 a 1970 foram os guias para que pudesse compor mais e melhor essa peça. Desse modo, foi no ir e vir, entre passado e presente que mergulhei num tempo e espaço que não alcancei, mas as histórias contadas pelas testemunhas foram tão envolventes, que pude adentra nesse universo rico em informações e detalhes da vivência dos entrevistados, que através das reminiscências reconstruíram um passado cheio de alegria, dor, risos, música, vida e morte.

Foi buscando compor uma escrita da história local que me dediquei ao sertão nordestino. Este enquanto cenário das secas, messianismo, cangaço e fatos eternizados nas obras de literatura de Domingos Olímpio (1983), Euclides da Cunha (2004), Raquel de Queiroz (1971), Graciliano Ramos (1998), tal como objeto de investigação dos historiadores Marco Antônio Villa (2001), Durval Muniz (2001), e dos sertanejos Alcino Alves Costa (1996) e Arivaldo Oliveira (1981). Estes autores, de linguagens diferentes, expõem a região nordeste e os entraves de sua história e narram as histórias da vida do nordestino sertanejo, que ao longo da trajetória tem sido alvo “da sina que o apavora”: as secas. Em razão disso, a fome, as enfermidades, a violência, a morte e até a barbárie fizeram parte das suas vidas. O solo árido, marcado pelo calor escaldante, tem conduzido os mesmos percursos durante vários séculos, uma vez que o poder público, apesar de todos os estudos necessários para resolver a situação das secas, ainda não conseguiu oportunizar aos sertanejos meios de sobreviver, independente das estiagens. Sendo assim, as cidades que fazem parte do Polígono das Secas

permanecem com uma economia aquém do necessário, pois a fragilidade da economia de subsistência amortece o progresso da região nordeste.

Os governos federal e estadual, por certo, favoreceram as políticas públicas para remediar a situação, criando, por exemplo, as frentes de trabalho, construções de barragens e rodovias, bem como os “campos de retirantes”, além de terem impulsionado o processo de migração. Estas duas últimas ações, entretanto, geraram outros problemas, a exemplo do crescimento da população urbana, em detrimento da ocupação da zona rural. Em razão disso, as grandes metrópoles brasileiras padeceram/padecem com a violência e enfermidades, que se proliferam como pestes, nas cidades. Sendo assim, hoje colhemos as mazelas que essa política incitou, e, apesar dos gastos do poder público com essas ações, não se obteve o retorno esperado, uma vez que os sertões do nordeste, em especial o alto sertão sergipano nas décadas de 1950 a 1970, foi/é palco da “diáspora de sertanejos”, tal como da fome e da pobreza.

Assim sendo, a educação, por vezes, foi colocada em escanteio. Não porque os sertanejos não queriam/querem estudar, mas a sobrevivência foi/é mais forte que a necessidade de educação formal. Além disso, as políticas públicas para a expansão das escolas rurais, através da Ruralização da Educação, se deram no final da década de 1940 e priorizaram a escolarização do rurícola ao ensino primário, da 1ª à 4ª série. Nesse momento, o governo federal liberou créditos para serem construídas escolas nas zonas rurais, cujo objetivo era manter o rurícola no campo. Durante a pesquisa foi detectado, através das próprias mensagens de governadores, que estas instituições foram erguidas sem a devida inspeção, o que resultou em prédios mal feitos, o que, por sua vez, onerou as contas públicas, haja vista que muitos reparos foram necessários para manter os prédios funcionando. No que tange às professoras, a maioria delas não tinha formação adequada.

Antes deste movimento de ruralização da educação, havia poucas escolas isoladas públicas para atender ao camponês. Em razão disso, os pais que tinham algum recurso mantinham escolas domésticas para ensinar os próprios filhos. Sendo assim, a presença das escolas rurais alterou o cenário da zona rural e possibilitou, embora precariamente, o ensino primário público para aqueles que não podiam pagar a uma “professora ambulante”. Já que foi pela falta de professores e escolas que as “professoras ambulantes”, contratadas pelos pais de alunos, permaneceram tendo espaço, nos anos de 1950, e contribuíram significativamente para o processo de expansão do ensino, embora, em sua maioria, elas tivessem cursado apenas

o ensino primário e outras somente sabiam ler, escrever e contar, ou seja, tinham o ensino primário incompleto.

De modo que o “desencanto da ruralização” iniciava com a fragilidade dos prédios, continuava com a desqualificação dos professores e finalizava com a descontinuidade das séries que se seguiam (após a 4ª série). Tais aspectos foram fatores que limitaram o sertanejo na “caminhada do saber formal”. Isso porque o número de ginásios era reduzido e, vez por outra, eram particulares. Além disso, estas poucas instituições se localizavam nas sedes dos municípios, dificultando de tal modo os estudos dos que residiam em povoados afastados.

Outro meio dos rurícolas aprenderem a ler, escrever e contar ou apenas assinar o nome e reconhecer o alfabeto foram as campanhas contra o analfabetismo, realizadas pelo governo federal para atender adolescentes, jovens e adultos. Essas campanhas circularam em todos os estados brasileiros, inclusive Sergipe. Uma vez que, mesmo com o crescimento da quantidade de escolas, o número de analfabetos era um fato que segundo Nagle (1974) negava o conceito de civilidade, nacionalismo, além de comprometer o processo de modernidade, já que o analfabetismo era sinônimo de atraso. Tais campanhas eram, segundo Andrade (2004), uma das estratégias do poder público para discursar sobre a sua fluente participação na educação brasileira. Porém, Anísio Teixeira e Paulo Freire denunciavam que a educação popular deveria ir para além da educação básica e formar agentes de transformação.

No alto sertão sergipano, as professoras das campanhas eram as mesmas professoras que atuavam nas escolas isoladas, rurais, reunidas e nos grupos escolares. Elas lecionavam durante o dia para as crianças e à noite ensinavam jovens e adultos. O que tornava a jornada intensa e, vez por outra, penosa. Mas muitas delas viam a educação formal como a sua missão de vida e, sobretudo, como forma de sustento. E foi assim, por essas experiências, que elas se fizeram professoras do sertão.

Considerou-se também nesta história, que as cadeiras de professor, no alto sertão sergipano, eram preenchidas por indicação política tal como as construções das escolas, o que explica porque alguns povoados tinham até duas escolas próximas e outros não tinham nenhuma. A intervenção política partidária provocou várias situações problemáticas, tal como as constantes remoções de professores, fechamento de escolas e perseguições. Os prejuízos pelas intrigas partidárias nestas cidades, somaram-se aos outros do sertanejo, a exemplo do clima e da fome, e lesaram o processo de ensino aprendizagem, além de provocar a repetência e

evasão dos que estavam na escola. Problemas evidenciados nas mensagens dos governadores e nos depoimentos dos entrevistados.

No que se refere às ocupações das cadeiras de professor pelas 21 professoras leigas, no alto sertão, essas se devem ao baixo salário pago pelo Estado de Sergipe aos professores do ensino primário. Isso, por certo, foi um dos fatores desmotivadores para os diplomados assumirem as cadeiras de professor, principalmente nas escolas do interior do Estado, o que justificava a grande quantidade de professoras lecionando sem a devida formação. Foi com a falta do professor diplomado nessas cidades que as vagas foram preenchidas à revelia da legislação que determinava que somente os diplomados poderiam lecionar. Foi contrariando a lei, mas em prol do sertanejo, que tais professoras, participando do que Maria Rosa de Fátima Souza denomina de feminização da educação, assumiram a missão de alfabetizar o sertanejo, mesmo recebendo baixos salários. Tal composição do quadro professoral também se deve aos conchavos políticos que determinavam quem e onde ensinar, a depender da fidelidade partidária da professora.

A presença das professoras leigas era um fato, no Estado de Sergipe, sendo assim foram criados cursos para preparar as docentes que ingressavam com pouca instrução nas redes estadual e municipal de ensino. Os cursos de habilitação, aprimoramento, aperfeiçoamento e atualização, nas décadas de 1960 e 1970, tinham por objetivo reverter a situação precária quanto à formação dos professores. Esses cursos eram ministrados no período de férias, nas cidades polos Aracaju, Estância, Japaratuba, Nossa Senhora das Dores, Gararu e Estância. Sendo assim, foi através desses cursos supletivos de 1º e 2º grau que as professoras sertanejas alcançavam a titulação requerida e um pequeno aumento no salário. E segundo as mesmas, foi a partir daí que suas práticas educativas mudaram significadamente, haja vista elas tinham aprendido mais e melhor a forma e os conteúdos a serem ensinados.

Sendo assim, o fazer-se professora, antes e depois dos cursos, no sertão, requeria muita perseverança, uma vez que a maioria das professoras iniciou a docência sem o conhecimento didático de como lecionar. Foi através das experiências de vida, e do aprender na prática, que elas ensinaram os alunos a ler, escrever e contar, independentemente do currículo de disciplinas, pois o conhecimento transmitido dependia do saber da professora. As práticas docentes no sertão não ficaram restritas à sala de aula, pois as professoras também tinham que preparar a merenda, limpar a escola e estar atentas aos alunos mais indisciplinados. Suas salas de aula, em média compostas por 50 alunos, eram invariavelmente em lugares inapropriados e

os materiais didáticos estavam longe do requerido pela legislação educacional e do que aprenderam nos cursos realizados. Diante disso, há de se considerar o peso das políticas públicas pensadas e desenvolvidas a partir das práticas docentes e das experiências vividas que foram aqui retratadas e que muito têm a oferecer aos legisladores.

Assim, a docência foi, para as 21 professoras aqui retratadas por suas memórias, como uma missão. Missão que cumpriram por meio das próprias experiências educacionais, religiosas, familiares e das vidas que conduziram suas práticas para além de um manual didático. Elas eram mulheres, mães, esposas, filhas, mas ficaram conhecidas como professoras, termo construído no dia a dia, em sala de aula, no trato com os alunos. Apesar dos obstáculos da profissão, a saudade foi evidenciada nas entrevistas, tal como o contentamento da visita surpreendente de uma ex-aluna. Elas carregam a marca do fazer-se professora nas cantigas rememoradas, na letra arredondada, mas principalmente na vida de sertanejos que estudaram nos bancos escolares do alto sertão sergipano.

Muitas dessas professoras se tornaram, nas suas respectivas comunidades, personalidades respeitadas, e por isso eram requisitadas para batizar crianças e também para serem madrinhas de casamento. Pelo fato de estarem em foco e iniciarem a vida profissional tão jovens, também eram alvos de homens não muito dados ao trabalho. As histórias dos casamentos de Maristela de Sá e Maria José Brito Ferreira se somam a de tantas outras histórias, que deram origem aos ditados populares, que enalteciam a boa vida dos maridos dessas mulheres. Sendo o casamento para o cristão católico uma união sagrada, e nas décadas de 1950 a 1970, no sertão, a mulher desquitada era alvo de preconceito, deste modo, a maioria das mulheres, tal como a professora Maria José Brito Ferreira, permanecia com o cônjuge, poucas chegando a se separar, como Maristela de Sá.

O modelo de conduta da jovem sertaneja era um dos principais critérios para a população “aceitá-la” no cargo de professora. Deste modo, elas eram vigiadas, e em especial as solteiras. Qualquer erro poderia denegrir a imagem de “moça direita”. Por isso, as professoras que lecionavam nas escolas rurais, em povoados distantes, se resguardavam de qualquer murmúrio se hospedando em casas de parentes e conhecidos ou levavam uma companhia para residir com elas, na casa do professor. Em caso de “transgressão” quanto ao comportamento, tal como a professora Elenildes dos Santos, que engravidou de homem casado, havia uma sanção moral e até profissional que a acometia. A referida professora, por exemplo, teve que mudar do povoado de Nossa Senhora de Lourdes, para a sede da cidade, já

que o pai dela estava envergonhado e muitas pessoas da comunidade a rejeitaram, uma vez que a virgindade, na década de 1960, no sertão, era a maior honra da “moça”. Sendo assim, ela passou a ser vista como uma mulher “desonrada” e, em razão disso, foi rebaixada para o cargo de merendeira.

A visão dos sertanejos sobre a profissão de professora era repleta de divergências, como no caso do pai da professora Maria Dagmar Menezes que não queria que a filha fosse professora, temendo que ela enveredasse pela libertinagem. Enquanto isso, o pai de Maria do Amor Divino forçou a mesma a ser professora, mostrando o sentimento de orgulho em ter uma filha professora. Vale ressaltar que ambos os pais precisavam ser ajudados pelas filhas nas despesas de casa. Sendo assim, os costumes, a moral, as tradições também foram/são somados pela singularidade e a forma de ver e pensar de cada um. Deste modo, as trajetórias das professoras foram/são marcadas por costumes em comuns e histórias diversas que encontraram na profissão um “novelo de ânimo e, por vezes, âncora” para continuar tecendo a linha da vida.

Durante os depoimentos, as professoras deram uma volta no passado, ou seja, fizeram uma retrospectiva de suas práticas escolares e da cultura escolar inculcada. E a escola foi o lugar mais evidenciado dentre as recordações. A cartilha do ABC, o giz, o quadro negro, a tabuada, os bancos escolares, a sala de aula, os alunos, as festas, os desfiles, as cantigas e a indisciplina compunham as lembranças das trajetórias de suas vidas. Sendo assim, as escolas isoladas, rurais, reunidas e grupos escolares eram/são pedaços de suas histórias. Sem eles, suas vidas não estariam tão repletas de desafios e vitórias. Pois, foram os alunos obedientes e desobedientes que marcaram momentos que, para as velhas professoras, foram/são inesquecíveis, tal como a história do “ex-aluno Dado” da professora Maria José de Brito Ferreira, e a de Jilson, da professora Iraci Dias de Almeida Couto, cujas histórias foram aqui reveladas.

Os desafios de sobreviver com o salário de professora no sertão as fizeram viver sempre no limite. E para Delucia Vieira de Melo essa situação era mais séria, mãe de dez filhos, teve que trabalhar como faxineira, lavadeira e passadeira para complementar as despesas diárias, já que estava separada do cônjuge e apenas com o salário de professora não conseguia sustentar as crianças. Já para as mulheres casadas, o salário tornava-se um complemento para suprir as despesas do lar, sendo elas, em sua maioria, filhas de lavradoras, o salário de professora era uma ajuda significativa para auxiliar o marido ou o pai, lembrando

que, nas décadas de 1950 a 1970, a fome era uma “peste do mal tempo”. Além disso, nessa época não havia controle de natalidade, as mulheres geralmente pariam todos os anos, a exemplo da professora Maria Amélia que teve 21 filhos, apesar de não criar todos. O índice de mortalidade infantil era grande, muitas crianças não resistiam e acabavam morrendo. Estas mortes se davam por enfermidades, abortos involuntários ou durante os partos, realizados pelas parteiras leigas, geralmente na própria residência das gestantes.

A vida das professoras, no sertão, requeria que as mesmas fossem fortes para sobreviver às dificuldades. Na sala de aula ou em casa, elas tinham que ser fortalezas. Uma vez que, nessa época, a maioria das mulheres estava atada às coisas do lar, marido e filho. Sendo assim, administrar uma casa e uma profissão era um desafio constante, já que no sertão não havia luz elétrica e nem água encanada, ou seja, não havia o conforto da cidade, o que fazia do dia a dia dessas mulheres uma corrida contra o tempo. E a maioria delas, para dar conta de todos os afazeres, levantava cedo e dormia tarde corrigindo provas à luz de lampião ou candeeiro, e deste modo elas lançavam mão do tempo de descanso, para conciliar a profissão com as demais atribuições.

Apesar das normas sobre a educação primária, desde a década de 1930, primarem pela formação dos professores, a constituição do campo educacional no alto sertão se deu através das professoras leigas. Foi por meio delas, das escolas domésticas e dos grupos escolares que as professoras, apesar do restrito conhecimento, deram forma à educação sertaneja. Foi por causa delas e de tantas outras de igual formação que as escolas se mantiveram de portas abertas, possibilitando ao rurícola o ensino gratuito, mesmo que apenas de 1^a à 4^a série. Assim, tal como as professoras, arremato a minha peça ressaltando a importância das políticas públicas voltadas para a educação na zona rural, mas principalmente a importância das professoras leigas para o processo de escolarização do sertanejo. Sem elas, apesar de todas as deficiências e dificuldades, o alto sertão sergipano estaria ainda mais aquém do ideal. A elas “toda honra” emanada por uma sertaneja que tem nelas o exemplo de como enfrentar desafios e fazer com que a educação aconteça.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- _____. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALENCAR, José F. de. A professora “Leiga”: um rosto de várias faces. In: DAMASCENO, Maria Nobre; THERRIEN, Jacques (Coord.). **Educação escola no campo**. Campinas: Papyrus, 1993. (Coleção magistério. Formação e trabalho pedagógico).
- ALMEIDA, José Américo de. **A bagaceira**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1972.
- AMADO, Janaina. FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- ANDRADE, Eliane Ribeiro. **A educação de jovens e adultos e os jovens do “último turno”**. Tese. Faculdade de Educação do UFF. Niterói: [s.n.], 2004. Disponível em: <www.bdae.org.br/dspace/bits/tream/123456789/1/tese.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2013.
- BARRETO, Luiz Antônio. **Os vassalos do rei**. Aracaju: Editorial de Sergipe, 1998.
- BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. Raphael Samuel e a história local. In: CARVALHO, Rosana Areal de; MESQUITA, Ilka Miglio de (Org.). **A História Social e Cultural Inglesa e suas contribuições para a pesquisa em História da Educação**. Belo horizonte: Maza edições, 2013.
- BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; SANTOS, Laísa Dias; SILVA, Rony Rei do Nascimento. Dos castigos e da disciplina: práticas escolares no território sul sergipano. In: **Interfaces científicas - educação**. Aracaju, v. 1, n. 1, p. 77-87, out 2012.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Memória e cultura escolar: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba. **História (São Paulo)**, v. 30, n. 1, enero-junio, 2011, pp. 397-411. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/inicio/ArtPdfRedjsp?>>. Acesso em: 20 fev. 2012.
- BEZERRA, Ada Augusto Celestino; CHAVES, Natalina Bissaro Siqueiro. O rural como objeto de estudo na educação: campo de abrangência e significado atual. Os professores, de novo pensados, em contexto de mudança. In: BEZERRA, Ada Augusta Celestino; NASCIMENTO, Marilene Batista da Cruz (Org.). **Educação e formação de professores: questões contemporâneas**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História: ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BOSI, Ecléa. **Memória & sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo, SP. T.A. Editor, 1979.
- BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

_____. **História e teoria social**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. **O que é história cultural**: São Paulo: Zahar, 2008.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do estado no meio rural – traços de uma trajetória. In: DAMASCENO, Maria Nobre; THERRIEN, Jacques (Coord.). **Educação escola no campo**. Campinas: Papyrus, 1993. (Coleção magistério. Formação e trabalho pedagógico).

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e forma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da associação brasileira de educação (1924 – 1931). Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.

COSTA, Alcino Alves. **Lampião além da versão**: Mentiras e mistérios de Angico. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1996.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: (campanha de Canudos). 4 ed. São Paulo: Martin Claret LTDA, 2002.

DAMASCENO, Maria Nobre. A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política. In: DAMASCENO, Maria Nobre; THERRIEN, Jacques (Coord.). **Educação escola no campo**. Campinas: Papyrus, 1993. (Coleção magistério. Formação e trabalho pedagógico).

DAMASCENO, Maria Nobre; THERRIEN, Jacques (Coord.). **Educação escola no campo**. Campinas: Papyrus, 1993. (Coleção magistério. Formação e trabalho pedagógico).

DAVIS, Cláudia; GATTI, Bernardete A. A dinâmica da sala de aula na escola rural. In: DAMASCENO, Maria Nobre; THERRIEN, Jacques (Coord.). **Educação escola no campo**. Campinas: Papyrus, 1993. (Coleção magistério. Formação e trabalho pedagógico).

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares de vida religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1989.

ECO, Umberto; SEBOK, T. A. **Signo de três**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

FALCI, Maridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, Mary Del (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Maria Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cyntia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; NASCIMENTO, Cecília Vieira do; SANTOS, Marileide Lopes dos. **Reformas educacionais no Brasil**: democratização e qualidade da escola pública. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010, p.13-24.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de; JUNIOR, Antônio Germano Magalhães. Ruralismo, memórias e práticas educativas no cotidiano da primeira Escola Normal Rural do Brasil: a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte – CE (1934-1946). In: **Educação rural em perspectiva internacional**: instituições, práticas e formação do professor. Flávia Obino Corrêa Werele (Org.) Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

FAZENDA, Ivani C. A. **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERRI, Cássia. **Classes multisseriadas**: que espaço escolar é esse? Dissertação. Florianópolis/SC, 1994. Disponível em: <www.gepec.ufscar.br/.../classes-multisseriadas-que-espaço-escolar...esse/>. Acesso em: 12 out. 2013.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Vestidas de azul e branco**: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950). São Cristóvão: Grupo de estudos e pesquisas em história da educação/NPGED, 2003.

GAMA, Raimundo. **Recortes de canudos**. Salvador: BDA, 1997.

GOES, Guiomar Souza; MENEZES, Judite. **As professoras que lecionavam no Cícero Bezerra” sempre colaboraram para o crescimento desta escola**. Relatório. N.Sra. da Glória, agosto de 1973.

GONÇALVES, Irlen Antônio. **Cultura escolar**: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918). Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2006.

GONZAGA, Luiz. **Asa Branca** [online]. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/luiz-gonzaga/asa-branca.html>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

GREGÓRIO, Léon. **Livro de atas da paróquia de Nossa Senhora da Glória**, 1971, s/p.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Enredos da tradição: a invenção história da região Nordeste do Brasil. In: LORROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel**: políticos e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.139-160.

LE GOFF, Jacques. **Enciclopédia**: memória-história. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2002. (Coleção Questões da Nossa Época).

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; SILVA, Tânia Elias Magno (Org.). **Múltiplos olhares sobre o semi-árido nordestino: sociedade, desenvolvimento, políticas públicas**. Aracaju: Fundação de Amparo à Pesquisa de Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LUZIA-HOMEM. Direção: Fábio Barreto. Paramount Pictures. Madalena/CE: 1984, 1 fita de vídeo (104 min.).

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Os professores, de novo pensados, em contexto de mudança. In: BEZERRA, Ada Augusta Celestino; NASCIMENTO, Marilene Batista da Cruz (Org.). **Educação e formação de professores: questões contemporâneas**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

MENDONÇA, José Antônio Nunes. **A educação em Sergipe ano: 1956**. Aracaju: Livraria Regina, 1958.

MENEZES, Jonatas. **Pentecostalismos e os rituais de cura divina: personagens e percursos**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008. p. 9-64.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. As escolas rurais e a formação de professores: a experiência do Paraná – 1946-1961. In: WERELE, Flávia Obino Corrêa (Org.). **Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

MONARCHA, Carlos. Cânon da reflexão ruralista no Brasil: Sud Mennucci. In: WERELE, Flávia Obino Corrêa (Org.). **Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

MORAIS, Gizelda Santana (Coord.). **Projeto: professores leigos X professores habilitados**. Universidade Federal de Sergipe: Centro de Educação e Ciências Humanas; MEC; INEP. Relatório. Aracaju, 1985.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade**. Aracaju: Fundesc, 1986.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo, EDU; Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1974, 1976 reimpressão.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Memórias do aprendizado: 80 anos de ensino agrícola em Sergipe**. Maceió: Edições Catavento, 2004. p.191-248.

NUNES, Clarice. Anísio Teixeira: a luta pela escola primária pública no país. In: MENEZES, Maria Cristina; SMOLKA, Ana Luiza Bustamante (Org.). **Anísio Teixeira, 1900-2000. Provocações em educação**. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000. (Coleção memória da educação).

_____. Memória e história da educação: entre práticas e representações. In: **Revista Educação em foco**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora. v. 7, n. 2, set/2002 a fev/2003.

NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

OLÍMPIO, Domingos. **Luzia Homem**. São Paulo: Ática, 1983.

OLIVEIRA, Arivaldo. **Eu, meus dois irmãos e Jupi**. Aracaju: Editor Flodoaldo Cruz, 2004.

_____. **Reminiscência**. Aracaju:[s.n], 1981.

OLIVEIRA, Valdete Alves. **História sócio cultural da cidade de Monte Alegre de Sergipe**. Recife: Gráfica e Editora Liceu Ltda, 2008.

PAIM, Elison Antônio. As práticas de ensino de história nas lembranças dos professores. In: BERTICELI, Ireno Antônio; SILVA, Maurício Roberto da; PAIM, Elison Antônio. **Educação em análise: formação de educadores e produção de pesquisas num contexto de desigualdades socioculturais**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2013.

_____. **Memórias e experiências do fazer-se professor**. Tese. Campinas, SP: [s.n.], 2005.

PINA, Maria Lígia Madureira. **A mulher na história**. [S.l.: s.n].

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

PRIORE. Mary Del (Org.). Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino. In: PRIORE. Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **História do amor no Brasil. 2 ed.** São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **História do cangaço**. São Paulo: Global, 1991.

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. 13. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1971.

RAMAL, Camila Timpani. **Educação do campo e a realidade do município de Vitória da Conquista (BA)**. Dissertação. São Carlos/SP, 2010.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1998.

REZENDE, Cacia Valeria de. **A contribuição da Escola Cícero Bezerra na sociedade gloriense: (1960 a 1990)**. Monografia. Aracaju, 2004.

_____. **Adeus meu sertão: namoro e casamento no sertão urbano (1940-2000)**. Relatório. Nossa Senhora da Glória, 2007.

_____. **“Entre sonhos e tabus”**: a história dos casamentos em Nossa Senhora da Glória/SE, nos anos de 1940 e 1960. Cadernos de graduação: ciências humanas/Universidade Tiradentes. v.I, n.1 (jan./jun.,2005). Aracaju: Guetemberg, 2005. p.109-124.

_____. **“Véio”: o cotidiano e a arte**. Cadernos de graduação: ciências humanas/Universidade Tiradentes. v.IV, n.4 (jul.dez.2006). Aracaju: Guetemberg, 2005, p. 57-68.

RITZKAT, Marly Gonçalves Bicalho. Preceptoras alemãs no Brasil. In: LOPES, Eliane Maria Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cyntia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. **Combates entre história e memórias**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SÁ, Nicanor Palhares (Org.). **Revisitando a história da escola primária: os grupos escolares em Mato Grosso na primeira república**. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SANTOS, Betisabel Vilar de Jesus. **Luzes e blecautes em cidades adormecidas: a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos no cenário educacional sergipano**. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2003.

SANTOS, Jailson Alves dos Santos. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, Eliane Maria Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cyntia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SANTOS, Jorge Henrique Vieira. **“Glória” contada em versos: 80 anos de emancipação política**. Aracaju: J. Andrade, 2008.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. Tradução Zena Winona Eisenberg. In. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, n. 19, set. 89/fev 90, p.219-243.

_____. Teatros de memória. **Projeto História**: revista do programa de estudos pós-graduados em História e do departamento de história da PUC-SP, São Paulo, fev. 1981.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SILVA, Tânia Elias Magno da; LOPES, Eliano Sérgio Azevedo (Org.). **Múltiplos olhares sobre o Semi-Árido nordestino: sociedade, desenvolvimento, políticas públicas**. Aracaju: Fundação de Amparo à Pesquisa de Sergipe, 2003.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

TABORDA, Radagasio. **Crestomatia**: excertos escolhidos em prosa e verso dos melhores escritores brasileiros e portugueses. 24. ed. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Globo, 1951.

THERRIEN, Jacques. A professora rural: o saber de sua prática social na esfera da construção social da escola no campo. In: DAMASCENO, Maria Nobre; THERRIEN, Jacques (Coord.). **Educação escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993. (Coleção magistério. Formação e trabalho pedagógico).

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**, 1: a árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Maria Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cyntia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VILLA, Marco Antonio. **Vida e morte no sertão**: história das secas no nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Editora Ática, 2001.

ZAGO, Nadir. **O professor unidocente na área rural**: Estudo de caso. Rio de Janeiro, FGV, IESAE, 1980. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9735/000019199.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 nov. 2013.

Fontes Documentais

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL – 1960. ANO XXI. IBGE – CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro, em 7 de dezembro de 1960.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL – 1961. ANO XXII. IBGE – CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro, em 13 de dezembro de 1961.

BAPTISTA, Lourival. Governador do Estado de Sergipe. MENSAGEM ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL. Aracaju, 1967.

BAPTISTA, Lourival. Governador do Estado de Sergipe. MENSAGEM ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL. Aracaju, 1968.

BAPTISTA, Lourival. Governador do Estado de Sergipe. MENSAGEM ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL. Aracaju, 1970.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Developim ento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm>. Acesso em: 1 ago. 2013.

BRASIL. SUDENE. **As secas do nordeste**: uma abordagem histórica de causas e efeitos. Recife: SUDENE-DRN, 1981.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Centro de Documentação e Informação. Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-normaatualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2013.

CARVALHO, Sebastião Celso de. Governador do Estado de Sergipe. MENSAGEM ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL. Aracaju, 1965.

DIRETRIZES operacionais para a educação rural: proposição pertinente. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rural:pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2013.

ESTADO DE SERGIPE. CONDESE – CONSELHO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SERGIPE. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. Anuário Estatística de Sergipe – 1971 – V.1. P. 1-957. 1971.

ESTADO DE SERGIPE. CONDESE, SUDENE E A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Organização Espacial do Estado de Sergipe. Aracaju (SE) maio de 1976.

ESTADO DE SERGIPE. Decreto nº 202 – de 31 de Maio de 1950. Abre à Secretaria da Justiça e Interior Crédito especial: O governador do Estado de Sergipe, usando da autorização contida na Lei nº 253, de 27 de maio de 1950.

ESTADO DE SERGIPE. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES, ESCOLAS REUNIDAS, ESCOLAS ISOLADAS, ESTADUAIS, MUNICIPAIS E PARTICULARES E NOMES DOS RESPECTIVOS PROFESSORES. Aracaju: Imprensa Oficial, Abril de 1941.

ESTADO DE SERGIPE. GOVERNO LOURIVAL BAPTISTA. PLANO DE INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO. Aspectos sócio-econômicos, zona – 7, 1968.

ESTADO DE SERGIPE. GOVERNO PAULO BARRETO DE MENEZES. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Assessoria Setorial de Planejamento. Programação Estadual Referente ao Empréstimo MEC-BIRD. Volume I. Aracaju, junho de 1973.

ESTADO DE SERGIPE. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO CURSO PRIMÁRIO. Certifica que a aluna mestra Maria Dagmar Meneses, concluiu o Curso Primário no Curso de Treinamento para Professores não Titulados realizado em N. S. das Dores, 19 de Maio de 1970.

FRANGO, Augusto do Prado. Governador do Estado de Sergipe. MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL. Aracaju, 1980.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA DE POPULAÇÃO. SÉRIE REGIONAL. VII RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL. ALAGOAS-SERGIPE. Censo Demográfico de 1960. Volume I, Tomo VII. Rio de Janeiro, 1965.

GARCEZ, Arnaldo Rollemberg. Governador do Estado de Sergipe. MENSAGEM ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL. Aracaju, 1952.

GARCEZ, Arnaldo Rollemberg. Governador do Estado de Sergipe. MENSAGEM ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL. Aracaju, 1954.

GARCIA, Luiz. Governador do Estado de Sergipe. MENSAGEM ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL. Aracaju, 1959.

GARCIA, Luiz. Governador do Estado de Sergipe. MENSAGEM ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL. Aracaju, 1961.

GARCIA, Luiz. Governador do Estado de Sergipe. MENSAGEM ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL. Aracaju, 1962.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. CONDESE – CONSELHO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SERGIPE. GOEGE – COORDENAÇÃO ESTADUAL DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatística de Sergipe – 1972 – v.2,p. 595. 1972.

GOVERNO DE SERGIPE. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Assessoria Setorial de Planejamento. Projeto Nordeste: Programa de Educação Rural. Aracaju/SE. Dez/84.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Plano Estadual de Educação e Cultura. 1971-1974. Aracaju – Dezembro de 1970.

IBGE – CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. SEPARATA DO “ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL”. Algumas Séries Estatísticas. Ano XIV – 1953.

IBGE – CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO. SÉRIE REGIONAL. ESTADO DE SERGIPE. Censo Demográfico e econômico 1950. Volume XIX. Rio de Janeiro, 1956.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, ANO VI – 1941/1945. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, ANO XII – 1951. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL ANO XIII – 1952. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1953.

LEI nº 5.692 –de 11 de agosto de 1971 – Lei de Diretrizes de Bases Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1971/5692.htm>>. Acesso em: 1 dez. 2013.

LEITE, José Rollemberg. Governador do Estado de Sergipe. MENSAGEM ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL. Aracaju, 1950.

LEITE, José Rollemberg; MENEZES, Paulo Barreto de. Governador do Estado de Sergipe. MENSAGEM ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL. Aracaju, 1977.

LEITE, José Rollemberg; MENEZES, Paulo Barreto de. Governador do Estado de Sergipe. MENSAGEM ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL. Aracaju, 1978.

LEITE, José Rollemberg; MENEZES, Paulo Barreto de. Governador do Estado de Sergipe. MENSAGEM ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL. Aracaju, 1979.

MACIEL, Leandro Maynard. Governador do Estado de Sergipe. MENSAGEM ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL. Aracaju, 1956.

MACIEL, Leandro Maynard. Governador do Estado de Sergipe. MENSAGEM ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL. Aracaju, 1957.

MACIEL, Leandro Maynard. Governador do Estado de Sergipe. MENSAGEM ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL. Aracaju, 1958.

MENEZES, Maria Dagmar. DIÁRIO PESSOAL. Nossa Senhora da Glória, 1990-2013.

MENEZES, Paulo Barreto de. Governador do Estado de Sergipe. MENSAGEM ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL. Aracaju, 1973.

MENEZES, Paulo Barreto de. Governador do Estado de Sergipe. MENSAGEM ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL. Aracaju, 1974.

MENEZES, Paulo Barreto de. Governador do Estado de Sergipe. MENSAGEM ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL. Aracaju, 1975.

MENEZES, Paulo Barreto de. Governador do Estado de Sergipe. MENSAGEM ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL. Aracaju, 1976.

MISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL; FUNDAÇÃO IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL – 1970. Rio de Janeiro, v.31, p.1-772. 1970.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. FUNDAÇÃO IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA. DEPARTAMENTO DE CENSOS. Censo Demográfico Sergipe 1970. Rio de Janeiro, 1972.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. ESTADO DE SERGIPE. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. DIRETORIA DE ESTATÍSTICA DO ESTADO DE SERGIPE. SINOPSE ESTATÍSTICA DO ESTADO. n.1. SEPARATA, COM ACRÉSCIMOS, DO ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, ANO II – 1936, Aracaju, dezembro de 1936.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. ESTADO DE SERGIPE. CERTIFICADO. Certifico que a aluna Maria Dagmar Meneses participou do Curso de Treinamento de Educação Integrada, Convênio S/MOBRAI em Aracaju, realizado no período de 21/01 a 25/01/1974.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. ESTADO DE SERGIPE. Certificamos que Maria Dagmar Meneses frequentou o Curso de Treinamento e de Preparação para Diretores de Grupos Escolares, no período de 4/10 a 15/11/67.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. ESTADO DE SERGIPE. Certificamos que Maria Dagmar Meneses frequentou a 1ª etapa do Curso de Preparação - Pedagógica para Exames de Madureza, no período de 30/06 a 25/07/70.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. ESTADO DE SERGIPE. CERTIFICADO. Certificamos que Maria Dagmar Meneses participou do Curso de Cultura Geral para Professores não Titulados. Período 07/02/73 a 03/03/73. Estância, 3 de Março de 1973.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. COORDENAÇÃO EXECUTIVA Certificamos que Maria Dagmar Meneses participou do Curso de Atualização Didática para professores de 1ª a 4ª séries de 1º Grau. Nossa Senhora da Glória, 1975.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. ESTADO DE SERGIPE. SETOR DE SUPERVISÃO E TREINAMENTO. CERTIFICADO. Certificamos que Maria Dagmar Meneses frequentou o Curso para Diretores de Grupos Escolares. Aracaju, 1965.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLATEC. Canindé do São Francisco. Perfis Municipais – Aracaju, 1997.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLATEC. Gararu. Perfis Municipais – Aracaju, 1997.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLATEC. Monte Alegre de Sergipe. Perfis Municipais – Aracaju, 1997.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLATEC. Nossa Senhora da Glória. Perfis Municipais – Aracaju, 1997.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLATEC. Nossa Senhora de Lourdes. Perfis Municipais – Aracaju, 1997.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLATEC. Poço Redondo. Perfis Municipais – Aracaju, 1997.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLATEC. Porto da Folha. Perfis Municipais – Aracaju, 1997.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934.

PROJETO ARIDAS. Políticas de desenvolvimento sustentável no nordeste semi-árido. Brasília, março de 1994.

Fontes Orais

ALVES, Delfina Fernandes. **Entrevista** concedida em 31 de Julho de 2012 a Cacia Valeria de Rezende, em Canindé de São Francisco.

ANDRADE, Maria Marlete Silva. **Entrevista** concedida em 28 de Julho de 2012 a Cacia Valeria de Rezende, em Nossa Senhora de Lourdes.

ARAGÃO, Maria. Lima Santos. **Entrevista** concedida em 10 de Julho de 2012 a Cacia Valeria de Rezende, em Gararu.

BRITTO, Maria Auxiliadora Melo de. **Entrevista** concedida em 27 de Julho de 2012 a Cacia Valeria de Rezende, em Canindé de São Francisco.

COUTO, Iraci Dias de Almeida. **Entrevista** concedida em 1 de Agosto de 2012 a Cacia Valeria de Rezende, em Nossa Senhora da Glória.

DANTAS, Claudinete Andrade. **Entrevista** concedida em 4 de Agosto de 2012 a Cacia Valeria de Rezende, em Canhoba.

FEITOSA, Maria do Amor Divino. **Entrevista** concedida em 29 de Julho de 2012 a Cacia Valeria de Rezende, em Porto da Folha.

FERREIRA, Maria José Brito. **Entrevista** concedida em 26 de Julho de 2012 a Cacia Valeria de Rezende, em Monte Alegre de Sergipe.

GOIZ, Berenice Souza. **Entrevista** concedida em 2 de Maio de 2013 a Cacia Valeria de Rezende, em Nossa Senhora da Glória.

GUIMARÃES, Maria do Socorro Feitoza. **Entrevista** concedida em 27 de Julho de 2012 a Cacia Valeria de Rezende, em Canindé de São Francisco.

LIMA, Maria Amélia Vieira. **Entrevista** concedida em 26 de Julho de 2012 a Cacia Valeria de Rezende, em Monte Alegre de Sergipe.

LIMA, Maria José de Andrade. **Entrevista** concedida em 18 de Julho de 2012 a Cacia Valeria de Rezende, em Nossa Senhora da Glória.

MELO, Delucia Vieira de. **Entrevista** concedida em 3 de Julho de 2012 a Cacia Valeria de Rezende, em Nossa Senhora da Glória.

MELO, Vitalina Silva. **Entrevista** concedida em 29 de Julho de 2012 a Cacia Valeria de Rezende, em Gararu.

MENEZES, Maria Dagmar. **Entrevista** concedida em 5 de Julho de 2012 a Cacia Valeria de Rezende, em Nossa Senhora da Glória.

OLIVEIRA, Alves Oliveira. **Entrevista** concedida em 5 de Julho de 2013 a Cacia Valeria de Rezende, em Aracaju.

SÁ, Maristela de. **Entrevista** concedida em 17 de Julho de 2012 a Cacia Valeria de Rezende, em Poço Redondo.

SANTOS, Cícero Alves dos. **Entrevista** concedida em 5 de Agosto de 2012 a Cacia Valeria de Rezende, em Nossa Senhora da Glória.

SANTOS, Djalma Gomes de Andrade. **Entrevista** concedida em 4 de Agosto de 2012 a Cacia Valeria de Rezende, em Canhoba.

SANTOS, Elenildes dos. **Entrevista** concedida em 28 de Julho de 2012 a Cacia Valeria de Rezende, em Nossa Senhora de Lourdes.

SANTOS, Evanilde Lima. **Entrevista** concedida em 26 de Julho de 2012 a Cacia Valeria de Rezende, em Nossa Senhora da Glória.

SANTOS, Helena Guilherme da Silva. **Entrevista** concedida em 26 de Abril de 2013 a Cacia Valeria de Rezende, em Nossa Senhora da Glória.

SANTOS, José Enoque dos. **Entrevista** concedida em 28 de Julho de 2013 a Cacia Valeria de Rezende, em Nossa Senhora da Glória.

SANTOS, Josefa Marques dos. **Entrevista** concedida em 17 de Julho de 2012 a Cacia Valeria de Rezende, em Poço Redondo.

SANTOS, Maria Elita. **Entrevista** concedida em 1 de Maio de 2013 a Cacia Valeria de Rezende, em Nossa Senhora da Glória.

SANTOS, Terezinha dos. **Entrevista** concedida em 24 de Julho de 2012 a Cacia Valeria de Rezende, em Nossa Senhora da Glória.

SANTOS, Ubaldo dos. **Entrevista** concedida em 26 de Abril de 2013 a Cacia Valeria de Rezende, em Nossa Senhora da Glória.

SILVA, Maria Luiza Barbosa da. **Entrevista** concedida em 17 de Julho de 2012 a Cacia Valeria de Rezende, em Poço Redondo.

SILVA, Pureza. **Entrevista** concedida em 26 de Abril de 2013 a Cacia Valeria de Rezende, em Nossa Senhora da Glória.

SOUZA, Yolanda Bezerra de. **Entrevista** concedida em 28 de Julho de 2013 a Cacia Valeria de Rezende, em Aracaju.

TEXEIRA, Maria Alves Pereira. **Entrevista** concedida em 29 de Julho de 2012 a Cacia Valeria de Rezende, em Porto da Folha.

Arquivos consultados

Arquivo Público de Sergipe. Aracaju, 14 de agosto de 2012; 17-21 de junho de 2013.

Biblioteca da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de Sergipe. Aracaju, meses de maio e julho de 2013.

Inspeção Escolar. Aracaju, 15-19 de abril de 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Aracaju, 23 de março de 2013.

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, 11-15 de junho de 2012; 26-28 de agosto de 2013.

Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura. Aracaju, 23 de Agosto de 2013.

Secretaria da Educação do Estado de Sergipe. Aracaju, 28 de fevereiro de 2013.

Sítio “SóArte” do artesão Cícero Alves dos Santos. Feira Nova. 19-23 de novembro de 2012; 10-14 de junho de 2013.

APÉNDICES

APÊNDICE A – Currículos de cursos realizados pelas 21 professoras do alto sertão sergipano:

1. Professoras do município de Nossa Senhora da Glória: Maria Dagmar Menezes; Joana Dalva Amaral e Evanilde Lima Santos

MARIA DAGMAR MENEZES
Certificado de conclusão do primário
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conclusão do Curso Primário da aluna mestra, no ano de 1970, no curso de Treinamento para Professores não Titulados realizado em N. S. das Dores, Maio de 1970. ➤ Aprendeu a ler, escrever e contar nas escolas Isoladas da cidade de Nossa Senhora da Glória.
Curso de formação continuada
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Curso para Diretores de Grupos Escolares. Aracaju, 1965. ➤ Curso de Treinamento e de Preparação para Diretores de Grupos Escolares, no período de 4/10 a 15/11/67. ➤ 1ª etapa do Curso de Preparação - Pedagógica para Exames de Madureza, no período de 30/06 a 25/07/70. ➤ Curso de Cultura Geral para Professores não Titulados. Período 07/02/73 a 03/03/73. Estância, 1973. ➤ Treinamento de Educação Integrada, Convênio S/MOBRAL em Aracaju, realizado no período de 21/01 a 25/01/1974. ➤ Curso de Atualização Didática para professores de 1ª a 4ª séries de 1º Grau. Nossa Senhora da Glória, 1975. ➤ A professora Dagmar afirma que fez um curso preparatório para lecionar em Escola Rural (O certificado não foi encontrado pela professora)
Escolas que ensinou
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Escola Isolada de Nossa Senhora da Glória, 1948. ➤ Escola Rural Povoado Alto da Glória, 1951. ➤ Grupo Escolar, 1963.

JOANA DALVA AMARAL
Certificado de conclusão do primário
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Aprendeu a ler, escrever e contar nas escolas isoladas, da cidade de Nossa Senhora da Glória. ➤ Conclusão do Curso Primário da aluna mestra, no ano de 1969, no curso de Treinamento para Professores não Titulados realizado em N. S. das Dores, Junho de 1969.
Curso de formação continuada
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Curso Intensivo de Aperfeiçoamento de Professores Primários, realizado na cidade de Nossa Senhora das Dores de 1º a 13 de Julho de 1963. ➤ Curso De Treinamento Para Professores Primários Não Titulados, no período de 8 a 30/7/68. Nossa Senhora Da Glória. ➤ 1ª etapa do Curso de Cultura Geral- Preparação para Exame de Madureza, no período de 30/06 a 26/07/1969. ➤ 1ª etapa do Curso de Cultura Geral-Preparação para Exames de Madureza, no período de 12/01 a 21/02/70. ➤ 2ª etapa do Curso de Cultura Geral-Preparação para Exames de Madureza, no

período de 30/06 a 25/07/70.
➤ Curso de Cultura Geral para Professores não Titulados. Período 07/02/73 a 03/03/73. Estância, 1973.
➤ Curso de Atualização Ortográfica. Nossa Senhora da Glória, 1973.
Escolas que ensinou
➤ Escola Isolada da Cidade de Nossa Senhora da Glória, Junho de 1957.
➤ Grupo Escolar Cícero Bezerra em 1963/Nossa Senhora da Glória.

EVANILDE LIMA SANTOS
Certificado de conclusão do primário
➤ Aprendeu a ler, escrever e contar nas Escolas Isoladas da cidade de Nossa Senhora da Glória.
Curso de formação continuada
➤ 1º Curso de Treinamento para Professoras Rurais realizado na Escola Agrícola “Benjamin Constant”, no período de 9 de janeiro de fevereiro de 1956. Quissamã/São Cristóvão.
➤ Cursos Intensivos de Aperfeiçoamento de professores Primários. Nossa Senhora das Dores, 1963.
➤ Curso de Treinamento para Professores Primários não titulados, no período de 8 a 30/7/68. Nossa Senhora da Glória.
➤ 1º etapa do Curso de Treinamento para Professores Primários não titulados, no período de 25/06 a 22/07/1969.
➤ Freqüência da IV Semana Pedagógica, realizada na cidade de Nossa Senhora da Glória, no 30/09 a 4/10/68.
➤ 1ª etapa do Curso de Cultura Geral- Preparação para Exames de Madureza, no período de 12/01 a 21/02/70
➤ Curso de Treinamento de Educação Integrado, Convenio SEC/MOBRAI em Aracaju. 1974.
Escolas que ensinou
➤ Escola Rural Povoado Angico, em 1955/Nossa Senhora da Glória.
➤ Escola do 1º Grau Cícero Bezerra/Nossa Senhora da Glória.

2. Professoras do município de Gararu: Maria Lima Santos Aragão; Iraci Dias de Almeida Couto e Vitalina Silva Melo

MARIA LIMA SANTOS ARAGÃO
Certificado de conclusão do primário
➤ Aprendeu as primeiras letras com a “Professora Ambulante” Erozina Matos, contratada pelo pai.
➤ Fez até a 3ª série em escola isolada, no município de Gararu.
➤ Concluiu a 4ª série, quando estava casada e grávida de sua primeira filha, pois não tinha condições de fazer o magistério, caso não terminasse a 4ª série, a qual concluiu em Capela, no período de dois meses.
➤ Através da Secretaria da Educação do Estado de Sergipe cursou o magistério, na cidade de Nossa Senhora das Dores, no período de 1976-1978. (Maria Lima Santos Aragão, 2012)
Curso de formação continuada
--
Escolas que ensinou

<ul style="list-style-type: none"> ➤ Escola Isolada do Povoado Ouricurizeira, 1964. Gararu ➤ Escola Rural Povoado São Mateus da Palestina. Gararu
IRACI DIAS DE ALMEIDA COUTO
Certificado de conclusão do primário
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Aprendeu a ler com 9 anos, numa escola particular e fez a 2ª série na Escola Rural de Itabi, nessa escola apenas aprendeu duas disciplinas: Português e Matemática. (Iraci Dias de Almeida, 2012)
Curso de formação continuada
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tornou-se professora com apenas a 2ª série, através de indicação política, lecionou durante dois anos em Itabi e quando seu partido político perdeu as eleições, o rival a enviou para lecionar no Povoado Ouricuri/Gararu. Nesse lugar não havia escola, e assim teve de montar uma sala na própria casa e depois devido o número alto de alunos, fez uma sala fora da minha casa, pois trabalhava os três turnos, manhã e tarde com alunos regulares e a noite com o supletivo, já que nessa região quase ninguém sabiam ler, e mesmo ela tendo a 2ª série, mas segundo a professora Iraci “na terra de cego, quem tem um olho é rei”. (Iraci Dias de Almeida, 2012)
Escolas que ensinou
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Escola Isolada Povoado Mata/Itabi, em 1955. ➤ Escola Estadual Isolada Ouricuri/ Gararu, em 1958.

VITALINA SILVA MELO
Certificado de conclusão do primário
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Estudou o primário em Escola Isolada N° 05, com a professora Lidinalva Gama e Lindaura, ambas eram de Aracaju / Gararu. ➤ Exames parciais de Madureza. Colégio Estadual “Atheneu Sergipense, Aracaju, 1973. ➤ Curso Supletivo 1º Grau, no Colégio Estadual “Atheneu Sergipense”, Aracaju, 1974.
Curso de formação continuada
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Cursos Intensivos de Aperfeiçoamento de Professores Primários, realizado na cidade de Propriá de 28 de janeiro a 23 de fevereiro de 1963. ➤ Curso de Aperfeiçoamento do Magistério Primário ministrado pelo setor de Treinamento e Supervisão. 1964. ➤ Curso de Aperfeiçoamento do Magistério Primário ministrado pelo setor de Treinamento e Supervisão. 1966. ➤ 4ª etapa do Curso de Treinamento para Professores Primários não titulados, no período de 2 a 27/7/68. ➤ 1ª etapa do Curso de Cultura Geral – Preparação para o Exame de Madureza, no período de 12/01/70 a 21/02/70. ➤ 2ª etapa do Curso Preparação Pedagógica - Preparação para exame de Madureza. Realizado no período de 30/06 a 25/07/1970. ➤ 2ª etapa do Curso Cultura Geral- Preparação para exame de Madureza. Realizado no período de 11/01 a 20/02/1971. ➤ Curso de Preparação para Exame de Madureza, realizado no período de 17 de Janeiro a 07 de março de 1972. ➤ Curso de Atualização de Professores de 1ª Série. Aracaju, 1980.

Escolas que ensinou
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Escola Isolada/ povoado Janipatuba/ Gararu- 1955 ➤ Grupo Escolar /Gararu

3. Professoras do município de Poço Redondo: Maria Luiza Barbosa da Silva; Josefa Marques dos Santos e Maristela de Sá

MARIA LUIZA BARBOSA DA SILVA
Certificado de conclusão do primário
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Curso Primário do Grupo Escolar Cícero Bezerra. Nossa Senhora da Glória, 1969. ➤ Coursou o Magistério através da Secretária da Educação do Estado de Sergipe e do Projeto Logos.
Curso de formação continuada
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Curso de Reciclagem para Professores Leigos de 1º Grau. Poço Redondo, 1979. ➤ Diploma do Professor do Ensino de Primeiro Grau, com direito a lecionar. Concluído via supletivo. Aracaju, 1986.
Escolas que ensinou
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Escola Isolada de Sítios Novos/ Poço Redondo, 1971

JOSEFA MARQUES DOS SANTOS
Certificado de conclusão do primário
<ul style="list-style-type: none"> ➤ A professora não concluiu o primário e não tem nenhum comprovante das séries que estudou, pois estudou em escola isolada. (Josefa Marques dos Santos, 2012)
Curso de formação continuada
--
Escolas que ensinou
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Escola Isolada do Povoado de Sítios Novos/ Poço Redondo- 1958

MARISTELA DE SÁ
Certificado de conclusão do primário
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Curso Primário, com média 7,0 ano de 1970, no curso de Treinamento para Professores não Titulados realizado em Gararu.
Curso de formação continuada
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Treinamento p/ Coordenadores de Órgãos Municipais de Educação. Aracaju, 1979. ➤ Certificado da Campanha Nacional Contra a Poliomielite. Aracaju, 1980.
Escolas que ensinou
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Escola Isolada

4. Professoras do município de Monte Alegre de Sergipe: Maria Amélia Vieira Lima; Maria José Brito Ferreira e Valdete Alves Oliveira

MARIA AMÉLIA VIEIRA LIMA
Certificado de conclusão do primário
<ul style="list-style-type: none"> ➤ A professora só fez o primário na escola Isolada que funcionava na casa da professora Maria Etelvina Nunes Ferreira, no município de Monte Alegre e recebeu certificado.
Curso de formação continuada
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Não fez curso e se aposentou em 1984.

Escolas que ensinou
➤ Escola Isolada da cidade de Monte Alegre, 1958

MARIA JOSÉ BRITO FERREIRA
Certificado de conclusão do primário
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Estudou o primário em Escola Isolada no Estado de Alagoas. ➤ Concluiu o Ginásio em 1974, no Colégio Comunitário Dom José Vicente Távora. Nossa Senhora da Glória, 1974. ➤ Fez o Curso de Supletivo de Habilitação Profissional no Colégio Normal Monsenhor Freitas, Pão de Açúcar, 1979.
Curso de formação continuada
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Diploma de Habilitação Específica de 2º Grau. Propriá, 1978. ➤ Conclusão da 4ª série do 2º Grau – Estudos Adicionais – estando habilitada ao magistério de 5º a 8ª séries do 1º grau na área de Ciências. Realizado no Colégio Normal Monsenhor Freitas, Pão de Açúcar, 1979. ➤ Curso de Matemática Moderna Elementar. Projeto Rondon, Monte Alegre, no período de 25 de 01/1982 a 05/02/1982.
Escolas que ensinou
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Escola Municipal do Sítio São Clemente, N. S. da Glória em 1976. ➤ Colégio Estadual 28 de Janeiro, Monte Alegre, 2000.

VALDETE ALVES OLIVEIRA
Certificado de conclusão do primário
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Curso Primário Supletivo, realizado no povoado Monte Alegre/Nossa Senhora da Glória, 1952.
Curso de formação continuada
<ul style="list-style-type: none"> ➤ 1º curso de Treinamento para Professoras Rurais realizado no período de 9 de Janeiro a 19 de Fevereiro de 1956. Quissamã, 1956. ➤ Curso de treinamento e de preparação para Diretores de grupos escolares, no período 4/10 à 15/11/67. ➤ Curso de Atualização Ortográfica. Monte Alegre, 1973. ➤ Projeto Rondon – Curso de Treinamento para professores primários. Monte Alegre, 1973. ➤ Curso de Orientação Pedagógica. Monte Alegre, 1975. ➤ Curso de Habilitação Específica de 2º Grau via Supletivo de Habilitação Profissional. N. S. das Dores, 1978. ➤ Curso de Aperfeiçoamento p/ Professores da 1ª Série do 1º Grau. N. Srª. das Dores, 1980. ➤ Conclusão da 4ª série do 2º Grau Estudos Adicionais. Pão de Açúcar, 1982..
Escolas que ensinou
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Escola Rural ➤ Grupo Escolar

5. Professoras do município de Canindé do São Francisco: Maria Auxiliadora Melo de Brito; Maria do Socorro Feitoza Guimarães e Delfina Fernandes Alves

MARIA AUXILIADORA MELO DE BRITO
--

Certificado de conclusão do primário
➤ Curso Primário Elementar da Escola Pública Isolada, da cidade de Itabi em 1959.
Curso de formação continuada
➤ Curso de Aperfeiçoamento do Magistério Primário. Realizado em 1966.
➤ Habilitação Específica de 2º Grau, para o exercício de magistério, nas quatro primeiras séries, por concluído o Curso Supletivo de Habilitação Profissional. Propriá, 1978.
➤ Curso de Alfabetização. Aracaju, 1986.
Escolas que ensinou
➤ Escolas Reunidas Dom Juvêncio de Britto/ Canindé do São Francisco

MARIA DO SOCORRO FEITOZA GUIMARÃES
Certificado de conclusão do primário
➤ Curso Primário Elementar no Ginásio Nossa Senhora das Graças. Propriá, 1962.
Curso de formação continuada
➤ 1ª etapa do Curso de Preparação Pedagógica- para Exame de Madureza no período de 30/06 a 25/07/1970. Gararu, 1970.
➤ Habilitação Específica de 2º Grau, para exercício do magistério. Propriá, 1978.
➤ 1º Curso de Atualização em Métodos e Técnicas para Professores da 1ª à 4ª série. Gararu, 1979.
➤ Curso de Atualização para Professores de 1ª Série. Aracaju, 1980.
Escolas que ensinou
➤ Escolas Reunidas Dom Juvêncio de Britto/ Canindé do São Francisco

DELFINA FERNANDES ALVES
Certificado de conclusão do primário
➤ Exame de Admissão do Colégio Nossa Senhora das Graças/ Propriá em 04 de dezembro de 1959. A aluna estudou em escola isolada, aprendeu o ABC e deu continuidade ao ensino primarionesta instituição de cunho religioso. Quanto terminou o primário passou a ser professora do primário na cidade de Canindé.
Curso de formação continuada
➤ Curso de Datilografia, Aracaju, 1979.
➤ Diploma de Professor do Ensino de Primeiro Grau, com direito de lecionar da 1ª à 4ª série do 1º Grau, por ter concluído o ensino de 2º Grau, via ensino supletivo. Aracaju, 1984
➤ Certificado de Participação de Supervisão Escolar. Aracaju, 1987.
➤ Curso de Reforço para os exames de suplência profissionalizante- Habilitação para o magistério de 1º Grau. Aracaju, 1981.
➤ Curso de Licenciatura de Pedagogia. Faculdade Pio Décimo, Aracaju, 1988.
Escolas que ensinou
➤ Escolas Reunidas
➤ Escola do 1º Grau Dom Juvêncio de Britto/Canindé do São Francisco

6. Professoras do município de Nossa Senhora de Lourdes: Maria Marlete Silva Andrade; Elenildes dos Santos e Claudinete Andrade Dantas

MARIA MARLETE SILVA ANDRADE

Certificado de conclusão do primário
➤ Estudou em Escola Isolada com a professora Olina Batista Melo; Fez a 2ª e 3ª série na Escola Rural e estudou o 4ª série com a professora Isaura Jaqueira /Nossa Senhora De Lourdes(Maria Marlete Silva Andrade, 2012)
Curso de formação continuada
--
Escolas que ensinou
➤ Escola Isolada

ELENILDES DOS SANTOS
Certificado de conclusão do primário
➤ Estudou em Escola Isolada
Curso de formação continuada
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Diploma de Professor do Ensino de Primeiro Grau, via ensino supletivo e obtido habilitação específica de 2º Grau para o Exercício do Magistério. Aracaju, 1988. ➤ Treinamento P/Prof de 1ª a 4ª Série. Carga Horária de 32 Hora. Gararu, 1996. ➤ Capacitação dos Recursos Humanos da Educação de Jovens e Adultos. Aracaju, 1999. ➤ Curso de Alfabetização. Aracaju, 1991. ➤ Encontro para Discussão Curricular. Gararu, 1994. ➤ Curso de Capacitação Continuada para Professores de 1ª a 4ª Série. No período de 04/11/98 a 12/03/99. Gararu, 1999.
Escolas que ensinou
➤ Escola Isolada

CLAUDINETE ANDRADE DANTAS
Certificado de conclusão do primário
➤ Aprendeu a ler, escrever e contar na Escola Isolada/N. S. da Lourdes.
Curso de formação continuada
➤ Diploma de Professor do Ensino de Primário Grau, com direito a lecionar da 1ª à 4ª séries do 1º Grau, por ter concluído o ensino de 2º Grau, via supletivo, e obtido habilitação específica de 2º Grau para o exercício do Magistério. Aracaju, 1984.
Escolas que ensinou
➤ Grupo Escolar “Almirante Tamandaré” (Servente)/ N. S. de Lourdes-1973

7. Professoras do município de Porto da Folha: Maria Alves Pereira Texeira; Maria do Amor Divino Feitosa e Delucia Vieira de Melo

MARIA ALVES PEREIRA TEXEIRA
Certificado de conclusão do primário
➤ Aprendeu o ABC com a mãe, depois estudou até a 4ª série, no Grupo Escolar. (Maria Alves Pereira Texeira, 2012)
Curso de formação continuada
➤ Ela fez o Logos e assim, conseguiu concluir o 2º Grau. (Maria Alves Pereira Texeira, 2012)
Escolas que ensinou

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ➤ Ensinou banca, foi professora do MOBREAL, e depois foi indicada por políticas para trabalhar nas escolas do município de Porto da Folha. ((Maria Alves Pereira Texeira, 2012) |
|---|

MARIA DO AMOR DIVINO FEITOSA

Certificado de conclusão do primário

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ➤ Estudou até o 4º ano primário. |
|--|

Curso de formação continuada

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ➤ Participou de cursos em Estância, Propriá e Aracaju. Não fez Logos. (Maria do Amor Divino Feitosa, 2012) |
|--|

Escolas que ensinou

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ➤ Escola Isolada ➤ Grupo Escolar |
|---|

DELUCIA VIEIRA DE MELO

Certificado de conclusão do primário

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ➤ Aprendeu a ler e escrever com a mãe que era professora: Savelina Vieira de Melo e por isso não tem diploma do ensino primário. Assim teve de fazer o Supletivo do Ensino Fundamental no Colégio Santa Sara. Nossa Senhora da Glória, 2007. |
|--|

Curso de formação continuada

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ➤ Curso de Atualização p/ Profs, de 1º, 2º 3º e 4ª Série em Conteúdos Técnicas e Métodos. Gararu, 1980. ➤ Diploma do Ensino Médio – Modalidade Normal através do Programa de Formação de Professores em Exercício. Nossa Senhora das Dores, 2007. |
|--|

Escolas que ensinou

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ➤ Escola Isolada ➤ Grupo Escolar |
|---|

APÊNDICE B – Fotografias das 21 professoras entrevistadas**1. Professoras do Município de Canindé São Francisco****Professora Delfina Fernandes Alves**

Aos 9 anos de idade (1955)
Autoria não identificada. Fonte:
Arquivo particular de Delfina F. Alves.



Aos 18 anos de idade (1966)
Autoria não identificada. Fonte:
Arquivo particular de Delfina F. Alves.



66 anos de idade (2012)
Autoria: Cacia Valeria de Rezende Fonte: Arquivo particular da pesquisadora.

Professora Maria do Socorro Feitoza Guimarães



Aos 6 anos de idade (1954)
Autoria não identificada.
Fonte: Arquivo particular
de M^a. do S. F. Guimarães.



Aos 20 anos de idade (1968)
Autoria não identificada.
Fonte: Arquivo particular de
Maria do S. F. Guimarães.



Aos 64 anos de idade (2012)
Autoria: Cacia Valeria de Rezende. Fonte: Arquivo particular da pesquisadora.

Professora Maria Auxiliadora Melo de Britto



Aos 18 anos de idade (1963)
Autoria não identificada. Fonte: Arquivo particular Maria A. M. de Britto.



Aos 19 anos de idade (1964)
Autoria não identifica. Fonte: Arquivo particular de Maria A. M. de Britto.



Aos 67 anos de idade (2012)
Autoria: Cacia Valeria de Rezende. Fonte: Arquivo particular da pesquisadora.

2. Professoras do Município de Gararu:

Professora Maria Lima Santos Aragão



Aos 26 anos de idade (1968)
Autoria não identificada. Fonte: Arquivo particular de Maria Lima S. Aragão.



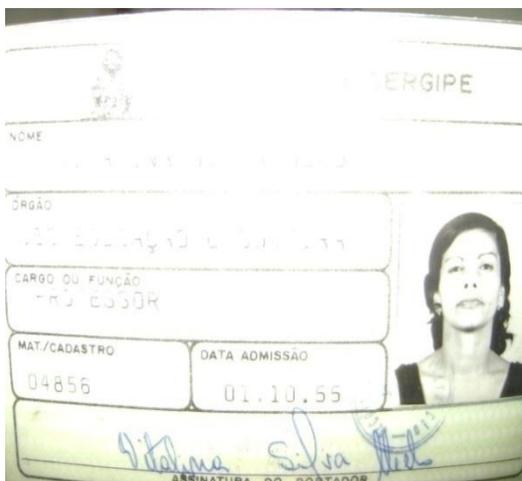
Aos 30 anos (1972)
Autoria não identificada. Fonte: Arquivo particular de Maria Lima S. Aragão.



Aos 70 anos de idade (2012).
Autoria: Cacia Valeria de Rezende. Fonte arquivo particular da pesquisadora.

Professora Iraci Dias de Almeida Couto**Aos 36 anos (1972)****Autoria: Fotógrafo Rivandete. Fonte: Arquivo particular de Iraci D. de A. Couto.****Aos 38 anos de idade (1974)****Autoria: Fotógrafo Rivandete. Fonte: Arquivo particular Iraci D. de A. Couto.****Aos 76 anos de idade (2012)****Autoria: Cacia Valeria de Rezende. Fonte: Arquivo particular da pesquisadora.**

Professora Vitalina Silva Melo



Aos 18 anos de idade (1955)
Autoria não identificada. Fonte: Arquivo particular de Vitalina Silva Melo.



Aos 75 anos de idade (2013)
Autoria: Cacia Valeria de Rezende. Fonte: Arquivo particular da pesquisadora.



Aos 75 anos de idade (2012)
Autoria: Cacia Valeria de Rezende. Fonte: Arquivo particular da pesquisadora.

3. Professoras do Município de Poço Redondo:

Professora Maria Luiza Barbosa da Silva



Aos 15 anos de idade (1969)
 Autoria não identificada. Fonte: Arquivo particular de Maria Luiza B. da Silva



Aos 33 anos de idade (1980)
 Autoria não identificada. Fonte: Arquivo particular de Maria Luiza B. da Silva



Aos 58 anos de idade (2012)
 Autoria: Cacia Valeria de Rezende. Fonte: Arquivo particular da pesquisadora.

Professora Maristela de Sá

Aos 18 anos de idade (1949)
Autoria não identificada. Fonte: Arquivo particular de Maristela de Sá.



Aos 81 anos de idade (2012)
Autoria: Cacia Valeria de Rezende. Fonte: Arquivo particular da pesquisadora.



Aos 81 anos de idade (2012)
Autoria: Cacia Valeria de Rezende. Fonte: Arquivo particular da pesquisadora.

Professora Josefa Marques dos Santos



Aos 79 anos de idade (2012)
Autoria: Cacia Valeria de Rezende. Fonte: Arquivo particular da pesquisadora.



Aos 79 anos de idade (2012)
Autoria: Cacia Valeria de Rezende. Fonte: Arquivo particular da pesquisadora.



Aos 79 anos de idade (2012)
Autoria: Cacia Valeria de Rezende. Fonte: Arquivo particular da pesquisadora.

**4. Professoras do Município de Monte Alegre:
Professora Maria Amélia Vieira Lima**



**Aos 30 anos de idade (1960)
Autoria não identificada. Fonte: Arquivo particular Maria Amélia V. Lima**



**Aos 35 anos de idade (1965)
Autoria não identificada. Fonte: Arquivo particular Maria Amélia V. Lima**



**Aos 82 anos de idade (2012)
Autoria: Cacia Valeria de Rezende. Fonte: Arquivo particular da pesquisadora.**

Maria José Brito Ferreira**Aos 31 anos idade (1982)****Autoria não identificada. Fonte: Arquivo particular de M^a. José B. Ferreira.****Aos 68 anos de idade (2012)****Autoria: Cacia Valeria de Rezende. Fonte: Arquivo particular da pesquisadora.****Aos 68 anos de idade (2012)****Autoria: Cacia Valeria de Rezende. Fonte: Arquivo particular da pesquisadora.**

Valdete Alves Oliveira



Aos 19 anos de idade (1949)
Autoria não identificada. Fonte: Arquivo particular de Valdete A. Oliveira.



Aos 26 anos de idade (1956)
Autoria não identificada. Fonte: Arquivo particular de Valdete A. Oliveira.



Aos 49 anos de idade (1979)
Autoria não identificada. Fonte: Arquivo particular Valdete Alves Oliveira.

5. Professoras do Município de Nossa Senhora da Lourdes:**Professora Elenildes dos Santos**

Aos 20 anos de idade (1974)
Autoria não identificada. Fonte: Arquivo particular de Elenildes dos Santos.



Aos 30 anos de idade (1984)
Autoria não identificada. Fonte: Arquivo particular de Elenildes dos Santos.



Aos 58 anos de idade (2012)
Autoria: Cacia Valeria de Rezende. Fonte: Arquivo particular da pesquisadora.

Professora Maria Marlete Silva Andrade.



**Aos 58 anos de idade (2012)
Autoria: Cacia Valeria de Rezende. Fonte:
Arquivo particular da pesquisadora.**



**Aos 58 anos de idade (2012)
Autoria: Cacia Valeria de Rezende. Fonte:
Arquivo particular da pesquisadora.**



**Aos 58 anos de idade (2012)
Autoria: Cacia Valeria de Rezende. Fonte: Arquivo particular da pesquisadora.**

Professora Claudinete Andrade Dantas.



**Aos 55 anos de idade (1999)
Autoria não identificada. Fonte: Arquivo particular da Claudinete A. Dantas.**



**Aos 55 anos de idade (1999)
Autoria não identificada. Fonte: Arquivo particular da Claudinete A. Dantas.**



**Aos 68 anos de idade (2012)
Autoria: Cacia Valeria de Rezende. Fonte: Arquivo particular da pesquisadora.**

6. Professoras do Município de Nossa Senhora da Glória:

Professora Maria Dagmar Menezes



Aos 18 anos de idade (1948)
Autoria não identificada. Fonte: Arquivo particular de Maria Dagmar Menezes.



Aos 19 anos de idade (1949)
Autoria não identificada. Fonte: Arquivo particular de Maria Dagmar Menezes.



Aos 82 anos de idade (2012)
Autoria Fonte: Cacia Valeria de Rezende. Fonte: Arquivo particular da pesquisadora.

Professora Joana Dalva Amaral.



Aos 70 anos de idade (2004)

Autoria: Cacia Valeria de Rezende. Fonte: Arquivo particular da pesquisadora.



Aos 78 anos de idade (2012)

Autoria: Cacia Valeria de Rezende. Fonte: Arquivo particular da pesquisadora.

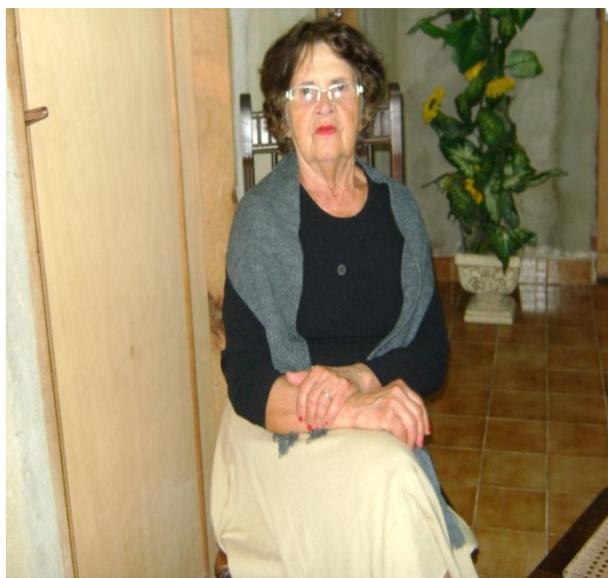


Aos 78 anos de idade (2012)

Autoria: Cacia Valeria de Rezende. Fonte: Arquivo particular da pesquisadora.

Professora Evanilde Lima Santos

Aos 18 anos de idade (1955)
Autoria não identificada. Fonte:
Arquivo particular de Evanilde L. Santos.



Aos 75 anos de idade (2012)
Autoria: Cacia Valeria de Rezende. Fonte:
Arquivo particular da pesquisadora.



Aos 75 anos de idade (2012)
Autoria: Cacia Valeria de Rezende. Fonte: Arquivo particular da pesquisadora.

7. Professoras do município de Porto da Folha:

Professora Maria Alves Pereira Texeira



Aos 73 anos de idade (2012)

Autoria: Cacia Valeria de Rezende. Fonte: Arquivo particular da pesquisadora.



Aos 73 anos de idade (2012)

Autoria: Cacia Valeria de Rezende. Fonte: Arquivo particular da pesquisadora.



Aos 73 anos de idade (2012)

Fonte: Arquivo particular da pesquisadora. Autoria: Cacia Valeria de Rezende.

Professora Maria do Amor Divino Feitoza



Aos 76 anos de idade (2012)

Autoria: Cacia Valeria de Rezende.

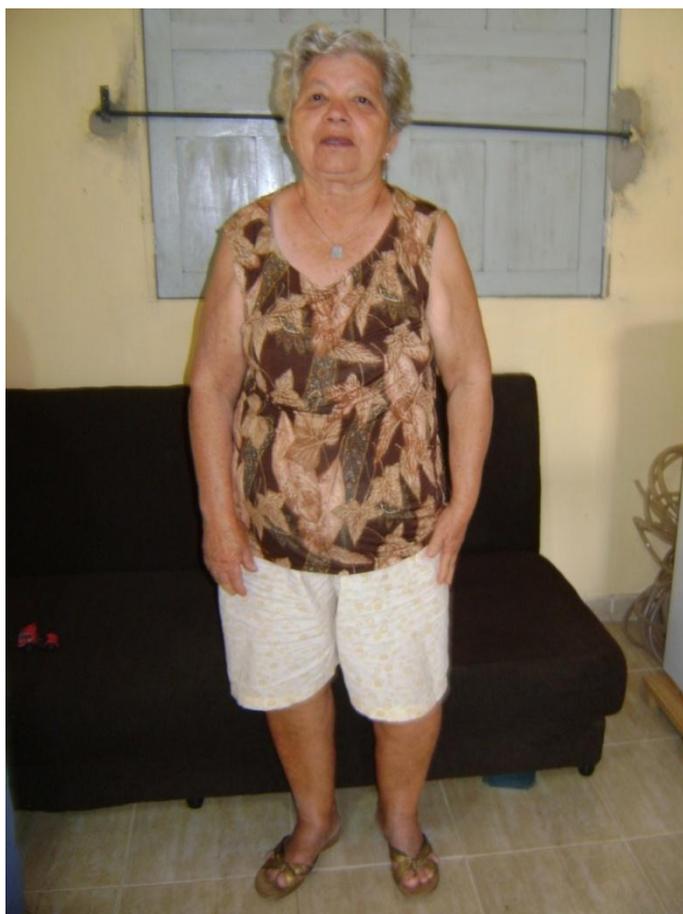
Fonte: Arquivo particular da pesquisadora.



Aos 76 anos de idade (2012)

Autoria: Cacia Valeria de Rezende.

Fonte: Arquivo particular da pesquisadora.



Aos 76 anos de idade (2012)

Fonte: Arquivo particular da pesquisadora. Autoria: Cacia Valeria de Rezende.

Professora Delucia Vieira de Melo



Aos 31 anos de idade (1981)
Autoria: Cacia Valeria de Rezende.
Fonte: Delucia Vieira de Melo



Aos 45 anos de idade (1997)
Autoria: Cacia Valeria de Rezende.
Fonte: Delucia Vieira de Melo



Aos 60 anos de idade (2012)
Autoria: Cacia Valeria de Rezende. Fonte: Arquivo particular da pesquisadora.